

3.3

Relatórios de Contas dos três últimos exercícios (2014, 2015 e 2016) e ANEXO IV do programa de concurso devidamente preenchido

Prestação de serviços de recolha de RSU, lavagem de equipamento e limpeza urbana no município de Vila do Conde

Concurso Limitado por Prévia Qualificação -Município de Vila do Conde

PU-CP-001-2018-0



Índice

1	ANEXO IV ao programa de procedimento	3
1.1	<i>Indicadores de capacidade financeira – Referentes à EcoAmbiente.....</i>	<i>3</i>
1.2	<i>Indicadores de capacidade financeira – Referentes à Recolte</i>	<i>4</i>
2	Relatórios de Contas dos três últimos exercícios (2014, 2015 e 2016)	5

1 ANEXO IV ao programa de procedimento

1.1 Indicadores de capacidade financeira – Referentes à EcoAmbiente

ANEXO IV

INDICADORES DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Indicador	2014	2015	2016	Média (R)
EBITDA	2.673.439,00 €	2.823.287,90 €	2.558.063,50 €	2.684.930,13 €
Liquidez Geral	127,39%	147,52%	159,26%	144,72%
Autonomia Financeira	40,43%	50,13%	48,78%	46,45%

EBITDA - proveitos operacionais deduzidos das reversões de amortizações e ajustamentos e dos custos operacionais, mas sem inclusão das amortizações, dos ajustamentos e das provisões, referentes ao exercício, desde que com as respetivas contas legalmente aprovadas.

Liquidez Geral – [(existências + disponibilidades + dividas de terceiros a curto prazo) / Passivo a Curto Prazo]

Autonomia Financeira - [Capitais próprios / Ativo liquido total]

Média (R) – Valor médio dos resultados operacionais do candidato ou agrupamento de empresas, nos últimos três exercícios, calculado de acordo com a fórmula constante do ANEXO IV do CCP

1.2 Indicadores de capacidade financeira – Referentes à Recolte

ANEXO IV

INDICADORES DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Indicador	2014	2015	2016	Média (R)
EBITDA	887.422,72 €	3.851.820,37 €	1.035.648,98 €	1.924.964,02 €
Liquidez Geral	201,38%	490,15%	332,56%	341,36%
Autonomia Financeira	86,98%	62,15%	66,12%	71,75%

EBITDA - proveitos operacionais deduzidos das reversões de amortizações e ajustamentos e dos custos operacionais, mas sem inclusão das amortizações, dos ajustamentos e das provisões, referentes ao exercício, desde que com as respetivas contas legalmente aprovadas.

Liquidez Geral – [(existências + disponibilidades + dividas de terceiros a curto prazo) / Passivo a Curto Prazo]

Autonomia Financeira - [Capitais próprios / Ativo liquido total]

Média (R) – Valor médio dos resultados operacionais do candidato ou agrupamento de empresas, nos últimos três exercícios, calculado de acordo com a fórmula constante do ANEXO IV do CCP

2 Relatórios de Contas dos três últimos exercícios (2014, 2015 e 2016)

- EcoAmbiente

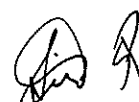
**ECOambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e
Prestação de Serviços, SA**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

ANEXO ÀS CONTAS

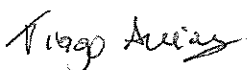
Ano de 2014


TA

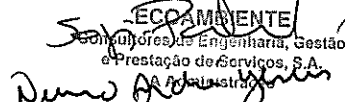
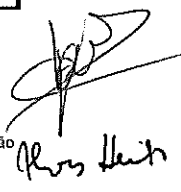
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-14	31-dez-13
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3+6	7.784.841,17	5.286.136,52
Propriedades de investimento			
Trespasse (goodwill)			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - metodo da equivalencia patrimonial	3+9	1.442.589,16	3.656.073,30
Participações financeiras - outros metodos	3+9	7.500,00	15.000,00
Accionistas/socios			
Outros activos financeiros		174,63	
Empresas Participadas e Participantes	15.9	5.000,00	5.000,00
Activos por impostos diferidos			
Activos nao correntes detidos para venda			
		9.240.104,96	8.962.209,82
Activo corrente			
Inventários	10	480.204,75	511.199,25
Activos biológicos			
Clientes	15.10	4.604.646,67	5.065.767,57
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes publicos	15.1	539.600,29	328.046,95
Empresas Participadas e Participantes			
Outras contas a receber	15.8	233.340,57	265.548,53
Diferimentos	15.9	40.755,77	44.929,21
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	9	2.115.901,99	
Caixa e depósitos bancarios	3+4	1.793.786,64	1.620.403,35
		9.808.236,68	7.835.894,86
Total do activo		19.048.341,64	16.798.104,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	700.400,00	700.400,00
Ações (quotas) proprias			
Prestacoes suplementares e outros instrumentos de capital proprio			
Premios de emissao			
Reservas legais	14	140.080,00	140.080,00
Outras reservas		178.935,57	178.935,57
Excedentes de revalorizacao	6+13	129.115,81	131.768,81
Ajustamentos em activos financeiros			
Outras variações no capital próprio			
Resultados transitados		5.722.287,82	4.900.101,86
Resultado líquido do periodo		830.258,29	1.199.532,96
Interesses minoritários			
Total do capital proprio		7.701.077,49	7.250.819,20
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15.12	46.089,00	48.491,20
Financiamentos obtidos	7+8	3.561.205,41	1.327.804,38
Responsabilidades por beneficios pos-emprego			
Passivos por impostos diferidos	13.3	40.748,43	41.704,95
Outras contas a pagar	15.8		382.550,00
		3.648.042,84	1.800.550,53
Passivo corrente			
Fornecedores	15.11	2.227.607,46	2.774.100,96
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes publicos	15.1	134.678,65	129.557,08
Accionistas/socios		700.000,00	
Financiamentos obtidos	7+8	1.626.749,97	1.202.869,30
Outras contas a pagar	15.8	3.010.185,23	3.640.207,61
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Diferimentos	15.9		
		7.699.221,31	7.746.734,95
Total do Passivo		11.347.264,15	9.547.285,48
Total do capital proprio e do passivo		19.048.341,64	16.798.104,68

Técnico Oficial de Contas



A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Euros(€)

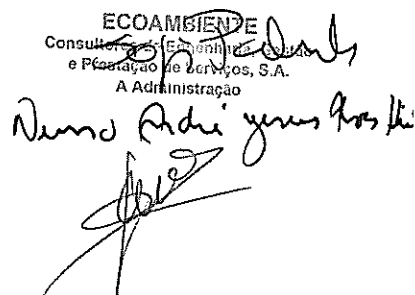
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	11	14.673.280,47	14.485.812,25
Subsídios a exploração		8.058,52	1.969,86
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3+9+15.6+15.7	352.417,85	496.814,67
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.565.792,87	-1.420.206,03
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-7.484.995,30	-6.544.697,65
Gastos com o pessoal	15.5	-3.433.733,46	-3.501.981,59
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10.2	-60.538,75	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.10	-116.232,62	4.439,06
Provisões (aumentos/reduções)	15.12	2.402,20	-48.491,20
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.6	447.738,27	403.844,78
Outros gastos e perdas	15.7	-149.165,31	-132.382,32
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos		2.673.439,00	3.745.121,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-1.398.780,09	-2.019.961,02
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		1.274.658,91	1.725.160,81
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-201.422,11	-326.601,58
Resultado antes de impostos		1.073.236,80	1.398.559,25
Imposto sobre o rendimento do período	13	-242.978,51	-199.026,29
Resultado líquido do período		830.258,29	1.199.532,96

Técnico Oficial de Contas



A Administração

ECOAMBIENTE
Consultoria de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A.
A Administração

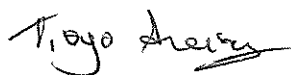


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Euros (€)

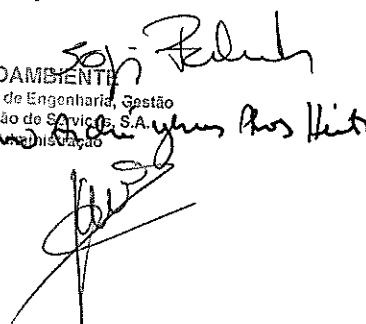
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	11+15.3	14.673.280,47	14.485.812,25
Custos das vendas e dos serviços prestados	10 + 15.4 + 15.5 + 6	-12.068.361,33	-11.033.395,76
Resultado Bruto		2.604.919,14	3.452.416,49
Outros rendimentos	3+ 9 + 15.6	808.214,64	907.068,37
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	15.4 + 15.5	-416.160,30	-433.489,51
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	15.7	-1.722.314,57	-2.200.834,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.274.658,91	1.725.160,81
Gastos de financiamento (líquidos)	15.8	-201.422,11	-326.601,56
Resultado antes de impostos		1.073.236,80	1.398.559,25
Imposto sobre o rendimento do período	13	-242.978,51	-199.026,29
Resultado líquido do período		830.258,29	1.199.532,96

Técnico Oficial de Contas



A Administração

ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços, S.A.
Demonstração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

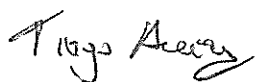
MÉTODO DIRECTO

Euros(€)

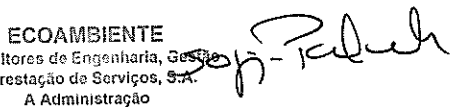
RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		18.770.366,61	16.914.998,54
Pagamentos a fornecedores		-11.399.949,30	-8.532.542,13
Pagamentos ao pessoal		-3.441.875,43	-3.220.502,13
Caixa gerada pelas operações		3.928.541,88	5.161.954,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-203.932,98	-271.106,43
Outros recebimentos/pagamentos		-1.755.543,00	-430.318,04
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.969.065,90	4.460.529,81
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-329.414,16	-127.317,10
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		15.067,01	28.486,80
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		1.691,60	3.475,69
Dividendos		450.000,00	500.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		137.344,45	404.645,39
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.691.101,80	1.929.184,69
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2.795.788,60	-3.230.598,95
Juros e gastos similares		-201.422,11	-326.601,56
Dividendos		-380.000,00	-350.000,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-1.246.918,15	-1.574.531,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento (3)		-1.933.027,06	-3.552.547,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		173.383,29	1.312.627,58
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.620.403,35	307.775,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.793.786,64	1.620.403,35

Técnico Oficial de Contas

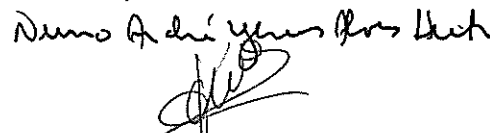
Administração



ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços, S.A.
A Administração



Demio A. de Jesus dos Santos



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2013

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes Revalorização	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício			Total
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	700.400,00				140.080,00	178.935,57	4.186.738,59		134.421,81		1.060.710,27	6.401.286,24		6.401.286,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2 3 4=2+3					0,00		1.060.710,27		-2.653,00		-1.060.710,27	0,00		0,00
						0,00		1.063.363,27		-2.653,00		1.199.532,96	1.198.532,96		1.199.532,96
												138.822,69	138.822,69		1.199.532,96
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5 6=1+2+3+5														

TA







Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and initials 'JA' and 'P' on the right.

1. Identificação da entidade

A *Empresa Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA*, é uma sociedade anónima, constituída em 1992, que tem a sua sede social no Parque Industrial da Abrunheira, Ed.2, em Sintra, e que tem como actividade principal a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais e na componente de Higiene e Limpeza Urbana.

A Empresa pertence ao Grupo encabeçado pela empresa Fomentinvest SGPS, SA, tendo a sua sede social em Lisboa. As empresas do Grupo exercem, as seguintes actividades económicas: Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana, Tratamento de Resíduos, Valorização e Deposição de Resíduos, Aterros Sanitários, Estações de Transferência, Consultoria e Projectos Técnicos.

A Ecoambiente é detida 77,68% pela empresa Fomentinvest Ambiente SGPS,SA. e 22,32% pela empresa Nouvelle Environments, SA.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos financeiros em empresas do Grupo

A rubrica “participações financeiras – método equivalência patrimonial” inclui os investimentos numa subsidiária (100% da Verde Vista, SA, (dos quais 5% foram adquiridos em Abril de 2012), e em 4 empreendimentos conjuntos (100% da Irmãos

Cavaco/Ecoambiente ACE, 50% da Pragosa Ambiente/Ecoambiente ACE, 50% da Cespa Portugal/Ecoambiente ACE e 50% da Ecoambiente/Resur, ACE.

As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em "Juros e outros rendimentos similares".

A empresa utiliza o método da equivalência patrimonial, na contabilização dos investimentos financeiros, sendo o registo inicial pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios das empresas investidas, na proporção da quota – parte da Ecoambiente, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como goodwill. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como proveito do exercício na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. No ano de 2014, não houve registo de activos fixos intangíveis, e, nos ajustamentos de transição, as despesas de instalação estavam totalmente reintegradas.

c) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Terrenos	Não amortizados
Edifícios	50
Outras construções	5-20
Equipamento básico	4-10
Equipamento de transporte	2-10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	4-10

Alguns elementos da classe de activos fixos tangíveis (Edifícios e outras construções e equipamento de transporte), encontram-se registados pelo valor revalorizado, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de revalorizações de activos fixos tangíveis, são creditados em excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis nos capitais próprios da Empresa.

As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva conta de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade.

Quando os activos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens reintegráveis, são também transferidos para a rubrica "Resultados Transitados".

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

d) Goodwill

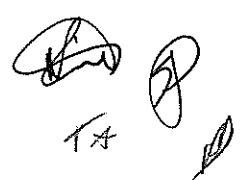
O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do GRUPO e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efectuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do goodwill exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do goodwill relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse goodwill está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas de imparidade relativas ao goodwill não são reversíveis.

e) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais,



se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do activo é registado como um activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do activo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em activos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Em Maio de 2012, a empresa subscreveu 15% do capital social da firma TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA, no valor de 7.500€, representativo de 1.500 acções, com o valor nominal de 5€ cada, que se encontra registado na rubrica de Investimentos Financeiros.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

g) Gastos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos tangíveis não são capitalizados.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso deste ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico).

i) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração, informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica de saldos vencidos e não recebidos.

Assim, as dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros e cujo efeito de desconto é considerado imaterial, são registadas pelo seu valor nominal.

iii) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A empresa desreconhece activos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade. Se a entidade reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos Obtidos" a contrapartida monetária pelos activos cedidos.

As contas a receber cedidas em factoring à data de cada balanço, são mensurados como "Factoring sem recurso", ou seja, são desreconhecidos do activo quando o crédito é aceite pelo factoring, excepto no que respeita ao contrato de Factoring estabelecido com o Município de Albufeira, que se encontra mensurado como "Factoring com recurso".

iv) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração (consolidada) dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

j) **Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) **Especialização de exercícios**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

l) **Impostos sobre o rendimento do período**

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

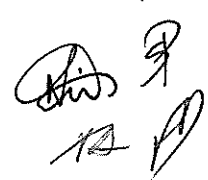
Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

m) **Rédito**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" e "Outras contas a pagar e a receber".



Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

o) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos incluem vidas úteis de activos fixos tangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCRF 4.

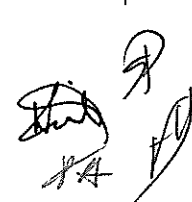
3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.



3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa**4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:**

A 31.12.2014, não havia valor no saldo de "Caixa e seus equivalentes" que não estivesse disponível para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2014, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa:		
Caixa sede	32.795,22 €	21.868,00 €
Caixa movimentos em circulação	2.733,44 €	4.185,56 €
	35.528,66 €	26.053,56 €
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem - Banco Comercial Português	77.461,46 €	13.792,84 €
Depósito à ordem - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	74.878,11 €	7.429,17 €
Depósito à ordem - Banco Espírito Santo	1.014.630,77 €	1.042.260,28 €
Depósito à ordem - Deutsche Bank	2.198,55 €	4.220,65 €
Depósito à ordem - Banco Popular	556.346,90 €	516.962,29 €
Deposito à ordem - Banco BIC	32.742,19 €	9.684,56 €
	1.758.257,98 €	1.594.349,79 €
TOTAL CAIXA E DEPOSITOS BANCÁRIOS	1.793.786,64 €	1.620.403,35 €

5. Partes relacionadas

5.1. Relacionamento com a empresa-mãe:

- a) **Nome da empresa-mãe imediata:** Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA, Nouvelle Environments, SA

5.2. Remuneração do pessoal chave da gestão:

O pessoal chave da gestão não é remunerado.

5.3. Transacções entre partes relacionadas:

- a) **Natureza do relacionamento das partes relacionadas:**

A Empresa relaciona-se com as seguintes partes relacionadas:

Partes relacionadas

Empresa-mãe: Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA

Administradores:

Nuno André Jesus Alves Heitor

Francisco Jorge de Jesus Damas

Helena Sofia de Miranda R.C.Palminha

Empreendimentos Conjuntos:

Pragosa Ambiente / Ecoambiente - ACE

Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE

Cespa Portugal / Ecoambiente – ACE

Ecoambiente / Resur - ACE

Subsidiárias:

Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA

Outras entidades relacionadas

ISBS, SA

Ecoprogresso, SA

Gestejo – Tratam. e Valorização de Resíduos, SA

Ribtejo – Tratam. e Valorização de Resíduos Industriais, SA

Gestrare – Gestão e Tratamento de Resíduos, SA

Fomentinvest – Consultoria e Gestão Projectos, SA

Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA

Resur – Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda

CEBC – Produção de Energia, SA

TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA

Nouvelle Environment, SA

Fomentinvest SGPS, SA

Finertec – Serv. Consultoria e Participações Financeiras; SA

Treciver

b) Transacções e saldos pendentes

No decurso de 2014, a Empresa apresentou as seguintes transacções e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Gastos em Prestações de Serviços	Outros Gastos	Prestações de serviços	Outros Rendimentos
Empresa-mãe:				
Fomentinvest Ambiente, SGPS SA	126.000,00			
	126.000,00			
Empreendimentos Conjuntos:				
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE				5.551,84
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE				6.006,41
Cespa Portugal / Ecoambiente - ACE			107.670,64	40,00
Ecoambiente / Resur - ACE			23.900,00	14.360,22
			131.570,64	25.958,47
Subsidiárias:				
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	45.095,54		117.000,00	196.307,62
	45.095,54		117.000,00	196.307,62
Outras entidades relacionadas:				
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	494.049,15			7.255,43
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA			105.760,95	151,60
Fomentinvest SGPS				73,67
Ribejo – Tratam. e Valorização de Resíduos				4.136,33
ISBS, SA	1.200,00			
Treciver			4.790,00	
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	491.429,99		289.673,72	2.712,13
	986.679,14		400.224,67	14.329,16
TOTAL	1.157.774,88		648.795,31	286.595,25

Partes Relacionadas	Contas a Receber	Contas a Pagar
Empresa-mãe:		
Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA		25.830,00
		25.830,00
Empreendimentos Conjuntos:		
Pragosa Ambiente; SA / Ecoambiente, SA - ACE	1.804,24	
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE		1.305.483,12
Cespa Portugal / Ecoambiente - ACE	23.923,27	
Ecoambiente / Resur - ACE	95.334,39	992,88
	121.061,90	1.306.476,00
Subsidiárias		
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	361.612,17	48.355,56
	361.612,17	48.355,56
Outras entidades relacionadas:		
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	1.376,49	376.974,15
Lena Ambiente II - Gestão de Resíduos, SA	28.751,92	
Fomentinvest SGPS		
Ribejo – Tratam. e Valorização de Resíduos	803,94	471,88
ISBS, SA		
Treciver		1.574,70
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	224.779,39	466.259,13
	255.711,74	845.279,86
TOTAL	738.385,81	2.225.941,42

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

No decurso de 2013, a Empresa apresentou as seguintes transacções e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Gastos em Prestações de Serviços	Outros Gastos	Prestações de serviços	Outros Rendimentos
Empresa-mãe:				
Fomentinvest Ambiente, SGPS SA	126.000,00			
	126.000,00			
Empreendimentos Conjuntos:				
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE				5.089,55
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE	7.223,25		1.271,53	84.884,57
Cespa Portugal / Ecoambiente - ACE	622,26		105.806,65	
Ecoambiente / Resur - ACE			18.393,20	18.695,91
	7.845,51		125.471,38	108.670,03
Subsidiárias:				
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	14.018,82		112.000,00	195.807,30
	14.018,82		112.000,00	195.807,30
Outras entidades relacionadas:				
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	458.127,31			7.513,42
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA			101.595,63	
Fomentinvest SGPS				2.313,59
Ribeiro – Tratam. e Valorização de Resíduos ISBS, SA	3.875,00			
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana	510.738,28		133.931,57	125,94
CEBC – Produção de Energia, SA	750,00			
Finetec, SA	99.108,53			
	1.098.892,79		235.527,20	9.953,95
TOTAL	1.246.757,12		472.998,58	314.431,28

Partes Relacionadas	Contas a Receber	Contas a Pagar
Empresa-mãe:		
Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA		12.915,00
		12.915,00
Empreendimentos Conjuntos:		
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE	6.761,96	
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE		1.325.459,08
Cespa Portugal / Ecoambiente - ACE	21.698,77	765,38
Ecoambiente / Resur - ACE	49.711,26	869,30
	78.171,99	1.327.093,76
Subsidiárias:		
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	404.906,52	17.211,65
	404.906,52	17.211,65
Outras entidades relacionadas:		
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	3.189,33	908.751,40
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA	27.192,02	26.293,67
Fomentinvest SGPS	970,73	239.812,14
Ribeiro – Tratam. e Valorização de Resíduos		471,88
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	68.612,34	375.631,44
Finetec, SA		99.105,53
	99.964,42	1.650.069,06
TOTAL	588.042,93	3.007.289,47

6. Activos tangíveis

6.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Existem activos tangíveis que estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização (Edifícios e outras construções e equipamento de transporte), segundo o qual um activo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data de revalorização menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Activos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Terrenos e recursos naturais	50	0%
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento básico	4 – 10	10% – 25%
Equipamento de transporte	2 – 10	10% – 50%
Equipamento administrativo	3 – 10	10% – 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	4 – 10	10% – 25%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2014

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Investimentos em curso	Outros activos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2013	211.318,60 €	2.273.069,62 €	1.403.202,23 €	19.656.570,00 €	385.155,55 €	391.350,00 €	161.137,51 €	24.481.803,51 €
Adições	- €	60.437,87 €	96.809,40 €	2.300.881,88 €	15.375,90 €	1.788.601,30 €	27.549,98 €	4.289.656,33 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	1.666,00 €	26.915,00 €	- €	- €	- €	28.581,00 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	391.350,00 €	- €	391.350,00 €
Saldo em 31.12.2014	211.318,60 €	2.333.507,49 €	1.498.345,63 €	21.930.536,88 €	400.531,45 €	1.788.601,30 €	188.687,49 €	28.351.528,84 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2013	- €	1.429.787,15 €	1.244.097,06 €	16.036.763,58 €	348.284,85 €	- €	136.734,35 €	19.195.666,99 €
Adições	- €	79.296,02 €	92.431,75 €	1.189.920,11 €	18.911,80 €	- €	18.356,17 €	1.398.915,85 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	1.355,17 €	26.540,00 €	- €	- €	- €	27.895,17 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2014	- €	1.509.083,17 €	1.335.173,64 €	17.200.143,69 €	367.196,65 €	- €	155.090,52 €	20.566.687,67 €
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2013	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adições	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2014	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VALOR LÍQUIDO	211.318,60 €	824.424,32 €	163.171,99 €	4.730.393,19 €	33.334,80 €	1.788.601,30 €	33.596,97 €	7.784.841,17 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

2013								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Investimentos em curso	Outros activos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2012	211.318,60 €	2.200.213,12 €	1.415.102,42 €	19.852.062,91 €	354.968,54 €	- €	157.015,70 €	24.190.681,29 €
Adições	- €	72.856,50 €	24.008,33 €	304.402,19 €	30.469,38 €	391.350,00 €	4.121,81 €	827.208,21 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	35.908,52 €	499.895,10 €	282,37 €	- €	- €	536.085,99 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2013	211.318,60 €	2.273.069,62 €	1.403.202,23 €	19.656.570,00 €	385.155,55 €	391.350,00 €	161.137,51 €	24.481.803,51 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2012	- €	1.201.128,10 €	1.155.822,06 €	14.890.357,23 €	333.932,22 €	- €	120.925,46 €	17.702.165,07 €
Adições	- €	228.659,05 €	122.185,09 €	1.638.931,84 €	14.376,15 €	- €	15.808,89 €	2.019.961,02 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	33.910,09 €	492.525,49 €	23,52 €	- €	- €	526.459,10 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2013	- €	1.429.787,15 €	1.244.097,06 €	16.036.763,58 €	348.284,85 €	- €	136.734,35 €	19.195.666,99 €
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2012	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adições	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2013	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VALOR LÍQUIDO	211.318,60 €	843.282,47 €	159.105,17 €	3.619.806,42 €	36.870,70 €	391.350,00 €	24.403,16 €	5.286.136,52 €

6.2. Itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

	Data eficácia revalorização	Avaliador independente	Método usado	Excedente de revalorização	Conta SNC	Observações
Terrenos e recursos naturais	31-12-2002	Não	DL 264/92	54.197 €	4311002	
Edifícios e outras construções	31-12-2002	Não	DL 264/92	162.591 €	43211002	
Equipamento de transporte	31-12-2006	Não	DL 264/92	405.631 €	4341005	
TOTAL				622.419 €		

6.3. Investimentos em curso:

A 31 de Dezembro de 2014, estavam considerados em Investimentos em Curso 15 viaturas pesadas, que se encontravam á data, em processo de homologação, no valor de 1.788.601,30 €

7. Locações

7.1. Locações financeiras - Locatários:

- a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de activo à data de 31.12.2014

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Ecoambiente

Relação dos bens utilizados em regime de locação financeira 2014

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2014			2013
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES								
Oficina Vila Verde	CLF	2052720	BES	432	622.735,08	622.735,08	0,00	0,00
TOTAL					622.735,08	622.735,08	0,00	0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO								
10 Baldes Metálicos 5 m3	CLF	2028870	BES	433	9.250,00	9.250,00	0,00	866,73
10 Baldes Metálicos 5 m3	CLF	2026403	BES	433	9.250,00	9.250,00	0,00	0,00
Contentores	CLF	2054161	BES	433	124.300,00	124.300,00	0,00	5.183,32
Contentores	CLF	2055481	BES	433	12.320,00	12.320,00	0,00	1.796,26
2 Cont. Multib. 6 m3 + 2 Cont. Fechados	CLF	2026465	BES	433	11.420,00	11.420,00	0,00	0,00
Contentores	CLF	2056144	BES	433	22.000,00	22.000,00	0,00	4.582,60
Contentores	CLF	930000294	BBVA	433	13.980,00	1.164,52	12.815,48	-
TOTAL					202.520,00	189.704,52	12.815,48	12.428,91
EQUIPAMENTO TRANSPORTE								
20-FU-41	CLF	400078654	BCP	434	11.823,61	9.483,71	2.339,90	3.817,85
07-FH-90	CLF	400075485	BCP	434	29.400,00	23.275,98	6.124,02	9.799,02
07-FH-91	CLF	400075484	BCP	434	29.400,00	23.275,98	6.124,02	9.799,02
15-FO-57	CLF	400076284	BCP	434	45.150,00	35.745,25	9.404,75	15.048,50
83-FL-41	CLF	400076279	BCP	434	49.350,00	39.070,39	10.279,61	16.448,36
83-FL-39	CLF	400076278	BCP	434	87.295,95	70.020,07	17.275,88	28.187,87
33-FO-15	CLF	400074491	BCP	434	38.600,00	30.559,62	8.040,38	12.865,38
46-FT-64	CLF	400074487	BCP	434	38.600,00	30.158,18	8.441,82	13.266,82
33-FO-16	CLF	400074485	BCP	434	38.600,00	30.559,62	8.040,38	12.865,38
83-FL-41	CLF	400075493	BCP	434	82.339,50	65.188,19	17.151,31	27.443,75
83-FL-40	CLF	400075489	BCP	434	82.339,50	65.188,19	17.151,31	27.443,75
15-FO-57	CLF	400075488	BCP	434	76.522,50	60.582,86	15.939,64	25.504,95
15-FO-56	CLF	400075487	BCP	434	76.522,50	61.378,69	15.143,81	24.709,12
83-FL-39	CLF	400075486	BCP	434	77.589,50	62.234,55	15.354,95	25.053,65
01-GP-22	CLF	400080392	BCP	434	124.210,00	95.741,07	28.468,93	43.995,18
01-GP-23	CLF	400080393	BCP	434	124.210,00	95.741,07	28.468,93	43.995,18
15-FO-56	CLF	400077982	BCP	434	45.150,00	36.214,82	8.935,18	14.578,94
83-FL-40	CLF	400076283	BCP	434	49.350,00	39.070,40	10.279,60	16.448,36
46-FT-64	CLF	400075492	BCP	434	81.272,50	63.498,20	17.774,30	27.933,36
33-FO-15	CLF	400075491	BCP	434	81.272,50	64.343,43	16.929,07	27.088,13
33-FO-16	CLF	400075490	BCP	434	81.272,50	64.343,43	16.929,07	27.088,13
79-FD-05	CLF	400074071	BCP	434	15.940,77	13.782,40	2.158,37	4.150,97
01-GP-23	CLF	400076652	BCP	434	102.750,00	79.199,70	23.550,30	36.394,05
01-GP-22	CLF	400076651	BCP	434	102.750,00	79.199,70	23.550,30	36.394,05
46-FT-64	CLF	400075032	BCP	434	38.600,00	30.158,18	8.441,82	13.266,82
33-FO-15	CLF	400075031	BCP	434	38.600,00	30.559,62	8.040,38	12.865,38
33-FO-16	CLF	400075030	BCP	434	38.600,00	30.559,62	8.040,38	12.865,38
07-FH-91	CLF	400074074	BCP	434	15.722,27	12.447,31	3.274,96	5.240,24
07-FH-90	CLF	400074069	BCP	434	15.722,27	12.447,31	3.274,96	5.240,24
22-HP-34	CLF	2048606	BES	434	20.500,00	15.375,00	5.125,00	7.687,50
70-CE-56	CLF	2027664	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.903,10
70-CE-57	CLF	2027665	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.903,10
70-CE-61	CLF	2027666	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.903,10
70-CE-62	CLF	2027667	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.903,10
39-CG-90	CLF	2027668	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.903,10
40-BN-09	CLF	2027669	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.903,10
40-BN-10	CLF	2027670	BES	434	58.500,00	58.500,00	0,00	5.481,45
87-BN-11	CLF	2026089	BES	434	99.600,00	99.600,00	0,00	6.225,00
87-BN-15	CLF	2024505	BES	434	67.650,00	67.650,00	0,00	4.228,13
87-BN-14	CLF	2024506	BES	434	67.650,00	67.650,00	0,00	4.228,13
87-BN-11	CLF	2024507	BES	434	56.375,00	56.375,00	0,00	3.523,43
62-CB-66	CLF	2027088	BES	434	17.597,19	17.597,19	0,00	1.465,84
22-HP-34/ 22-HP-35/ 22-HP-36	CLF	2048816	BES	434	146.000,00	109.500,00	36.500,00	54.750,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2014			2013
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
EQUIPAMENTO TRANSPORTE(Cont.)								
Grua p/ 87-BN-14 + elevador alugado ACE Albufeira	CLF	2049735	BES	434	36.500,00	28.000,00	8.500,00	13.687,50
51-GN-59/ 51-GN-60	CLF	2048057	BES	434	291.720,45	218.790,35	72.930,10	109.395,16
4026/4029/4033/4044/0253/0254/4067/ 4068/4070/4071/4077/77-HG-31	CLF	2048111	BES	434	1.376.135,10	1.376.135,10	0,00	0,00
70-AI-97/ 70-AI-98/ 70-AI-99	CLF	2017710	BES	434	420.501,00	420.501,00	0,00	0,00
32-BB-58/ 44-BD-05/ 58-BB-30/ 58-BB-31	CLF	2020614	BES	434	47.127,70	47.127,70	0,00	0,00
26-DS-36	CLF	2035068	BES	434	17.296,69	16.215,66	1.081,03	3.243,12
87-BN-12	CLF	2027165	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.247,90
87-BN-15	CLF	2026091	BES	434	46.200,00	46.200,00	0,00	3.367,98
87-BN-12	CLF	2026837	BES	434	16.800,00	16.800,00	0,00	1.399,44
87-BN-14	CLF	2026090	BES	434	46.200,00	46.200,00	0,00	3.367,98
62-CB-45	CLF	2027087	BES	434	17.664,15	17.664,15	0,00	1.471,43
Reboque Joluso	CLF	2025427	BES	434	18.500,00	18.500,00	0,00	1.541,05
80-BT-31	CLF	2025713	BES	434	14.970,25	14.970,25	0,00	1.091,33
50-BU-30	CLF	2026007	BES	434	12.490,38	12.490,38	0,00	1.170,34
70-CE-55	CLF	2027662	BES	434	63.000,00	63.000,00	0,00	5.903,10
70-CE-62	CLF	2027653	BES	434	45.000,00	45.000,00	0,00	4.216,50
30-CG-90	CLF	2027654	BES	434	45.000,00	45.000,00	0,00	4.216,50
70-CE-55	CLF	2027649	BES	434	45.000,00	45.000,00	0,00	4.216,50
70-CE-56	CLF	2027650	BES	434	45.000,00	45.000,00	0,00	4.216,50
70-CE-57	CLF	2027651	BES	434	45.000,00	45.000,00	0,00	4.216,50
70-CE-61	CLF	2027652	BES	434	45.000,00	45.000,00	0,00	4.216,50
40-BN-09	CLF	2027659	BES	434	99.600,00	99.600,00	0,00	9.332,52
40-BN-10	CLF	2027660	BES	434	99.600,00	99.600,00	0,00	9.332,52
10 Cont. Metálicos de 6 m3	CLF	2026345	BES	434	9.100,00	9.100,00	0,00	0,00
Máquina Limpeza de Praias	CLF	2024775	BES	434	34.900,00	24.953,50	9.946,50	12.853,67
09-BQ-84	CLF	2024544	BES	434	18.800,00	18.800,00	0,00	783,96
26-BB-88	CLF	2024504	BES	434	98.144,00	98.144,00	0,00	5.113,30
87-BN-17	CLF	2024503	BES	434	98.144,00	98.144,00	0,00	6.134,00
87-BN-16	CLF	2024502	BES	434	46.125,00	46.125,00	0,00	1.923,41
87-BN-16 - VARREDOURA - SUPERESTRUT	CLF	2024501	BES	434	86.000,00	86.000,00	0,00	3.586,20
8339	CLF	2024198	BES	434	99.500,00	99.500,00	0,00	0,00
8145	CLF	2024197	BES	434	73.500,00	73.500,00	0,00	0,00
26-BB-88	CLF	2024194	BES	434	17.250,00	17.250,00	0,00	0,00
87-BN-17	CLF	2023906	BES	434	17.250,00	17.250,00	0,00	1.078,13
28-HT-46	CLF	2049849	BES	434	40.000,00	30.000,00	10.000,00	15.000,00
L-010361	CLF	2049841	BES	434	44.911,57	33.683,69	11.227,88	16.841,83
32-BI-56	CLF	2049734	BES	434	55.000,00	41.250,00	13.750,00	20.625,00
22-HP-34/ 22-HP-35/ 22-HP-36	CLF	2048595	BES	434	216.300,00	162.225,00	54.075,00	81.112,50
53-IJ-64	CLF	2051051	BES	434	25.915,00	25.915,00	0,00	0,00
4108	CLF	2051567	BES	434	123.547,00	123.547,00	0,00	0,00
99-HF-03	CLF	2051513	BES	434	176.788,10	132.591,07	44.197,03	66.295,55
24-IH-81/24-IH-79	CLF	2051205	BES	434	37.000,00	27.750,00	9.250,00	13.875,00
24-IH-81/24-IH-79	CLF	2051202	BES	434	46.000,00	34.500,00	11.500,00	17.250,00
33-IL-23	CLF	2051203	BES	434	43.900,00	32.925,00	10.975,00	16.462,50
33-IL-23	CLF	2051206	BES	434	62.000,00	46.500,00	15.500,00	23.250,00
01-II-47	CLF	2051207	BES	434	51.500,00	38.625,00	12.875,00	19.312,50
24-IH-81/24-IH-79	CLF	2050960	BES	434	160.000,00	120.000,00	40.000,00	60.000,00
21-IU-11	CLF	2053325	BES	434	23.491,67	23.491,67	0,00	488,62
33-IR-33	CLF	2052950	BES	434	133.148,11	83.217,59	49.930,52	66.570,05
39-IX-51	CLF	2053944	BES	434	23.239,22	22.270,15	969,07	969,07
78-JA-30	CLF	2054162	BES	434	113.000,00	38.096,15	74.903,85	60.025,60
01-II-47	CLF	2050961	BES	434	80.000,00	60.000,00	20.000,00	30.000,00
73-IX-24	CLF	2053670	BES	434	12.411,37	12.411,37	0,00	517,56
90-JA-08	CLF	2053671	BES	434	12.411,37	12.411,37	0,00	517,56

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2014			2013
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
EQUIPAMENTO TRANSPORTE(Cont.)								
76-JT-78	CLF	930000618	BBVA	434	128.500,00	66.922,80	61.577,20	77.639,70
87-JT-57	CLF	930000626	BBVA	434	128.500,00	66.922,80	61.577,20	77.639,70
23-JS-73	CLF	930000659	BBVA	434	94.432,00	49.180,19	45.251,81	57.055,82
43-LG-14	CLF	930000600	BBVA	434	150.870,00	75.435,00	75.435,00	94.113,75
85-LG-00	CLF	930000667	BBVA	434	144.450,00	72.225,00	72.225,00	90.281,25
92-LH-42	CLF	930000824	BBVA	434	123.050,00	60.245,28	62.804,72	78.185,97
33-LP-30	CLF	930000840	BBVA	434	77.500,00	36.332,00	41.168,00	50.855,50
78-JA-31	CLF	17588	Deutsche Bank	434	100.000,00	59.380,00	40.620,00	53.120,00
13-JA-09	CLF	17589	Deutsche Bank	434	49.750,00	29.541,54	20.208,46	26.427,19
13-JA-08	CLF	17590	Deutsche Bank	434	49.750,00	29.541,54	20.208,46	26.427,19
99-HF-04	CLF	850011069	Deutsche Bank	434	155.150,00	79.188,56	75.961,44	95.355,19
26-JZ-84	CLF	850011070	Deutsche Bank	434	23.619,83	23.619,83	0,00	5.413,66
60-LE-84/60-LE-82	CLF	850011417	Deutsche Bank	434	245.030,00	122.515,00	122.515,00	153.143,75
43-LG-13	CLF	850011556	Deutsche Bank	434	124.120,00	62.060,00	62.060,00	77.575,00
82-LM-00 / 82-LM-01	CLF	850011957	Deutsche Bank	434	96.935,60	44.425,60	52.510,00	64.626,94
82-LM-00 / 82-LM-01	CLF	850011956	Deutsche Bank	434	88.000,00	40.330,40	47.669,60	58.669,60
42-LT-24-Equipamento	CLF	54000688395	Banco Popular	434	66.360,00	29.032,50	37.327,50	45.622,50
42-LT-24-Chassi	CLF	54000688397	Banco Popular	434	80.800,00	35.350,00	45.450,00	55.550,00
18-MC-47	CLF	54000688396	Banco Popular	434	134.691,60	58.927,58	75.764,02	92.600,48
11-MN-45	CLF	54000692854	Banco Popular	434	167.054,67	64.382,86	102.671,81	123.553,64
21-MI-53	CLF	54000692855	Banco Popular	434	47.770,73	36.821,67	10.949,06	22.891,74
08-MT-27-Chassi	CLF	54000701464	Banco Popular	434	65.354,67	21.103,02	44.251,65	52.420,98
08-MT-26-Chassi	CLF	54000699562	Banco Popular	434	65.354,67	18.384,26	46.970,41	55.139,74
08-MT-25-Chassi	CLF	54000701465	Banco Popular	434	65.354,67	20.423,33	44.931,34	53.100,67
08-MT-27-Equipamento	CLF	54000699561	Banco Popular	434	47.666,67	15.391,56	32.275,11	38.233,44
08-MT-25-Equipamento	CLF	54000701466	Banco Popular	434	47.666,67	14.895,83	32.770,84	38.729,17
08-MT-26-Equipamento	CLF	54000708793	Banco Popular	434	34.666,66	9.751,73	24.914,93	29.248,26
14-OA-04	CLF	54000725019	Banco Popular	434	30.645,19	10.214,04	20.431,15	28.092,45
33-OD-93	CLF	433/11/2013	BIC	434	98.800,00	13.377,52	85.422,48	97.772,50
33-OD-96	CLF	428/11/2013	BIC	434	106.450,00	14.413,33	92.036,67	105.342,92
13-JA-08	CLF	427/11/2013	BIC	434	35.000,00	4.739,00	30.261,00	34.636,00
87-PH-23	CLF	400108245	BCP	434	24.798,94	515,81	24.283,13	-
21-MI-53 - Plataforma Elevatória	CLF	930000419	BBVA	434	5.340,00	356,18	4.983,82	-
05-PD-10	CLF	930000351	BBVA	434	21.642,88	1.352,68	20.290,20	-
72-PE-15	CLF	930000328	BBVA	434	21.642,88	1.352,68	20.290,20	-
72-PE-18	CLF	930000336	BBVA	434	46.360,27	2.318,01	44.042,26	-
81-PC-59/81-PC-60	CLF	930000286	BBVA	434	32.621,52	2.038,84	30.582,68	-
81-PC-54	CLF	930000278	BBVA	434	16.310,76	1.019,42	15.291,34	-
81-PC-52	CLF	930000260	BBVA	434	16.310,76	1.019,42	15.291,34	-
87-PG-17	CLF	930000302	BBVA	434	111.510,00	5.575,50	105.934,50	-
72-PE-19	CLF	930000310	BBVA	434	139.080,81	7.728,26	131.352,55	-
72-PE-14	CLF	930000344	BBVA	434	50.432,02	1.578,52	48.853,50	-
46-PF-15	CLF	930000377	BBVA	453	236.000,00	0,00	236.000,00	-
05-PG-48	CLF	930000369	BBVA	453	151.000,00	0,00	151.000,00	-
87-PH-13	CLF	930000401	BBVA	453	93.000,00	0,00	93.000,00	-
20-PI-08/20-PI-09/20-PI-10/20-PI-11	CLF	930000393	BBVA	453	536.000,00	0,00	536.000,00	-
20-PI-13/20-PI-14/01-PI-95	CLF	930000385	BBVA	453	370.357,50	0,00	370.357,50	-
20-PI-15	CLF	930000443	BBVA	453	124.022,50	0,00	124.022,50	-
01-PI-96	CLF	930000427	BBVA	453	95.050,00	0,00	95.050,00	-
00-PI-12	CLF	930000435	BBVA	453	162.071,30	0,00	162.071,30	-
72-PJ-12	CLF	54000758385	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
72-PJ-13	CLF	54000758387	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
72-PJ-11	CLF	54000758388	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
72-PJ-10	CLF	54000758389	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
72-PJ-09	CLF	54000758390	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2014			2013
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
EQUIPAMENTO TRANSPORTE(Cont.)								
72-PJ-08	CLF	54000758391	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
24-PL-58	CLF	54000758392	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
24-PL-57	CLF	54000758393	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
24-PL-52	CLF	54000758394	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
24-PL-51	CLF	54000758395	Banco Popular	434	116.500,00	2.423,20	114.076,80	-
79-OF-75	CLF	724/03/2014	BIC	434	126.600,00	11.875,08	114.724,92	-
69-OF-24	CLF	753/04/2014	BIC	434	142.000,00	13.319,60	128.680,40	-
80-OI-28	CLF	755/04/2014	BIC	434	113.950,00	10.688,51	103.261,49	-
57-OZ-12/57-OZ-13	CLF	1227/10/2014	BIC	434	100.864,04	5.255,02	95.609,02	-
07-OQ-13	CLF	413775	BMW BANK	434	35.497,17	2.956,92	32.540,25	-
64-PH-07	CLF	400108240	BCP	434	14.956,61	311,10	14.645,51	-
64-PH-08	CLF	400108246	BCP	434	14.956,61	311,10	14.645,51	-
63-PH-59	CLF	400108241	BCP	434	14.956,61	311,10	14.645,51	-
TOTAL					14.525.051,00	8.168.435,40	6.354.601,60	3.397.706,99
TOTAL GERAL					15.350.306,08	8.980.875,00	6.367.417,08	3.410.135,90

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31.12.2014, e o seu valor presente:

	31.12.2014	31.12.2013
Pagamentos mínimos até um ano	1.683.716,94 €	1.165.361,69 €
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.630.597,50 €	1.299.290,90 €
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos		
Total de pagamentos mínimos	5.314.314,44 €	2.464.652,53 €
Pagamento de juros futuros	(209.797,31 €)	(118.214,19 €)
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	5.104.517,13 €	2.346.438,34 €

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço, e o seu valor presente:

	Pagamentos mínimos		Valor presente	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Não mais de 1 ano	1.683.716,94 €	1.165.361,69 €	1.582.973,38 €	1.102.591,41 €
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.630.597,50 €	1.299.290,90 €	3.521.544,75 €	1.243.846,93 €
Mais do que 5 anos				
TOTAL	5.314.314,44 €	2.464.652,53 €	5.104.517,13 €	2.346.438,34 €

8. Custos de empréstimos obtidos

8.1. Saldos dos empréstimos obtidos:

Os saldos dos empréstimos obtidos foram os seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Empréstimos bancários	40.673,49 €	39.660,66 €	100.277,89 €	83.957,45 €
Locações Financeiras	1.582.972,38 €	3.521.544,75 €	1.102.591,41 €	1.243.846,93 €
Factoring	3.104,10 €			
Total	1.626.749,97 €	3.561.205,41 €	1.202.869,30 €	1.327.804,38 €

8.2. Quantia dos custos de empréstimos obtidos:

Os custos com empréstimos obtidos foram os seguintes:

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos Bancários	9.241,41 €	47.192,31 €
Locações Financeiras	79.823,11 €	100.757,22 €
Factoring	112.346,73 €	178.205,13 €
Total	201.411,25 €	326.154,66 €

8.3. Política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, excepto nos casos em que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse activo.

Em 2014, não foi capitalizado qualquer montante de juros.

9. Investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos

Empresas Subsidiárias e Empreendimentos conjuntos	Total Activo		Total Passivo		Capital		Capital próprio		Resultado Líquido		Participação detida	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Empreendimentos Conjuntos												
CPragosa/Ecoambiente	249.151,30 €	242.173,25 €	94.141,62 €	75.810,58 €	- €	- €	155.009,68 €	166.362,67 €	68.647,01 €	55.806,56 €	50%	50%
I.Cavaco/Ecoambiente - ACE	2.124.715,29 €	3.706.614,01 €	8.813,30 €	1.406.081,28 €	- €	- €	2.115.901,99 €	2.300.532,73 €	- 44.630,74 €	142.855,12 €	100%	100%
Cespa Portugal - Ecoambiente, ACE	1.217.390,33 €	955.413,06 €	922.488,93 €	749.647,86 €	- €	- €	294.901,40 €	205.765,20 €	294.901,40 €	205.765,20 €	50%	50%
Ecoambiente/Resur, ACE	67.980,30 €	62.314,72 €	171.574,98 €	158.343,34 €	- €	- €	103.594,68 €	96.028,62 €	7.566,06 €	23.393,10 €	50%	50%
Subsidiárias												
Verdevista, SA	1.863.368,99 €	1.974.705,12 €	1.026.484,16 €	1.133.094,67 €	150.000,00 €	150.000,00 €	836.884,83 €	841.610,45 €	215.274,38 €	223.163,67 €	100%	95%

O valor dos investimentos Financeiros em 2014 e 2013 discrimina-se da seguinte forma:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Empresas	Valor da Participação	
	2014	2013
Empreendimentos Conjuntos		
C.Pragosa/Ecoambiente	77.504,84 €	83.181,33 €
I.Cavaco/Ecoambiente - ACE	2.115.901,99 €	2.300.532,73 €
Cespa Portugal - Ecoambiente, ACE	424.163,19 €	326.712,49 €
Ecoambiente/Resur, ACE	-	-
	2.617.570,02 €	2.710.426,55 €
Subsidiárias		
Verdevista, SA	836.884,83 €	841.610,45 €
Verdevista, SA (Goodwill)	104.036,30 €	104.036,30 €
	940.921,13 €	945.646,75 €
Investimentos noutras empresas		
Lisgarante	0,00 €	7.500,00 €
TCR	7.500,00 €	7.500,00 €
	7.500,00 €	15.000,00 €
Total Investimentos financeiros	3.565.991,15 €	3.671.073,30 €

Em Março de 2014, foi efectuada a distribuição dos lucros sobre Resultados de anos anteriores por parte dos Irmãos Cavaco/Ecoambiente ACE, no valor de 140.000,00 €. Foi realizado também um adiantamento por conta da liquidação do ACE, no valor de 700.000,00 €, em Julho de 2014.

O valor da participação dos Irmãos Cavaco/Ecoambiente ACE, no valor de 2.115.901,99 € está considerada no Balanço, na rubrica "Outros activos Financeiros – Activo Corrente", dado que a liquidação do ACE se irá realizar durante o ano de 2015.

Em Fevereiro de 2013, o contrato de prestação de Serviços dos Irmãos Cavaco, SA/Ecoambiente SA teve o seu término, passando essa prestação de serviços a ser realizada pela Ecoambiente a partir do mês de Março de 2013.

Em Março de 2014, foi efectuada distribuição de 50% dos lucros sobre Resultados de anos anteriores por parte da Pragosa Ambiente/Ecoambiente ACE a cada uma das participantes, no valor de 12.500,00 € e de distribuição de lucro de 2013, no valor de 27.500,00 €.

Em Outubro de 2014 foi efectuada pela Cespa/Ecoambiente ACE, a distribuição de resultados de anos anteriores, a cada um dos participantes, no valor de 50.000,00 €.

Em Março de 2014, foi efectuada a distribuição de Resultados de 2013, por parte da Verdevista, no valor de 220.000,00 €

10. Inventários

10.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição

actual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos directamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra directa. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31.12.2014	31-12-2013
Mercadorias	- €	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	540.134,35 €	511.199,25 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €
	540.134,35 €	511.199,25 €
Mercadorias em trânsito	609,15 €	
Perdas de imparidade	60.538,75 €	
TOTAL	480.204,75 €	511.199,25 €

10.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2014		31-12-2013	
	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário inicial		511.899,25 €		343.046,06 €
Perdas por imparidade em existências				
Compras		1611.240,40 €		1633.786,66 €
Subcontratos				
Reclassificação e regularização de inventários		16.512,43 €		45.427,44 €
Inventário final		540.34,35 €	0,00 €	511.899,25 €
Gasto do período	0,00 €	1.585.792,87 €	0,00 €	1.420.206,03 €

11. Réditos

11.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção passam ser fiavelmente mensurados.
- Prestações de serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo.
- Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.
- Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista receber o pagamento.

11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2014	31.12.2013
Vendas de bens	52.724,70 €	35.706,97 €
Prestações de serviços	14.620.555,77 €	14.450.105,28 €

Juros	27.985,17 €	22.594,69 €
Royalties		
Dividendos		
TOTAL	14.701.265,64 €	14.508.406,94 €

11.3. Vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2014 e 2013 distribuíram-se da seguinte forma:

	2014	2013
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	14.673.280,47 €	14.485.812,25 €
Mercado externo		

	2014	2013
Prestações de serviços:		
Transporte e recolha de resíduos sólidos urbanos	8.731.914,04 €	8.882.201,62 €
Aluguer de viaturas de transporte RSU	2.640.889,92 €	3.134.720,01 €
Limpeza urbana	3.247.751,81 €	2.428.058,42 €
Outros serviços	-	5.125,23 €
	14.620.555,77 €	14.450.105,28 €

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 05 de Março de 2015.

12.2. Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

13. Impostos sobre o rendimento

13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos / Rendimentos	31.12.2014	31.12.2013
Impostos correntes	243.935,03€	199.982,81 €
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Impostos diferidos		
Origem e reversão de diferenças temporárias		
Alterações nas taxas de tributação		
Lançamento de novos impostos		
Benefício de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por imposto ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos correntes		
Benefício de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por imposto ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Gastos por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos	956,52 €	956,52 €
Imposto relativo às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros incluídos nos resultados porque não podem ser contabilizados retrospectivamente		
TOTAL	242.978,51 €	199.026,29 €

13.2. Imposto diferido ou corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, directamente ao capital próprio.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014, os itens debitados/creditados directamente ao capital próprio foram como segue:

	Imposto diferido	Imposto corrente
Alteração na quantia escriturada proveniente da revalorização do activo fixo tangível (NCRF 7)	6.767,84€	-
Ajustamento no saldo de abertura de resultados transitados resultante de uma alteração na política contabilística (NCRF 4)		
Diferenças de câmbio resultantes da transposição das demonstrações financeiras de uma unidade operacional estrangeira (NCRF 23)		
....		
TOTAL	6.767,84€	-

13.3. Perdas fiscais não usadas e créditos por impostos não usados

A 31 de Dezembro de 2014, os activos e passivos por impostos diferidos descriminam-se como se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Activos por impostos diferidos		
Prejuízos fiscais em 2009		
.....		
Passivos por impostos diferidos		
Excedente de revalorização	40.748,43 €	41.704,95 €
	40.748,43 €	41.704,95 €
Rendimentos por impostos diferidos		
Gastos por impostos diferidos		

14. Capital

14.1. Montante de capital social

A 31 de Dezembro de 2014, a Empresa detinha um capital social de 700.400 Euros, estando este capital totalmente realizado.

14.2. Acções representativas do capital social

A 31 de Dezembro de 2014, a Empresa detinha um capital social de 140.080 mil acções, ao valor nominal de 5 euros por acção, integralmente realizadas.

O capital social da Empresa, a 31.12.2014, descrimina-se como se segue:

Detentor de capital	N.º acções	Valor nominal	Capital social realizado	Total capital social a realizar	Período de realização
Formentinvest Ambiente– SGPS, SA	108.814	5€	544.070 €	-	-
Nouvelle Environnements, SA	31.266	5€	156.330 €		

15. Outras informações

15.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2014 é o seguinte:

	2014	2013
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	(26.519,82)	(22.599,84)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	507.085,10	256.135,03
Contribuições para a Segurança Social	(108.123,50)	(106.957,24)
Outras Tributações (FCT e FGCT)	(35,33)	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Imposto estimado	(243.935,03)	(199.982,81)
Pagamentos por conta	276.108,51	271.106,43
Retenções na fonte	341,71	788,30
	404.921,64	198.489,87

15.2. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Banco	Data Subscrição	Data terminus	IF GB	Cliente	Objecto da GB	Valor da GB
BCP	03-03-2000	SEM TERMO	20445530	CM MAIRA	PREST. SERV. RECOLHA RSU	443.530,85
BCP	14-11-2014	SEM TERMO	125-02-1939538	MAPUTO	REAPROVEITAMENTO DE RSU E LIMPEZA DE HULHIE	2.597,40
BCP	21-09-1998	SEM TERMO	320020105665	SHELL	COMBUSTIVEL	9.975,96
BCP	08-10-2012	SEM TERMO	125-02-1831378	C.M. V. POUCA DE AGUAR	PREST. SERV. RECOLHA RSU	43.722,50
BCP	17-11-2011	SEM TERMO	125-02-1784687	MUNICPIO ODEIRA	ALUGUER OPERACIONAL DE 3 VIAT RSU	37.722,13
BCP Total						537.548,84
BES	06-01-2009	SEM TERMO	347457	MUNICPIO COMBRA	PREST SERV ALUG. OPE. VIAT REC RES. SOL.	36.374,40
BES	26-03-2009	SEM TERMO	349402	CM SINTRA	SERV. VARRIÇÃO MONTE ABRÃO	34.865,97
BES	27-03-2009	SEM TERMO	349401	CM AZAMBUJA	SERV. RECOLHA RSU	159.307,84
BES	01-06-2009	SEM TERMO	1012709	SHELL	ASSEGURAR O PAGAMENTO	44.000,00
BES	01-04-2010	SEM TERMO	355976	CM LAMEGO	PREST. SERV. RECOLHA E LIMPEZA	149.882,80
BES	13-01-2010	SEM TERMO	357808	CM FALE	PREST SERV RECOLHA E LIMPEZA	249.757,00
BES	16-11-2010	SEM TERMO	362722	MUNICPIO DE VIZELA	RECOLHA RSU MONSTROS	148.736,59
BES	12-06-2012	SEM TERMO	378882	SMAS	RECOLHA GRADADOS, AREAS E GOROURAS ETAR	8.201,56
BES	30-07-2012	SEM TERMO	377828	CM ODIVELAS	LIMPEZA URBANA	13.656,04
BES	05-11-2012	SEM TERMO	379839	SMTEJO	RECOLHA AREAS E GRADADOS	14.201,39
BES	20-12-2012	SEM TERMO	381267	C.M. MOMENTA DA BERA	RECOLHA RSU	3.739,95
BES	23-01-2013	SEM TERMO	381638	ALBUFERA	RECOLHA RSU - CONTRATO 10 MESES INICIO SET 2013	136.227,07
BES	01-02-2013	SEM TERMO	382008	ALMADA	LAVAGEM E VARR. COSTA DA CAPARICA E COVA DA PIEDADE	6.869,44
BES	03-04-2013	SEM TERMO	383617	SMAS LOURES	LAVAGEM DE CONTENTORES	1.150,00
BES	17-05-2013	SEM TERMO	384572	CNFÂES	RECOLHA DE RSU	27.326,57
BES	22-05-2014	SEM TERMO	393190	ASSOC. MUNICIPIOS VALE DOURO NORTE	GESTÃO DE RESÍDUOS E HIGIENE URBANA	77.521,13
BES	30-06-2014	SEM TERMO	393895	C.M. ALBUFERA	PREST. SERV. RSU LAVAGEM E LIMPEZA - JULHO E AGOSTO 2014	27.245,41
BES	22-07-2014	SEM TERMO	394209	MUNICPIO SINTRA	LOCAÇÃO VARREDORAS	279.885,75
BES	22-07-2014	SEM TERMO	394208	SMAS SINTRA	LOCAÇÃO VIATURAS RSU	539.956,57
BES	21-08-2014	SEM TERMO	394535	C.M. ALBUFERA	PREST. SERV. RSU LAVAGEM E LIMPEZA - INICIO DEZ 2014 PRAZO 42 MESES	516.089,49
BES	08-10-2014	SEM TERMO	394983	C.M. ALBUFERA	AJUSTE DIRECTO PREST. SERV. TRANSP. RSU OUTUBRO 2014	13.622,71
BES	27-10-2014	SEM TERMO	395205	C.M. ALBUFERA	AJUSTE DIRECTO PREST. SERV. TRANSP. RSU NOVENBRO 2014	13.622,71
BES	19-11-2014	SEM TERMO	395425	C.M. LOULÉ	LIMPEZA URBANA	32.250,00
BES	03-12-2014	SEM TERMO	395556	ACT - AUTORIDADE PARA COND. TRABALHO	PROCESSO FUNCIONÁRIO	2.091,00
BES	03-12-2014	SEM TERMO	395555	MUNICPIO DE SINTRA	LIMPEZA URBANA UNIÃO DAS FREG. AGUALVA CACÉM E MONTE ABRÃO	26.643,79
BES	03-12-2014	SEM TERMO	395554	MUNICPIO DE SINTRA	LIMPEZA URBANA UNIÃO DAS FREG. AGUALVA CACÉM E MONTE ABRÃO	42.000,02
BES	10-12-2014	SEM TERMO	395500	MUNICPIO DE SETUBAL	ALUGUER DE VIATURAS	10.026,00
BES	10-12-2014	SEM TERMO	395640	C.M. VILA POUCA DE AGUAR	RECOLHA E TRANSPORTE RSU E LAVAGEM DE CONTENTORES	32.653,97
BES Total						2.647.804,17
BIC	19-02-2014	SEM TERMO	54/2014-P	C.M. OVAR	LIMPEZA URBANA E BALNEAR	8.376,28
BIC	18-09-2014	SEM TERMO	308/2014-P	C.M. LAGOS	LIMPEZA URBANA	111.120,12
BIC	09-09-2014	SEM TERMO	344/2014	ASSOC. MUNICIPIOS VALE DOURO NORTE	GESTÃO DE RESÍDUOS E HIGIENE URBANA VALE DOURO NORTE - LOTE 1	60.464,51
BIC	09-09-2014	SEM TERMO	345/2014	C.M. ALBUFERA	AJUSTE DIRECTO PREST. REC. E TRANSP. RSU - SETEMBRO 2014	13.622,71
BIC Total						213.583,60
Total Geral						3.398.936,61

15.4. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos distribuíram-se da seguinte forma:

	2014	2013
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Subcontratos	2.380.658,13 €	2.041.055,17 €
Trabalhos Especializados	980.018,00 €	878.775,28 €
Publicidade e Propaganda	25.802,63 €	16.606,79 €
Conservação e Reparação	2.302.742,29 €	1.859.099,76 €
Serviços Bancários	80.716,03 €	78.806,34 €
Ferramentas e utensílios	76.174,54 €	120.524,80 €
Material de Escritório	14.130,82 €	14.320,48 €
Electricidade	28.451,56 €	26.604,86 €
Combustíveis	955.136,12 €	947.976,65 €
Água	19.446,25 €	14.499,79 €
Deslocações e Estadas	69.811,41 €	67.892,58 €
Rendas e Alugueres	289.674,21 €	273.195,60 €
Comunicação	34.283,37 €	30.605,24 €
Seguros	91.193,70 €	85.332,67 €
Honorários	63.995,50 €	28.322,87 €
Outros	72.760,74 €	61.078,77 €
	7.484.995,30 €	6.544.697,65 €

15.5. Benefícios dos empregados

Os gastos com pessoal resumem-se, nos anos de 2014 e 2013:

	2014	2013
Remunerações do pessoal	2.770.067,91 €	2.848.862,08 €
Encargos sobre remunerações	580.321,96 €	574.761,08 €
Seguro de Acidentes de trabalho	43.188,73 €	51.645,98 €
Outros gastos com o pessoal	40.154,86 €	26.712,45 €
	3.433.733,46 €	3.501.981,59 €

Os outros gastos com pessoal incluem gastos com medicina no trabalho, fardamentos, seguro de saúde e formação.

Em 2014 foi criada uma provisão para indemnizações a pagar aos funcionários, relativas a contratos iniciados ou renovados em 2014, no valor de 13.940,34 €.

15.6. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2014 e 2013 a seguinte composição:

	2014	2013
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	256.700,81 €	330.958,45 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	23.760,72 €	20.496,55 €
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	397.048,59 €	496.814,67 €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	27.985,17 €	22.594,69 €
Outros	139.291,52 €	29.795,09 €
	844.786,81 €	900.659,45 €

15.7. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2014 e 2013 a seguinte composição:

	2014	2013
Outros gastos e perdas		
Impostos	90.963,23 €	88.258,52 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.636,16 €	
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	44.630,74 €	
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	56.565,92 €	44.123,80 €
	193.796,05 €	132.382,32 €



15.8. Outras contas a receber e a pagar

Os montantes constantes nas rubricas outras contas a receber e a pagar respeitam a:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Fornecedores (Saldos Devedor)	696,58 €		4.323,58 €	
Outros devedores	48.454,06 €		48.623,84 €	
Devedores por acréscimo de rendimentos	184.189,93 €		212.601,11 €	
Total	233.340,57 €	0,00 €	265.548,53 €	0,00 €

OUTRAS CONTAS A PAGAR	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Fornecedores Investimentos				382.550,00 €
Credores por Acréscimo de Gastos	1.699.705,22 €		2.003.481,37 €	
Outros Credores	1.308.905,31 €		1.636.726,24 €	
Clientes (saldos credores)	1.574,70 €			
Fornecedores				
Total	3.010.185,23 €	0,00 €	3.640.207,61 €	382.550,00 €

- Outras contas a pagar (corrente):

- Dívida aos Irmãos Cavaco/Ecoambiente, ACE no valor de 1.305.483,12 €, registada na rubrica "Outras contas a pagar";

15.9. Diferimentos

Os montantes constantes nas rubricas de diferimentos respeitam a:

DIFERIMENTOS (ACTIVO)	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Seguros	25.034,19 €		22.457,33	
Rendas	7.628,08 €		5.551,50	
Outros Gastos	8.093,50 €		16.920,38	
Total	40.755,77 €	0,00 €	44.929,21 €	0,00 €

DIFERIMENTOS (PASSIVO)

	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Outros Rendimentos a Reconhecer				
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

15.10. Clientes

Os montantes constantes nas rubricas de clientes respeitam a:

	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Clientes conta corrente	4.604.506,61 €		5.063.559,00 €	
Clientes - Titulos a Receber				
Clientes - Titulos descontados				
Clientes - Cobrança duvidosa	164.502,91 €		50.338,80 €	
Perdas imparidade	-164.362,85 €		-48.130,23 €	
Total	4.604.646,67 €	0,00 €	5.065.767,57 €	0,00 €

Em 2014 foi constituída imparidades para dívidas de clientes, no valor de 118.086,79 €, relativa a facturas do Município da Nazaré.

Foi efectuada reversão de imparidade ao cliente Duarte & Filhos, Lda., no valor de 1.854,17 €, por liquidação da dívida em mora.

15.11. Fornecedores

Os montantes constantes nas rubricas de fornecedores respeitam a:

	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Fornecedores - conta corrente	2.227.607,46 €	0,00 €	2.774.100,96 €	0,00 €
Total	2.227.607,46 €	0,00 €	2.774.100,96 €	0,00 €

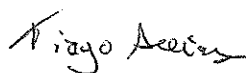
15.12. Provisões

Em 2014 foram criadas provisões para processos judiciais em curso, no valor de 28.597,80 €, e efectuada reversão da provisão, criada em 2013, no valor de 31.000,00 €.

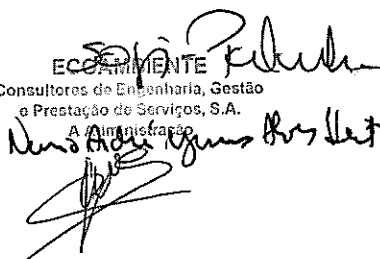
Informações Exigidas por Diplomas Legais

- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2014.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.
- Para efeitos do nº1 do Artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas facturou à Empresa a título de honorários com a Revisão Legal de Contas Anuais o valor de 8 000 Euros, acrescido de IVA.

Técnico Oficial de Contas



Administração

ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços, S.A.
A Administração


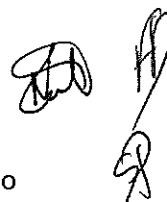
**ECOambiente – Consultores de
Engenharia, Gestão e Prestação de
Serviços, S.A.**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano de 2014

ÍNDICE

1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
2	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO.....	8
3	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	10
3.1	INVESTIMENTOS	10
3.2	GASTOS	11
3.2.1	Fornecimentos e Serviços Externos.....	12
3.2.2	Gastos com pessoal	13
3.3	RENDIMENTOS	14
4	RECURSOS HUMANOS	15
5	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	16
6	DIVIDAS AO FISCO E À SEGURANÇA SOCIAL.....	17
7	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	17
8	PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2015.....	17
9	PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	17
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
	Anexo I ao Relatório de Gestão	19
	Anexo II ao Relatório de Gestão	20

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes.

Em conformidade com o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da ECOambiente, S.A. submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e demais peças contabilísticas referentes ao exercício de 2014.

A ECOambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., é uma sociedade anónima, constituída em 1992, que tem a sua sede social no Parque Industrial da Abrunheira, Edifício 2, em Sintra, e que tem como atividades principais a Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais, a Higiene e Limpeza Urbana e o aluguer de equipamentos relacionados com as atividades atrás descritas.

A ECOambiente é detida em 77,68% pela empresa Fomentinvest Ambiente SGPS,S.A. e em 22,32% pela empresa Nouvelle Environments, S.A..

1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2014 ficou marcado pela continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num enquadramento de crescimento moderado da atividade e do nível de preços e também da capacidade de redução do endividamento externo. Processo este cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável com o aumento do risco de uma recuperação económica mais lenta, quer na área do euro, quer nas economias emergentes, projetando uma menor procura externa dirigida a Portugal no horizonte próximo. Neste quadro, observou-se um crescimento moderado da economia portuguesa em termos homólogos, confirmando o perfil de recuperação moderada da economia ao longo de 2014.

No quadro abaixo temos as projeções apresentadas no Boletim Económico de Dezembro de 2014 do Banco de Portugal:

Quadro 1.1 ▪ Projeções do Banco de Portugal: 2014-2016 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2013	BE dezembro 2014			BE outubro 2014		BE junho 2014	
		2014 ^(p)	2015 ^(p)	2016 ^(p)	2014 ^(p)	2015 ^(p)	2016 ^(p)	2016 ^(p)
Produto Interno Bruto	100,0	0,9	1,5	1,6	0,9	1,1	1,5	1,7
Consumo Privado	65,7	2,2	2,1	1,3	1,9	1,4	1,5	1,5
Consumo Público	18,3	-0,5	-0,5	0,5	-0,7	-0,2	-1,4	0
Formação Bruta de Capital Fixo	16,3	2,2	4,2	3,5	1,6	0,8	3,7	3,9
Procura Interna	100,7	2,3	1,0	1,5	1,9	1,4	1,0	1,6
Exportações	37,3	2,6	4,2	5,0	3,7	3,8	6,1	5,6
Importações	38,0	6,3	3,1	4,7	6,4	4,6	4,8	5,5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)								
Procura interna		2,3	1,1	1,5	1,9	1,4	1,0	1,6
Exportações		1,0	1,7	2,1	1,5	1,5	2,5	2,4
Importações		-2,5	-1,3	-2,0	-2,5	-1,8	-2,0	-2,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,6	2,8	2,9	2,2	2,8	4,0	4,3
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,6	2,5	2,6	1,6	2,0	3,0	3,3
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		-0,1	0,7	1,0	0,0	0,2	1,0	1,1

Fonte: Banco de Portugal.

Nota: (p) – projetado. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

O perfil de recuperação económica moderada ficou a dever-se essencialmente ao contributo positivo da procura interna e das exportações, e influenciado negativamente pelo aumento das importações. No entanto, os riscos internos permaneceram elevados, com o dinamismo da procura interna a ser condicionado pelo ainda elevado nível de endividamento e pelo processo de consolidação orçamental. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, a atividade económica em 2015 deverá continuar num ritmo de crescimento moderado, ligeiramente superior ao projetado para a área do euro, registando um aumento na ordem dos 1,5%.

A inflação, em 2014, situou-se nos -0.1%, comparando com os 0,3% verificados no final de 2013. Conforme referido no Boletim Económico de Dezembro de 2014 do Banco de Portugal, o valor registado em 2014 reflete o contexto de deterioração da posição cíclica da economia portuguesa e a diminuição dos preços das importações excluindo bens energéticos.

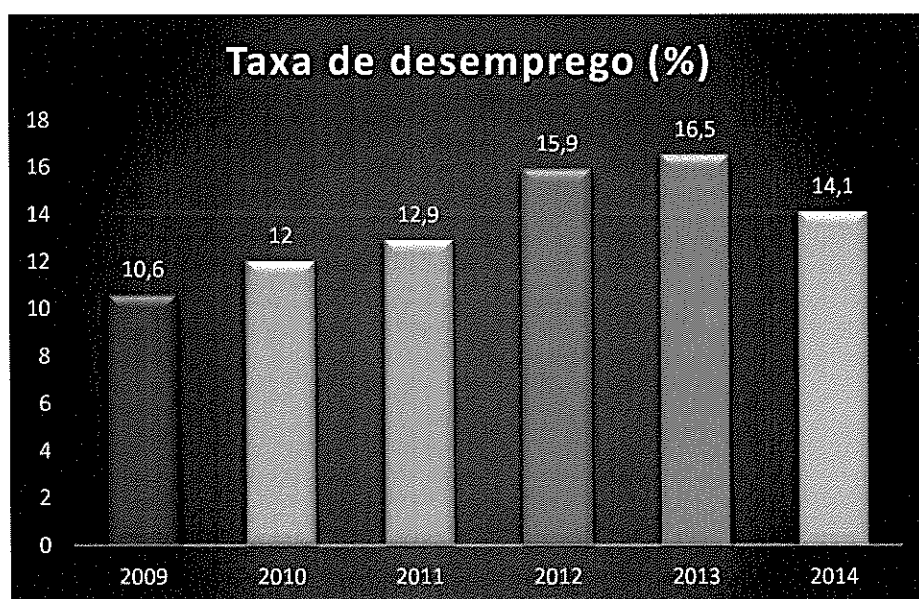
A redução da taxa de inflação em 2014 deverá ter um carácter temporário e registar um aumento moderado para cerca de 0,7% em 2015, num contexto de pressões inflacionistas internas e externas contidas e de recuperação modesta da economia mundial.

Numa análise mais restrita ao sector do Ambiente, temos que a recuperação moderada da atividade económica em 2014 contribuiu significativamente para o aumento do consumo em Portugal. Deste modo e estando a produção de resíduos intimamente ligada a este consumo, não é de estranhar, que se tenha verificado um ligeiro aumento na produção de resíduos face a 2013.

De igual modo, o deterioramento das condições financeiras de alguns operadores de resíduos, acrescido do estabelecimento de novos “players”, criou uma pressão sobre os preços de mercado, obrigando as empresas existentes a readaptarem a sua estrutura de custos.

Numa observação mais específica aos fatores com maior impacto na ECOambiente, identificamos 4 aspetos:

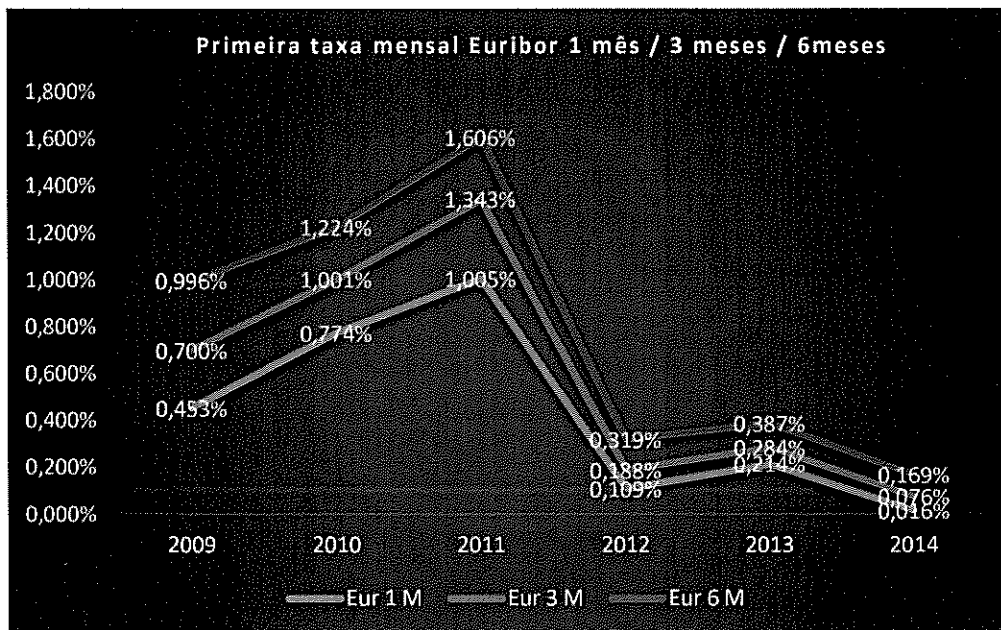
- **Descida da taxa de desemprego:**



Tomando como referência o ano de 2009, tínhamos em Portugal uma taxa de desemprego na ordem dos 10,6%. Os anos seguintes registaram uma forte tendência de subida e o ano de 2014 ficou marcado pela melhoria das condições do mercado de trabalho – aumento de emprego em termos líquidos e diminuição da taxa de desemprego para níveis próximos dos observados no início de 2012.

[Handwritten signature]

- **Trajectória da Euribor:**



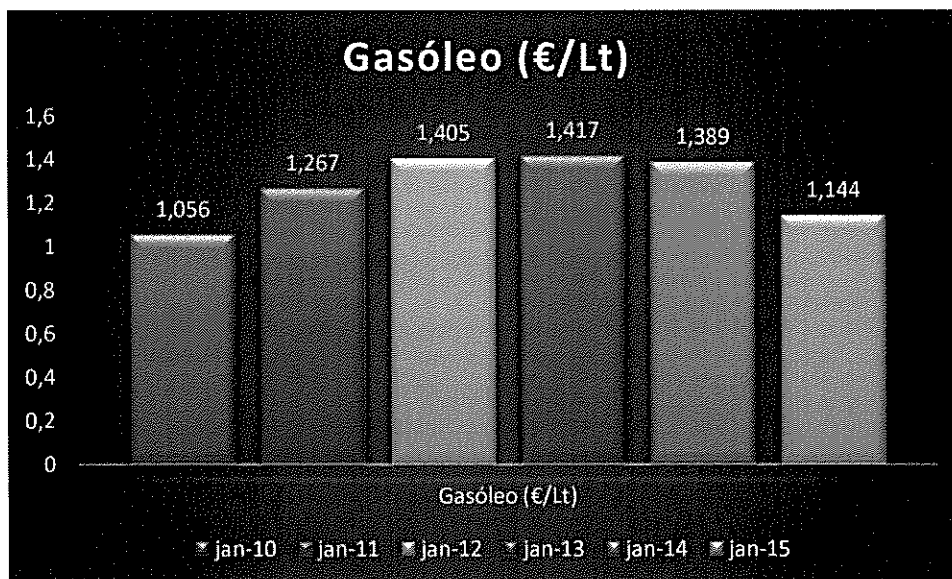
Após a subida das taxas Euribor entre 2010 e 2011, devido à forte instabilidade nos mercados financeiros, e após uma descida histórica das mesmas em 2012, assistimos a uma subida modesta e gradual das taxas Euribor em 2013 e a uma nova descida gradual em 2014. Neste cenário, os *spreads* praticados pela Banca continuaram a ser reduzidos gradualmente, beneficiando as entidades que recorrem ao financiamento bancário.

- **Melhoria dos prazos médios de pagamento do sector público:**

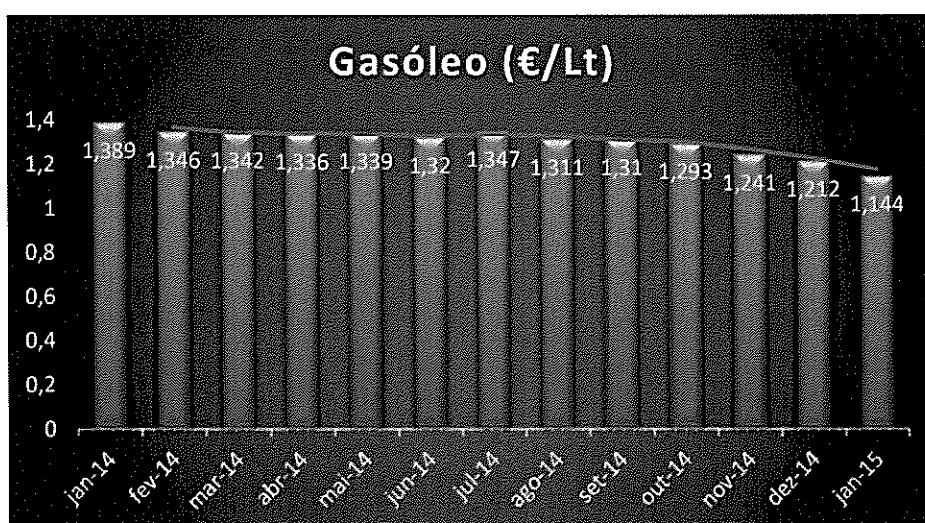
Assistiu-se, em 2014, a uma melhoria gradual das finanças públicas e locais, situação que na prática se tem traduzido numa diminuição dos prazos médios de pagamento por parte destas entidades. Esta melhoria deve-se essencialmente à publicação da Lei n.º 8/2012 ("Lei dos Compromissos") e à formalização do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) no final de 2012, sendo que durante os anos de 2013 e 2014 foi possível regularizar grande parte das dívidas antigas que os Municípios detinham para com os seus fornecedores. Esta é uma situação que afeta com particular incidência a ECOambiente, dado que cerca de 91% da sua faturação diz respeito a Câmaras Municipais e Empresas Municipais.

- **Descida do preço dos combustíveis:**

Preços médios dos combustíveis (1º dia do mês)



A variação do preço dos combustíveis tem um peso bastante significativo na ECOambiente, dado que representa cerca de 12% da totalidade dos seus custos. No que diz respeito ao Gasóleo registou-se, em 2013, uma descida moderada de cerca de 1,98%, traduzindo-se num decréscimo de cerca de 0,03€ por litro no seu preço médio. O ano de 2014 fechou com um preço médio de 1,144€/litro apresentando uma descida significativa de 17,64% face ao ano anterior (equivalente a uma redução de 0,25€/litro), registando assim uma acentuada melhoria das condições face a 2013.



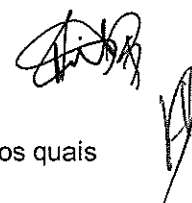
2 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

De entre os factos mais relevantes de 2014, temos:

- Renovação de 2 dos contratos mais relevantes para a ECOambiente, num valor aproximado de 28.000.000€:
 - Contrato com a Hpem de “Locação de viaturas de Recolha de RSU's, Lavagem de contentores e Varredoras com motorista” – contrato renovado e com cedência de posição contratual para o Município de Sintra e SMAS de Sintra;
 - Contrato com a Câmara Municipal de Albufeira de “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados, fornecimento, lavagem, desinfeção e manutenção de contentores e limpeza urbana, no município de Albufeira” – contrato alvo de uma nova adjudicação pelo período de 42 meses.

- Renovação de contratos existentes, num valor aproximado de 600.000€, nomeadamente:
 - Contrato com a Câmara Municipal de Valpaços “Contratação dos serviços de recolha de RSU”;
 - Contrato com os SMAS de Sintra “Prestação de serviços de recolha, transporte e entrega a destino final adequado dos gradados produzidos nas ETAR e EEAR”;
 - Contrato com a SIMTEJO “Aluguer de contentores, Recolha e Transporte de Gradados e Areias provenientes de ETAR's”;
 - Contrato com a Câmara Municipal de Almada - Prestação de serviços de lavagem e varredura dos passeios e vias das freguesias de Cova da Piedade e Costa de Caparica;
 - Contrato com a Câmara Municipal de Coimbra – “Aluguer Operacional de Viaturas de Recolha de RSU's”;
 - Contrato com a Câmara Municipal do Montijo – “Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU e Lavagem de contentores na zona este do concelho do Montijo”;
 - Contrato com a Câmara Municipal de Oeiras - Locação de viaturas RSU, com condutor, na modalidade de fornecimento contínuo.

- Início em 2014 de contratos pontuais ou de curta duração e privados com um valor de adjudicações próximo dos 168.000€.



- Novos contratos iniciados em 2014, num valor aproximado de 2.600.000,00€, dos quais se salientam:
 - Contrato com a Câmara Municipal de Lagos "Aquisição de Serviços de Limpeza Urbana na Área do Município de Lagos" (36 meses);
 - SIMAR Loures e Odivelas - Prestação de serviços de Aluguer de viaturas RSU (12 meses);
 - Contrato com a Câmara Municipal de Ovar "Aquisição de Serviços de Limpeza Urbana e Limpeza Balnear" (10 meses);
 - Contrato com a Câmara Municipal de Pinhel "Aquisição de Serviços de Recolha de RSU no concelho de Pinhel" (9 meses);

- Adjudicação em 2014 para início de contrato em 2015, num valor aproximado de 5.300.000,00€:
 - Associação de Municípios do Vale do Douro Norte - Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro-Norte – Lotes 1 e 2 (36 meses);
 - Câmara Municipal de Sintra - Aquisição de serviços de limpeza pública na União de freguesias de Sintra (parcial), Cidade de Agualva e Monte Abraão - Lotes 1 e 2 (24 meses);
 - Câmara Municipal de Setúbal - Prestação de serviços de aluguer operacional de uma viatura pesada de 20 m³ para recolha de contentores de resíduos sólidos urbanos, pelo período de 36 meses;
 - Câmara Municipal de Loulé - "Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Urbana numa área de Almancil e de Quarteira, Concelho de Loulé" (24 meses);

- Término dos seguintes contratos:
 - Contrato com a Câmara Municipal de Viseu - "Aquisição de serviços de limpeza urbana";
 - Contrato com a Câmara Municipal de Trancoso - "Aquisição de serviços de Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final, nos aglomerados rurais do concelho de Trancoso";
 - Contrato com a Câmara Municipal de Almada – "Lavagem de contentores enterrados e semi-enterrados";
 - SIMAR Loures e Odivelas - Prestação de serviços de Lavagem de contentores enterrados e semi-enterrados";
 - Contrato com a Hpem e posteriormente com o Município de Sintra relativo a aquisição de serviços de Limpeza Urbana em Monte Abraão (substituído por nova adjudicação para uma área mais alargada).

3 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em 2014 totalizaram 4.156.168€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	Euros	% s/ Investimentos Totais	% s/ Grupo de Investimentos
Investimentos financeiros	-104.908	-2,52%	100,00%
Aquisições Participações	0	0,00%	0,00%
Participações de Capital	-97.582	-2,35%	93,02%
Investimentos noutras empresas	-7.500	-0,18%	7,15%
Outros Investimentos Financeiros	175	0,00%	-0,17%
 Activo fixos tangíveis	 2.472.474	 59,49%	 100,00%
Terrenos e recursos naturais	0	0,00%	0,00%
Edifícios e outras construções	60.438	1,45%	2,44%
Equipamento básico	95.143	2,29%	3,85%
Equipamento de transporte	2.273.967	54,71%	91,97%
Equipamento administrativo	15.376	0,37%	0,62%
Outros activos fixos tangíveis	27.550	0,66%	1,11%
 Investimentos em curso	 1.788.601	 43,03%	 100,00%
 INVESTIMENTOS	 4.156.168	 100,00%	

Nos investimentos financeiros a redução de 97.582€ deve-se à diferença entre a incorporação de resultados por via do Método de Equivalência Patrimonial e a distribuição de dividendos no exercício de 2014 das várias participadas da ECOambiente.

Os investimentos em Ativos Fixos Tangíveis totalizaram 2.472.474€ e dizem respeito a:

- Edifícios e outras construções: referem-se a obras de melhoramento no estaleiro da Azambuja e à construção de uma Mini Etar no ecocentro de Mafra;
- Equipamento Básico: refere-se maioritariamente a aquisição de contentores para Lagos, Vila Pouca de Aguiar, Fafe e Valpaços.
- Equipamento de Transporte: refere-se maioritariamente à aquisição de diversas viaturas de recolha de R.S.U. para os contratos de Albufeira, Sintra, Douro Norte e Lagos, assim como a aquisição de 10 varredoras também para o contrato de Sintra.
- Equipamentos Administrativo: refere-se maioritariamente à atualização do software de gestão PHC, nomeadamente através da aquisição de módulo de Consolidação e a aquisição de Nova Central Telefónica.

- Outros ativos fixos tangíveis: refere-se maioritariamente à aquisição de Box's para viaturas destinadas ao seu controlo e maquinaria diversa.

Os investimentos em curso no valor de 1.788.601€ dizem respeito à aquisição de viaturas de recolha de R.S.U. para os contratos de Sintra e Douro Norte, sendo que à data de 31 de Dezembro de 2014 estas viaturas ainda não estavam totalmente preparadas para se iniciar a sua utilização nestes contratos.

3.2 GASTOS

Os Gastos neste exercício totalizaram 14.485.743€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	2013	%	2014	%	Variação	Variação %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.420.206 €	10%	1.565.793 €	11%	145.587 €	10%
Fornecimentos e serviços externos	6.544.698 €	47%	7.484.995 €	52%	940.298 €	14%
Gastos com o pessoal	3.501.982 €	25%	3.433.733 €	24%	-68.248 €	-2%
Gastos de depreciação e de amortização	2.019.961 €	14%	1.398.780 €	10%	-621.181 €	-31%
Provisões	48.491 €	0%	28.598 €	0%	-19.893 €	-41%
Outros gastos e perdas	132.382 €	1%	193.796 €	1%	61.414 €	46%
Gastos e perdas de financiamento	326.602 €	2%	201.422 €	1%	-125.179 €	-38%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0 €	0%	178.626 €	1%	178.626 €	100%
Total	13.994.321 €	100%	14.485.743 €	100%	491.422 €	4%

O acréscimo de gastos, na ordem dos 4%, representado neste mapa deve-se essencialmente a:

- Acréscimo significativo de gastos na rubrica de FSE, que se prende na sua maioria com gastos em conservação e reparação (melhoria e renovação da frota) e na rubrica de trabalho temporário (tendo em vista as novas prestações de serviços).
- No sentido oposto, verifica-se uma redução substancial nos gastos de financiamento originada pelo término de uma boa parte dos leasings mobiliários e por uma reduzida utilização das contas caucionadas.
- Outra das variações bastante significativas diz respeito à redução nas amortizações explicada pelo fim de ciclo de amortização do investimento que se realizou em 2009. O avultado investimento realizado em 2014 ainda não tem expressão significativa nestas contas, dado que ocorreu em finais de 2014 e irá ter uma maior expressão em 2015.
- O valor registado em Imparidade de dívidas a receber diz maioritariamente respeito a parte da dívida do Município da Nazaré.

3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram, em 2014, 7.484.995€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	2013	%	2014	%	Variação	Variação %
62 Fornecimentos e serviços externos	6.544.697 €	100%	7.484.995 €	100%	940.298 €	14%
621 Subcontratos	2.041.055 €	31%	2.380.658 €	32%	339.603 €	17%
6211 Aquisições no território nacional	2.041.055 €	31%	2.380.658 €	32%	339.603 €	17%
622 Serviços especializados	2.786.827 €	43%	3.376.939 €	45%	590.111 €	21%
6221 Trabalhos especializados	878.775 €	13%	980.018 €	13%	101.243 €	12%
6222 Publicidade e propaganda	16.607 €	0%	25.803 €	0%	9.196 €	55%
6223 Vigilância e segurança	4.023 €	0%	4.380 €	0%	358 €	9%
6224 Honorários	28.323 €	0%	63.996 €	1%	35.673 €	126%
6226 Conservação e reparação	1.859.100 €	28%	2.302.742 €	31%	443.643 €	24%
6228 Outros Serviços	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
623 Materiais	141.018 €	2%	95.936 €	1%	-45.082 €	-32%
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	120.525 €	2%	76.175 €	1%	-44.350 €	-37%
6232 Livros de documentação técnica	285 €	0%	318 €	0%	33 €	12%
6233 Material de escritório	14.320 €	0%	14.131 €	0%	-190 €	-1%
6234 Artigos de oferta	5.887 €	0%	5.312 €	0%	-576 €	-10%
624 Energia e fluídos	998.401 €	15%	1.010.166 €	13%	11.765 €	1%
6241 Electricidade	26.605 €	0%	28.452 €	0%	1.847 €	7%
6242 Combustíveis	947.977 €	14%	955.136 €	13%	7.159 €	1%
6243 Água	14.500 €	0%	19.446 €	0%	4.946 €	34%
6248 Outros	9.320 €	0%	7.133 €	0%	-2.187 €	-23%
625 Deslocações, estadas e transportes	67.925 €	1%	69.822 €	1%	1.897 €	3%
6251 Deslocações e estadas	67.893 €	1%	69.811 €	1%	1.919 €	3%
6252 Transporte de pessoal	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6253 Transportes de mercadorias	33 €	0%	11 €	0%	-22 €	-67%
626 Serviços diversos	509.471 €	8%	551.475 €	7%	42.004 €	8%
6261 Rendas e alugueres	273.196 €	4%	289.674 €	4%	16.479 €	6%
6262 Comunicação	30.605 €	0%	34.283 €	0%	3.678 €	12%
6263 Seguros	85.333 €	1%	91.194 €	1%	5.861 €	7%
6265 Contencioso e notariado	3.502 €	0%	3.206 €	0%	-296 €	-8%
6266 Despesas de representação	8.264 €	0%	25.094 €	0%	16.830 €	204%
6267 Limpeza, higiene e conforto	20.340 €	0%	19.868 €	0%	-473 €	-2%
6268 Outros Serviços	88.232 €	1%	88.155 €	1%	-76 €	0%
6269 Despesas mal documentadas	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%

A conta "Subcontratos" inclui o recurso ao Trabalho Temporário, no valor de 1.740.310€.

Além desta rubrica, observa-se que as restantes rubricas com um maior peso na estrutura são os "Trabalhos Especializados", a "Conservação e Reparação" e os "Combustíveis".

3.2.2 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal com vínculo com a ECOambiente totalizaram 3.433.733€, representando uma diminuição de 2%, face ao ano anterior e estão representados no quadro abaixo:

	Designação	2013	2014	Variação	Variação %
63	Gastos com o pessoal	3.501.982 €	3.433.733 €	-68.248 €	-2%
631	Remunerações dos órgãos sociais	0 €	0 €	0 €	0%
632	Remunerações do pessoal	2.821.589 €	2.770.068 €	-51.521 €	-2%
634	Indemnizações	27.273 €	23.981 €	-3.292 €	-12%
635	Encargos sobre remunerações	574.761 €	556.341 €	-18.421 €	-3%
636	Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	51.646 €	43.189 €	-8.457 €	-16%
638	Outros gastos com o pessoal	26.712 €	40.155 €	13.442 €	50%

Como se pode constatar, no sentido inverso, existiu um aumento na rubrica de Subcontratos – Trabalho Temporário (FSE – 621) na ordem dos 23%.

Designação	2013	2014	Variação	Variação %
Trabalho Temporário	1.414.116 €	1.740.310 €	326.194 €	23%

Este aumento do recurso a Trabalho Temporário deve-se, em grande parte, à integração de vários contratos, tais como Lagos, MaiAmbiente, Tabuaço, Vagos, Trancoso, Viseu e Ovar.

3.3 RENDIMENTOS

A ECOambiente aumentou o seu volume de negócios em cerca de 1%.

Designação	2013	2014	Variação	Variação %
Volume de Negócios	14.485.812 €	14.673.280 €	187.468 €	1,3%
Vendas	35.707 €	52.725 €	17.018 €	47,7%
Prestações de Serviços	14.450.105 €	14.620.556 €	170.450 €	1,2%
Serviços de Recolha R.S.U.	8.882.202 €	8.731.914 €	-150.288 €	-1,7%
Serviços de Varrição	2.433.184 €	2.640.890 €	207.706 €	8,5%
Serviços de Aluguer de Viaturas	3.134.720 €	3.247.752 €	113.032 €	3,6%

No ano anterior, em 2013, a variação do volume de negócios foi positiva em 34%, justificada pela inclusão do contrato de Albufeira (serviço deixou de ser prestado pelo ACE e foi incorporado na ECOambiente).

No que diz respeito ao **E.B.I.T.D.A.**, a ECOambiente, atinge, em 2014, um valor de 2.673.439€, apresentando uma variação negativa de 29%.

ECOambiente	2012	Variação	2013	Variação	2014	Variação
EBITDA	3.878.167 €	-19%	3.745.122 €	-3%	2.673.439 €	-29%
Liquidez geral	129,57%	-20%	101,15%	-22%	127,39%	26%
Autonomia financeira	32,27%	1%	43,16%	34%	40,43%	-6%

Esta variação negativa é explicada pelo aumento dos encargos com custos de manutenção e pelas renovações dos contratos de Albufeira e Sintra (aluguer de viaturas), uma vez que estes contratos foram renovados com uma redução na sua margem.

No que diz respeito à Liquidez Geral e Autonomia Financeira, a empresa continua a apresentar ótimos indicadores. A empresa apresenta um rácio de Liquidez Geral de 127%, garantindo uma boa solvabilidade, mostrando capacidade de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, registando uma melhoria de 26% face a 2013.

A Autonomia Financeira de 40% demonstra a estabilidade financeira da empresa, permitindo-lhe fazer face aos seus compromissos através dos seus capitais próprios.

Em termos consolidados, refletindo as participações nos ACE's de Albufeira, da Marinha Grande, da Maia, de Mondim de Basto e na Verdevista, S.A. através da proporcionalidade das participações existentes, o **valor global dos proveitos** atingiu os 20.018.401€.

Grupo ECO Consolidado	2012	Variação	2013	Variação	2014	Variação
Proveitos	21.536.204	-2%	20.848.967	-3%	20.018.401	-4%

4 RECURSOS HUMANOS

No final do ano de 2014 a Ecoambiente, S.A. empregava, através de contrato individual de trabalho, 240 colaboradores, menos 16 trabalhadores do que no período homólogo.

ECOambiente, S.A.	2013	2014	Variação	%
Colaboradores	256	240	-16	-6,25%
Trabalhadores temporários	120	173	53	44,17%
Total	376	413	37	37,92%

Não fazendo parte dos efetivos da empresa, e em prestações de serviços de curta duração, em situações de início de prestações de serviço e substituições pontuais, recorreu-se a empresas de trabalho temporário contando-se, no final de 2014, a prestar serviço na ECOambiente, 173 trabalhadores temporários, mais 53 trabalhadores do que no período homólogo.

Com o acréscimo verificado de 53 trabalhadores em Trabalho Temporário, comparando o final de 2013 com o final de 2014, o valor gasto nesta rubrica aumentou 23% (conforme referido no ponto 3.2.2), ficando este acréscimo a dever-se a entradas relativas às prestações de serviço como Lagos, MaiAmbiente, Tabuaço, Vagos, Trancoso, Viseu e Ovar.

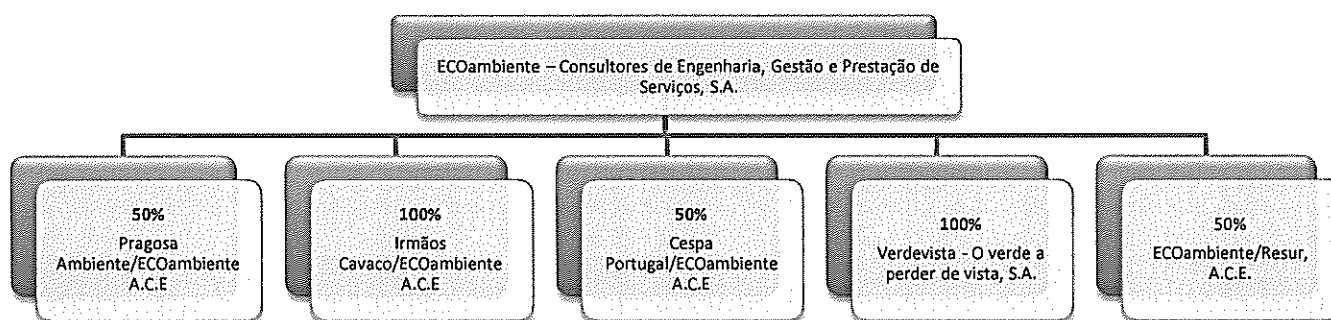
Distribuição dos colaboradores por categoria profissional:

Ecoambiente	Colaborador	%	TT	%	Total Geral	%
Administrativos	8	3,33%		0,00%	8	1,94%
Auxiliar Limpeza	1	0,42%	1	0,58%	2	0,48%
Cantoneiro	131	54,58%	114	65,90%	245	59,32%
Chefe Manutenção	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Coordenador Divisão	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Director	3	1,25%		0,00%	3	0,73%
Encarregado	8	3,33%	2	1,16%	10	2,42%
Ferramenteiro	0	0,00%		0,00%	0	0,00%
Fiel Armazém	2	0,83%		0,00%	2	0,48%
Gestor de Contrato	9	3,75%		0,00%	9	2,18%
Gestor de Frota	1	0,42%		0,00%	1	0,24%
Gestor Qualidade	1	0,42%		0,00%	1	0,24%
Lavador	1	0,42%	2	1,16%	3	0,73%
Mecânico	8	3,33%	1	0,58%	9	2,18%
Motorista Ligeiros	0	0,00%	1	0,58%	1	0,24%
Motorista Pesados	57	23,75%	52	30,06%	109	26,39%
Responsável Compras	1	0,42%		0,00%	1	0,24%
Técnicos Superiores	9	3,75%		0,00%	9	2,18%
Total Geral	240	100,00%	173	100,00%	413	100,00%

5 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

Em 2013, a ECOambiente, S.A. incorporou o contrato de Albufeira, mas a sociedade Irmãos Cavaco / ECOambiente – ACE continuou activa até que a Câmara de Albufeira liquidasse a sua dívida. O ACE será liquidado e dissolvido nos primeiros meses de 2015. A participação da ECOambiente nesta sociedade é de 100%.

A ECOambiente, S.A. participa ainda em 100% da VerdeVista, S.A. e em 50% do capital das sociedades Pragosa Ambiente / ECOambiente – A.C.E., Cespa Portugal / ECOambiente – A.C.E. e ECOambiente / Resur – A.C.E..



Em 2014, foram consolidados na ECOambiente S.A. os seguintes resultados:

	Res. Líquidos 2014	% Participação	Participação nos Resultados 2014	Saldo Inicial conta 41	Valor a reflectir	Distribuição de Dividendos	Saldo Final Conta 41
Empresas do Grupo							
Verdevista, SA	215.274,38 €	100%	215.274,38 €	841.610,45 €	215.274,38 €	220.000,00 €	836.884,83 €
Verdevista, SA (Goodwill)				104.036,30 €	0,00 €		104.036,30 €
Empresas Associadas							
ACE M. Grande	68.647,01 €	50%	34.323,51 €	83.181,33 €	34.323,51 €	40.000,00 €	77.504,84 €
ACE Albufeira	-44.630,74 €	100%	-44.630,74 €	2.300.532,73 €	-44.630,74 €	140.000,00 €	2.115.901,99 €
ACE Maia	294.901,40 €	50%	147.450,70 €	326.712,49 €	147.450,70 €	50.000,00 €	424.163,19 €
ACE Mondim	-7.566,06 €	50%	-3.783,03 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
TOTAL				3.656.073,30 €	352.417,85 €	450.000,00 €	3.558.491,15 €

A ECOambiente, durante o ano de 2014, prestou serviços de contabilidade, gestão de pessoal, gestão de seguros e apoio técnico às sociedades participadas.

6 DIVIDAS AO FISCO E À SEGURANÇA SOCIAL

À data de 31 de Dezembro de 2014, não existiam dívidas vencidas ao Fisco e à Segurança Social.

7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do Exercício não ocorreram quaisquer factos relevantes que alterem substancialmente a situação patrimonial da empresa ou influam significativamente nos valores constantes dos documentos contabilísticos.

8 PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2015

Os objetivos fundamentais para o ano de 2015 são:

- Aumento da faturação por via da angariação de novos contratos;
- Dar continuidade ao esforço de contenção de custos operacionais;
- Racionalização da utilização dos recursos existentes;
- Diversificar o leque de serviços prestados;
- Desenvolvimento e implementação do sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança;
- Prosseguir o esforço de renovação e reforço da frota de viaturas de recolha e limpeza urbana;
- Consolidar o crescimento da empresa e aumentar os Resultados Líquidos.

9 PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Do exposto e relativamente aos resultados do exercício de 2014, foi apurado um resultado antes de impostos de 1.073.236,80€, correspondendo a um resultado líquido positivo de 830.258,29€.

Face aos resultados obtidos e aos esclarecimentos prestados, propomos aos Senhores Acionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Resultado Transitado: 830.258,29€ (Oitocentos e trinta mil, duzentos e cinquenta e oito euros e vinte e nove cêntimos).

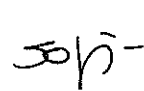
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades e pessoas que apoiaram e colaboraram com a atividade da empresa, de entre as quais pretendemos destacar:

- Os Senhores Acionistas, pela confiança demonstrada no Conselho de Administração e pelo apoio pessoal e financeiro que prestaram à empresa;
- A todos os clientes e fornecedores que mantêm relações com a ECOambiente S.A. cujo apoio se tem revelado fundamental na persecução dos nossos objectivos;
- A todos os colaboradores que contribuíram para o desempenho da empresa com o seu profissionalismo e dedicação, o Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos.

Sintra, 2 de Março de 2015.

O Conselho de Administração:

  
ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços
e Administração
Paulo André

Anexo I ao Relatório de Gestão

Exercício de 2014

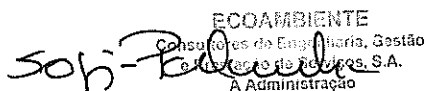
Para cumprimento do estipulado no n.º 5 do Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, de entre os membros dos Órgãos da Administração e fiscalização da sociedade, e bem assim das pessoas e entidades referida no seu n.º 2, à data de 31 de Dezembro de 2014, nenhum destes membros e pessoas eram titulares de ações representativas do capital social da empresa.

Sintra, 2 de Março de 2015.

O Conselho de Administração:

A stylized, handwritten signature in black ink, consisting of a large, sweeping loop followed by a vertical stroke.

ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Manutenção de Serviços, S.A.
A Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read "SOP-ECOAMBIENTE".

Domingo André Aguiar Alves Henriques

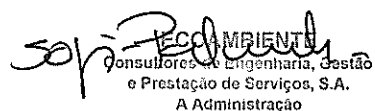
Anexo II ao Relatório de Gestão
Exercício de 2014

Para cumprimento do estipulado no n.º 4 do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, à data de 31 de Dezembro de 2014, era titular de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital, os acionistas:

- **Fomentinvest Ambiente, SGPS, S.A. – 77,68%**
- **Nouvelle Environments, S.A. - 22,32%**

Sintra, 2 de Março de 2015.

O Conselho de Administração:

A stylized, handwritten signature in black ink.A handwritten signature in black ink, followed by a circular stamp. The stamp contains the text "ECOAMBIENTE", "Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A.", and "A Administração".

Nuno André Gomes dos Reis

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 19 048 342 euros e um total de capital próprio de 7 701 077 euros, incluindo um resultado líquido de 830 258 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G – 5º, 1600 -209 LISBOA, PORTUGAL

TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º – S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 – CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 150.000,00 €

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

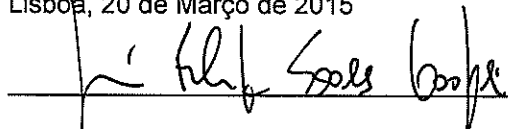
ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o nosso exame não ter abrangido as Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2013 apresentadas para efeitos comparativos. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas, sem ressalvas, com data de 20 de Março de 2014.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 20 de Março de 2015



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada por Luis Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas nº 1003)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2014, a actividade da **ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

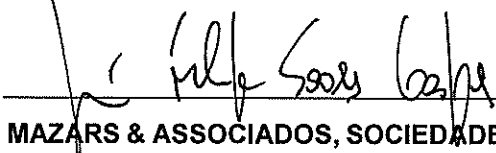
O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. Que não existem objecções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 20 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada por Luís Filipe Soares Gaspar (ROC n.º 1003)

RUA TOMAS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G – 5º, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL

TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º – S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 – CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 150.000,00 €

**ECOambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e
Prestação de Serviços, SA**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

ANEXO ÀS CONTAS

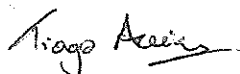
Ano de 2015

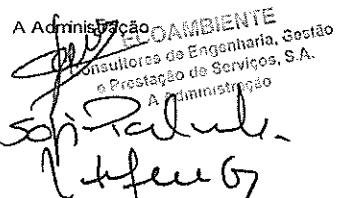
[Handwritten signature]

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-15	31-dez-14
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3+6	6.716.052,90	7.784.841,17
Propriedades de investimento			
Trespasse (goodwill)			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - metodo da equivalencia patrimonial	3+9	1.529.108,32	1.442.589,16
Participações financeiras - outros metodos	3+9	7.500,00	7.500,00
Accionistas/socios			
Outros activos financeiros	15.13	3.644,16	174,63
Empresas Participadas e Participantes	15.9	5.000,00	5.000,00
Activos por impostos diferidos			
Activos nao correntes detidos para venda			
		8.261.305,38	9.240.104,96
Activo corrente			
Inventários	10	454.121,76	480.204,75
Activos biológicos			
Clientes	15.10	5.265.575,56	4.604.646,67
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes publicos	15.1	686.487,12	539.600,29
Empresas Participadas e Participantes			
Outras contas a receber	15.8	335.102,74	233.340,57
Diferimentos	15.9	55.505,18	40.755,77
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	9		2.115.901,99
Caixa e depositos bancarios	3+4	1.574.731,75	1.793.786,64
		8.371.524,11	9.808.236,68
Total do activo		16.632.829,49	19.048.341,64
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	700.400,00	700.400,00
Acções (quotas) proprias			
Prestacoes suplementares e outros instrumentos de capital proprio			
Premios de emissao			
Reservas legais	14	140.080,00	140.080,00
Outras reservas		178.935,57	178.935,57
Excedentes de revalorizacao	6+13	135.351,30	129.115,81
Ajustamentos em activos financeiros			
Outras variações no capital próprio			
Resultados transitados		6.547.763,51	5.722.287,82
Resultado líquido do periodo		635.380,85	830.258,29
Interesses minoritários			
Total do capital proprio		8.337.911,23	7.701.077,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15.12	19.550,00	46.089,00
Financiamentos obtidos	7+8	2.561.148,86	3.561.205,41
Responsabilidades por beneficios pos-emprego			
Passivos por impostos diferidos	13.3	39.295,54	40.748,43
Outras contas a pagar	15.8		
		2.619.994,40	3.648.042,84
Passivo corrente			
Fornecedores	15.11	2.491.452,81	2.227.607,46
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes publicos	15.1	144.753,80	134.678,65
Accionistas/socios			700.000,00
Financiamentos obtidos	7+8	1.558.746,45	1.626.749,97
Outras contas a pagar	15.8	1.479.970,80	3.010.185,23
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Diferimentos	15.9		
		5.674.923,86	7.699.221,31
Total do Passivo		8.294.918,26	11.347.264,15
Total do capital proprio e do passivo		16.632.829,49	19.048.341,64

Técnico Oficial de Contas



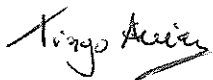
A Administração
 ECOAMBIENTE
 Consultores de Engenharia, Gestão
 e Prestação de Serviços, S.A.
 A Administração


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

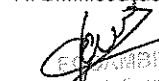
Euros(€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	11	16.693.083,82	14.673.280,47
Subsídios a exploração		13.073,36	8.058,52
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3+9+15.6+15.7	347.997,33	352.417,85
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.589.685,21	-1.565.792,87
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-8.887.209,48	-7.484.995,30
Gastos com o pessoal	15.5	-4.186.425,69	-3.433.733,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10.2		-60.538,75
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.10	-5.954,42	-116.232,62
Provisões (aumentos/reduções)	15.12	26.539,00	2.402,20
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.6	519.026,88	447.738,27
Outros gastos e perdas	15.7	-107.157,69	-149.165,31
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos		2.823.287,90	2.673.439,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-1.941.053,54	-1.398.780,09
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		882.234,36	1.274.658,91
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-108.220,04	-201.422,11
Resultado antes de impostos		774.014,32	1.073.236,80
Imposto sobre o rendimento do período	13	-138.633,47	-242.978,51
Resultado líquido do período		635.380,85	830.258,29

Técnico Oficial de Contas



A Administração



ECOAMBIENTE
Consultoria de Engenharia, Gestão e
Prestação de Serviços, S.A.

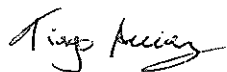
Sopri - Tailwind
14/11/15

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

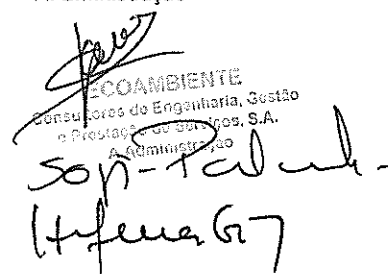
Euros(€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	11+15.3	16.693.083,82	14.673.280,47
Custos das vendas e dos serviços prestados	10 + 15.4 + 15.5 + 6	-14.250.723,73	-12.068.361,33
Resultado Bruto		2.442.360,09	2.604.919,14
Outros rendimentos	3+ 9 + 15.6	1.029.194,70	808.214,64
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	15.4 + 15.5	-412.596,65	-416.160,30
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	15.7	-2.176.723,78	-1.722.314,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		882.234,36	1.274.658,91
Gastos de financiamento (líquidos)	15.8	-108.220,04	-201.422,11
Resultado antes de impostos		774.014,32	1.073.236,80
Imposto sobre o rendimento do período	13	-138.633,47	-242.978,51
Resultado líquido do período		635.380,85	830.258,29

Técnico Oficial de Contas



A Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

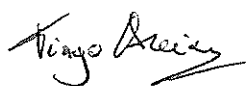
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

MÉTODO DIRECTO

Euros(€)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		17.228.088,17	18.770.366,61
Pagamentos a fornecedores		-12.433.060,50	-11.399.949,30
Pagamentos ao pessoal		-3.900.076,02	-3.441.875,43
Caixa gerada pelas operações		894.951,65	3.928.541,88
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-156.610,81	-203.932,98
Outros recebimentos/pagamentos		910.674,74	-1.755.543,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.649.015,58	1.969.065,90
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-266.719,98	-329.414,16
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4.690,82	15.067,01
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		3.810,24	1.691,60
Dividendos		280.000,00	450.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		21.781,08	137.344,45
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			2.691.101,80
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-41.097,13	-2.795.788,60
Juros e gastos similares		-108.220,04	-201.422,11
Dividendos			-380.000,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-1.740.534,38	-1.246.918,15
Fluxos de caixa das actividades de investimento (3)		-1.889.851,55	-1.933.027,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-219.054,89	173.383,29
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.793.786,64	1.620.403,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.574.731,75	1.793.786,64

Técnico Oficial de Contas



Administração

ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços, S.A.

50p-Rolado
14/06/17

Euros (€)

6/38

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes Revalorização	Outras Variações Capital Próprio			Resultado Líquido do Exercício
1	1	700.400,00				140.080,00	178.935,57	5.722.287,82		128.115,81		830.258,29	7.701.077,49	7.701.077,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção do novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças na conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								-4.782,60		6.235,49				
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								830.258,29		6.235,49		-830.258,29	1.452,89	1.452,89
2	2							825.475,69						
3	3											635.380,85	635.380,85	635.380,85
4=2+3	4=2+3											-194.877,44	636.833,74	636.833,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras Operações														
5	5							0,00						0,00
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	700.400,00				140.080,00	178.935,57	6.547.783,51		135.351,30		635.380,85		8.337.911,23
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015														

1. Identificação da entidade

A Empresa Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA, é uma sociedade anónima, constituída em 1992, que tem a sua sede social no Parque Industrial da Abrunheira, Ed.2, em Sintra, e que tem como actividade principal a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais e na componente de Higiene e Limpeza Urbana.

A Empresa pertence ao Grupo encabeçado pela empresa Fomentinvest SGPS, SA, tendo a sua sede social em Lisboa. As empresas do Grupo exercem, as seguintes actividades económicas: Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana, Tratamento de Resíduos, Valorização e Deposição de Resíduos, Aterros Sanitários, Estações de Transferência, Consultoria e Projectos Técnicos.

A Ecoambiente é detida 77,68% pela empresa Fomentinvest Ambiente SGPS,SA. e 22,32% pela empresa Nouvelle Environments, SA.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

- i. Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em "Juros e outros rendimentos similares".

A empresa utiliza o método da equivalência patrimonial, na contabilização dos investimentos financeiros, sendo o registo inicial pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios das empresas investidas, na proporção da quota – parte da Ecoambiente, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como goodwill. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como proveito do exercício na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. No ano de 2015, não houve registo de activos fixos intangíveis, e, nos ajustamentos de transição, as despesas de instalação estavam totalmente reintegradas.

c) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Terrenos	Não amortizados
Edifícios	50
Outras construções	5-20
Equipamento básico	4-10
Equipamento de transporte	2-10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	4-10

Alguns elementos da classe de activos fixos tangíveis (Edifícios e outras construções e equipamento de transporte), encontram-se registados pelo valor revalorizado, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de revalorizações de activos fixos tangíveis, são creditados em excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis nos capitais próprios da Empresa.

As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva conta de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade.

Quando os activos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens reintegráveis, são também transferidos para a rubrica "Resultados Transitados".

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

d) **Goodwill**

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do GRUPO e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efectuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do goodwill exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do goodwill relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse goodwill está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas de imparidade relativas ao goodwill não são reversíveis.

e) **Locações**

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do activo é registado como um activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do activo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em activos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

g) Gastos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos tangíveis não são capitalizados.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso deste ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico).

i) **Instrumentos financeiros**

i) Dívidas de terceiros

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração, informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica de saldos vencidos e não recebidos.

Assim, as dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros e cujo efeito de desconto é considerado imaterial, são registadas pelo seu valor nominal.

iii) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A empresa desreconhece activos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade. Se a entidade reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos Obtidos" a contrapartida monetária pelos activos cedidos.

As contas a receber cedidas em factoring à data de cada balanço, são mensurados como "Factoring sem recurso", ou seja, são desreconhecidos do activo quando o crédito é aceite pelo factoring, excepto no que respeita ao contrato de Factoring estabelecido com o Município de Albufeira, que se encontra mensurado como "Factoring com recurso".

iv) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração (consolidada) dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

j) Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

l) Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

m) **Rédito**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" e "Outras contas a pagar e a receber".

Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

n) **Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras

da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

o) **Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeira, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos incluem vidas úteis de activos fixos tangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) **Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas

relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

A 31.12.2015, não havia valor no saldo de "Caixa e seus equivalentes" que não estivesse disponível para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2015, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa:		
Caixa sede	14.765,13 €	32.795,22 €
Caixa movimentos em circulação	5.408,89 €	2.733,44 €
	20.174,02 €	35.528,66 €
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem - Banco Comercial Português	21.923,33 €	77.461,46 €
Depósito à ordem - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	68.223,97 €	74.878,11 €
Depósito à ordem - Banco Espírito Santo	539.907,58 €	1.014.630,77 €
Depósito à ordem - Deutsche Bank	14.538,79 €	2.198,55 €
Depósito à ordem - Banco Popular	193.167,36 €	556.346,90 €
Depósito à ordem - Banco BIC	16.796,70 €	32.742,19 €
Depósito a prazo - Banco BIC	700.000,00 €	
	1.554.557,13 €	1.758.257,98 €
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1.574.731,75 €	1.793.786,64 €

5. Partes relacionadas

5.1. Relacionamentos com a empresa-mãe:

- a) Nome da empresa-mãe imediata: Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA, Nouvelle Environments, SA

5.2. Remuneração do pessoal chave da gestão:

O pessoal chave da gestão não é remunerado.

Handwritten signatures and initials:
 S. LAR
 TA
 FA

5.3. Transacções entre partes relacionadas:**a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:**

A Empresa relaciona-se com as seguintes partes relacionadas:

Partes relacionadas**Empresa-mãe:** Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA**Administradores:****Empreendimentos Conjuntos:**Pragosa Ambiente / Ecoambiente - ACE
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE
Ferrovia Serviços/Ecoambiente ACE
Ecoambiente / Resur - ACEFrancisco Jorge de Jesus Damas
Helena Sofia de Miranda Romão Coelho Palminha
Helena Cristina Rodrigues do Rosário Graça**Subsidiárias:**

Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA

Outras entidades relacionadasISBS, SA
Ecoprogresso; SA
Gestejo – Tratam. e Valorização de Resíduos, SA
Ribtejo – Tratam. e Valorização de Resíduos Industriais, SA
Gestrare – Gestão e Tratamento de Resíduos, SA
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Projectos, SA
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA
Resur – Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda
CEBC – Produção de Energia, SA
TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA
Nouvelle Environment, SA
Fomentinvest SGPS, SA
Finertec – Serv. Consultoria e Participações Financeiras; SA
Treciver**b) Transacções e saldos pendentes**

No decurso de 2015, a Empresa apresentou as seguintes transacções e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Gastos em Prestações de Serviços	Outros Gastos	Prestações de serviços	Outros Rendimentos
Empresa-mãe:				
Fomentinvest Ambiente, SGPS SA	131.869,98			
	131.869,98			
Empreendimentos Conjuntos:				
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE				5.143,19
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE				
Ferrovia Serviços / Ecoambiente - ACE	363.795,40		13.177,69	
Ecoambiente / Resur - ACE			17.250,00	9.137,39
	363.795,40		30.427,69	14.280,58
Subsidiárias:				
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	31.516,99			301.016,35
	31.516,99			301.016,35
Outras entidades relacionadas:				
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	513.327,39			12.058,50
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA			115.139,16	68,37
Fomentinvest SGPS				
Ribtejo – Tratam. e Valorização de Resíduos				1.503,64
ISBS, SA	1.070,00			
Treciver				
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	367.775,83		164.556,59	28.026,60
	882.173,22		279.695,75	41.657,11
TOTAL	1.409.365,69		310.123,44	366.954,04

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Partes Relacionadas	Contas a Receber	Contas a Pagar
Empresa-mãe:		
Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA		12.915,00
		12.915,00
Empreendimentos Conjuntos:		
Pragosa Ambiente; SA / Ecoambiente, SA - ACE	6.466,47	200,78
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE	20,70	
Ferrovial Serviços/ Ecoambiente - ACE	319,80	256.185,59
Ecoambiente / Resur – ACE	127.847,28	1.084,32
	134.654,25	257.470,69
Subsidiárias		
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	372.220,53	38.710,13
	372.220,53	38.710,13
Outras entidades relacionadas:		
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	2.519,23	427.167,00
Lena Ambiente II - Gestão de Resíduos, SA	28.953,60	
Fomentinvest SGPS		
Ribejo – Tratam. e Valorização de Resíduos	222,89	471,88
ISBS, SA		
Treciver		
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	226.118,00	461.592,44
	257.813,72	889.231,32
TOTAL	764.688,50	1.198.327,14

No decurso de 2014 a Empresa apresentou as seguintes transacções e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Gastos em Prestações de Serviços	Outros Gastos	Prestações de serviços	Outros Rendimentos
Empresa-mãe:				
Fomentinvest Ambiente, SGPS SA	126.000,00			
	126.000,00			
Empreendimentos Conjuntos:				
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE				5.551,84
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE				6.006,41
Cespa Portugal / Ecoambiente - ACE			107.670,64	40,00
Ecoambiente / Resur - ACE			23.900,00	14.360,22
			131.570,64	25.958,47
Subsidiárias:				
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	45.095,54		117.000,00	196.307,62
	45.095,54		117.000,00	196.307,62
Outras entidades relacionadas:				
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	494.049,15			7.255,43
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA			105.760,95	151,60
Fomentinvest SGPS				73,67
Ribejo – Tratam. e Valorização de Resíduos				4.136,33
ISBS, SA	1.200,00			
Treciver			4.790,00	
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	491.429,99		289.673,72	2.712,13
	986.679,14		400.224,67	14.329,16
TOTAL	1.157.774,68		648.795,31	236.595,25

Partes Relacionadas	Contas a Receber	Contas a Pagar
Empresa-mãe:		
Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA		25.830,00
		25.830,00
Empreendimentos Conjuntos:		
Pragosa Ambiente; SA / Ecoambiente, SA - ACE	1.804,24	
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE		1.305.483,12
Cespa Portugal / Ecoambiente - ACE	23.923,27	
Ecoambiente / Resur - ACE	95.334,39	992,88
	121.061,90	1.306.476,00
Subsidiárias		
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	361.612,17	48.355,56
	361.612,17	48.355,56
Outras entidades relacionadas:		
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	1.376,49	376.974,15
Lena Ambiente II - Gestão de Resíduos, SA	28.751,92	
Fomentinvest SGPS		
Ribejo – Tratam. e Valorização de Resíduos	803,94	471,88
ISBS, SA		
Treciver		1.574,70
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	224.779,39	466.259,13
	255.711,74	845.279,86
TOTAL	738.385,61	2.225.941,42

6. Activos tangíveis**6.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis:****a) Bases de mensuração:**

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Existem activos tangíveis que estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização (Edifícios e outras construções e equipamento de transporte), segundo o qual um activo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data de revalorização menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Activos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Terrenos e recursos naturais	50	0%
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento básico	4 – 10	10% – 25%
Equipamento de transporte	2 – 10	10% – 50%
Equipamento administrativo	3 – 10	10% – 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	4 – 10	10% – 25%

[Handwritten signature]
T4

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Investimentos em curso	Outros activos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2014	211.318,60 €	2.333.507,49 €	1.498.345,63 €	21.930.536,88 €	400.531,45 €	1.788.601,30 €	188.687,49 €	28.351.528,84 €
Adições	- €	26.459,97 €	86.074,85 €	2.473.291,41 €	72.924,00 €	- €	2.127,14 €	2.660.877,37 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	602,00 €	41.201,55 €	- €	- €	- €	41.803,55 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	1.788.601,30 €	- €	1.788.601,30 €
Saldo em 31.12.2015	211.318,60 €	2.359.967,46 €	1.583.818,48 €	24.362.626,74 €	473.455,45 €	- €	190.814,63 €	29.182.001,36 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	- €	1.509.083,17 €	1.335.173,64 €	17.200.143,69 €	367.196,65 €	- €	155.090,52 €	20.566.687,67 €
Adições	- €	78.802,49 €	93.564,50 €	1.718.595,71 €	32.711,33 €	- €	17.379,51 €	1.941.053,54 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	591,20 €	41.201,55 €	- €	- €	- €	41.792,75 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2015	- €	1.587.885,66 €	1.428.146,94 €	18.877.537,85 €	399.907,98 €	- €	172.470,03 €	22.465.948,46 €
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adições	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2015	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VALOR LÍQUIDO	211.318,60 €	772.081,80 €	155.671,54 €	5.485.088,89 €	73.547,47 €	- €	18.344,60 €	6.716.052,90 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

2014

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Investimentos em curso	Outros activos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2013	211.318,60 €	2.273.069,62 €	1.403.202,23 €	19.656.570,00 €	385.155,55 €	391.350,00 €	161.137,51 €	24.481.803,51 €
Adições	- €	60.437,87 €	96.809,40 €	2.300.881,88 €	15.375,90 €	1.788.601,30 €	27.549,98 €	4.289.656,33 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	1.666,00 €	26.915,00 €	- €	- €	- €	28.581,00 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	391.350,00 €	- €	391.350,00 €
Saldo em 31.12.2014	211.318,60 €	2.333.507,49 €	1.498.345,63 €	21.930.536,88 €	400.531,45 €	1.788.601,30 €	188.687,49 €	28.351.528,84 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2013	- €	1.429.787,15 €	1.244.097,06 €	16.036.763,58 €	348.284,85 €	- €	136.734,35 €	19.195.666,99 €
Adições	- €	79.296,02 €	92.431,75 €	1.189.920,11 €	18.911,80 €	- €	18.356,17 €	1.398.915,85 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	1.355,17 €	26.540,00 €	- €	- €	- €	27.895,17 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2014	- €	1.509.083,17 €	1.335.173,64 €	17.200.143,69 €	367.196,65 €	- €	155.090,52 €	20.566.687,67 €
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2013	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adições	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2014	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VALOR LÍQUIDO	211.318,60 €	824.424,32 €	163.171,99 €	4.730.393,19 €	33.334,80 €	1.788.601,30 €	33.696,97 €	7.784.841,17 €

6.2. Itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

	Data eficácia revalorização	Avaliador independente	Método usado	Excedente de revalorização	Conta SNC	Observações
Terrenos e recursos naturais	31-12-2002	Não	DL 264/92	54.197 €	4311002	
Edifícios e outras construções	31-12-2002	Não	DL 264/92	162.591 €	43211002	
Equipamento de transporte	31-12-2006	Não	DL 264/92	405.631 €	4341005	
TOTAL				622.419 €		

6.3. Investimentos em curso:

A 31 de Dezembro de 2014, estavam considerados em Investimentos em Curso 15 viaturas pesadas, que se encontravam à data, em processo de homologação, no valor de 1.788.601,30 €.

A 31 de Dezembro de 2015 não existiam Investimentos em Curso.

7. Locações**7.1. Locações financeiras - Locatários:**

- a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de activo à data de 31.12.2015

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Ecoambiente

Relação dos bens utilizados em regime de locação financeira 2015

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2015			2014
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES								
Oficina Via Verde	CLF	2052720	BES	432	622.735,08	622.735,08	0,00	0,00
TOTAL					622.735,08	622.735,08	0,00	0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO								
Contentores	CLF	930000294	BBVA	433	13.980,00	4.659,52	9.320,48	12.815,48
TOTAL					13.980,00	4.659,52	9.320,48	12.815,48
EQUIPAMENTO TRANSPORTE								
43-LG-14	CLF	930000600	BBVA	434	150.870,00	94.293,75	56.576,25	75.435,00
85-LG-00	CLF	930000667	BBVA	434	144.450,00	90.281,25	54.168,75	72.225,00
92-LH-42	CLF	930000624	BBVA	434	123.050,00	75.626,53	47.423,47	62.804,72
33-LP-30	CLF	930000840	BBVA	434	77.500,00	46.019,50	31.480,50	41.168,00
60-LE-94/60-LE-82	CLF	850011417	Deutsche Bank	434	245.030,00	153.143,75	91.886,25	122.515,00
43-LG-13	CLF	850011556	Deutsche Bank	434	124.120,00	77.575,00	46.545,00	62.060,00
82-LH-00 / 82-LH-01	CLF	850011957	Deutsche Bank	434	96.935,60	56.543,74	40.391,86	52.510,00
82-LH-00 / 82-LH-01	CLF	850011956	Deutsche Bank	434	88.000,00	51.330,40	36.669,60	47.669,60
42-LT-24-Equipamento	CLF	54000688395	Banco Popular	434	66.360,00	37.327,50	29.032,50	37.327,50
42-LT-24-Chassi	CLF	54000688397	Banco Popular	434	80.800,00	45.450,00	35.350,00	45.450,00
18-MC-47	CLF	54000688396	Banco Popular	434	134.691,60	75.764,02	58.927,58	75.764,02
11-MN-45	CLF	54000692854	Banco Popular	434	167.054,67	85.264,88	81.789,79	102.671,81
21-MI-53	CLF	54000692855	Banco Popular	434	47.770,73	47.770,73	0,00	10.949,06
08-MT-27-Chassi	CLF	54000701464	Banco Popular	434	65.354,67	29.272,35	36.082,32	44.251,65
08-MT-26-Chassi	CLF	54000699562	Banco Popular	434	65.354,67	26.553,59	38.801,08	46.970,41
08-MT-25-Chassi	CLF	54000701465	Banco Popular	434	65.354,67	28.592,66	36.762,01	44.931,34
08-MT-27-Equipamento	CLF	54000699561	Banco Popular	434	47.666,67	21.349,89	26.316,78	32.275,11
08-MT-25-Equipamento	CLF	54000701466	Banco Popular	434	47.666,67	20.854,16	26.812,51	32.770,84
08-MT-26-Equipamento	CLF	54000708793	Banco Popular	434	34.666,66	14.085,06	20.581,60	24.914,93
14-OA-04	CLF	54000725019	Banco Popular	434	30.645,19	17.875,34	12.769,85	28.092,45
72-PJ-12	CLF	54000758385	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
72-PJ-13	CLF	54000758387	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
72-PJ-11	CLF	54000758388	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
72-PJ-10	CLF	54000758389	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
72-PJ-09	CLF	54000758390	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
72-PJ-08	CLF	54000758391	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
24-PL-58	CLF	54000758392	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
24-PL-57	CLF	54000758393	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
24-PL-52	CLF	54000758394	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
24-PL-51	CLF	54000758395	Banco Popular	434	116.500,00	31.548,20	84.951,80	114.076,80
33-OD-93	CLF	433/11/2013	BIC	434	98.800,00	25.727,52	73.072,48	85.422,48
33-OD-96	CLF	428/11/2013	BIC	434	106.450,00	27.719,58	78.730,42	92.036,67
13JA-08	CLF	427/11/2013	BIC	434	35.000,00	9.114,00	25.886,00	30.261,00
79-OF-75	CLF	724/03/2014	BIC	434	126.600,00	27.700,03	98.899,97	114.724,92
69-OF-24	CLF	753/04/2014	BIC	434	142.000,00	31.069,60	110.930,40	128.680,40
80-OI-28	CLF	755/04/2014	BIC	434	113.950,00	24.932,26	89.017,74	103.261,49
57-OZ-12/57-OZ-13	CLF	1227/10/2014	BIC	434	100.864,04	17.863,02	83.001,02	95.609,20
52-QD-31/52-QD-33	CLF	2425/07/2015	BIC	434	39.222,60	4.007,00	35.135,60	-
34-QD-20	CLF	2426/07/2015	BIC	434	10.813,01	1.126,72	9.686,29	-
78-QM-95	CLF	2423/07/2015	BIC	434	99.500,00	1.034,50	98.465,50	-
78-QM-95 - Superestrutura	CLF	2419/07/2015	BIC	434	56.986,50	592,66	56.393,84	-
52-QD-50	CLF	2417/07/2015	BIC	434	14.455,15	1.204,20	13.251,95	-
08-QN-37	CLF	2823/11/2015	BIC	434	20.344,18	423,16	19.921,02	-
17-QL-49	CLF	2737/10/2015	BIC	434	121.335,00	2.026,29	119.308,71	-
64-PH-07	CLF	400108240	BCP	434	14.956,61	4.050,25	10.906,36	-
64-PH-08	CLF	400108246	BCP	434	14.956,61	4.050,25	10.906,36	-
63-PH-59	CLF	400108241	BCP	434	14.956,61	4.050,25	10.906,36	-
86-PH-97	CLF	400108834	BCP	434	14.352,29	3.289,54	11.062,75	-
61-PH-10	CLF	400108907	BCP	434	22.368,18	5.126,79	17.241,39	-
60-PH-75	CLF	400108912	BCP	434	21.762,08	4.987,87	16.774,21	-
09-PQ-86	CLF	400108936	BCP	434	89.000,00	7.413,70	81.586,30	-
09-PQ-86 Superestrutura	CLF	400108946	BCP	434	53.000,00	4.414,90	48.585,10	-
87-PH-23	CLF	400108245	BCP	434	24.798,94	6.715,55	18.083,39	-
21-MI-53 - Plataforma Elevatória	CLF	930000419	BBVA	434	5.340,00	1.424,18	3.915,82	4.983,82
05-PD-10	CLF	930000351	BBVA	434	21.642,88	6.763,40	14.879,48	20.290,20
72-PE-15	CLF	930000328	BBVA	434	21.642,88	6.763,40	14.879,48	20.290,20
72-PE-18	CLF	930000336	BBVA	434	46.360,27	11.590,06	34.770,21	44.042,26
81-PC-59/81-PC-60	CLF	930000286	BBVA	434	32.621,52	10.194,22	22.427,30	30.582,68
81-PC-54	CLF	930000278	BBVA	434	16.310,76	5.097,11	11.213,65	15.291,34
81-PC-52	CLF	930000260	BBVA	434	16.310,76	5.097,11	11.213,65	15.291,34
87-PG-17	CLF	930000302	BBVA	434	111.510,00	15.734,20	95.775,80	105.934,50
72-PE-19/72-PE-23/61-PF-02	CLF	930000310	BBVA	434	139.080,81	42.498,47	96.582,34	131.352,55
72-PE-14	CLF	930000341	BBVA	434	50.432,02	7.882,52	42.549,50	48.853,50
46-PF-15/46-PF-16	CLF	930000377	BBVA	434	144.000,00	11.992,13	132.007,87	144.000,00
05-PG-48	CLF	930000369	BBVA	434	151.000,00	15.734,20	135.265,80	151.000,00
87-PH-13	CLF	930000401	BBVA	434	48.000,00	6.000,00	42.000,00	93.000,00
20-PI-08/20-PI-09/20-PI-10/20-PI-11	CLF	930000393	BBVA	434	536.000,00	111.648,00	424.352,00	536.000,00
20-PI-13/20-PI-14/01-PI-95	CLF	930000385	BBVA	434	370.357,50	77.145,48	293.212,02	370.357,50
20-PI-15	CLF	930000443	BBVA	434	124.022,50	25.833,89	98.188,61	124.022,50

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2015			2014
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
EQUIPAMENTO TRANSPORTE(Cont.)					6.259.446,50	1.990.574,16	4.268.872,34	4.708.812,99
01-PI-96	CLF	930000427	BBVA	434	95.050,00	17.798,91	77.251,09	95.050,00
00-PI-12	CLF	930000435	BBVA	434	162.071,30	33.759,45	128.311,85	162.071,30
46-PF-15/46-PF-16 (Superestrutura)	CLF	930000575	BBVA	434	92.000,00	7.666,67	84.333,33	92.000,00
07-PH-13 (Superestrutura)	CLF	930000625	BBVA	434	45.000,00	5.625,00	39.375,00	45.000,00
07-OQ-13	CLF	413775	BMW BANK	434	35.497,17	11.831,21	23.665,96	-
TOTAL					6.689.064,97	2.067.255,40	4.621.809,57	5.102.934,29
TOTAL GERAL					7.325.780,05	2.694.650,00	4.631.130,05	5.115.749,77

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31.12.2015 e 31.12.2014, e o seu valor presente:

	31.12.2015	31.12.2014
Pagamentos mínimos até um ano	1.604.641,59 €	1.683.716,94 €
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	2.631.555,66 €	3.630.597,50 €
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos		
Total de pagamentos mínimos	4.236.197,25 €	5.314.314,44 €
Pagamento de juros futuros	(156.211,93€)	(209.797,31 €)
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	4.079.985,33 €	5.104.517,13 €

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço, e o seu valor presente:

	Pagamentos mínimos		Valor presente	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Não mais de 1 ano	1.604.641,59 €	1.683.716,94 €	1.534.396,36 €	1.582.973,38 €
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	2.631.555,66 €	3.630.597,50 €	2.545.588,97 €	3.521.544,75 €
Mais do que 5 anos				
TOTAL	4.236.197,25 €	5.314.314,44 €	4.079.985,33 €	5.104.517,13 €

8. Custos de empréstimos obtidos

8.1. Saldos dos empréstimos obtidos:

Os saldos dos empréstimos obtidos foram os seguintes:

	2015		2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Empréstimos bancários	23.677,13 €	15.559,89 €	40.673,49 €	39.660,66 €
Locações Financeiras	1.534.396,36 €	2.545.588,97 €	1.582.972,38 €	3.521.544,75 €
Factoring	672,96 €		3.104,10 €	
Total	1.558.746,45 €	2.561.148,86 €	1.626.749,97 €	3.561.205,41 €

8.2. Quantia dos custos de empréstimos obtidos:

Os custos com empréstimos obtidos foram os seguintes:

	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos Bancários	2.435,92 €	9.241,41 €
Locações Financeiras	96.719,70 €	79.823,11 €
Factoring	8.979,40 €	112.346,73 €
	108.135,02 €	201.411,25 €

8.3. Política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, excepto nos casos em que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse activo.

Em 2015, não foi capitalizado qualquer montante de juros.

9. Investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos

Empresas Subsidiárias e Empreendimentos conjuntos	Total Activo		Total Passivo		Capital		Capital próprio		Resultado Líquido		Participação detida	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empreendimentos Conjuntos												
CPragosa/Ecoambiente	260.395,64 €	249.151,30 €	81.346,85 €	94.141,62 €	- €	- €	179.048,79 €	155.009,68 €	84.039,11 €	68.647,01 €	50%	50%
I.Cava co/Ecoambiente - ACE a)	2.097.380,16 €	2.124.715,29 €	- €	8.813,30 €	- €	- €	2.097.380,16 €	2.115.901,99 €	- 18.521,83 €	- 44.630,74 €	100%	100%
Cespa Portugal - Ecoambiente, ACE	1.306.387,50 €	1.217.390,33 €	1.060.462,91 €	922.488,93 €	- €	- €	245.924,59 €	294.901,40 €	245.924,59 €	294.901,40 €	40%	50%
Ecoambiente/Resur, ACE	159.669,32 €	67.980,30 €	239.034,75 €	171.574,98 €	- €	- €	79.365,43 €	103.594,68 €	24.229,25 €	- 7.566,06 €	50%	50%
Subsidiárias												
Verdevista, SA	1.979.820,55 €	1.863.369,99 €	1.033.963,56 €	1.026.484,16 €	150.000,00 €	150.000,00 €	945.856,99 €	836.884,83 €	308.972,16 €	215.274,38 €	100%	95%

a) Valores evidenciados no Balanço e Demonstração de Resultados de Outubro de 2015, data de liquidação do agrupamento.

O valor dos investimentos Financeiros em 2015 e 2014 discriminam-se da seguinte forma:

Empresas	Valor da Participação	
	2015	2014
Empreendimentos Conjuntos		
C.Pragosa/Ecoambiente	89.524,39 €	77.504,84 €
I.Cavaco/Ecoambiente - ACE	0,00 €	2.115.901,99 €
Cespa Portugal - Ecoambiente, ACE	493.726,94 €	424.163,19 €
Ecoambiente/Resur, ACE		
	583.251,33 €	2.617.570,02 €
Subsidiárias		
Verdevista, SA	945.856,99 €	836.884,83 €
Verdevista, SA (Goodwill)	0,00 €	104.036,30 €
	945.856,99 €	940.921,13 €
Investimentos noutras empresas		
Lisgarante	0,00 €	0,00 €
TCR	7.500,00 €	7.500,00 €
	7.500,00 €	7.500,00 €
Total Investimentos financeiros	1.536.608,32 €	3.565.991,15 €

Em 2015 foram efectuadas as seguintes distribuições de resultados:

- 30.000,00 € por parte da Paragosa Ambiente/Ecoambiente, SA
- 200.000,00 € por parte da Verdevista, SA
- 50.000,00 €, por parte da Ferrovial Serviços/Ecoambiente ACE.

Em Maio de 2012, a empresa subscreveu 15% do capital social da firma TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA, no valor de 7.500€, representativo de 1.500 acções, com o valor nominal de 5€ cada, que se encontra registado na rubrica de Investimentos Financeiros.

Em 24 de Junho de 2015 foi deliberada em Assembleia Geral a alteração da denominação social da Cespa Portugal – Ecoambiente, SA, para Ferrovial Serviços – Ecoambiente ACE, bem como as alterações ao objecto social e aos estatutos do ACE, sendo a percentagem de participação no consórcio de 40% pela Ecoambiente e 60% pela Ferrovial Serviços, SA

Em 31 de Outubro de 2015 foi efectuada a liquidação da empresa Irmãos Cavaco/Ecoambiente ACE, tendo sido desreconhecida a respectiva participação.

Em 31 de Dezembro de 2015, foi efectuado o desreconhecimento do Godwill da Verdevista, SA, registado nesta rubrica, em virtude do contrato de prestações de serviço ao Município de Matosinhos ter o seu terminus previsto para Janeiro de 2016.

A rubrica " participações financeiras – método equivalência patrimonial" inclui os investimentos numa subsidiária (100% da Verde Vista, SA, (dos quais 5% foram adquiridos em Abril de 2012),e em 3 empreendimentos conjuntos, 50% da Pragosa Ambiente/Ecoambiente ACE, 40 % da Cespa Portugal/Ecoambiente ACE e 50% da Ecoambiente/Resur, ACE.

10. Inventários**10.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição actual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos directamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra directa. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31-12-2015	31-12-2014
Mercadorias	- €	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	509.940,49 €	540.134,35 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €
	509.940,49 €	540.134,35 €
Mercadorias em trânsito	4.720,02 €	609,15 €
Perdas de imparidade	60.538,75 €	60.538,75 €
TOTAL	454.121,76 €	480.204,75 €

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

10.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário inicial		540.134,35 €		511.199,25 €
Perdas por imparidade em existências				
Compras		1.569.361,84 €		1.611.240,40 €
Subcontratos				
Reclassificação e regularização de inventários		9.870,49 €		16.512,43 €
Inventário final		509.940,49 €	0,00 €	540.134,35 €
Gasto do período	0,00 €	1.589.685,21 €	0,00 €	1.565.792,87 €

11. Réditos**11.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços**

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção passam ser fiavelmente mensurados.
- Prestações de serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo.
- Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.
- Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista receber o pagamento.

11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2015	31.12.2014
Vendas de bens	69.339,57 €	52.724,70 €
Prestações de serviços	16.623.744,25 €	14.620.555,77 €
Juros	93.925,37 €	27.985,17 €
Royalties		
Dividendos		
TOTAL	16.787.009,19 €	14.701.265,64 €

11.3. Vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2015 e 2014 distribuíram-se da seguinte forma:

	2015	2014
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	16.693.083,82 €	14.673.280,47
Mercado externo		

	2015	2014
Prestações de serviços:		
Transporte e recolha de resíduos sólidos urbanos	8.934.261,53 €	8.731.914,04 €
Aluguer de viaturas de transporte RSU	3.049.833,09 €	2.640.889,92 €
Limpeza urbana	4.639.347,50 €	3.247.751,81 €
Outros serviços	302,13 €	0,00 €
	16.623.744,25 €	14.620.555,77 €

12. Acontecimentos após a data do balanço**12.1. Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 21 de Março de 2016.

12.2. Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

13. Impostos sobre o rendimento

13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos / Rendimentos	31.12.2015	31.12.2014
Impostos correntes	138.633,47€	243.935,03 €
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		
Impostos diferidos		
Origem e reversão de diferenças temporárias		
Alterações nas taxas de tributação		
Lançamento de novos impostos		
Benefício de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por imposto ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos correntes		
Benefício de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por imposto ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Gastos por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos		956,52 €
Imposto relativo às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros incluídos nos resultados porque não podem ser contabilizados retrospectivamente		
TOTAL	138.633,47 €	242.978,51 €

13.2. Imposto diferido ou corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, directamente ao capital próprio.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, os itens debitados/creditados directamente ao capital próprio foram como segue:

	Imposto diferido	Imposto corrente
Alteração na quantia escriturada proveniente da revalorização do activo fixo tangível (NCRF 7)	4.782,60€	-
Ajustamento no saldo de abertura de resultados transitados resultante de uma alteração na política contabilística (NCRF 4)		
Diferenças de câmbio resultantes da transposição das demonstrações financeiras de uma unidade operacional estrangeira (NCRF 23)		
....		
TOTAL	4.782,60€	-

13.3. Perdas fiscais não usadas e créditos por impostos não usados

A 31 de Dezembro de 2015, os activos e passivos por impostos diferidos descriminam-se como se segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Activos por impostos diferidos		
Prejuízos fiscais em 2009		
.....		
Passivos por impostos diferidos		
Excedente de revalorização	39.295,54€	40.748,43 €
	39.295,54 €	40.748,43 €
Rendimentos por impostos diferidos		
Gastos por impostos diferidos		

14. Capital**14.1. Montante de capital social**

A 31 de Dezembro de 2015, a Empresa detinha um capital social de 700.400 Euros, estando este capital totalmente realizado.

14.2. Acções representativas do capital social

A 31 de Dezembro de 2015, a Empresa detinha um capital social de 140.080 mil acções, ao valor nominal de 5 euros por acção, integralmente realizadas.

O capital social da Empresa, a 31.12.2015, descrimina-se como se segue:

Detentor de capital	N.º acções	Valor nominal	Capital social realizado	Total capital social a realizar	Período de realização
Fomentinvest Ambiente– SGPS, SA	108.814	5€	544.070 €	-	-
Nouvelle Environnements, SA	31.266	5€	156.330 €		

15. Outras informações**15.1. Estados e outros entes públicos**

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2015 é o seguinte:

	2015	2014
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	(20.359,32)	(26.519,82)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	637.233,35	507.085,10
Contribuições para a Segurança Social	(123.966,56)	(108.123,50)
Outras Tributações (FCT e FGCT)	(427,92)	(35,33)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Imposto estimado	(138.633,47)	(243.935,03)
Pagamentos por conta	186.987,22	276.108,51
Retenções na fonte	900,02	341,71
	541.733,32	404.921,64

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

15.2. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Banco	Data Subscrição	Data terminus	Nº GB	Cliente	Objecto da GB	Valor da GB
BCP	03-03-2000	SEM TERMO	020445530	CM MAFRA	PREST. SERV. RECOLHA RSU	443.530,85
BCP	21-09-2008	SEM TERMO	320020105666	SHELL	COMBUSTIVEL	9.975,96
BCP	17-11-2011	SEM TERMO	125-02-1784687	MUNICIPIO ODEMIRA	ALUGUER OPERACIONAL DE 3 VIAT RSU	37.722,13
BCP	14-11-2014	SEM TERMO	125-02-1939538	MUNICIPIO MAPUTO	REAPROVEITAMENTO DE RSU E LIXEIRA DE HULENE	1.954,00
BCP Total						493.182,94
BES	01-06-2009	SEM TERMO	31012709	SHELL	ASSEGURAR O PAGAMENTO	44.000,00
BES	01-04-2010	SEM TERMO	00355976	CM LAMEGO	PREST.SERV.RECOLHA E LIMPEZA	149.802,80
BES	05-11-2012	SEM TERMO	00379839	SIMTEJO	RECOLHA AREIAS E GRADADOS	14.201,39
BES	20-12-2012	SEM TERMO	00381287	MOIMENTA DA BEIRA	RECOLHA RSU	3.739,95
BES	23-01-2013	SEM TERMO	00381838	ALBUFEIRA	RECOLHA RSU - CONTRATO 10 MESES INICIO SET 2013	136.227,07
BES	17-05-2013	SEM TERMO	00384572	CINFAES	RECOLHA RSU	27.326,57
BES	22-05-2014	SEM TERMO	00393190	A. M. VALE DO DOURO NORTE	GESTÃO DE RESÍDUOS E HIGIENE URBANA	77.521,13
BES	22-07-2014	SEM TERMO	00394209	MUNICIPIO SINTRA	LOCAÇÃO VARREDORAS	279.885,75
BES	22-07-2014	SEM TERMO	00394208	SMAS SINTRA	LOCAÇÃO VIAT RSU	539.956,57
BES	21-08-2014	SEM TERMO	00394535	ALBUFEIRA	PREST SERV RSU LAVAGEM E LIMPEZA inicio dez 2014 prazo 42 meses	516.069,48
BES	19-11-2014	SEM TERMO	00395425	LOULÉ	LIMPEZA URBANA	32.250,00
BES	03-12-2014	SEM TERMO	00395556	ACT - Aut. Cond. Trabalho	PROCESSO FUNCIONARIO	2.091,00
BES	03-12-2014	SEM TERMO	00395555	MUNICIPIO DE SINTRA	LIMPEZA URBANA UNIAO DE FREGUESIAS A GUALVA CA CEM E MONTE ABRAAO - LOTE 1	26.643,79
BES	03-12-2014	SEM TERMO	00395554	MUNICIPIO DE SINTRA	LIMPEZA URBANA UNIAO DE FREGUESIAS A GUALVA CA CEM E MONTE ABRAAO - LOTE 2	42.000,02
BES	10-12-2014	SEM TERMO	00395600	MUNICIPIO SETUBAL	ALUGUER DE VIATURAS	10.026,00
BES	10-12-2014	SEM TERMO	00395640	VILA POUCA DE AGUIAR	RECOLHA E TRANSPORTE RSU E LAVAGEM CONTENTORES	32.653,97
BES	06-02-2015	SEM TERMO	00396132	MUNICIPIO DE OVAR	LIMPEZA URBANA, HIGIENE PUBLICA E LIMPEZA BALNEAR	8.877,48
BES	24-06-2015	SEM TERMO	00397361	LAMEGO	CONSORCIO ECO/RESUR - RECOLHA RSU	92.750,00
BES	02-09-2015	SEM TERMO	00398018	SETUBAL	ALUGUER DE 1 VARREDORA MECANICA POR 36 MESES	5.245,20
BES Total						2.041.268,17
BIC	18-08-2014	SEM TERMO	308/2014-P	LAGOS	LIMPEZA URBANA	111.120,12
BIC	09-09-2014	SEM TERMO	344/2014	A. M. VALE DO DOURO NORTE	GESTÃO DE RESÍDUOS E HIGIENE URBANA VALE DOURO NORTE - LOTE 1	80.464,51
BIC	20-01-2015	SEM TERMO	29/2015	TAROUCA	RECOLHA RSU E LIMPEZA URBANA	18.810,01
BIC	09-06-2015	SEM TERMO	274/2015	SIMAR	ALUGUER OPERACIONAL DE 11 VIAT DE RECOLHA DE RU - LOTE 3	18.223,53
BIC	27-10-2015	SEM TERMO	440/2015-P	CM AZAMBUJA	SERV.RECOLHA RSU	159.307,84
BIC	27-10-2015	SEM TERMO	441/2015-P	CM FAFE	PREST.SERV.RECOLHA E LIMPEZA	249.757,00
BIC	28-10-2015	SEM TERMO	450/2015-P	REPSOL	ASSEGURAR O PAGAMENTO	44.000,00
BIC	28-10-2015	SEM TERMO	449/2015-P	MUNICIPIO VIZELA	RECOLHA RSU/MONSTROS	148.736,59
BIC Total						830.419,60
Total Geral						3.364.870,71

A ECOambiente tem ainda garantias prestadas através de aval/fiador a empresas suas participadas, no Novo Banco, no valor de 118.415 Euros e 58.877 Euros e no Millennium BCP, no valor de 1.343.089 Euros.

15.4. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos distribuíram-se da seguinte forma:

	2015	2014
Fornecimentos e Serviços Externos		
Subcontratos	3.652.149,52 €	2.380.658,13 €
Trabalhos Especializados	1.045.838,99 €	980.018,00 €
Publicidade e Propaganda	32.214,51 €	25.802,63 €
Conservação e Reparação	2.279.393,01 €	2.302.742,29 €
Serviços Bancários	61.064,46 €	80.716,03 €
Ferramentas e utensílios	84.566,44 €	76.174,54 €
Material de Escritório	17.957,43 €	14.130,82 €
Electricidade	30.782,34 €	28.451,56 €
Combustíveis	961.119,94 €	955.136,12 €
Água	17.145,45 €	19.446,25 €
Deslocações e Estadas	71.270,83 €	69.811,41 €
Rendas e Aluguers	344.581,73 €	289.674,21 €
Comunicação	36.817,51 €	34.283,37 €
Seguros	105.474,17 €	91.193,70 €
Honorários	71.995,73 €	63.995,50 €
Outros	74.837,42 €	72.760,74 €
	8.887.209,48 €	7.484.995,30 €

15.5. Benefícios dos empregados

Os gastos com pessoal resumem-se, nos anos de 2015 e 2014:

	2015	2014
Remunerações do pessoal	3.353.177,34 €	2.770.067,91 €
Encargos sobre remunerações	729.896,99 €	580.321,96 €
Seguro de Acidentes de trabalho	53.133,66 €	43.188,73 €
Outros gastos com o pessoal	50.217,70 €	40.154,86 €
	4.186.425,69 €	3.433.733,46 €

Os outros gastos com pessoal incluem gastos com medicina no trabalho, fardamentos, seguro de saúde e formação.

Em 2014 foi criada uma provisão para indemnizações a pagar aos funcionários, relativas a contratos iniciados ou renovados em 2014, no valor de 13.940,34 €. Esta provisão foi reforçada em 35.759,92 € em 2015.

15.6. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

	2015	2014
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	321.203,61 €	256.700,81 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	50.409,79 €	23.760,72 €
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	470.555,46 €	397.048,59 €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	4.517,83 €	27.985,22 €
Outros	48.970,28 €	139.291,52 €
	895.656,97 €	844.786,86 €

15.7. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

	2015	2014
Outros gastos e perdas		
Impostos	70.043,30 €	90.963,23 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	15.768,52 €	1.636,16 €
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	122.558,13 €	44.630,74 €
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	21.345,87 €	56.565,92 €
	229.715,82 €	193.796,05 €

15.8. Outras contas a receber e a pagar

Os montantes constantes nas rubricas outras contas a receber e a pagar respeitam a:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2015		2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Juros	1.421,38 €			
Fornecedores (Saldos Devedor)	696,58 €		696,58 €	
Outros devedores	38.106,44 €		48.454,06 €	
Devedores por acréscimo de rendimentos	294.878,34 €		184.189,93 €	
Total	335.102,74 €	0,00 €	233.340,57 €	0,00 €

OUTRAS CONTAS A PAGAR	2015		2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Fornecedores Investimentos				
Credores por Acréscimo de Gastos	1.475.548,13 €		1.699.705,22 €	
Outros Credores	3.998,02 €		1.308.905,31 €	
Clientes (saldos credores)	424,65 €		1.574,70 €	
Fornecedores				
Total	1.479.970,80 €	0,00 €	3.010.185,23 €	0,00 €

Outras contas a pagar (corrente): Dívida aos Irmãos Cavaco/Ecoambiente, ACE no valor de 1.305.483,12 €, registada na rubrica "Outras contas a pagar" em 2014.

15.9. Diferimentos

Os montantes constantes nas rubricas de diferimentos respeitam a:

DIFERIMENTOS (ACTIVO)	2015		2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Seguros	31.487,40 €		25.034,19 €	
Rendas	11.479,13 €		7.628,08 €	
Outros Gastos	12.538,65 €		8.093,50 €	
Total	55.505,18 €	0,00 €	40.755,77 €	0,00 €

DIFERIMENTOS (PASSIVO)

	2015		2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Outros Rendimentos a Reconhecer				
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

15.10. Clientes

Os montantes constantes nas rubricas de clientes respeitam a:

	2015		2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Cientes conta corrente	5.265.575,56 €		4.604.506,61 €	
Cientes - Titulos a Receber				
Cientes - Titulos descontados				
Cientes - Cobrança duvidosa	170.317,27 €		164.502,91 €	
Perdas imparidade	-170.317,27 €		-164.362,85 €	
Total	5.265.575,56 €	0,00 €	4.604.646,67 €	0,00 €

Em 2014 foi constituída imparidade para dívidas de clientes, no valor de 118.086,79 €, relativa a facturas do Município da Nazaré. Foi efectuada reversão de imparidade ao cliente Duarte & Filhos, Lda., no valor de 1.854,17 €, por liquidação da dívida em mora. Em 2015 foram constituídas imparidades para os seguintes clientes: Ensolpor, Lda, no valor de 4.008,15 €, Redlounge, Lda, no valor de 1.355,87 € e Metrikpyramid, Lda, no valor de 590,40 €.

15.11. Fornecedores

Os montantes constantes nas rubricas de fornecedores respeitam a:

	2015		2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Fornecedores - conta corrente	2.491.452,81 €	0,00 €	2.227.607,46 €	0,00 €
Total	2.491.452,81 €	0,00 €	2.227.607,46 €	0,00 €

15.12. Provisões

Em 2014 foram criadas provisões para processos judiciais em curso, no valor de 28.597,80 €, e efectuada reversão da provisão, criada em 2013, no valor de 31.000,00 €.

Em 2015, foi efectuada reversão da provisão criada em 2014, no valor de 26.539,00 €.

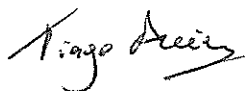
15.13. Outros Activos Financeiros – Fundos Compensação do Trabalho

Os valores constantes nesta rubrica correspondem ao valor da compensação de até 50% a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

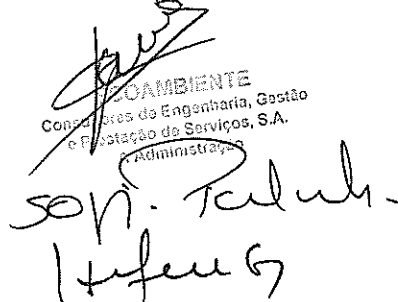
Informações Exigidas por Diplomas Legais

- a. Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2015.
- b. Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.
- c. Para efeitos do nº1 do Artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas facturou à Empresa a título de honorários com a Revisão Legal de Contas Anuais o valor de 8.000 Euros, acrescido de IVA.

Técnico Oficial de Contas



Administração



ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços, S.A.
Administração

**ECOambiente – Consultores de
Engenharia, Gestão e Prestação de
Serviços, S.A.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
Ano de 2015**

ÍNDICE

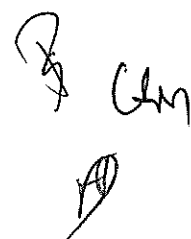
1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
2	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	8
3	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	11
3.1	INVESTIMENTOS	11
3.2	GASTOS	12
3.2.1	Fornecimentos e Serviços Externos	13
3.2.2	Gastos com pessoal	14
3.3	RENDIMENTOS	15
4	RECURSOS HUMANOS	16
5	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	17
6	DIVIDAS AO FISCO E À SEGURANÇA SOCIAL	18
7	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	18
8	PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2016	18
9	PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	18
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	Anexo I ao Relatório de Gestão	20
	Anexo II ao Relatório de Gestão	21

[Handwritten signature]

Em conformidade com o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da ECOambiente, S.A. submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e demais peças contabilísticas referentes ao exercício de 2015.

A **ECOambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A.**, é uma sociedade anónima, constituída em 1992, que tem a sua sede social no Parque Industrial da Abrunheira, Edifício 2, em Sintra, e que tem como atividades principais a Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais, a Higiene e Limpeza Urbana e o aluguer de equipamentos relacionados com as atividades atrás descritas.

A ECOambiente é detida em 77,68% pela empresa Fomentinvest Ambiente SGPS,S.A. e em 22,32% pela empresa Nouvelle Environments, S.A..

Three handwritten signatures in black ink are located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be initials or names.

1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2015 ficou marcado pela continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos num enquadramento de crescimento moderado, mas mais otimista, da atividade e do nível de preços e também da capacidade de manutenção de redução do endividamento externo. Processo este cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional que se mostrou bastante desfavorável nos últimos anos mas que evoluiu positivamente no último ano com expectativas de recuperação económica moderada na Zona Euro e com a manutenção prevista da política expansionista do BCE, não obstante alguns fatores de incerteza como a evolução do preço do petróleo e das matérias-primas. Neste quadro, observou-se um crescimento moderado da economia portuguesa em termos homólogos, confirmando o perfil de recuperação moderada da economia ao longo de 2015.

No quadro abaixo temos as projeções apresentadas no Boletim Económico de Dezembro de 2015 do Banco de Portugal:

	Pesos 2014	BE dezembro 2015			BE outubro 2015		BE junho 2015	
		2015 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2015 ^(p)	2015 ^(a)	2016 ^(p)	2017 ^(a)
Produto Interno Bruto	100,0	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	1,9	2,0
Consumo Privado	65,9	2,7	1,8	1,7	2,6	2,2	1,7	1,7
Consumo Público	18,5	0,1	0,3	0,1	0,1	-0,5	0,2	0,0
Formação Bruta de Capital Fixo	14,9	4,8	4,1	6,1	6,2	6,2	4,4	6,0
Procura Interna	99,6	2,4	1,8	2,1	2,5	2,1	1,8	2,1
Exportações	40,0	5,3	3,3	5,1	6,1	4,8	6,0	6,4
Importações	39,7	7,3	3,6	5,6	7,9	5,7	5,5	6,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^(a)								
Procura interna		1,1	0,9	0,9	1,1	1,1	0,7	0,8
Exportações		0,4	0,8	0,9	0,6	0,6	1,2	1,2
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,4	2,5	2,3	2,3	3,0	3,2	3,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,6	1,7	1,3	1,7	2,1	2,1	2,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,1	1,6	0,5	0,5	1,2	1,3

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (p) – projetado, p.p. – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

(a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2005. Para mais informações, ver a Caixa | “O papel da procura interna e das exportações para a evolução da atividade económica em Portugal”, *Boletim Económico* de junho de 2014.

Handwritten signature and initials.

O perfil de recuperação económica moderada ficou a dever-se essencialmente ao contributo positivo da procura interna e das exportações, e influenciado negativamente pelo aumento das importações. No entanto, os riscos internos permaneceram elevados, com o dinamismo da procura interna a ser condicionado pelo ainda elevado nível de endividamento e pelo processo de consolidação orçamental. De facto, o último trimestre de 2015 refletiu já uma desaceleração da atividade económica quando comparando com o primeiro semestre, refletindo o menor crescimento da procura global. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, a atividade económica em 2016 deverá continuar num ritmo de crescimento moderado, ligeiramente superior ao projetado para a área do euro, registando um aumento na ordem dos 1,7%.

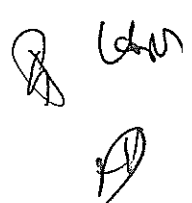
A inflação, em 2015, situou-se nos 0,5%, comparando com os -0,3% verificados no final de 2014. Conforme referido no Boletim Económico de Dezembro de 2015 do Banco de Portugal, o valor registado em 2015 reflete o contexto de melhoria gradual da posição cíclica da economia portuguesa e o aumento dos preços das importações excluindo bens energéticos.

O aumento da taxa de inflação em 2015 deverá ter um carácter duradouro no horizonte próximo e registar um aumento moderado para cerca de 1,1% em 2016, num contexto de pressões inflacionistas internas e externas melhoradas e de recuperação gradual mas modesta da economia mundial.

Numa análise mais restrita ao sector do Ambiente, temos que a recuperação moderada da atividade económica em 2015 contribuiu significativamente para o aumento do consumo em Portugal. Deste modo e estando a produção de resíduos intimamente ligada a este consumo, não é de estranhar, que se tenha verificado um ligeiro aumento na produção de resíduos face a 2014.

De igual modo, as condições verificadas em anos anteriores, como o deterioramento das condições financeiras de alguns operadores de resíduos e o estabelecimento de novos "players", criou uma pressão sobre os preços de mercado que se manteve em 2015, obrigando as empresas existentes a continuarem o seu esforço de readaptação e contenção da sua estrutura de custos.

Numa observação mais específica aos fatores com maior impacto na ECOambiente, identificamos 4 aspetos:

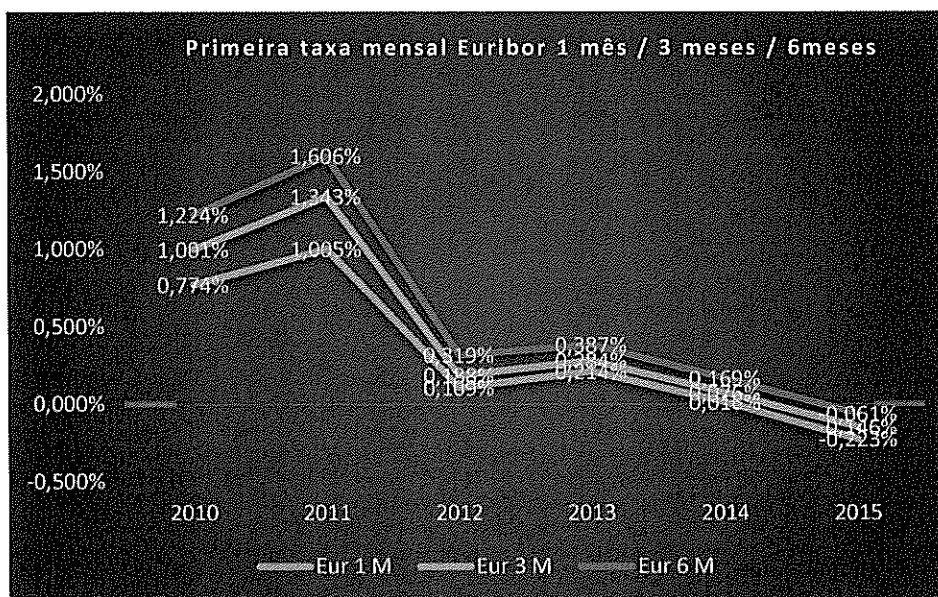
Three handwritten signatures in black ink are located in the bottom right corner of the page. They appear to be initials or names of individuals involved in the document's approval or review.

- Descida da taxa de desemprego:



Tomando como referência o ano de 2010, tínhamos em Portugal uma taxa de desemprego na ordem dos 12%. Os anos seguintes registaram uma forte tendência de subida até 2013, tendência esta descontinuada em 2014. O ano de 2015 manteve a tendência verificada em 2014, com o aumento de emprego em termos líquidos e diminuição da taxa de desemprego para níveis próximos dos observados entre 2010 e 2011.

- Trajetória da Euribor:



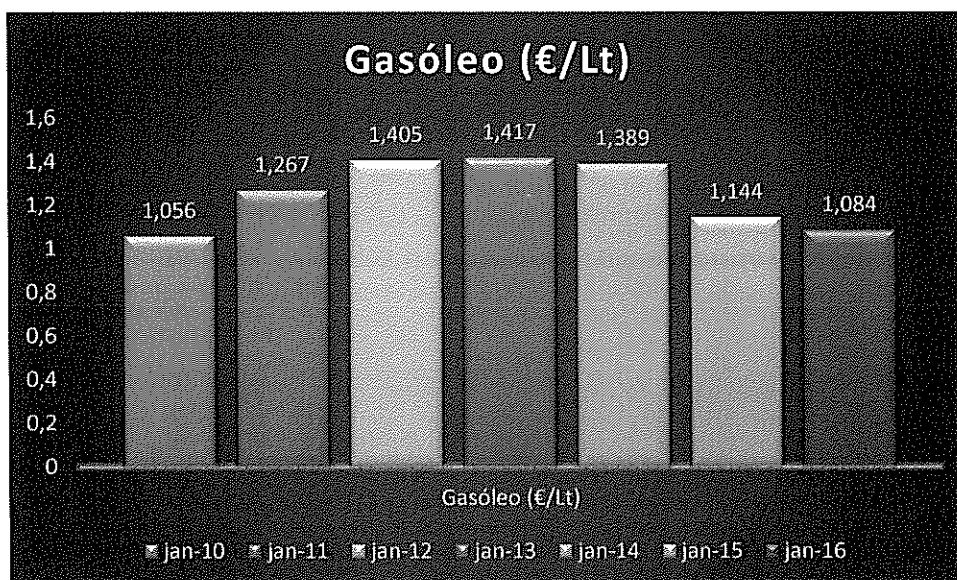
Após a subida das taxas Euribor entre 2010 e 2011, devido à forte instabilidade nos mercados financeiros, e após uma descida histórica das mesmas em 2012, assistimos em 2015 a uma descida das taxas Euribor para valores negativos. Neste cenário, as entidades que recorrem ao financiamento bancário acabam por ser um pouco beneficiadas.

Handwritten signature/initials

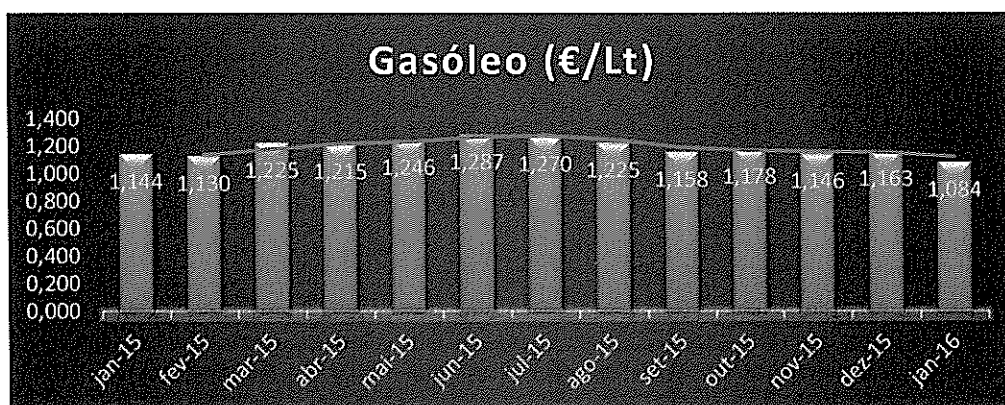
- **Melhoria dos prazos médios de pagamento do sector público:**

Assistiu-se, em 2015, a uma melhoria gradual das finanças públicas e locais, situação que na prática se tem traduzido numa diminuição dos prazos médios de pagamento por parte destas entidades. Esta melhoria deve-se essencialmente à publicação da Lei n.º 8/2012 ("Lei dos Compromissos") e à formalização do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) no final de 2012, sendo que durante os anos de 2013, 2014 e 2015 foi possível regularizar grande parte das dívidas antigas que os Municípios detinham para com os seus fornecedores. Esta é uma situação que afeta com particular incidência a ECOambiente, dado que cerca de 93% da sua faturação diz respeito a Câmaras Municipais e Empresas Municipais.

- **Descida do preço dos combustíveis:** Preços médios dos combustíveis (1º dia do mês)



A variação do preço dos combustíveis tem um peso bastante significativo na ECOambiente, dado que representa cerca de 10% dos seus custos. No que diz respeito ao Gasóleo, o ano de 2015 fechou com um preço médio de 1,084€/litro apresentando uma descida significativa de cerca de 5% face ao ano anterior (equivalente a uma redução de 0,06€/litro), registando assim uma contínua melhoria das condições face a 2014.



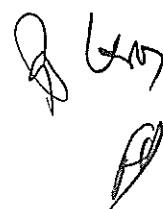
Handwritten signature and initials.

2 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

De entre os factos mais relevantes de 2015, e no que diz respeito às **prestações de serviço**, temos:

- Renovação de contratos existentes, num valor aproximado de 1.900.000€, nomeadamente:
 - EPAL (Simtejo) - *Aluguer de contentores, Recolha e Transporte de Gradados e Areias provenientes de ETAR's* (6 meses);
 - Câmara Municipal de Lamego - *Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza do Concelho de Lamego* (36 meses). Este contrato foi objecto de um novo concurso público, tendo sido adjudicado ao consórcio ECOambiente/Resur.
- Início em 2015 de contratos pontuais ou de curta duração e privados, com término em 2015, com um valor de adjudicações de cerca de 1.900.000€.
- Novos contratos iniciados em 2015, num valor aproximado de 6.800.000,00€, dos quais se salientam:
 - Associação de Municípios do Vale do Douro Norte - *Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro-Norte - Lote 1 e 2* (36 meses);
 - Câmara Municipal de Loulé - *Limpeza Urbana Almancil e Quarteira* (24 meses)
 - Câmara Municipal de Sintra - *Aquisição de serviços de limpeza pública na União de freguesias de Sintra (parcial), Cidade de Agualva e Monte Abraão-Lotes 1 e 2* (24 meses);
 - Câmara Municipal de Setúbal - *Prestação de serviços de aluguer operacional de uma viatura pesada de 20 m3 para recolha de contentores de resíduos sólidos urbanos* (36 meses);
 - Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar - *Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene e Limpeza Públicas do Concelho de Vila Pouca de Aguiar* (24 meses);
 - Câmara Municipal de Ovar - *Limpeza de bermas, valetas e passeios nas freguesias de São João, Arada e São Vicente Pereira Jusã e na zona não urbana da Freguesia de Ovar* (12 meses)

- Câmara Municipal de Tarouca - *Aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e de limpeza urbana na cidade de Tarouca* (36 meses)
- Adjudicação em 2015 para início de contrato em 2016, num valor aproximado de 475.000,00€:
- SIMAR - *Aluguer Operacional de 1 viatura de recolha de RU a GNC - Lote 3* (72 meses)
 - Câmara Municipal de Lagos – *Aquisição de serviços de limpeza e desinfeção dos contentores subterrâneos e de superfície instalados na área do município de Lagos*
 - Câmara Municipal de Ovar - *Aquisição de serviços de Limpeza Urbana do centro da cidade de Ovar* (5 meses)
- Término dos seguintes contratos:
- Câmara Municipal de Valpaços - *Contratação dos serviços de recolha de RSU* (1 ano);
 - Câmara Municipal de Almada - *Prestação de serviços de lavagem e varredura dos passeios e vias das freguesias de Cova da Piedade e Costa de Caparica* (12 meses).



Outras situações relevantes que ocorreram no ano de 2015:

- Em Junho de 2015 a ECOambiente apresentou, junto do Balcão Nacional de Injunções, requerimentos de Injunções referentes à dívida do Município da Nazaré no valor de 1.323.222,97€. O Município da Nazaré deduziu oposição a estas injunções, pelo que os processos se encontram a aguardar a correspondente distribuição para Tribunal.
- Em Outubro de 2015 foi concluído o processo de Dissolução e Liquidação do "Irmãos Cavaco/ECOambiente – ACE", denominado internamente como ACE de Albufeira.
- Em Outubro/Novembro de 2015 iniciaram-se os novos contratos na Maia (Limpeza Urbana – 72 meses – 7.776.000€ / Recolha Selectiva - 60 meses - 1.014.494,38€), que foram adjudicados à "Ferrovia Serviços / ECOambiente – ACE". Nestes novos contratos a participação da ECOambiente passou a ser de 40%.
- O actual contrato de Matosinhos (executado pela empresa participada VerdeVista, S.A.) foi objecto de um novo procedimento concursal, ao qual a ECOambiente concorreu. O relatório preliminar deste concurso, que saiu em Dezembro de 2015, não classifica a ECOambiente em primeiro lugar, pelo que poderá não vir a executar o novo contrato. Embora o terminus do contrato aponte para Janeiro de 2016, o Município de Matosinhos *"deliberou prorrogar o contrato de concessão até que se esgote a verba do mesmo, ou até que tenha início a vigência do novo contrato"*.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "D. G. M.", is located in the bottom right corner of the page.

3 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 INVESTIMENTOS

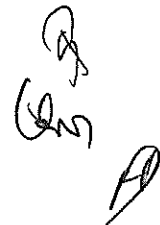
Os investimentos realizados em 2015 totalizaram 593.763€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	Euros	% s/ Investimentos Totais	% s/ Grupo de Investimentos
Investimentos financeiros	-2.025.913	-341,20%	100,00%
Aquisições Participações	0	0,00%	0,00%
Participações de Capital	-2.029.383	-341,78%	100,17%
Investimentos noutras empresas	0	0,00%	0,00%
Outros Investimentos Financeiros	3.470	0,58%	-0,17%
Activo fixos tangíveis	2.619.676	441,20%	100,00%
Terrenos e recursos naturais	0	0,00%	0,00%
Edifícios e outras construções	26.460	4,46%	1,01%
Equipamento básico	86.075	14,50%	3,29%
Equipamento de transporte	2.432.090	409,61%	92,84%
Equipamento administrativo	72.924	12,28%	2,78%
Outros activos fixos tangíveis	2.127	0,36%	0,08%
Investimentos em curso	0	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS	593.763	100,00%	

Nos investimentos financeiros a redução de 2.029.383€ deve-se essencialmente à liquidação do ACE Albufeira e à reversão do Goodwill da VerdeVista.

Os investimentos em Ativos Fixos Tangíveis totalizaram 2.619.676€ e dizem respeito a:

- **Edifícios e outras construções:** referem-se maioritariamente à construção do armazém de fitofarmacêuticos em Terrugem, construção de ecocentro em Albufeira e criação de vestiários e escritório no estaleiro de Lagos;
- **Equipamento Básico:** refere-se maioritariamente à aquisição de contentores para Lamego, Tarouca, Vila Pouca de Aguiar, Lagos e Valpaços, assim como um triturador de verdes para Albufeira.
- **Equipamento de Transporte:** refere-se maioritariamente à aquisição de viaturas de diversas tipologias no âmbito da renovação da frota afeta à prestação de serviços de aluguer de viaturas em Sintra, aquisição de diversas viaturas de recolha traseira no âmbito da prestação de serviços do Douro Norte, uma viatura de recolha no âmbito do contrato de aluguer de viatura para o SIMAR e ainda uma varredora no âmbito do contrato de aluguer em Setúbal.
- **Equipamentos Administrativo:** refere-se maioritariamente à aquisição de *hardware* e *software* para a solução *Data Center* implementada na empresa e ao investimento na solução *RFID* para Albufeira.



- **Outros ativos fixos tangíveis:** refere-se maioritariamente à aquisição de uma hidrolavadora no âmbito da prestação de serviços da AM Douro Norte.

3.2 GASTOS

Os Gastos neste exercício totalizaram 16.948.264€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	2014	%	2015	%	Varição	Varição %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.565.793 €	11%	1.589.685 €	9%	23.892 €	2%
Fornecimentos e serviços externos	7.484.995 €	52%	8.887.209 €	52%	1.402.214 €	19%
Gastos com o pessoal	3.433.733 €	24%	4.186.426 €	25%	752.692 €	22%
Gastos de depreciação e de amortização	1.398.780 €	10%	1.941.054 €	11%	542.273 €	39%
Provisões	28.598 €	0%	0 €	0%	-28.598 €	-100%
Outros gastos e perdas	193.796 €	1%	229.716 €	1%	35.920 €	19%
Gastos e perdas de financiamento	201.422 €	1%	108.220 €	1%	-93.202 €	-46%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	178.626 €	1%	5.954 €	0%	-172.671 €	100%
Total	14.485.743 €	100%	16.948.264 €	100%	2.462.521 €	17%

O acréscimo de gastos em cerca de 17%, representado neste mapa, deve-se essencialmente a:

- **Acréscimo significativo de gastos na rubrica de FSE**, consequência do aumento de gastos com trabalho temporário por via do início de novas prestações de serviços.
- **Os gastos com pessoal apresentam uma variação significativa** devido às novas prestações de serviços e também à integração no quadro de pessoal afeto a prestações de serviço já existentes e que estavam em regime de Trabalho Temporário.
- **Aumento substancial nas amortizações** explicada pelo investimento em renovação de frota para contratos já existentes (caso do aluguer de viaturas de Sintra) e aquisição de viaturas para novos serviços. Grande parte deste investimento já tinha sido realizado no fim de 2014 mas sem expressão significativa nas contas desse ano, tendo uma maior expressão em 2015.
- **Diminuição significativa do valor registado em Imparidade de dívidas a receber** que dizia respeito em 2014 a parte da dívida do Município da Nazaré.
- **Redução significativa dos encargos financeiros** por via da descida da Euribor e menor recurso ao crédito bancário.



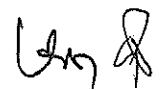
3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram, em 2015, 8.887.209€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	2014	%	2015	%	Variação	Variação %
62 Fornecimentos e serviços externos	7.484.995€	100%	8.887.209€	100%	1.402.214€	19%
621 Subcontratos	2.380.658€	32%	3.652.150€	41%	1.271.491€	53%
6211 Aquisições no território nacional	2.380.658€	32%	3.652.150€	41%	1.271.491€	53%
622 Serviços especializados	3.376.939€	45%	3.436.371€	39%	59.433€	2%
6221 Trabalhos especializados	980.018€	13%	1.045.839€	12%	65.821€	7%
6222 Publicidade e propaganda	25.803€	0%	32.215€	0%	6.412€	25%
6223 Vigilância e segurança	4.380€	0%	6.929€	0%	2.549€	58%
6224 Honorários	63.996€	1%	71.996€	1%	8.000€	13%
6226 Conservação e reparação	2.302.742€	31%	2.279.393€	26%	-23.349€	-1%
6228 Outros Serviços	0€	0%	0€	0%	0€	0%
623 Materiais	95.936€	1%	113.235€	1%	17.299€	18%
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	76.175€	1%	84.566€	1%	8.392€	11%
6232 Livros de documentação técnica	318€	0%	0€	0%	-318€	-100%
6233 Material da escritório	14.131€	0%	17.957€	0%	3.827€	27%
6234 Artigos de oferta	5.312€	0%	10.711€	0%	5.399€	102%
624 Energia e fluídos	1.010.166€	13%	1.020.702€	11%	10.536€	1%
6241 Electricidade	28.452€	0%	30.782€	0%	2.331€	8%
6242 Combustíveis	955.136€	13%	961.120€	11%	5.984€	1%
6243 Água	19.446€	0%	17.145€	0%	-2.301€	-12%
6248 Outros	7.133€	0%	11.654€	0%	4.522€	63%
625 Deslocações, estadas e transportes	69.822€	1%	71.271€	1%	1.449€	2%
6251 Deslocações e estadas	69.811€	1%	71.271€	1%	1.459€	2%
6252 Transporte de pessoal	0€	0%	0€	0%	0€	0%
6253 Transportes de mercadorias	11€	0%	0€	0%	-11€	-100%
626 Serviços diversos	551.475€	7%	593.481€	7%	42.007€	8%
6261 Rendas e alugueres	289.674€	4%	344.582€	4%	54.908€	19%
6262 Comunicação	34.283€	0%	36.818€	0%	2.534€	7%
6263 Seguros	91.194€	1%	105.474€	1%	14.280€	16%
6265 Contencioso e notariado	3.206€	0%	4.208€	0%	1.001€	31%
6266 Despesas de representação	25.094€	0%	14.993€	0%	-10.101€	-40%
6267 Limpeza, higiene e conforto	19.868€	0%	24.399€	0%	4.531€	23%
6268 Outros Serviços	88.155€	1%	63.009€	1%	-25.147€	-29%
6269 Despesas mal documentadas	0€	0%	0€	0%	0€	0%

A conta "Subcontratos" inclui o recurso ao Trabalho Temporário, no valor de 2.732.242€.

Além desta rubrica, observa-se que as restantes rubricas com um maior peso na estrutura são os "Trabalhos Especializados", a "Conservação e Reparação" e os "Combustíveis"




3.2.2 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal com vínculo com a ECOambiente totalizaram 4.186.426€, representando um aumento de 22% face ao ano anterior e estão representados no quadro abaixo:

Designação	2014	2015	Variação	Variação %
63 Gastos com o pessoal	3.433.733 €	4.186.426 €	752.692 €	22%
631 Remunerações dos órgãos sociais	0 €	0 €	0 €	0
632 Remunerações do pessoal	2.770.068 €	3.353.177 €	583.109 €	21%
634 Indemnizações	23.981 €	44.294 €	20.313 €	85%
635 Encargos sobre remunerações	556.341 €	685.603 €	129.262 €	23%
636 Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	43.189 €	53.134 €	9.945 €	23%
638 Outros gastos com o pessoal	40.155 €	50.218 €	10.063 €	25%

Como se pode constatar, no mesmo sentido, existiu um aumento na rubrica de Subcontratos – Trabalho Temporário (FSE – 621) na ordem dos 57%.

Designação	2014	2015	Variação	Variação %
Trabalho Temporário	1.740.310 €	2.732.242 €	991.931 €	57%

Este aumento do recurso a Trabalho Temporário deve-se, em grande parte, ao arranque de vários contratos, tais como Lagos, Loulé, LU Sintra, AM Douro.



3.3 RENDIMENTOS

A ECOambiente aumentou o seu volume de negócios em cerca de 14%.

Designação	2014	2015	Variação	Variação %
Volume de Negócios	14.673.280 €	16.693.084 €	2.019.803 €	14%
Vendas	52.725 €	69.340 €	16.615 €	32%
Prestações de Serviços	14.620.556 €	16.623.744 €	2.003.188 €	14%
Serviços de Recolha R.S.U.	8.731.914 €	8.934.262 €	202.347 €	2%
Serviços de Varrição	2.640.890 €	4.639.348 €	1.998.458 €	76%
Serviços de Aluguer de Viaturas	3.247.752 €	3.050.135 €	-197.617 €	-6%

O ano de 2015 consubstanciou-se num aumento muito significativo das prestações de serviços no âmbito da varrição, nomeadamente com a inclusão de contratos como Lagos, Loulé e LU Sintra.

No que diz respeito ao **E.B.I.T.D.A.**, a ECOambiente, atinge, em 2015, um valor de 2.823.288€, apresentando uma variação positiva de 6%.

ECOambiente	2013	Variação	2014	Variação	2015	Variação
EBITDA	3.745.122 €	-3%	2.673.439 €	-29%	2.823.288 €	6%
Liquidez geral	101,15%	-22%	127,39%	26%	147,52%	16%
Autonomia financeira	43,16%	34%	40,43%	-6%	50,13%	24%

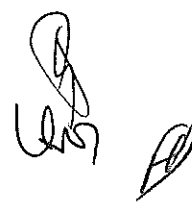
Esta variação positiva deriva essencialmente do acréscimo de VN face ao ano anterior.

No que diz respeito à Liquidez Geral e Autonomia Financeira, a empresa continua a apresentar ótimos indicadores. A empresa apresenta um rácio de Liquidez Geral de 148%, garantindo uma boa solvabilidade, mostrando capacidade de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, registando uma melhoria de 16% face a 2014.

A Autonomia Financeira de 50% demonstra a estabilidade financeira da empresa, permitindo-lhe fazer face aos seus compromissos através dos seus capitais próprios.

Em termos consolidados, refletindo as participações nos ACE's de Albufeira, da Marinha Grande, da Maia, de Mondim de Basto e na Verdevista, S.A. através da proporcionalidade das participações existentes, o **valor global dos proveitos** atingiu os 22.035.239€.

Grupo ECO Consolidado	2013	2014	Variação	2015	Variação
Proveitos	20.848.967	20.093.515	-4%	22.035.239	10%



4 RECURSOS HUMANOS

No final do ano de 2015 a Ecoambiente, S.A. empregava, através de contrato individual de trabalho, 305 colaboradores, mais 65 trabalhadores do que no período homólogo.

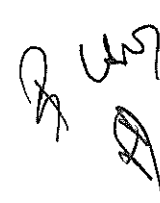
ECOambiente, S.A.	2014	2015	Variação	%
Colaboradores	240	305	65	27,08%
Trabalhadores temporários	173	221	48	27,75%
Total	413	526	113	27,36%

Não fazendo parte dos efetivos da empresa, e em prestações de serviços de curta duração, em situações de início de prestações de serviço e substituições pontuais, recorreu-se a empresas de trabalho temporário contando-se, no final de 2015, a prestar serviço na ECOambiente, 221 trabalhadores temporários, mais 48 trabalhadores do que no período homólogo.

Com o acréscimo verificado de 48 trabalhadores em Trabalho Temporário, comparando o final de 2014 com o final de 2015, o valor gasto nesta rubrica aumentou 57% (conforme referido no ponto 3.2.2), ficando este acréscimo a dever-se a entradas relativas às prestações de serviço como Lagos, Loulé, LU Sintra, AM Douro Norte.

Distribuição dos colaboradores por categoria profissional:

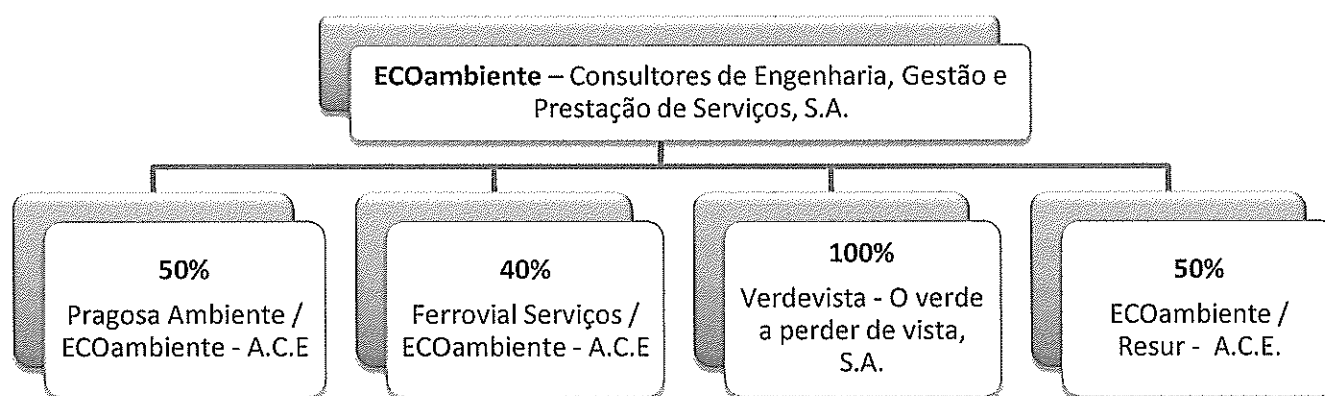
ECOambiente	Colaborador	%	TT	%	Total Geral	%
Administrativos	9	2,95%		0,00%	9	1,71%
Auxiliar Limpeza	2	0,66%		0,00%	2	0,38%
Cantoneiro	166	54,43%	171	77,38%	337	64,07%
Chefe Manutenção	0	0,00%		0,00%	0	0,00%
Coordenador Divisão	1	0,33%		0,00%	1	0,19%
Director	3	0,98%		0,00%	3	0,57%
Encarregado	8	2,62%	2	0,90%	10	1,90%
Ferramenteiro	1	0,33%		0,00%	1	0,19%
Fiel Armazém	2	0,66%		0,00%	2	0,38%
Gestor de Contrato	11	3,61%		0,00%	11	2,09%
Gestor de Frota	1	0,33%		0,00%	1	0,19%
Gestor Qualidade	1	0,33%		0,00%	1	0,19%
Lavador	3	0,98%		0,00%	3	0,57%
Mecânico	9	2,95%	1	0,45%	10	1,90%
Motorista Ligeiros	1	0,33%		0,00%	1	0,19%
Motorista Pesados	75	24,59%	47	21,27%	122	23,19%
Responsável Compras	1	0,33%		0,00%	1	0,19%
Técnicos Superiores	11	3,61%		0,00%	11	2,09%
Total Geral	305	100,00%	221	100,00%	526	100,00%



5 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

Em 2013, a ECOambiente, S.A. incorporou o contrato de Albufeira, mas a sociedade Irmãos Cavaco / ECOambiente – ACE continuou activa até que a Câmara de Albufeira liquidasse a sua dívida. O ACE foi liquidado e dissolvido em Outubro de 2015. A participação da ECOambiente nesta sociedade era de 100%.

A ECOambiente, S.A. detém 100% da VerdeVista, S.A. e em 50% do capital das sociedades Pragosa Ambiente / ECOambiente – A.C.E., e ECOambiente / Resur – A.C.E, assim como em 40% da sociedade Ferroviaal Serviços / ECOambiente – A.C.E desde Outubro de 2015.



Em 2015, foram consolidados na ECOambiente S.A. os seguintes resultados:

	Res. Líquidos 2015	% Participação	Participação nos Resultados 2015	Saldo Inicial conta 41	Valor a reflectir	Dissolução ACE Albufeira	Distribuição de Dividendos	Saldo Final Conta 41
Empresas do Grupo								
Verdevista, SA	308.972,16 €	100%	308.972,16 €	836.884,83 €	308.972,16 €		200.000,00 €	945.856,99 €
Verdevista, SA (Goodwill)				104.036,30 €	-104.036,30 €			0,00 €
Empresas Associadas								
ACE M. Grande	84.039,11 €	50%	42.019,56 €	77.504,84 €	42.019,55 €		30.000,00 €	89.524,39 €
ACE Albufeira	-18.521,83 €	100%	-18.521,83 €	2.115.901,99 €	-18.521,83 €	2.097.380,16 €		0,00 €
ACE Maia	245.924,59 €	50%/40%	119.563,75 €	424.163,19 €	119.563,75 €		50.000,00 €	493.726,94 €
ACE Mondim	24.229,25 €	50%	12.114,63 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €
TOTAL				3.558.491,15 €	347.997,33 €		280.000,00 €	1.529.108,32 €

Em Maio de 2012, a empresa subscreveu 15% do capital social da firma TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA (sociedade constituída no âmbito do processo concursal da Lipor), no valor de 7.500€, representativo de 1.500 acções, com o valor nominal de 5€ cada, que se encontra registado na rubrica de Investimentos Financeiros.

A ECOambiente, durante o ano de 2015, prestou serviços de contabilidade, gestão de pessoal, gestão de seguros e apoio técnico às sociedades participadas.

6 DIVIDAS AO FISCO E À SEGURANÇA SOCIAL

À data de 31 de Dezembro de 2015, não existiam dívidas vencidas ao Fisco e à Segurança Social.

7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do Exercício não ocorreram quaisquer factos relevantes que alterem substancialmente a situação patrimonial da empresa ou influam significativamente nos valores constantes dos documentos contabilísticos.

8 PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2016

Os objetivos fundamentais para o ano de 2016 são:

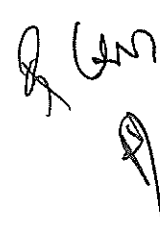
- Aumentar o Volume de Negócios nas áreas de RSU, Limpeza Urbana e Aluguer Operacional de Viaturas;
- Melhorar a produtividade, reduzindo o custo de manutenção por hora nas viaturas;
- Elaboração de um plano estratégico para a conservação e manutenção de viaturas;
- Avançar com a implementação dos sistemas de GeoLocalização nas viaturas;
- Aumentar as acções de formação e sensibilização relativas aos acidentes de trabalho;
- Desenvolvimento contínuo do sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança;
- Consolidar o crescimento da empresa e aumentar o EBITDA e os Resultados Líquidos.

9 PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Do exposto e relativamente aos resultados do exercício de 2015, foi apurado um resultado antes de impostos de 774.014,32€, correspondendo a um resultado líquido positivo de 635.380,85€.

Face aos resultados obtidos e aos esclarecimentos prestados, propomos aos Senhores Acionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Resultado Transitado: 635.380,85€ (Seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta euros e oitenta e cinco cêntimos).



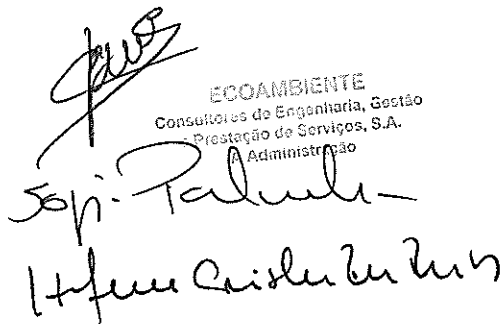
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades e pessoas que apoiaram e colaboraram com a atividade da empresa, de entre as quais pretendemos destacar:

- Os Senhores Acionistas, pela confiança demonstrada no Conselho de Administração e pelo apoio pessoal e financeiro que prestaram à empresa;
- A todos os clientes e fornecedores que mantêm relações com a ECOambiente S.A. cujo apoio se tem revelado fundamental na persecução dos nossos objectivos;
- A todos os colaboradores que contribuíram para o desempenho da empresa com o seu profissionalismo e dedicação, o Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos.

Sintra, 11 de Março de 2016.

O Conselho de Administração:

The block contains handwritten signatures and a stamp. At the top is a signature. Below it is a stamp that reads "ECOAMBIENTE Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A. Administração". Below the stamp is another signature, and at the bottom is a third, larger signature.

Anexo I ao Relatório de Gestão

Exercício de 2015

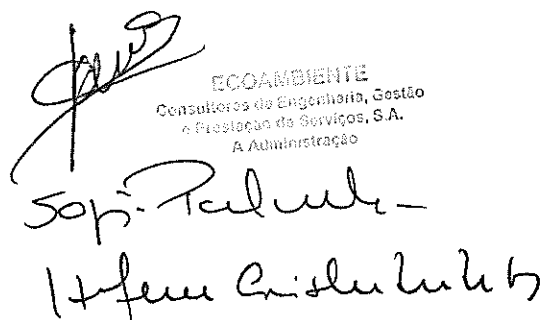
Para cumprimento do estipulado no n.º 5 do Art. 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, de entre os membros dos Órgãos da Administração e fiscalização da sociedade, e bem assim das pessoas e entidades referida no seu n.º 2, à data de 31 de Dezembro de 2015, nenhum destes membros e pessoas eram titulares de ações representativas do capital social da empresa.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015, a Empresa não efectuou transacções com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2015.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Sintra, 11 de Março de 2016.

O Conselho de Administração:

The block contains two handwritten signatures in black ink. The first signature is a stylized, cursive script. The second signature is also in cursive but more legible, appearing to read "Sop. Teodoro". Below the signatures is a rectangular stamp. The stamp contains the text "ECOAMBIENTE" in bold, followed by "Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A." and "A Administração" in a smaller font.

Anexo II ao Relatório de Gestão

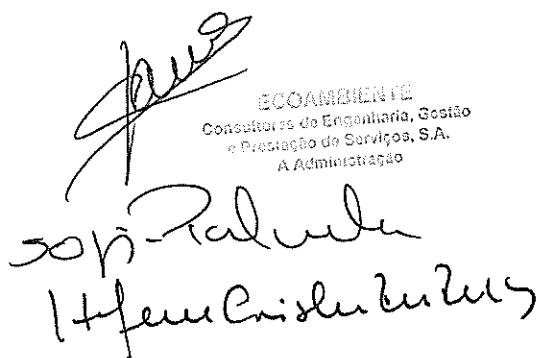
Exercício de 2015

Para cumprimento do estipulado no n.º 4 do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, à data de 31 de Dezembro de 2015, era titular de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital, os acionistas:

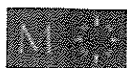
- **Fomentinvest Ambiente, SGPS, S.A. – 77,68%**
- **Nouvelle Environments, S.A. - 22,32%**

Sintra, 11 de Março de 2016.

O Conselho de Administração:

The block contains handwritten signatures and a stamp. At the top is a stylized signature. Below it is a rectangular stamp with the text "ECOAMBIENTE Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A. A Administração". Below the stamp are two more handwritten signatures, one of which appears to be "H. Fernandes".

ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços, S.A.
A Administração



MAZARS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 16 632 829 euros e um total de capital próprio de 8 337 911 euros, incluindo um resultado líquido de 635 381 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, RUA TOMÁS DA FONSECA - TORRES DE LISBOA, TORRE C, 5º ANDAR, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT
RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - 514, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 20161394 - REGISTADA NA CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150 000,00 €

Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF
INDEPENDENT FIRMS

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

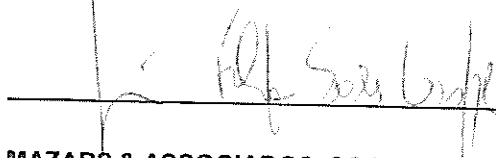
OPINIÃO

- 7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 13 de Maio de 2016



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada por Dr. Luís Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas nº 1003)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2015, a atividade da **ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. Após o encerramento de contas apreciamos os documentos de prestação de contas.

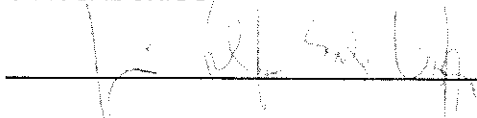
O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e os correspondentes Anexos apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Que não existem objecções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 13 de maio de 2016

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada por Luís Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas nº 1003)

**ECOambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e
Prestação de Serviços, SA**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

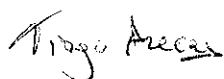
ANEXO ÀS CONTAS

Ano de 2016

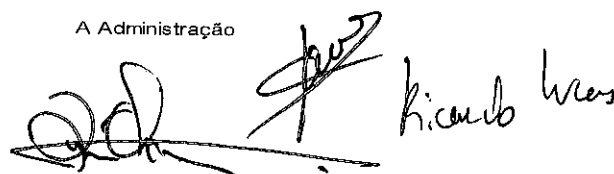
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-16	31-dez-15
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3+6	6.621.194,58	6.716.052,90
Propriedades de investimento			
Trespasse (goodw ill)			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - metodo da equivalencia patrimonial	3+9	1.132.887,16	1.529.108,32
Outros investimentos financeiros	15.8	22.906,89	11.144,16
Créditos a receber	15.9	5.000,00	5.000,00
Activos por impostos diferidos			
		7.781.988,63	8.261.305,38
Activo corrente			
Inventários	10	491.366,37	454.121,76
Activos biológicos			
Clientes	15.10	6.097.750,78	5.265.575,56
Estado e outros entes publicos	15.1	612.079,78	686.487,12
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	15.8	1.134.886,07	335.102,74
Diferimentos	15.9	68.480,66	55.505,18
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	9		
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	3+4	1.560.167,41	1.574.731,75
		9.964.731,07	8.371.524,11
		17.746.719,70	16.632.829,49
Total do activo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	700.400,00	700.400,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Premios de emissão			
Reservas legais	14	140.080,00	140.080,00
Outras reservas		178.935,57	178.935,57
Resultados transitados		7.183.144,36	6.547.763,51
Excedentes de revalorizaçãooo	6+13	135.351,30	135.351,30
Ajustamentos /outras variações no capital próprio			
		8.337.911,23	7.702.530,38
Resultado líquido do periodo		319.301,41	635.380,85
Interesses minoritários			
Total do capital proprio		8.657.212,64	8.337.911,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15.12	0,00	19.550,00
Financiamentos obtidos	7+8	2.793.159,02	2.561.148,86
Responsabilidades por beneficios pos-emprego			
Passivos por impostos diferidos	13.3	39.295,54	39.295,54
Outras dividas a pagar	15.8		
		2.832.454,56	2.619.994,40
Passivo corrente			
Fornecedores	15.11	3.204.612,66	2.491.452,81
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	15.1	206.168,26	144.753,80
Financiamentos obtidos	7+8	1.477.768,16	1.558.746,45
Outras dividas a pagar	15.8	1.368.503,42	1.479.970,80
Diferimentos	15.9		
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		6.257.052,50	5.674.923,86
		9.089.507,06	8.294.918,26
		17.746.719,70	16.632.829,49
Total do Passivo			
Total do capital proprio e do passivo			

O Contabilista Certificado



A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

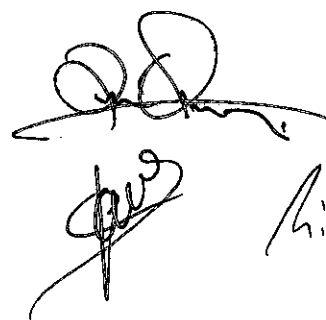
Euros (€)

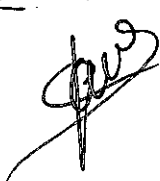
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	11	17.096.161,83	16.693.083,82
Subsídios a exploração		13.920,24	13.073,36
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3+9+15.6+15.7	377.942,04	347.997,33
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.531.876,20	-1.589.685,21
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-8.087.564,39	-8.887.209,48
Gastos com o pessoal	15.5	-5.632.214,23	-4.186.425,69
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10.2		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.10	9.323,86	-5.954,42
Provisões (aumentos/reduções)	15.12	19.550,00	26.539,00
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.6	399.026,24	519.026,88
Outros gastos e perdas	15.7	-106.205,89	-107.157,69
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos		2.558.063,50	2.823.287,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-2.122.549,16	-1.941.053,54
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		435.514,34	882.234,36
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-69.789,88	-108.220,04
Resultado antes de impostos		365.724,66	774.014,32
Imposto sobre o rendimento do período	13	-46.423,25	-138.633,47
Resultado líquido do período		319.301,41	635.380,85

O Contabilista Certificado



A Administração





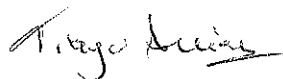
Ricardo Wess

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

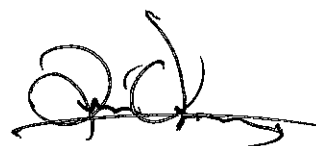
Euros(€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	11+15.3	17.096.161,83	16.693.083,82
Custos das vendas e dos serviços prestados	10 + 15.4 + 15.5 + 6	-14.687.064,17	-14.250.723,73
Resultado Bruto		2.409.097,66	2.442.360,09
Outros rendimentos	3+ 9 + 15.6	819.762,38	1.029.194,70
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	15.4 + 15.5	-564.590,65	-412.596,65
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	15.7	-2.228.755,05	-2.176.723,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		435.514,34	882.234,36
Gastos de financiamento (líquidos)	15.8	-69.789,68	-108.220,04
Resultado antes de impostos		365.724,66	774.014,32
Imposto sobre o rendimento do período	13	-46.423,25	-138.633,47
Resultado líquido do período		319.301,41	635.380,85

O Contabilista Certificado



A Administração


 Ricardo Lins

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MÉTODO DIRECTO

Euros (€)

Euros (€)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		17.587.083,53	17.228.088,17
Pagamentos a fornecedores		-11.226.175,45	-12.433.060,50
Pagamentos ao pessoal		-5.260.723,67	-3.900.076,02
Caixa gerada pelas operações		1.100.184,41	894.951,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-47.828,79	-156.610,81
Outros recebimentos/pagamentos		336.073,50	910.674,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.388.429,12	1.649.015,58
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-453.540,00	-266.719,98
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		60.494,13	4.690,82
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		1.172,51	3.810,24
Juros e rendimentos similares		474.163,20	280.000,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		82.289,84	21.781,08
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		50.000,00	
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-39.393,78	-41.097,13
Juros e gastos similares		-69.789,68	-108.220,04
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-1.426.099,84	-1.740.534,38
Fluxos de caixa das actividades de investimento (3)		-1.485.283,30	-1.889.851,55
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-14.564,34	-219.054,89
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.574.731,75	1.793.786,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.560.167,41	1.574.731,75

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes Revalorização	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Total			
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	700.400,00				140.080,00	178.935,57	5.722.287,82		129.115,81		830.258,29	7.701.077,49		7.701.077,49	
Primeira adopção do novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças na conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										6.235,49						
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00	0,00	830.258,29		6.235,49		-830.258,29	1.452,89		1.452,89	
	2															
	3											835.380,85	835.380,85		835.380,85	
	4=2+3															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras Operações																
	5															
	6=1+2+3+5	700.400,00				140.080,00	178.935,57	8.547.763,51		135.351,30		635.380,85			8.337.911,23	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015															0,00	

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes Reavaliação	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício		
1		700.400,00				140.080,00	178.935,57	6.547.763,51		135.351,30		635.380,85		8.337.911,23
2								635.380,85				-635.380,85		
3								635.380,85		0,00		-635.380,85		0,00
4=2+3												319.301,41		319.301,41
												-316.079,44		319.301,41
5														
6=1+2+3+5		700.400,00				140.080,00	178.935,57	7.183.144,36		135.351,30		319.301,41		8.657.217,64

3

14
S AP
3

1. Identificação da entidade

A *Empresa Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA*, é uma sociedade anónima, constituída em 1992, que tem a sua sede social no Parque Industrial da Abrunheira, Ed.2, em Sintra, e que tem como actividade principal a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais e na componente de Higiene e Limpeza Urbana.

A Empresa pertence ao Grupo encabeçado pela empresa Fomentinvest SGPS, SA, tendo a sua sede social em Lisboa. As empresas do Grupo exercem, as seguintes actividades económicas: Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana, Tratamento de Resíduos, Valorização e Deposição de Resíduos, Aterros Sanitários, Estações de Transferência, Consultoria e Projectos Técnicos.

A Ecoambiente é detida a 100% pela empresa Fomentinvest Ambiente SGPS,SA.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Revisão dos modelos de Demonstrações Financeiras)

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

- i. Investimentos financeiros em empresas do Grupo

14
3

As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em "Juros e outros rendimentos similares".

A empresa utiliza o método da equivalência patrimonial, na contabilização dos investimentos financeiros, sendo o registo inicial pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios das empresas investidas, na proporção da quota – parte da Ecoambiente, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como goodwill. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como proveito do exercício na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. No ano de 2016, não houve registo de activos fixos intangíveis, e, nos ajustamentos de transição, as despesas de instalação estavam totalmente reintegradas.

c) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Terrenos	Não amortizados
Edifícios	50
Outras construções	5-20
Equipamento básico	4-10
Equipamento de transporte	2-10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	4-10

71
20
3

Alguns elementos da classe de activos fixos tangíveis (Edifícios e outras construções e equipamento de transporte), encontram-se registados pelo valor revalorizado, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de revalorizações de activos fixos tangíveis, são creditados em excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis nos capitais próprios da Empresa.

As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva conta de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade.

Quando os activos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens reintegráveis, são também transferidos para a rubrica "Resultados Transitados".

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

d) Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do GRUPO e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efectuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do goodwill exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do goodwill relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse goodwill está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas de imparidade relativas ao goodwill não são reversíveis.

e) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

2/12
3/12

De acordo com o método financeiro, o custo do activo é registado como um activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do activo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em activos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

g) Gastos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos tangíveis não são capitalizados.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso deste ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Handwritten marks: a signature, a circled 'P', and a large '3'.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico).

i) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração, informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica de saldos vencidos e não recebidos.

Assim, as dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros e cujo efeito de desconto é considerado imaterial, são registadas pelo seu valor nominal.

iii) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A empresa desreconhece activos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade. Se a entidade reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos Obtidos" a contrapartida monetária pelos activos cedidos.

As contas a receber cedidas em factoring à data de cada balanço, são mensurados como "Factoring sem recurso", ou seja, são desreconhecidos do activo quando o crédito é aceite pelo factoring, excepto no que respeita ao contrato de Factoring estabelecido com o Município de Albufeira, que se encontra mensurado como "Factoring com recurso".

iv) Caixa e equivalentes de caixa

3
TA
2

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração (consolidada) dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

j) Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

l) Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

3
14
20

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

m) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" e "Outras contas a pagar e a receber".

Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras

3
1A
2A

da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

o) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos incluem vidas úteis de activos fixos tangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas

143
2/19

relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

A 31.12.2016, não havia valor no saldo de "Caixa e seus equivalentes" que não estivesse disponível para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2016 e a 31.12.2015, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa:		
Caixa sede	13.937,92 €	14.765,13 €
Caixa movimentos em circulação	25.033,60 €	5.408,89 €
	38.971,52 €	20.174,02 €
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem - Banco Comercial Português	49.379,40 €	21.923,33 €
Depósito à ordem - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	304.306,36 €	68.223,97 €
Depósito à ordem - Novo Banco	740.711,29 €	539.907,58 €
Depósito à ordem - Deutsche Bank	0,04 €	14.538,79 €
Depósito à ordem - Banco Popular	410.038,26 €	193.167,36 €
Depósito à ordem - Banco BIC	16.760,54 €	16.796,70 €
Depósito a prazo - Banco BIC	-	700.000,00 €
	1.521.195,89 €	1.554.557,13 €
TOTAL CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS	1.560.167,41 €	1.574.731,15 €

5. Partes relacionadas

5.1. Relacionamentos com a empresa-mãe:

Nome da empresa-mãe imediata: Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA

2
14
2

5.2. Remuneração do pessoal chave da gestão:

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, ascenderam a 66.167,16 €. Durante o ano de 2015 não foram pagas quaisquer remunerações ao pessoal chave de gestão.

5.3. Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

A Empresa relaciona-se com as seguintes partes relacionadas:

Partes relacionadas

Empresa-mãe: Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA

Administradores:

António Fernando Couto dos Santos
Francisco Jorge de Jesus Damas
Dália Castanheira Galo de Petiz
Ricardo Jorge Baleia Lucas
Luis Fernando Moreira de Oliveira

Empreendimentos Conjuntos:

Pragosa Ambiente / Ecoambiente - ACE
Ecoambiente / Resur - ACE
Ferrovial Serviços/Ecoambiente ACE

Subsidiárias:

Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA

Outras entidades relacionadas

ISBS, SA
Ecoprogresso, SA
Gestejo – Tratam. e Valorização de Resíduos, SA
Ribtejo – Tratam. e Valorização de Resíduos Industriais, SA
Gestrare – Gestão e Tratamento de Resíduos, SA
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Projectos, SA
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA
Resur – Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda
CEBC – Produção de Energia, SA
TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA
Nouvelle Environment, SA
Fomentinvest SGPS, SA
Finertec – Serv. Consultoria e Participações Financeiras, SA
Treciver

2

15

2

10

b) Transacções e saldos pendentes

No decurso de 2016, a Empresa apresentou as seguintes transacções e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Gastos em Prestações de Serviços	Outros Gastos	Prestações de serviços	Outros Rendimentos
Empresa-mãe:				
Fomentinvest Ambiente, SGPS SA	131.975,08 €			
	131.975,08 €			
Empreendimentos Conjuntos:				
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE				5.162,75 €
Ferrovial Serviços / Ecoambiente - ACE	2.573,56 €		33.119,92 €	7.431,17 €
Ecoambiente / Resur - ACE			15.750,00 €	5.148,29 €
	2.573,56 €		48.869,92 €	17.742,21 €
Subsidiárias:				
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	43.830,42 €		2.898,00 €	297.277,40 €
	43.830,42 €		2.898,00 €	297.277,40 €
Outras entidades relacionadas:				
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	416.086,20 €			13.187,39 €
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA			67.500,00 €	120,00 €
Fomentinvest SGPS				
Ribtejo – Tratam. e Valorização de Resíduos	120,00 €		4.743,97 €	3.497,61 €
ISBS, SA				
Treciver				
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	464.344,73 €		197.606,90 €	35.035,39 €
	880.550,93 €		269.850,87 €	51.840,39 €
TOTAL	1.058.929,99 €		321.618,79 €	366.860,00 €

Partes Relacionadas	Contas a Receber	Contas a Pagar
Empresa-mãe:		
Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA		12.915,00 €
		12.915,00 €
Empreendimentos Conjuntos:		
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE	7.291,91 €	62.470,75 €
Ferrovial Serviços/ Ecoambiente - ACE	40.551,09 €	-
Ecoambiente / Resur - ACE	153.357,71 €	1.084,32 €
	201.200,71 €	63.555,07 €
Subsidiárias		
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	666.942,36 €	53.872,54 €
	666.942,36 €	53.872,54 €
Outras entidades relacionadas:		
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	1.265,11 €	261.786,03 €
Lena Ambiente II - Gestão de Resíduos, SA		
Fomentinvest SGPS		
Ribtejo – Tratam. e Valorização de Resíduos	6.430,90 €	619,48 €
ISBS, SA		
Treciver		
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	497.444,16 €	1.001.292,78 €
	505.140,17 €	1.263.698,29 €
TOTAL	1.373.283,24 €	1.392.040,90 €

14
2
19

No decurso de 2015, a Empresa apresentou as seguintes transacções e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Gastos em Prestações de Serviços	Outros Gastos	Prestações de serviços	Outros Rendimentos
Empresa-mãe:				
Fomentinvest Ambiente, SGPS SA	131.869,98			
	131.869,98			
Empreendimentos Conjuntos:				
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE				5.143,19
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE				
Ferrovial Serviços / Ecoambiente - ACE	363.795,40		13.177,69	
Ecoambiente / Resur - ACE			17.250,00	9.137,39
	363.795,40		30.427,69	14.280,58
Subsidiárias:				
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	31.516,99			301.016,35
	31.516,99			301.016,35
Outras entidades relacionadas:				
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	513.327,39			12.058,50
Lena Ambiente II – Gestão de Resíduos, SA			115.139,16	68,37
Fomentinvest SGPS				
Ribeiro – Tratam. e Valorização de Resíduos				1.503,64
ISBS, SA	1.070,00			
Treciver				
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	367.775,83		164.556,59	28.028,60
	882.173,22		279.695,75	41.657,11
TOTAL	1.409.355,59		310.123,44	356.954,04

Partes Relacionadas	Contas a Receber	Contas a Pagar
Empresa-mãe:		
Fomentinvest Ambiente – SGPS, SA		12.915,00
		12.915,00
Empreendimentos Conjuntos:		
Pragosa Ambiente, SA / Ecoambiente, SA - ACE	6.486,47	200,78
Irmãos Cavaco / Ecoambiente, ACE	20,70	
Ferrovial Serviços / Ecoambiente - ACE	319,80	256.185,59
Ecoambiente / Resur - ACE	127.847,28	1.084,32
	134.654,25	257.470,69
Subsidiárias		
Verde Vista – O verde a perder de Vista, SA	372.220,53	38.710,13
	372.220,53	38.710,13
Outras entidades relacionadas:		
Fomentinvest – Consultoria e Gestão Proj.	2.519,23	427.167,00
Lena Ambiente II - Gestão de Resíduos, SA	28.953,60	
Fomentinvest SGPS		
Ribeiro – Tratam. e Valorização de Resíduos	222,89	471,88
ISBS, SA		
Treciver		
Resur – Gestão de Resíduos e H. Urbana, Lda	226.118,00	461.592,44
	257.813,72	889.231,32
TOTAL	764.688,50	1.198.327,14

3
14
P

6. Activos tangíveis

6.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Existem activos tangíveis que estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização (Edifícios e outras construções e equipamento de transporte), segundo o qual um activo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data de revalorização menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Activos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Terrenos e recursos naturais	50	0%
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento básico	4 – 10	10% – 25%
Equipamento de transporte	2 – 10	10% – 50%
Equipamento administrativo	3 – 10	10% – 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	4 – 10	10% – 25%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Investimentos em curso	Outros activos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2015	211.318,60 €	2.359.967,46 €	1.583.818,48 €	24.362.626,74 €	473.455,45 €	- €	190.814,63 €	29.182.001,36 €
Adições	- €	65.598,87 €	67.176,63 €	1.819.253,93 €	46.511,43 €	- €	43.178,74 €	2.041.719,60 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	69.227,09 €	1.070.427,62 €	- €	- €	- €	1.139.654,71 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2016	211.318,60 €	2.425.566,33 €	1.581.768,02 €	25.111.453,05 €	519.966,88 €	- €	233.993,37 €	30.084.066,25 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2015	- €	1.587.886,66 €	1.428.146,94 €	18.877.537,85 €	399.907,98 €	- €	172.470,03 €	22.465.948,46 €
Adições	- €	90.444,62 €	69.152,14 €	1.900.208,17 €	43.054,09 €	- €	19.699,74 €	2.122.558,66 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	55.207,83 €	1.070.427,62 €	- €	- €	- €	1.125.635,45 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2016	- €	1.678.330,18 €	1.442.091,25 €	19.707.318,40 €	442.962,07 €	- €	192.169,77 €	23.462.871,67 €
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adições	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2015	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VALOR LÍQUIDO	211.318,60 €	747.236,15 €	139.676,77 €	5.404.134,65 €	77.004,81 €	- €	41.823,60 €	6.621.194,68 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Investimentos em curso	Outros activos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2014	211.318,60 €	2.333.507,49 €	1.498.345,63 €	21.930.536,88 €	400.531,45 €	1.788.601,30 €	188.687,49 €	28.351.528,84 €
Adições	- €	26.459,97 €	86.074,85 €	2.473.291,41 €	72.924,00 €	- €	2.127,14 €	2.660.877,37 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	602,00 €	41.201,55 €	- €	- €	- €	41.803,55 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	1.788.601,30 €	- €	1.788.601,30 €
Saldo em 31.12.2015	211.318,60 €	2.359.967,46 €	1.583.818,48 €	24.362.626,74 €	473.455,45 €	- €	190.814,63 €	29.182.001,36 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	- €	1.509.083,17 €	1.335.173,64 €	17.200.143,69 €	367.196,65 €	- €	155.090,52 €	20.566.687,67 €
Adições	- €	78.802,49 €	93.564,50 €	1.718.595,71 €	32.711,33 €	- €	17.379,51 €	1.941.053,54 €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	591,20 €	41.201,55 €	- €	- €	- €	41.795,75 €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2015	- €	1.587.885,66 €	1.428.146,94 €	18.877.537,85 €	399.907,98 €	- €	172.470,03 €	22.465.948,46 €
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adições	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Revalorizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos detidos p/ venda	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transf. e abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo em 31.12.2015	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VALOR LÍQUIDO	211.318,60 €	772.081,80 €	155.671,54 €	5.486.088,89 €	73.547,47 €	- €	18.344,60 €	6.716.052,90 €

3
14
29

6.2. Itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

	Data eficácia revalorização	Avaliador independente	Método usado	Excedente de revalorização	Conta SNC	Observações
Terrenos e recursos naturais	31-12-2002	Não	DL 264/92	54.197 €	4311002	
Edifícios e outras construções	31-12-2002	Não	DL 264/92	162.591 €	43211002	
Equipamento de transporte	31-12-2006	Não	DL 264/92	405.631 €	4341005	
TOTAL				622.419 €		

6.3. Investimentos em curso:

A 31 de Dezembro de 2016 não existiam Investimentos em Curso.

7. Locações

7.1. Locações financeiras - Locatários:

- a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de activo à data de 31.12.2016

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

NA
2
2

Ecoambiente

Relação dos bens utilizados em regime de locação financeira 2016

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2016			2015
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES								
Oficina Vila Verde	CLF	2052720	BES	432	622.735,08	622.735,08	0,00	0,00
TOTAL					622.735,08	622.735,08	0,00	0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO								
Contentores	CLF	930000294	BBVA	433	13.980,00	8.154,52	5.825,48	9.320,48
TOTAL					13.980,00	8.154,52	5.825,48	9.320,48
EQUIPAMENTO TRANSPORTE								
43-LG-14	CLF	930000600	BBVA	434	150.870,00	113.152,50	37.717,50	56.576,25
85-LG-00	CLF	930000667	BBVA	434	144.450,00	108.337,50	36.112,50	54.168,75
92-LH-42	CLF	930000824	BBVA	434	123.050,00	91.007,78	32.042,22	47.423,47
33-LP-30	CLF	930000840	BBVA	434	77.500,00	55.707,00	21.793,00	31.480,50
60-LE-84/60-LE-82	CLF	850011417	Deutsche Bank	434	245.030,00	183.772,50	61.257,50	91.886,25
43-LG-13	CLF	850011556	Deutsche Bank	434	124.120,00	93.090,00	31.030,00	46.545,00
82-LM-00 / 82-LM-01	CLF	850011957	Deutsche Bank	434	96.935,60	68.659,52	28.276,08	40.391,86
82-LM-00 / 82-LM-01	CLF	850011956	Deutsche Bank	434	88.000,00	62.330,40	25.669,60	36.669,60
42-LT-24-Equipamento	CLF	5400688395	Banco Popular	434	66.360,00	45.622,50	20.737,50	29.032,50
42-LT-24-Chassi	CLF	5400688397	Banco Popular	434	80.800,00	55.550,00	25.250,00	35.350,00
18-MC-47	CLF	5400688396	Banco Popular	434	134.691,60	92.600,47	42.091,13	58.927,59
11-MN-45	CLF	5400692854	Banco Popular	434	167.054,67	106.146,52	60.908,15	81.789,79
21-ML-53	CLF	5400692855	Banco Popular	434	47.770,73	47.770,73	0,00	0,00
08-MT-27-Chassi	CLF	5400701464	Banco Popular	434	65.354,67	37.441,68	27.912,99	36.082,32
08-MT-26-Chassi	CLF	5400699562	Banco Popular	434	65.354,67	34.722,92	30.631,75	38.801,08
08-MT-25-Chassi	CLF	5400701465	Banco Popular	434	65.354,67	36.761,99	28.592,68	36.762,01
08-MT-27-Equipamento	CLF	5400699561	Banco Popular	434	47.666,67	27.308,22	20.358,45	26.316,78
08-MT-25-Equipamento	CLF	5400701466	Banco Popular	434	47.666,67	26.812,51	20.854,16	26.812,51
08-MT-26-Equipamento	CLF	5400708793	Banco Popular	434	34.666,66	18.418,39	16.248,27	20.581,60
14-OA-04	CLF	5400725019	Banco Popular	434	30.645,19	25.536,64	5.108,55	12.679,85
72-PJ-12	CLF	5400758385	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
72-PJ-13	CLF	5400758387	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
72-PJ-11	CLF	5400758388	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
72-PJ-10	CLF	5400758389	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
72-PJ-09	CLF	5400758390	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
72-PJ-08	CLF	5400758391	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
24-PL-58	CLF	5400758392	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
24-PL-57	CLF	5400758393	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
24-PL-52	CLF	5400758394	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
24-PL-51	CLF	5400758395	Banco Popular	434	116.500,00	60.673,20	55.826,80	84.951,80
33-OD-93	CLF	433/11/2013	BIC	434	98.800,00	38.077,52	60.722,48	73.072,48
33-OD-96	CLF	428/11/2013	BIC	434	106.450,00	41.025,87	65.424,13	78.730,42
13-JA-08	CLF	427/11/2013	BIC	434	35.000,00	13.489,00	21.511,00	25.886,00
79-OF-75	CLF	724/03/2014	BIC	434	126.600,00	43.525,08	83.074,92	98.899,92
69-OF-24	CLF	753/04/2014	BIC	434	142.000,00	48.819,60	93.180,40	110.930,40
80-OI-28	CLF	755/04/2014	BIC	434	113.950,00	39.176,01	74.773,99	89.017,74
57-OZ-12/57-OZ-13	CLF	1227/10/2014	BIC	434	100.864,04	30.471,02	70.393,02	83.001,02
52-QD-31/52-QD-33	CLF	2425/07/2015	BIC	434	39.222,60	13.892,66	25.329,94	35.135,60
34-QD-20	CLF	2426/07/2015	BIC	434	10.813,01	3.829,97	6.983,04	9.686,29
78-QM-95	CLF	2423/07/2015	BIC	434	99.500,00	13.472,30	86.027,70	98.465,50
78-QM-95 - Superestrutura	CLF	2419/07/2015	BIC	434	56.986,50	7.715,97	49.270,53	56.393,84
52-QD-49/52-QD-50	CLF	2417/07/2015	BIC	434	28.912,30	9.636,48	19.275,82	26.503,90
08-QN-37	CLF	2823/11/2015	BIC	434	20.344,18	5.509,21	14.834,97	19.921,02
17-QL-49	CLF	2737/10/2015	BIC	434	121.335,00	26.293,28	95.041,71	119.308,71
64-PH-07	CLF	400108240	BCP	434	14.956,61	7.789,40	7.167,21	10.906,36
64-PH-08	CLF	400108246	BCP	434	14.956,61	7.789,40	7.167,21	10.906,36
63-PH-59	CLF	400108241	BCP	434	14.956,61	7.789,40	7.167,21	10.906,36
86-PM-97	CLF	400108834	BCP	434	14.352,29	6.877,61	7.474,68	11.062,75
61-PM-10	CLF	400108907	BCP	434	22.368,18	10.718,84	11.649,34	17.241,39
60-PM-75	CLF	400108912	BCP	434	21.762,08	10.428,39	11.333,69	16.774,21
09-PQ-86	CLF	400108936	BCP	434	89.000,00	18.538,70	70.461,30	81.586,30
09-PQ-86 Superestrutura	CLF	400108946	BCP	434	53.000,00	11.039,90	41.960,10	53.000,00
87-PH-23	CLF	400108245	BCP	434	24.798,94	12.915,29	11.883,65	18.083,39
21-MI-53 - Plataforma Elevatória	CLF	930000419	BBVA	434	5.340,00	2.492,18	2.847,82	3.915,82
05-PD-10	CLF	930000351	BBVA	434	21.642,88	12.174,12	9.468,76	14.879,48
72-PE-15	CLF	930000328	BBVA	434	21.642,88	12.174,12	9.468,76	14.879,48
72-PE-18	CLF	930000336	BBVA	434	46.360,27	20.862,11	25.498,16	34.770,21
81-PC-59/81-PC-60	CLF	930000286	BBVA	434	32.621,52	18.349,60	14.271,92	22.427,30
81-PC-54	CLF	930000278	BBVA	434	16.310,76	9.174,80	7.135,96	11.213,65
81-PC-52	CLF	930000260	BBVA	434	16.310,76	9.174,80	7.135,96	11.213,65
87-PG-17	CLF	930000302	BBVA	434	111.510,00	50.179,50	61.330,50	76.900,80
72-PE-19/72-PE-23/61-PF-02	CLF	930000310	BBVA	434	139.080,81	77.268,68	61.812,13	96.582,34
72-PE-14	CLF	930000344	BBVA	434	50.432,02	14.186,52	36.245,50	42.549,50
46-PF-15/46-PF-16	CLF	930000377	BBVA	434	144.000,00	49.158,80	94.841,20	132.007,87
05-PG-48	CLF	930000369	BBVA	434	151.000,00	34.609,20	116.390,80	135.265,80
87-PH-13	CLF	930000401	BBVA	434	48.000,00	18.000,00	30.000,00	42.000,00
20-PI-08/20-PI-09/20-PI-10/20-PI-11	CLF	930000393	BBVA	434	536.000,00	245.648,80	290.351,20	424.352,00
20-PI-13/20-PI-14/01-PI-95	CLF	930000385	BBVA	434	370.357,50	169.734,87	200.622,63	293.212,02
20-PI-15	CLF	930000443	BBVA	434	124.022,50	56.839,52	67.182,98	98.188,61

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Descrição	CLF	Contrato	Banco	Conta	2016			2015
					Valor Aquisição	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
EQUIPAMENTO TRANSPORTE(Cont.)					6.273.902,65	3.166.330,30	3.107.572,35	4.267.574,19
01-PI-96	CLF	930000427	BBVA	434	95.050,00	43.561,41	51.488,59	77.251,09
00-PI-12	CLF	930000435	BBVA	434	162.071,30	74.277,27	87.794,03	128.311,85
46-PF-15/46-PF-16 (Superestrutura)	CLF	930000575	BBVA	434	92.000,00	19.163,60	72.836,40	84.333,33
87-PH-13 (Superestrutura)	CLF	930000625	BBVA	434	45.000,00	15.875,00	29.125,00	39.375,00
44-RI-11	CLF	930000765	BBVA	434	143.700,00	10.475,73	133.224,27	-
40-RH-50	CLF	930000773	BBVA	434	140.000,00	10.206,00	129.794,00	-
40-RH-48/40-RH-49	CLF	930000781	BBVA	434	257.000,00	18.735,30	238.264,70	-
20-RT-78	CLF	930000815	BBVA	434	117.800,00	6.137,38	111.662,62	-
73-RA-32	CLF	5400785921	Banco Popular	434	18.493,56	3.852,21	14.641,35	-
18-RD-91	CLF	5400785993	Banco Popular	434	58.500,00	4.264,65	54.235,35	-
18-RD-92	CLF	5400785391	Banco Popular	434	58.500,00	4.264,65	54.235,35	-
18-RD-90 - Superestrutura Johnston	CLF	5400786456	Banco Popular	434	80.300,00	5.853,87	74.446,13	-
18-RD-91 - Superestrutura Mazzochia	CLF	5400786361	Banco Popular	434	43.000,00	3.134,70	39.865,30	-
18-RD-89 - Superestrutura Johnston	CLF	5400786394	Banco Popular	434	92.500,00	5.743,25	86.756,75	-
18-RD-90	CLF	5400786385	Banco Popular	434	59.000,00	4.301,10	54.698,90	-
18-RD-89	CLF	5400786356	Banco Popular	434	59.000,00	4.301,10	54.698,90	-
18-RD-92 - Superestrutura Mazzochia	CLF	5400790604	Banco Popular	434	43.000,00	3.134,70	39.865,30	-
86-RT-81	CLF	5400786354	Banco Popular	434	18.097,78	1.507,55	16.590,23	-
86-RT-81	CLF	5400794703	Banco Popular	434	5.340,00	444,82	4.895,18	-
15-SB-56	CLF	5400797264	Banco Popular	434	92.231,44	1.918,41	90.313,03	-
15-SB-55	CLF	5400797229	Banco Popular	434	92.231,44	1.918,41	90.313,03	-
87-RP-02 - Superestrutura	CLF	5400794704	Banco Popular	434	101.000,00	4.211,70	96.788,30	-
87-RP-02	CLF	5400794705	Banco Popular	434	81.000,00	3.377,70	77.622,30	-
07-CQ-13	CLF	413775	BMW BANK	434	35.497,17	20.705,50	14.791,67	23.665,96
TOTAL					8.264.215,34	3.439.696,31	4.824.519,03	4.620.511,42
TOTAL GERAL					8.900.930,42	4.070.585,91	4.830.344,51	4.629.831,90

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31.12.2016 e 31.12.2015, e o seu valor presente:

	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos mínimos até um ano	1.503.345,24 €	1.604.641,59 €
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	2.825.180,35 €	2.631.555,66 €
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
Total de pagamentos mínimos	4.328.525,59 €	4.236.197,25 €
Pagamento de juros futuros	(113.445,54 €)	(156.211,93 €)
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	4.215.080,05 €	4.079.985,33 €

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço, e o seu valor presente:

	Pagamentos mínimos		Valor presente	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Não mais de 1 ano	1.503.345,24 €	1.604.641,59 €	1.443.135,22 €	1.534.396,36 €
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	2.825.180,35 €	2.631.555,66 €	2.771.944,83 €	2.545.588,97 €
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	4.328.525,59 €	4.236.197,25 €	4.215.080,05 €	4.079.985,33 €

8. Custos de empréstimos obtidos**8.1. Saldos dos empréstimos obtidos:**

Os saldos dos empréstimos obtidos foram os seguintes:

	2016		2015	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Empréstimos bancários	31.629,05 €	21.214,19 €	23.677,13 €	15.559,89 €
Locações Financeiras	1.443.135,22 €	2.771.944,83 €	1.534.396,36 €	2.545.588,97 €
Factoring	3.003,89 €		673,93 €	
Total	1.477.768,16 €	2.793.159,02 €	1.558.747,42 €	2.561.148,86 €

8.2. Quantia dos custos de empréstimos obtidos:

Os custos com empréstimos obtidos foram os seguintes:

	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos Bancários	905,71 €	2.435,92 €
Locações Financeiras	64.373,28 €	96.719,70 €
Factoring	4.510,59 €	8.979,40 €
	69.789,58 €	108.135,02 €

8.3. Política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, excepto nos casos em que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse activo.

Em 2016, não foi capitalizado qualquer montante de juros.

9. Investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos

Empresas Subsidiárias e Empreendimentos conjuntos	Total Activo		Total Passivo		Capital		Capital próprio		Resultado Líquido		Participação detida	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empreendimentos Conjuntos												
C.Pragosa/Ecoambiente	209.963,84 €	260.395,64 €	22.992,49 €	81.346,85 €	- €	- €	176.971,35 €	179.048,79 €	77.922,56 €	84.039,11 €	50%	50%
I.Cavaco/Ecoambiente - ACE a)	- €	2.097.380,16 €	- €	- €	- €	- €	- €	2.097.380,16 €	- €	18.521,83 €	100%	100%
Cespa Portugal - Ecoambiente, ACE	627.421,25 €	1.306.387,50 €	502.227,07 €	1.060.462,91 €	- €	- €	125.194,18 €	245.924,59 €	125.194,18 €	245.924,59 €	40%	40%
Ecoambiente/Resur, ACE	240.353,47 €	159.669,32 €	295.944,87 €	239.034,75 €	- €	- €	55.591,40 €	79.365,43 €	23.774,03 €	24.229,25 €	50%	50%
Subsidiárias												
Verdevista, SA	2.329.807,84 €	1.979.820,55 €	1.400.110,83 €	1.033.963,56 €	150.000,00 €	150.000,00 €	934.760,08 €	945.856,99 €	288.903,09 €	308.972,16 €	100%	100%

a) Valores evidenciados no Balanço e Demonstração de Resultados de Outubro de 2015, data de liquidação do agrupamento.

O valor dos investimentos Financeiros em 2016 e 2015 discriminam-se da seguinte forma:

Empresas	Valor da Participação	
	2016	2015
Empreendimentos Conjuntos		
C.Pragosa/Ecoambiente	88.485,67 €	89.524,39 €
I.Cavaco/Ecoambiente - ACE	0,00 €	0,00 €
Cespa Portugal - Ecoambiente, ACE	109.641,41 €	493.726,94 €
Ecoambiente/Resur, ACE	0,00 €	0,00 €
	198.127,08 €	583.251,33 €
Subsidiárias		
Verdevista, SA	934.760,08 €	945.856,99 €
Verdevista, SA (Goodwill)	0,00 €	0,00 €
	934.760,08 €	945.856,99 €
Investimentos noutras empresas		
TCR	7.500,00 €	7.500,00 €
	7.500,00 €	7.500,00 €
Total Investimentos financeiros	1.140.387,16 €	1.536.608,32 €

Em 2016 foram efectuadas as seguintes distribuições de resultados:

- 40.000,00 € por parte da Pragosa Ambiente/Ecoambiente, SA
- 300.000,00 € por parte da Verdevista, SA
- 434.163,20 € por parte da Ferrovial Serviços/Ecoambiente ACE.

Em 2015 foram efectuadas as seguintes distribuições de resultados:

- 30.000,00 € por parte da Pragosa Ambiente/Ecoambiente, SA
- 200.000,00 € por parte da Verdevista, SA
- 50.000,00 €, por parte da Ferrovial Serviços/Ecoambiente ACE.

Em Maio de 2012, a empresa subscreveu 15% do capital social da firma TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA, no valor de 7.500€, representativo de 1.500 acções, com o valor nominal de 5€ cada, que se encontra registado na rubrica de Investimentos Financeiros.

14
2

Em 24 de Junho de 2015 foi deliberada em Assembleia Geral a alteração da denominação social da Cespa Portugal – Ecoambiente, SA, para Ferrovia Serviços – Ecoambiente ACE, bem como as alterações ao objecto social e aos estatutos do ACE, sendo a percentagem de participação no consórcio de 40% pela Ecoambiente e 60% pela Ferrovia Serviços, SA

Em 31 de Outubro de 2015 foi efectuada a liquidação da empresa Irmãos Cavaco/Ecoambiente ACE, tendo sido desreconhecida a respectiva participação.

Em 31 de Dezembro de 2015, foi efectuada o desreconhecimento do Godwill da Verdevista, SA, registado nesta rubrica, em virtude do contrato de prestações de serviço ao Município de Matosinhos ter o seu terminus previsto para Janeiro de 2016.

A rubrica "participações financeiras – método equivalência patrimonial" inclui os investimentos numa subsidiária (100% da Verde Vista, SA, (dos quais 5% foram adquiridos em Abril de 2012), e em 3 empreendimentos conjuntos, 50% da Pragosa Ambiente/Ecoambiente ACE, 40 % da Ferrovia Serviços/Ecoambiente ACE e 50% da Ecoambiente/Resur, ACE.

10. Inventários

10.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição actual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos directamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra directa. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	551.905,12 €	509.940,49 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €
	551.905,12 €	509.940,49 €
Mercadorias em trânsito	- €	4.720,02 €
Perdas de imparidade	60.538,75 €	60.538,75 €
TOTAL	491.366,37 €	454.121,76 €

10.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

	31-12-2016	31-12-2015		
	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário inicial		509.940,49 €		540.334,35 €
Perdas por imparidade em existências				
Compras		1528.461,74 €		1569.361,84 €
Subcontratos				
Reclassificação e regularização de inventários		15.159,66 €		9.870,49 €
Inventário final		491.366,37 €		509.940,49 €
Gasto do período		1.531.376,20 €		1.589.685,23 €

11. Réditos

11.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja

provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção passam ser fiavelmente mensurados.

- b) **Prestações de serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- c) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo.
- d) **Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.
- e) **Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista receber o pagamento.

11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

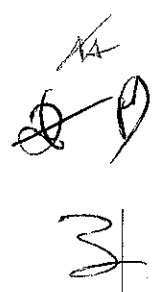
	31.12.2016	31.12.2015
Vendas de bens	48.422,97 €	69.339,57 €
Prestações de serviços	17.047.738,86 €	16.623.744,25 €
Juros	1.172,51 €	93.925,37 €
Royalties		
Dividendos		
TOTAL	17.097.334,34 €	16.787.009,19 €

11.3. Vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2016 e 2015 distribuíram-se da seguinte forma:

	2016	2015
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	17.096.161,83 €	16.693.083,82 €
Mercado externo		

	2016	2015
Prestações de serviços:		
Transporte e recolha de resíduos sólidos urbanos	9.552.880,14 €	8.934.261,53 €
Aluguer de viaturas de transporte RSU	3.126.926,57 €	3.049.833,09 €
Limpeza urbana	4.367.932,15 €	4.639.347,50 €
Outros serviços	-	302,13 €
	17.047.738,86 €	16.623.744,25 €


12. Acontecimentos após a data do balanço**12.1. Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de Março de 2017.

12.2. Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

13. Impostos sobre o rendimento**13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos**

Gastos / Rendimentos	31.12.2016	31.12.2015
Impostos correntes	46.423,25€	138.633,47 €
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		
Impostos diferidos		
Origem e reversão de diferenças temporárias		
Alterações nas taxas de tributação		
Lançamento de novos impostos		
Benefício de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por imposto ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos correntes		
Benefício de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por imposto ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Gastos por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos		
Imposto relativo às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros incluídos nos resultados porque não podem ser contabilizados retrospectivamente		
TOTAL	46.423,25 €	138.633,47 €

13.2. Imposto diferido ou corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, directamente ao capital próprio.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016, os itens debitados/creditados directamente ao capital próprio foram como segue:

	Imposto diferido	Imposto corrente
Alteração na quantia escriturada proveniente da revalorização do activo fixo tangível (NCRF 7)	4.782,60€	-
Ajustamento no saldo de abertura de resultados transitados resultante de uma alteração na política contabilística (NCRF 4)		
Diferenças de câmbio resultantes da transposição das demonstrações financeiras de uma unidade operacional estrangeira (NCRF 23)		
....		
TOTAL	4.782,60€	

13.3. Perdas fiscais não usadas e créditos por impostos não usados

A 31 de Dezembro de 2016, os activos e passivos por impostos diferidos descriminam-se como se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Activos por impostos diferidos		
Prejuízos fiscais em 2009		
....		
Passivos por impostos diferidos		
Excedente de revalorização	39.295,54€	39.295,54 €
	39.295,54 €	39.295,54 €
Rendimentos por impostos diferidos		
Gastos por impostos diferidos		

14. Capital**14.1. Montante de capital social**

A 31 de Dezembro de 2016, a Empresa detinha um capital social de 700.400 Euros, estando este capital totalmente realizado.

14.2. Acções representativas do capital social

A 31 de Dezembro de 2016, a Empresa detinha um capital social de 140.080 mil acções, ao valor nominal de 5 euros por acção, integralmente realizadas.

O capital social da Empresa, a 31.12.2016, descreve-se como se segue:

Detentor de capital	N.º acções	Valor nominal	Capital social realizado	Total capital social a realizar	Período de realização
Fomentinvest Ambiente– SGPS, SA	140.080	5€	700.400 €	-	-

15. Outras informações**15.1. Estados e outros entes públicos**

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de Dezembro de 2016 é o seguinte:

	2016	2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	(31.298,48 €)	(20.359,32 €)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	561.331,45 €	637.233,35 €
Contribuições para a Segurança Social	(173.978,62 €)	(123.966,56 €)
Outras Tributações (FCT e FGCT)	(891,16 €)	(427,92 €)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Imposto estimado	(46.423,25 €)	(138.633,47 €)
Pagamentos por conta	96.523,11 €	186.987,22 €
Retenções na fonte	648,47 €	900,02 €
	405.911,52 €	541.733,32 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

15.2. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Banco	Data Subscrição	Data terminus	Nº GB	Cliente	Objecto da GB	Valor da GB
BCP	03-03-2000	SEM TERMO	20445530	CM MAFFRA	PREST. SERV. RECOLHA RSU	443.530,85 €
BCP	14-11-2014	SEM TERMO	125-02-1839538	MAPUTO	REAPROVITAMENTO DE RSU E LIXEIRA DE HULENE	1.335,83 €
BCP	21-09-1998	SEM TERMO	320020105666	SHELL	COMBUSTÍVEL	9.975,96 €
BCP	17-11-2011	SEM TERMO	125-02-1784687	MUNICÍPIO ODEMIRA	ALUGUER OPERACIONAL DE 3 VIATURAS	37.722,13 €
BCP	05-12-2016	SEM TERMO	125-02-2038180	MUNICÍPIO DE SINTRA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA PÚBLICA AGUALVA - CACÉM E MONTE ABRÃO - LOTE 1	24.859,91 €
BCP	22-12-2016	SEM TERMO	125-02-2040589	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	PREST. SERV. RECOLHA RSU, MONSTROS, LAVAGEM, DESINFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONTENTORES	66.834,48 €
BCP Total						594.259,16 €
BES	05-11-2012	SEM TERMO	379839	SINTEJO	RECOLHA AREIAS E GRADADOS	14.201,39 €
BES	20-12-2012	SEM TERMO	381287	C.M. MOMENTA DA BEIRA	RECOLHA RSU	3.739,95 €
BES	23-01-2013	SEM TERMO	381838	ALBUFERA	RECOLHA RSU - CONTRATO 10 MESES INICO SET 2013	136.227,07 €
BES	17-05-2013	SEM TERMO	384572	CINFÃES	RECOLHA DE RSU	27.328,57 €
BES	22-05-2014	SEM TERMO	383190	ASSOC. MUNICIPIOS VALE DOURO NORTE	GESTÃO DE RESÍDUOS E HIGIENE URBANA	77.521,13 €
BES	22-07-2014	SEM TERMO	384209	MUNICÍPIO SINTRA	LOCAÇÃO VARREDORAS	279.885,75 €
BES	22-07-2014	SEM TERMO	384208	SIMAS SINTRA	LOCAÇÃO VIATURAS RSU	539.956,57 €
BES	21-08-2014	SEM TERMO	384535	C.M. ALBUFERA	PREST. SERV. RSU LAVAGEM E LIMPEZA - INICO DEZ 2014 PRAZO 42 MESES	518.068,49 €
BES	19-11-2014	SEM TERMO	385425	C.M. LOULÉ	LIMPEZA URBANA	32.250,00 €
BES	03-12-2014	SEM TERMO	385556	ACT - AUTORIDADE PARA COND. TRABALHO	PROCESSO FUNCIONÁRIO	2.091,00 €
BES	03-12-2014	SEM TERMO	385555	MUNICÍPIO DE SINTRA	LIMPEZA URBANA UNÃO DAS FREG. AGUALVA CACÉM E MONTE ABRÃO	26.843,78 €
BES	03-12-2014	SEM TERMO	385554	MUNICÍPIO DE SINTRA	LIMPEZA URBANA UNÃO DAS FREG. AGUALVA CACÉM E MONTE ABRÃO	42.000,02 €
BES	10-12-2014	SEM TERMO	385600	MUNICÍPIO DE SETÚBAL	ALUGUER DE VIATURAS	10.026,00 €
BES	10-12-2014	SEM TERMO	385640	C.M. VILA POUEIRA DE AGUIAR	RECOLHA E TRANSPORTE RSU E LAVAGEM DE CONTENTORES	32.653,97 €
BES	24-06-2015	SEM TERMO	387361	MUNICÍPIO DE LAMEGO	CONSORCIO ECORESUR - RECOLHA RSU	82.750,00 €
BES	02-09-2015	SEM TERMO	388018	MUNICÍPIO DE SETÚBAL	ALUGUER DE UMA VARREDORA MECÂNICA POR 36 MESES	5.245,20 €
BES	02-03-2016	SEM TERMO	389580	COMARCA DE LISBOA, OESTE	ASSEGURAR O EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO INTERPOSTO PELO ECOAMBIENTE NO PROCESSO Nº 557/11/3-9726NT	25.000,00 €
BES Total						1.863.587,90 €
BIC	18-08-2014	SEM TERMO	308/2014-P	C.M. LAGOS	LIMPEZA URBANA	111.120,12 €
BIC	09-08-2014	SEM TERMO	344/2014	ASSOC. MUNICIPIOS VALE DOURO NORTE	GESTÃO DE RESÍDUOS E HIGIENE URBANA VALE DOURO NORTE - LOTE 1	80.464,51 €
BIC	20-01-2015	SEM TERMO	29/2015	MUNICÍPIO DE TAROUCA	RECOLHA RSU E LIMPEZA URBANA	18.810,01 €
BIC	09-06-2015	SEM TERMO	274/2015	SWAR	ALUGUER OPERACIONAL DE 11 VIATURAS DE RECOLHA DE RSU - LOTE 3	18.223,53 €
BIC	27-10-2015	SEM TERMO	449/2015-P	C.M. AZAMBUJA	SERVIÇO RECOLHA R.S.U.	159.307,04 €
BIC	27-10-2015	SEM TERMO	441/2015-P	C.M. FAFE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E LIMPEZA	249.757,00 €
BIC	28-10-2015	SEM TERMO	450/2015-P	REPSOL	ASSEGURAR O PAGAMENTO	44.000,00 €
BIC	28-10-2015	SEM TERMO	449/2015-P	MUNICÍPIO DE VIZELA	RECOLHA DE RSU/MONSTROS	148.738,59 €
BIC Total						830.419,60 €
BBVA	01-03-2016	SEM TERMO	191980000380	C.M. DE CINFÃES	RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO CONCELHO DE CINFÃES	16.994,81 €
BBVA	07-08-2016	SEM TERMO	191980000406	MUNICÍPIO DE GAVIÃO	RECOLHA E TRANSPORTE A DESTINO FINAL DE RESÍDUOS E LAVAGEM DE CONTENTORES	7.170,51 €
BBVA	03-06-2016	SEM TERMO	191980000398	C.M. DE OVAR	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA URBANA	5.978,08 €
BBVA	21-06-2016	SEM TERMO	191980000414	C.M. DE PALMELA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS	60.621,16 €
BBVA	20-08-2016	SEM TERMO	191980000430	SWAS DE SINTRA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURA PARA RECOLHA DE RSU - LOTE 2	12.368,26 €
BBVA	23-08-2016	SEM TERMO	191980000448	MUNICÍPIO DE LOULÉ	LIMPEZA URBANA NUMA ÁREA DE ALMANCEL E QUARTERA	36.171,39 €
BBVA	15-09-2016	SEM TERMO	191980000463	C.M. VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS, LAVAGEM DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA	405.000,00 €
BBVA	29-09-2016	SEM TERMO	191980000471	TRATOLIXO	CONSORCIO ECOISGR - CONCURSO PÚBLICO SERV. RECEPÇÃO, TRIAGEM E EXPEDIÇÃO DE EMBALAGENS PLÁSTICO, METAL E FOLHA	187.200,00 €
BBVA Total						731.508,21 €
Total Geral						4.009.774,87 €

15.4. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos distribuíram-se da seguinte forma:

	2016	2015
Fornecimentos e Serviços Externos		
Subcontratos	2.848.790,72 €	3.652.149,52 €
Trabalhos Especializados	925.858,62 €	1.045.838,99 €
Publicidade e Propaganda	39.368,14 €	32.214,51 €
Conservação e Reparação	2.392.097,69 €	2.279.393,01 €
Serviços Bancários	43.054,11 €	61.064,46 €
Ferramentas e utensílios	83.929,19 €	84.566,44 €
Material de Escritório	19.700,57 €	17.957,43 €
Electricidade	29.932,36 €	30.782,34 €
Combustíveis	978.737,57 €	961.119,94 €
Água	16.101,90 €	17.145,45 €
Deslocações e Estadas	87.826,21 €	71.270,83 €
Rendas e Alugueres	352.239,88 €	344.581,73 €
Comunicação	33.586,63 €	36.817,51 €
Seguros	109.900,40 €	105.474,17 €
Honorários	61.507,86 €	71.995,73 €
Outros	64.932,54 €	74.837,42 €
	8.087.564,39 €	8.887.209,48 €

15.5. Benefícios dos empregados

Os gastos com pessoal resumem-se, nos anos de 2016 e 2015:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	4.523.946,87 €	3.353.177,34 €
Encargos sobre remunerações	980.363,97 €	729.896,99 €
Seguro de Acidentes de trabalho	74.508,74 €	53.133,66 €
Outros gastos com o pessoal	53.394,65 €	50.217,70 €
	5.632.214,23 €	4.186.425,69 €

Os outros gastos com pessoal incluem gastos com medicina no trabalho, fardamentos, seguro de saúde e formação.

Em 2014 foi criada uma provisão para indemnizações a pagar aos funcionários, relativas a contratos iniciados ou renovados em 2014, no valor de 13.940,34 €. Esta provisão foi reforçada em 35.759,91 € em 2015 e 58.265,91 € em 2016.

14
A
3

15.6. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2016 e 2015 a seguinte composição:

	2016	2015
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	299.649,52 €	321.203,61 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	40.115,25 €	50.409,79 €
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	377.942,04 €	470.555,46 €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	54.514,48 €	4.517,83 €
Outros	3.574,48 €	48.970,28 €
	775.795,77 €	895.656,97 €

15.7. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

	2016	2015
Outros gastos e perdas		
Impostos	74.267,50 €	70.043,30 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	4.451,70 €	15.768,52 €
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5.278,35 €	122.558,13 €
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	22.208,34 €	21.345,87 €
	106.205,89 €	229.715,82 €

AS
AD
3

15.8. Outras contas a receber e a pagar

Os montantes constantes nas rubricas outras contas a receber e a pagar respeitam a:

CRÉDITOS A RECEBER

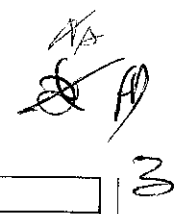
	2016		2015	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Juros			1.421,38 €	
Fornecedores (Saldo Devedor)	839,62 €		696,58 €	
Outros devedores	142.029,25 €		38.106,44 €	
Devedores por acréscimo de rendimentos	692.017,20 €		294.878,34 €	
Accionistas/sócios	300.000,00 €	5.000,00 €		5.000,00 €
Total	1.134.886,07 €	5.000,00 €	335.102,74 €	5.000,00 €

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	2016		2015	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Fornecedores Investimentos				
Credores por Acréscimo de Gastos	1.363.295,25 €		1.475.548,13 €	
Outros Credores	4.783,82 €		3.998,02 €	
Clientes (saldos credores)	424,35 €		424,65 €	
Fornecedores				
Total	1.368.503,42 €	0,00 €	1.479.970,80 €	0,00 €

15.9. Diferimentos

Os montantes constantes nas rubricas de diferimentos respeitam a:


DIFERIMENTOS (ACTIVO)

	2016		2015	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Seguros	4.657,23 €		31.487,40	
Rendas	10.393,53 €		11.479,13	
Outros Gastos	53.429,90 €		12.538,65	
Total	68.480,66 €	0,00 €	55.505,18 €	0,00 €

DIFERIMENTOS (PASSIVO)

	2016		2015	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Outros Rendimentos a Reconhecer	0,00 €		0,00 €	
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

15.10. Clientes

Os montantes constantes nas rubricas de clientes respeitam a:

	2016		2015	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Clientes conta corrente	6.097.750,78 €		5.265.575,56 €	
Clientes - Titulos a Receber				
Clientes - Titulos descontados				
Clientes - Cobrança duvidosa	160.993,41 €		170.317,27 €	
Perdas imparidade	-160.993,41 €		-170.317,27 €	
Total	6.097.750,78 €	0,00 €	5.265.575,56 €	0,00 €

Em 2015 foram constituídas imparidades para os seguintes clientes: Ensolpor, Lda, no valor de 4.008,15 €, Redlounge, Lda, no valor de 1.355,87 € e Metrikpyramid, Lda, no valor de 590,40 €.

Em 2016 foi efectuada reversão da imparidade do cliente Sociedade Imobiliária e Turística, SA, no valor de 9.323,86 €.

15.11. Fornecedores

Os montantes constantes nas rubricas de fornecedores respeitam a:

	2016		2015	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Fornecedores - conta corrente	3.204.612,66 €	0,00 €	2.491.452,81 €	0,00 €
Total	3.204.612,66 €	0,00 €	2.491.452,81 €	0,00 €

15.12. Provisões

Em 2015, foi efectuada reversão da provisão criada em 2014, no valor de 26.539,00 €.

Em 2016, foi efectuada reversão do remanescente da provisão criada em 2014, no valor de 19.550,00 €

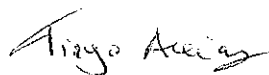
15.13. Outros Activos Financeiros – Fundos Compensação do Trabalho

Os valores constantes nesta rubrica correspondem ao valor da compensação de até 50% a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

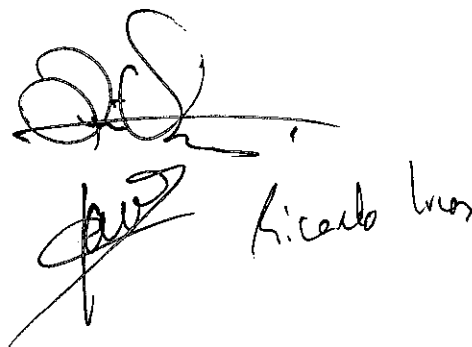
Informações Exigidas por Diplomas Legais

- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2016.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.
- Para efeitos do nº1 do Artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas facturou à Empresa a título de honorários com a Revisão Legal de Contas Anuais o valor de 11.000,00 Euros, acrescido de IVA.

Contabilista Certificado



Administração



**ECOambiente – Consultores de
Engenharia, Gestão e Prestação de
Serviços, S.A.**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano de 2016

ÍNDICE

1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
2	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	8
3	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	12
3.1	INVESTIMENTOS	12
3.2	GASTOS	13
3.2.1	Fornecimentos e Serviços Externos	14
3.2.2	Gastos com pessoal	15
3.3	RENDIMENTOS	16
4	RECURSOS HUMANOS	17
5	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	18
6	DIVIDAS AO FISCO E À SEGURANÇA SOCIAL	19
7	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	19
8	PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2017	19
9	PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	19
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	Anexo I ao Relatório de Gestão	21
	Anexo II ao Relatório de Gestão	22

Em conformidade com o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da ECOambiente, S.A. submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e demais peças contabilísticas referentes ao exercício de 2016.

A ECOambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., é uma sociedade anónima, constituída em 1992, que tem a sua sede social no Parque Industrial da Abrunheira, Edifício 2, em Sintra, e que tem como atividades principais a Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais, a Higiene e Limpeza Urbana e o aluguer de equipamentos relacionados com as atividades atrás descritas.

A ECOambiente é detida em 100% pela empresa Fomentinvest Ambiente SGPS,S.A.

1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2016 manteve a tendência de recuperação moderada que tem caracterizado os últimos anos. Processo este cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional que se mostrou bastante desfavorável nos últimos anos mas que evoluiu positivamente em 2015 e 2016 com expectativas de recuperação económica moderada na Zona Euro e com a manutenção prevista da política expansionista do BCE, não obstante alguns fatores de incerteza como a evolução do preço do petróleo e das matérias-primas. Neste quadro, observou-se um crescimento moderado da economia portuguesa em termos homólogos, confirmando o perfil de recuperação moderada da economia ao longo de 2016.

No quadro abaixo temos as projeções apresentadas no Boletim Económico de Dezembro de 2016 do Banco de Portugal:

	Pesos 2015	BE dezembro 2016					BE outubro 2016	BE junho 2016		
		2015	2016 ^(a)	2017 ^(a)	2018 ^(a)	2019 ^(a)		2016 ^(a)	2017 ^(a)	2018 ^(a)
Produto Interno Bruto	100,0	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5	1,1	1,3	1,6	1,5
Consumo Privado	65,6	2,6	2,1	1,3	1,4	1,3	1,8	2,1	1,7	1,3
Consumo Público	18,2	0,8	1,0	0,0	0,4	0,2	1,0	1,1	0,4	0,6
Formação Bruta de Capital Fixo	15,3	4,5	-1,7	4,4	4,3	4,5	-1,8	0,1	4,3	4,6
Procura Interna	99,3	2,5	1,2	1,5	1,7	1,6	1,1	1,8	1,7	1,7
Exportações	40,6	6,1	3,7	4,8	4,6	4,4	3,0	1,6	4,7	4,7
Importações	39,8	8,2	3,5	4,8	4,9	4,4	3,0	2,8	4,9	4,8
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^(a)										
Procura Interna		1,1	0,4	0,5	0,6	0,6	0,5	1,0	0,7	0,7
Exportações		0,5	0,8	0,9	0,8	0,9	0,6	0,3	0,9	0,9
Emprego ^(b)		1,4	1,5	1,0	0,9	1,0	1,0	-	-	-
Taxa de desemprego		12,4	11,0	10,1	9,4	8,5	11,2	-	-	-
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,1	0,9	0,9	1,1	1,3	1,9	1,6	1,6
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,8	2,2	1,9	1,8	1,8	2,1	1,6	1,3	1,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,5	0,8	1,4	1,5	1,5	0,7	0,7	1,4	1,5

Fontes: INE e Banco de Portugal.

Notas: (p) – projetado, p.p. – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2005. Para mais informações, ver a Caixa “O papel da procura interna e das exportações para a evolução da atividade económica em Portugal”, *Boletim Económico* de Junho de 2014. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

De acordo com o Banco de Portugal "a economia portuguesa deverá manter a trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os anos mais recentes" e sublinha que a estabilização do crescimento nos 1,5% em 2018 e em 2019 implica que "o PIB atinja [nessa altura] um nível idêntico ao registado em 2008".

O IPC, em 2016, situou-se nos 0,61%, comparando com os 0.49% verificados no final de 2015.

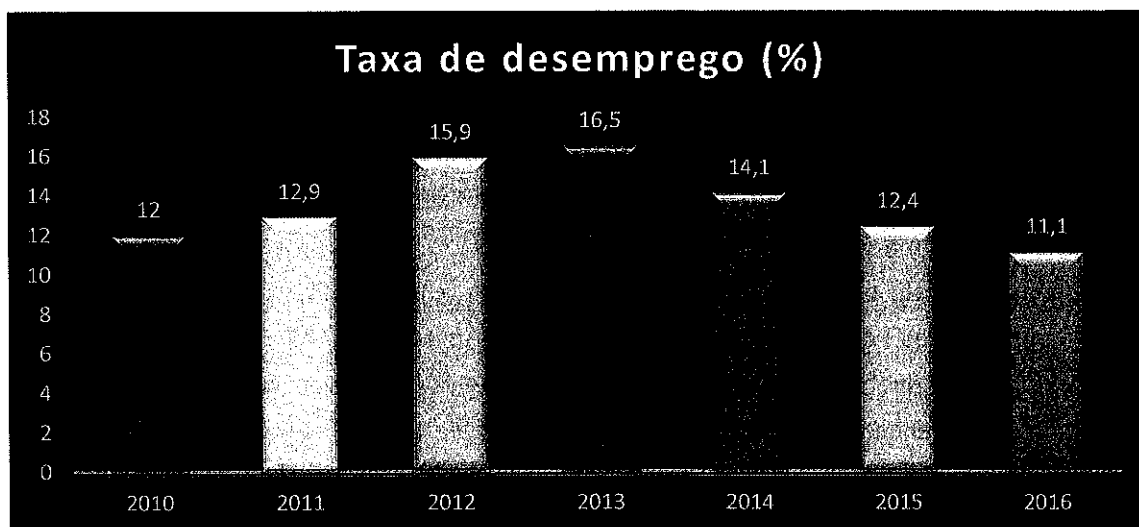
O aumento da taxa de inflação em 2016 deverá ter um carácter duradouro no horizonte próximo e registar um aumento progressivo (1.4% em 2017 e 1.5% em 2018 e 2019) em resultado de contributos positivos crescentes da componente não energética, a par de um contributo da componente energética menos negativa em 2016 e positivos nos anos seguintes.

Numa análise mais restrita ao sector do Ambiente, temos que a recuperação moderada da atividade económica em 2016 contribuiu significativamente para o aumento do consumo em Portugal. Deste modo e estando a produção de resíduos intimamente ligada a este consumo, não é de estranhar, que se tenha verificado um ligeiro aumento na produção de resíduos face a 2015.

De igual modo, as condições verificadas em anos anteriores, como o deterioramento das condições financeiras de alguns operadores de resíduos e estabelecimento de novos "players", criou uma pressão sobre os preços de mercado que se manteve em 2016, obrigando as empresas existentes a continuarem o seu esforço de readaptação e contenção da sua estrutura de custos.

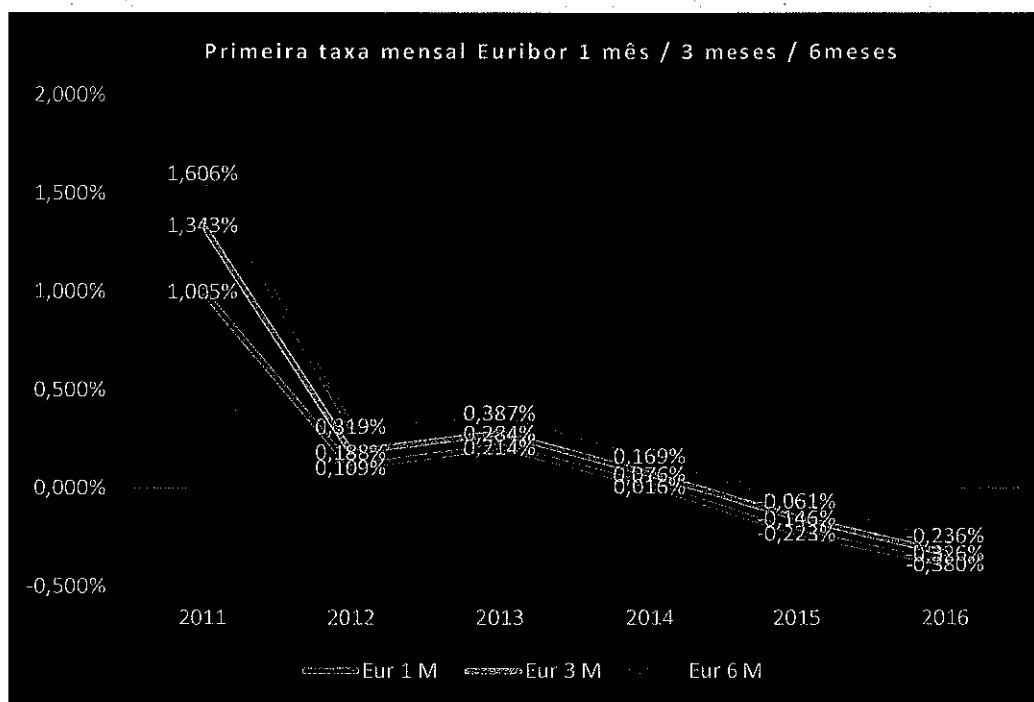
Numa observação mais específica aos fatores com maior impacto na ECOambiente, identificamos 4 aspetos:

- Descida da taxa de desemprego:



Tomando como referência o ano de 2010, tínhamos em Portugal uma taxa de desemprego na ordem dos 12%. Os anos seguintes registaram uma forte tendência de subida até 2013, tendência esta descontinuada em 2014. O ano de 2016 manteve a tendência verificada em 2015, representando um aumento de emprego em termos líquidos e diminuição da taxa de desemprego para níveis inferiores aos observados em 2010.

- **Trajectoria da Euribor:**



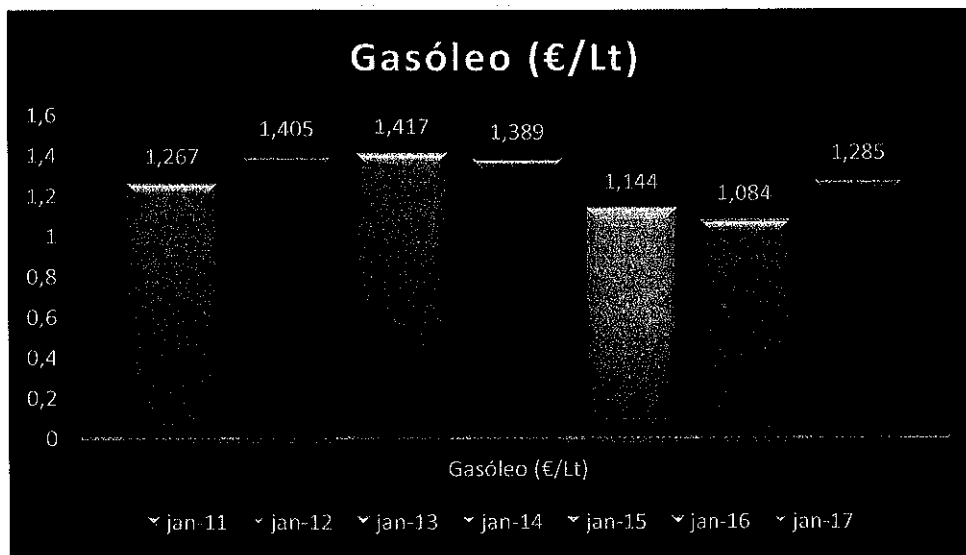
Após a subida das taxas Euribor entre 2010 e 2011, devido à forte instabilidade nos mercados financeiros, e após uma descida histórica das mesmas em 2012, assistimos em 2015 a uma descida das taxas Euribor para valores negativos e esta tendência manteve-se em 2016.

- **Melhoria dos prazos médios de pagamento do sector público:**

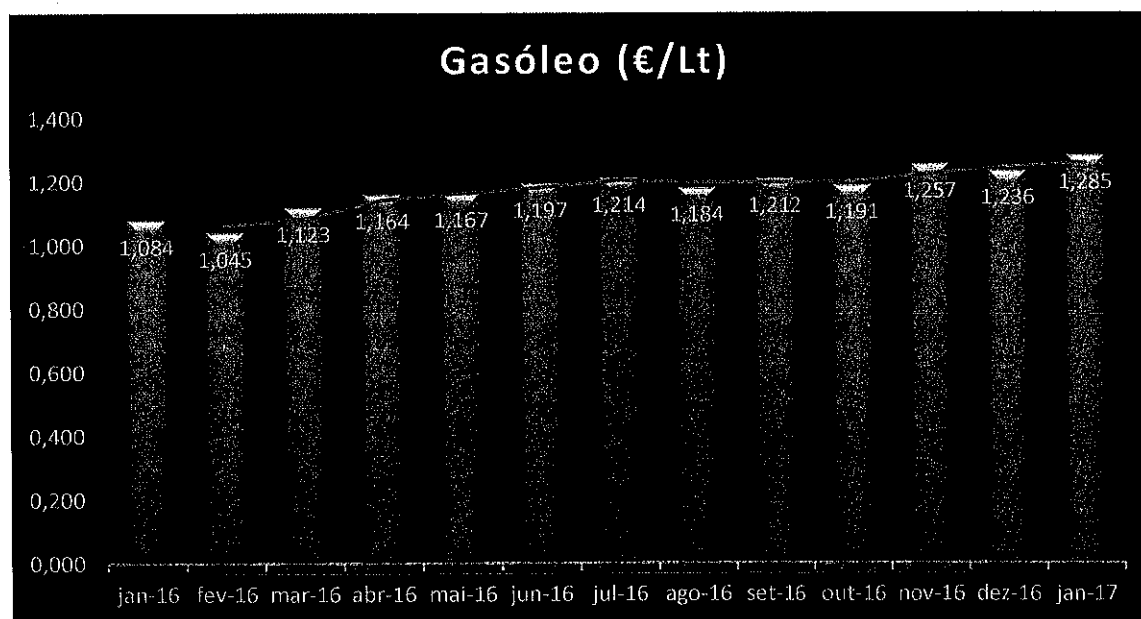
Assistiu-se, em 2016, a uma melhoria gradual das finanças públicas e locais, situação que na prática se tem traduzido numa diminuição dos prazos médios de pagamento por parte destas entidades. Esta melhoria deve-se essencialmente à publicação da Lei n.º 8/2012 ("Lei dos Compromissos") e à formalização do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) no final de 2012, sendo que nos anos seguintes (entre 2013 e 2016) foi possível regularizar grande parte das dívidas antigas que os Municípios detinham para com os seus fornecedores. Esta é uma situação que afeta com particular incidência a ECOambiente, dado que cerca de 91% da sua faturação diz respeito a Câmaras Municipais e Empresas Municipais.

- **Descida do preço dos combustíveis:**

Preços médios dos combustíveis (1º dia do mês)



A variação do preço dos combustíveis tem um peso bastante significativo na ECOambiente, dado que representa cerca de 9% dos seus custos operacionais. No que diz respeito ao Gasóleo registou-se, em 2014 e 2015, uma descida acentuada do seu preço unitário, mas em 2016 houve um aumento acentuado ao longo do ano tendo fechado o ano com um preço médio de 1,285€/litro, representando uma subida significativa de cerca de 19% face ao ano anterior, traduzindo-se num aumento de 0,20€/litro.



2 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

De entre os factos mais relevantes que ocorreram em 2016, e no que diz respeito às **prestações de serviço**, temos a realçar:

- Renovação de contrato existente, num valor de 326.500,00€, nomeadamente:
 - Câmara Municipal de Vila Pouca Aguiar – *Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU, fornecimento, colocação, lavagem e manutenção de contentores no concelho de Vila Pouca de Aguiar (24 meses)*

- Desde o início de 2016 foram apresentadas propostas para contratos pontuais ou de curta duração no valor de cerca de 165.000€, com um valor de adjudicações de cerca de 32.000€.

- Novos contratos iniciados em 2016, num valor aproximado de 5.856.000,00€, dos quais se destacam os seguintes:
 - Tratolixo - *Transporte, Recepção, Triagem e Expedição de embalagens de plástico, metal e ecal (356 dias)*
 - ALGAR - *Prestação de serviços Recolha Seletiva - Época Alta (Concelhos de Lagos e Albufeira) (36 meses)*
 - Câmara Municipal de Cinfães - *Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Cinfães (por 24 meses)*
 - Câmara Municipal de Gavião - *Concurso Público para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final, de Resíduos Sólidos Urbanos, Resíduos Volumosos Fora de Uso e Lavagem e Desinfecção Contentores no Concelho Gavião (24 meses)*
 - União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão - *Aquisição de serviços e Limpeza Urbana - Recinto da Feira de Monte Abraão (1095 dias)*
 - Câmara Municipal Castro Marim - *Aquisição de serviços para recolha de resíduos e lavagem de contentores (9 meses)*
 - Câmara Municipal de Ponte da Barca - *Aquisição de prestação de serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e recolha de monstros (5 meses)*
 - Câmara Municipal Barcelos - *Disponibilização de viaturas de recolha de resíduos para o período de 6 meses AD75/2016 (6 meses)*
 - Câmara Municipal Sesimbra - *Serviços relativos a resíduos e lixo (170 dias)*

- Câmara Municipal Barreiro - *Aquisição de serviços de lavagem de ruas do concelho do Barreiro (36 Meses)*
- Adjudicações em 2016 cujos contratos terão início em 2017, num valor aproximado de 12.592.000,00€, de entre os quais se destacam:
- Câmara Municipal Vila Real de Santo António - *Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de objetos volumosos ("monstros" ou "monos") e resíduos verdes, lavagem de contentores, limpeza urbana, de praias e ribeiras (96 meses)*
 - Câmara Municipal de Ponte da Barca - *Recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de monstros, lavagem, desinfeção e manutenção de contentores (96 meses)*
 - Câmara Municipal Sintra - *Aquisição de serviços de limpeza pública na União de Freguesias de Sintra (parcial), Cidade Agualva Cacém e Monte Abraão - Lote 1 (24 meses)*
 - Câmara Municipal Loulé - *Prestação de serviços de LU em Almancil e Quarteira (24 meses)*
 - Câmara Municipal Lagos - *Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos e lavagem e desinfeção de contentores de resíduos urbanos na área do Município de Lagos (12 meses)*
 - Câmara Municipal de Coimbra - *Aluguer Operacional de cinco viaturas de remoção de resíduos (12 meses)*
 - Câmara Municipal de Loulé - *Contratação de serviços de recolha de contentores "molok", transporte a destino final de resíduos urbanos e serviços de lavagem interior e exterior de equipamentos tipo "molok" no concelho de Loulé (12 meses)*
- Término dos seguintes contratos:
- Câmara Municipal Marinha Grande - *Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande - Contrato executado pelo ACE Pragosa Ambiente – ECOambiente, sendo que este ACE será dissolvido no 1º semestre de 2017.*

Outras situações relevantes que ocorreram no ano de 2016:

- O procedimento mais significativo pela sua dimensão, complexidade e valor, que decorreu em 2016, foi o do Município do Porto. O Concurso limitado por prévia qualificação, publicado em Abril de 2016, para a Recolha e transporte de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público em dois Lotes, tinha um valor base de 81.479.714,00 €, e teria um contrato com a duração de 2880 dias. Foram qualificadas 5 empresas para a fase de apresentação de propostas: 1º Agrupamento RECOLTE, Teixeira Duarte e Recolte Servicios; 2º Agrupamento FERROVIAL, ECOAMBIENTE e CESPA; 3º AGRUPAMENTO FCC, Rede Ambiente e Fomento; 4º Agrupamento Hidurbe, Valoriza e Sacyr; 5º SUMA. Em Dezembro de 2016, apenas os concorrentes Suma, Hidurbe e FCC apresentaram propostas aos dois Lotes a concurso. A RECOLTE apresentou apenas proposta para um dos Lotes. Os concorrentes FERROVIAL, ECOAMBIENTE e CESPA apresentaram uma acção de contencioso pré-contratual que foi remetida no início de Janeiro de 2017 para o Tribunal do Porto. Também no âmbito deste procedimento, o concorrente RECOLTE apresentou providência cautelar de suspensão de qualquer acto relativo ao procedimento de formação do contrato. Ambas as acções encontram-se a decorrer nas devidas instâncias.
- Em janeiro de 2016 foi lançado pelos SMAS Sintra o Concurso Público nº 56 PF/2015 – Prestação de Serviços de Recolha, Transporte e Entrega a Destino Final de Resíduos Urbanos ou Equiparados, em Alguns Locais no Concelho de Sintra, incluindo fornecimento, instalação, manutenção e Lavagem de Contentores por 36 meses, no valor de 7.949.520,00 €. Este concurso foi anulado em Março de 2016.
- Os SMAS de Sintra lançaram em Abril de 2016, Concurso Público relativo à Prestação de serviços de aluguer de 5 viaturas para recolha de resíduos sólidos urbanos, por 25 meses, com o preço base de 1.210.400,00 €. A ECOAMBIENTE apresentou proposta tendo o procedimento sido posteriormente ANULADO pela decisão de não adjudicação e de revogação da decisão de contratar.
- O Município de Óbidos lançou em Novembro de 2016 Concurso Público para "Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana, Limpeza dos Sanitários Públicos e limpeza de Praias no Concelho de Óbidos, constituído por 3 lotes" durante 96 meses com o preço base de 4.928.151,24 €. A ECOAMBIENTE apresentou proposta aos 3 Lotes a concurso estando a aguardar a divulgação do Relatório Preliminar.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' and 'E' combined.

- Em Junho de 2015 a ECOambiente apresentou, junto do Balcão Nacional de Injunções, requerimentos de Injunções referentes à dívida do Município da Nazaré no valor de 1.323.222,97€. O Município da Nazaré deduziu oposição a estas injunções, pelo que os processos se encontram a aguardar a correspondente decisão do Tribunal.
- O actual contrato de Matosinhos (executado pela empresa participada VerdeVista, S.A.) foi objecto de um novo procedimento concursal, ao qual a ECOambiente concorreu. O relatório final deste concurso, não classifica a ECOambiente em primeiro lugar, pelo que poderá não vir a executar o novo contrato. Embora o terminus do contrato apontasse para Janeiro de 2016, o Município de Matosinhos *“deliberou prorrogar o contrato de concessão até que se esgote a verba do mesmo, ou até que tenha início a vigência do novo contrato”*, pelo que a VerdeVista continua, para já, a executar este contrato.

3 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em 2016 totalizaram 517.606€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	Euros	% s/ Investimentos Totais	% s/ Grupo de Investimentos
Investimentos financeiros	-384.458	-74,28%	100,00%
Aquisições Participações	0	0,00%	0,00%
Participações de Capital	-396.221	-76,55%	103,06%
Investimentos noutras empresas	0	0,00%	0,00%
Outros Investimentos Financeiros	11.763	2,27%	-3,06%
 Activo fixos tangíveis	 902.065	 174,28%	 100,00%
Terrenos e recursos naturais	0	0,00%	0,00%
Edifícios e outras construções	65.599	12,67%	7,27%
Equipamento básico	-2.050	-0,40%	-0,23%
Equipamento de transporte	748.826	144,67%	83,01%
Equipamento administrativo	46.511	8,99%	5,16%
Outros activos fixos tangíveis	43.179	8,34%	4,79%
 Investimentos em curso	 0	 0,00%	 0,00%
INVESTIMENTOS	517.606	100,00%	

Nos investimentos financeiros a redução de 384.458€ deve-se essencialmente à distribuição de resultados de exercícios anteriores relativos ao Ace da Maia – contrato que teve o seu término em Outubro de 2015, tendo-se iniciado um novo contrato com o mesmo cliente.

Os investimentos em Ativos Fixos Tangíveis totalizaram 902.065€ e dizem respeito a:

- **Edifícios e outras construções:** referem-se maioritariamente a obras realizadas no estaleiro do Douro e na Oficina de Vila Verde;
- **Equipamento de Transporte:** referem-se maioritariamente à aquisição de viaturas no âmbito da renovação de frota afecta à prestação de serviços de Mafra, bem como aquisição de uma viatura para o contrato de Coimbra, uma viatura para o contrato da Maia, uma viatura para o contrato de Sintra, uma viatura para o contrato do Douro e uma viatura para o contrato de Azambuja;
- **Equipamentos Administrativo:** refere-se maioritariamente ao investimento na solução *RFID* no contrato de Albufeira;
- **Outros ativos fixos tangíveis:** refere-se maioritariamente ao investimento realizado na aquisição de Box's para o sistema de Geo-localização.

3.2 GASTOS

Os Gastos neste exercício totalizaram 17.550.200€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	2015	%	2016	%	Variação	Variação %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.589.685 €	9%	1.531.876 €	9%	-57.809 €	-4%
Fornecimentos e serviços externos	8.887.209 €	52%	8.087.564 €	46%	-799.645 €	-9%
Gastos com o pessoal	4.186.426 €	25%	5.632.214 €	32%	1.445.789 €	35%
Gastos de depreciação e de amortização	1.941.054 €	11%	2.122.549 €	12%	181.496 €	9%
Provisões	0 €	0%	0 €	0%	0 €	
Outros gastos e perdas	229.716 €	1%	106.206 €	1%	-123.510 €	-54%
Gastos e perdas de financiamento	108.220 €	1%	69.790 €	0%	-38.430 €	-36%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5.954 €	0%	0 €	0%	-5.954 €	100%
Total	16.948.264 €	100%	17.550.200 €	100%	601.935 €	4%

O acréscimo de gastos em cerca de 4%, representado neste mapa, deve-se essencialmente a:

- **Redução significativa de gastos na rubrica de FSE**, consequência da redução de gastos com trabalho temporário por via da integração no quadro de pessoal;
- **Os gastos com pessoal apresentam uma variação significativa** devido ao aumento do salário mínimo nacional, às novas prestações de serviços e também à integração no quadro de pessoal afeto a prestações de serviço já existentes e que estavam em regime de Trabalho Temporário.
- **Aumento nas amortizações** explicada pelo investimento em renovação de frota para contratos já existentes (caso mais significativo do contrato de Mafra).
- **Redução dos encargos financeiros** por via da descida da Euribor e menor recurso ao crédito bancário.

3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram, em 2016, 8.087.564€ e distribuíram-se da seguinte forma:

Designação	2015	%	2016	%	Variação	Variação %
62 Fornecimentos e serviços externos	8.887.209 €	100%	8.087.564 €	100%	-799.645 €	-9%
621 Subcontratos	3.652.150 €	41%	2.848.791 €	35%	-803.359 €	-22%
6211 Aquisições no território nacional	3.652.150 €	41%	2.848.791 €	35%	-803.359 €	-22%
622 Serviços especializados	3.436.371 €	39%	3.425.796 €	42%	-10.575 €	0%
6221 Trabalhos especializados	1.045.839 €	12%	925.859 €	11%	-119.980 €	-11%
6222 Publicidade e propaganda	32.215 €	0%	39.368 €	0%	7.154 €	22%
6223 Vigilância e segurança	6.929 €	0%	6.964 €	0%	35 €	0%
6224 Honorários	71.996 €	1%	61.508 €	1%	-10.488 €	-15%
6226 Conservação e reparação	2.279.393 €	26%	2.392.098 €	30%	112.705 €	5%
6228 Outros Serviços	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
623 Materiais	113.235 €	1%	113.937 €	1%	702 €	1%
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	84.566 €	1%	83.929 €	1%	-637 €	-1%
6232 Livros de documentação técnica	0 €	0%	1.463 €	0%	1.463 €	
6233 Material de escritório	17.957 €	0%	19.701 €	0%	1.743 €	10%
6234 Artigos de oferta	10.711 €	0%	8.844 €	0%	-1.867 €	-17%
624 Energia e fluídos	1.020.702 €	11%	1.033.217 €	13%	12.515 €	1%
6241 Electricidade	30.782 €	0%	29.932 €	0%	-850 €	-3%
6242 Combustíveis	961.120 €	11%	978.738 €	12%	17.618 €	2%
6243 Água	17.145 €	0%	16.102 €	0%	-1.044 €	-6%
6248 Outros	11.654 €	0%	8.445 €	0%	-3.209 €	-28%
625 Deslocações, estadas e transportes	71.271 €	1%	87.826 €	1%	16.555 €	23%
6251 Deslocações e estadas	71.271 €	1%	87.826 €	1%	16.555 €	23%
6252 Transporte de pessoal	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
6253 Transportes de mercadorias	0 €	0%	0 €	0%	0 €	0%
626 Serviços diversos	593.481 €	7%	577.998 €	7%	-15.483 €	-3%
6261 Rendas e alugueres	344.582 €	4%	352.240 €	4%	7.658 €	2%
6262 Comunicação	36.818 €	0%	33.587 €	0%	-3.231 €	-9%
6263 Seguros	105.474 €	1%	109.900 €	1%	4.426 €	4%
6265 Contencioso e notariado	4.208 €	0%	4.099 €	0%	-108 €	-3%
6266 Despesas de representação	14.993 €	0%	10.468 €	0%	-4.525 €	-30%
6267 Limpeza, higiene e conforto	24.399 €	0%	22.566 €	0%	-1.833 €	-8%
6268 Outros Serviços	63.009 €	1%	45.123 €	1%	-17.886 €	-28%
6269 Despesas mal documentadas	0 €	0%	15 €	0%	15 €	0%

A conta "Subcontratos" inclui o recurso ao Trabalho Temporário, no valor de 1.927.135,82€.

Além desta rubrica, observa-se que as restantes rubricas com um maior peso na estrutura são os "Trabalhos Especializados", a "Conservação e Reparação" e os "Combustíveis".

3.2.2 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal com vínculo com a ECOambiente totalizaram 5.632.214€, representando um aumento de 35% face ao ano anterior e estão representados no quadro abaixo:

Designação	2015	2016	Variação	Variação %
63 Gastos com o pessoal	4.186.426 €	5.632.214	1.445.789 €	35%
631 Remunerações dos órgãos sociais	0 €	0 €	0 €	0
632 Remunerações do pessoal	3.353.177 €	4.523.947 €	1.170.770 €	35%
634 Indemnizações	44.294 €	61.579 €	17.285 €	39%
635 Encargos sobre remunerações	685.603 €	918.785 €	233.182 €	34%
636 Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	53.134 €	74.509 €	21.375 €	40%
638 Outros gastos com o pessoal	50.218 €	53.395 €	3.177 €	6%

Como se pode constatar, em sentido inverso, existiu uma redução na rubrica de Subcontratos – Trabalho Temporário (FSE – 621) na ordem dos 28%.

Designação	2015	2016	Variação	Variação %
Trabalho Temporário	2.677.191 €	1.927.136 €	-750.055 €	-28%

Os gastos com pessoal apresentam uma variação significativa devido ao aumento do salário mínimo nacional, à integração no quadro de pessoal afeto a prestações de serviço já existentes e que estavam em regime de Trabalho Temporário e às prestações de serviços que se iniciaram em meados de 2015, mas que apenas em 2016 se reflete um ano completo de gastos com o pessoal, nomeadamente a Associação de Municípios do Douro Norte, Lagos, Loulé e a Limpeza Urbana de Sintra.

3.3 RENDIMENTOS

A ECOambiente aumentou o seu volume de negócios em cerca de 3%.

Designação	2015	2016	Variação	Variação %
Volume de Negócios	16.693.084 €	17.096.162 €	403.078 €	3%
Vendas	69.340 €	48.423 €	-20.917 €	-40%
Prestações de Serviços	16.623.744 €	17.047.739 €	423.995 €	3%
Serviços de Recolha R.S.U.	8.934.262 €	9.639.550 €	705.289 €	8%
Serviços de Varrição	4.639.348 €	4.220.914 €	-418.433 €	-16%
Serviços de Aluguer de Viaturas	3.050.135 €	3.187.274 €	137.139 €	4%

No que diz respeito ao **E.B.I.T.D.A.**, a ECOambiente, atinge em 2016, um valor de 2.558.064€, apresentando uma variação negativa de 9%.

ECOambiente	2014	Variação	2015	Variação	2016	Variação
EBITDA	2.673.439 €	-29%	2.823.288 €	6%	2.558.064 €	-9%
Liquidez geral	127,39%	26%	147,52%	16%	159,26%	8%
Autonomia financeira	40,43%	-6%	50,13%	24%	48,78%	-3%

No que diz respeito à Liquidez Geral e Autonomia Financeira, a empresa continua a apresentar ótimos indicadores. A empresa apresenta um rácio de Liquidez Geral de 159%, garantindo uma boa solvabilidade, mostrando capacidade de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, registando uma melhoria de 8% face a 2015.

A Autonomia Financeira de 49% demonstra a estabilidade financeira da empresa, permitindo-lhe fazer face aos seus compromissos através dos seus capitais próprios.

Em termos consolidados, refletindo as participações nos ACE's da Marinha Grande, da Maia, de Mondim de Basto e na Verdevista, S.A. através da proporcionalidade das participações existentes, o **valor global dos proveitos** atingiu os 21.951.478€.

Grupo ECO Consolidado	2014	Variação	2015	Variação	2016	Variação
Proveitos	20.093.515	-4%	22.035.239	10%	21.951.478	0%



4 RECURSOS HUMANOS

No final do ano de 2016 a Ecoambiente, S.A. empregava, através de contrato individual de trabalho, 386 colaboradores, mais 81 trabalhadores do que no período homólogo.

ECOambiente, S.A.	2015	2016	Variação 2015/2016	%
Colaboradores	305	386	81	26,56%
Trabalhadores temporários	221	174	-47	-21,27%
Total	526	560	34	6,46%

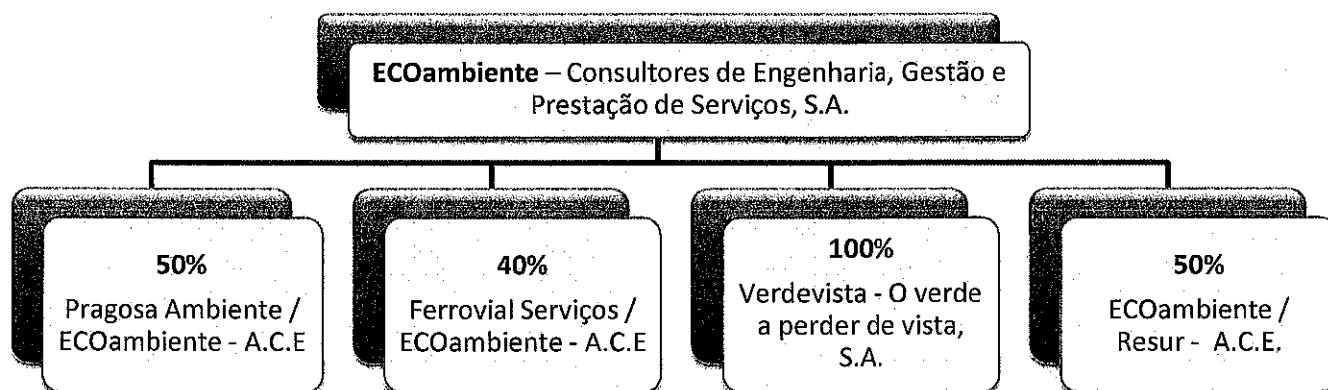
Não fazendo parte dos efetivos da empresa, e em prestações de serviços de curta duração, em situações de início de prestações de serviço e substituições pontuais, recorreu-se a empresas de trabalho temporário contando-se, no final de 2016, a prestar serviço na ECOambiente, 174 trabalhadores temporários, menos 47 trabalhadores do que no período homólogo.

Distribuição dos colaboradores por categoria profissional:

Ecoambiente	Colaborador	%	TT	%	Total Geral	%
Administrativos	8	2,07%	2	1,15%	10	1,79%
Auxiliar Limpeza	1	0,26%	0	0,00%	1	0,18%
Cantoneiro	223	57,77%	117	67,24%	340	60,71%
Chefe Manutenção	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Coordenador Divisão	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Director	6	1,55%	0	0,00%	6	1,07%
Encarregado	10	2,59%	3	1,72%	13	2,32%
Ferramenteiro	1	0,26%	0	0,00%	1	0,18%
Fiel Armazém	2	0,52%	0	0,00%	2	0,36%
Gestor de Contrato	13	3,37%	1	0,57%	14	2,50%
Gestor de Frota	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Gestor Qualidade	1	0,26%	0	0,00%	1	0,18%
Lavador	2	0,52%	0	0,00%	2	0,36%
Mecânico	9	2,33%	1	0,57%	10	1,79%
Motorista Ligeiros	1	0,26%	0	0,00%	1	0,18%
Motorista Pesados	96	24,87%	50	28,74%	146	26,07%
Responsável Compras	1	0,26%	0	0,00%	1	0,18%
Técnicos Superiores	12	3,11%	0	0,00%	12	2,14%
Total Geral	386	100,00%	174	100,00%	560	100,00%

5 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

A ECOambiente, S.A. detém 100% da VerdeVista, S.A. e 50% do capital das sociedades Pragosa Ambiente / ECOambiente – A.C.E., e ECOambiente / Resur – A.C.E, assim como em 40% da sociedade Ferroviaal Serviços / ECOambiente – A.C.E desde Outubro de 2015.



Em 2016, foram consolidados na ECOambiente S.A. os seguintes resultados:

	Res. Líquidos 2016	% Participação	Participação nos Resultados 2016	Saldo Inicial conta 41	Valor a reflectir	Distribuição de Dividendos	Saldo Final Conta 41
Empresas do Grupo							
Verdevista, SA	288.903,09 €	100%	288.903,09 €	945.856,99 €	288.903,09 €	300.000,00 €	934.760,08 €
Verdevista, SA (Goodwill)					0,00 €		0,00 €
Empresas Associadas							
ACE M. Grande	77.922,56 €	50%	38.961,28 €	89.524,39 €	38.961,28 €	40.000,00 €	88.485,67 €
ACE Albufeira	0,00 €	100%	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
ACE Maia	125.194,18 €	40%	50.077,67 €	493.726,94 €	50.077,67 €	434.163,20 €	109.641,41 €
ACE Mondim	23.774,03 €	50%	11.887,02 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
TOTAL				1.529.108,32 €	377.942,04 €	774.163,20 €	1.132.887,16 €

Em Maio de 2012, a empresa subscreveu 15% do capital social da firma TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, SA (sociedade constituída no âmbito do processo concursal da Lipor), no valor de 7.500€, representativo de 1.500 acções, com o valor nominal de 5€ cada, que se encontra registado na rubrica de Investimentos Financeiros.

A ECOambiente, durante o ano de 2016, prestou serviços de contabilidade, gestão de pessoal, gestão de seguros e apoio técnico às sociedades participadas.

6 DIVIDAS AO FISCO E À SEGURANÇA SOCIAL

À data de 31 de Dezembro de 2016, não existiam dívidas vencidas ao Fisco e à Segurança Social.

7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do Exercício não ocorreram quaisquer factos relevantes que alterem substancialmente a situação patrimonial da empresa ou influam significativamente nos valores constantes dos documentos contabilísticos.

8 PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2017

Os objetivos fundamentais para o ano de 2017 são:

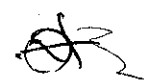
- Aumentar o Volume de Negócios nas áreas de RSU, Limpeza Urbana e Aluguer Operacional de Viaturas;
- Melhorar a produtividade, reduzindo o custo de manutenção por hora nas viaturas;
- Cumprimento do plano estratégico para a conservação e manutenção de viaturas;
- Concluir a implementação dos sistemas de GeoLocalização nas viaturas;
- Aumentar as acções de formação e sensibilização relativas aos acidentes de trabalho;
- Desenvolvimento contínuo do sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança;
- Consolidar o crescimento da empresa e aumentar o EBITDA e os Resultados Líquidos.

9 PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Do exposto e relativamente aos resultados do exercício de 2016, foi apurado um resultado antes de impostos de 365.724,66€, correspondendo a um resultado líquido positivo de 319.301,41€.

Face aos resultados obtidos e aos esclarecimentos prestados, propomos aos Senhores Acionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Resultado Transitado: 319.301,41€ (Trezentos e dezanove mil, trezentos e um euros e quarenta e um cêntimos).

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

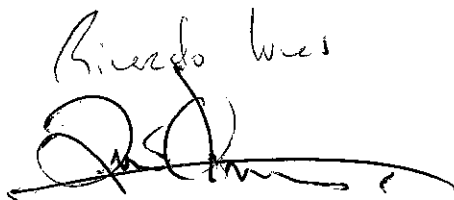
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades e pessoas que apoiaram e colaboraram com a atividade da empresa, de entre as quais pretendemos destacar:

- Os Senhores Acionistas, pela confiança demonstrada no Conselho de Administração e pelo apoio pessoal e financeiro que prestaram à empresa;
- A todos os clientes e fornecedores que mantêm relações com a ECOambiente S.A. cujo apoio se tem revelado fundamental na persecução dos nossos objectivos;
- A todos os colaboradores que contribuíram para o desempenho da empresa com o seu profissionalismo e dedicação, o Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos.

Sintra, 27 de Março de 2017

O Conselho de Administração:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ricardo Luis", with a stylized, flowing script below the name.

Anexo II ao Relatório de Gestão

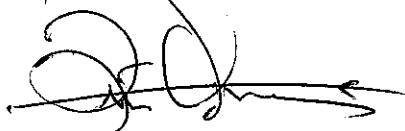
Exercício de 2016

Para cumprimento do estipulado no n.º 4 do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, à data de 31 de Dezembro de 2016, era titular de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital, os acionistas:

- **Fomentinvest Ambiente, SGPS, S.A. – 100%**

Sintra, 27 de Março de 2017

O Conselho de Administração:

Ricardo Lucas


Anexo I ao Relatório de Gestão
Exercício de 2016

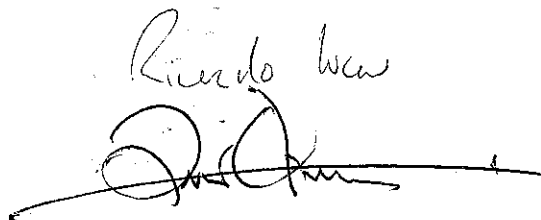
Para cumprimento do estipulado no n.º 5 do Art. 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, de entre os membros dos Órgãos da Administração e fiscalização da sociedade, e bem assim das pessoas e entidades referida no seu n.º 2, à data de 31 de Dezembro de 2016, nenhum destes membros e pessoas eram titulares de ações representativas do capital social da empresa.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, a Empresa não efectuou transacções com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Sintra, 27 de Março de 2017

O Conselho de Administração:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ricardo Lourenço', with a long horizontal flourish extending to the right.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SA** (a «Entidade»), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 17 746 720 Euros e um total de capital próprio no valor de 8 657 213 Euros, incluindo um resultado líquido de 319 301 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SA** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

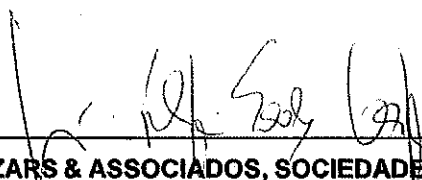
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de abril de 2017



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada por Luis Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas nº 1003)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2016 a atividade da **ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SA**, examinámos regularmente os seus livros, registos contabilísticos e demais documentação, tendo zelado pela observância da lei e dos estatutos e obtido do Conselho de Administração todos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, nomeadamente sobre como decorreram as operações ou atividades da sociedade.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditamos as contas da sociedade de 31 de dezembro de 2016.

Verificámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade na preparação das suas Demonstrações financeiras e que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da sociedade. Verificámos ainda que, relativamente às entidades detidas pela sociedade, que não têm órgão de fiscalização legalmente acometido, foram aplicadas as normas regulamentares e legais aplicáveis.

Não recebemos durante o exercício de 2016 quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros.

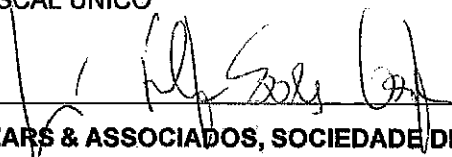
O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas que emitimos enquanto Revisores Oficiais de Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 17 de abril de 2017

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada por Luis Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas nº 1003)

- Recolte

RELATÓRIO E CONTAS

2014

Handwritten signature and initials in blue ink.

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

JOSÉ PEDRO POIARES COBRA FERREIRA

Secretária

MARIA FILIPA RIBEIRO PEREIRA DE MATOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

JOEL VAZ VIANA DE LEMOS

Administradores

JOSÉ MAGALHÃES GONÇALVES

JOSÉ MARTINS ROVISCO

LUÍS MANUEL DE SOUSA CARREIRA

FISCAL ÚNICO

Efetivo

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
DR. ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO – ROC

Suplente

JÚLIO ALVES, MÁRIO BATISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
DR. JÚLIO LOURENÇO ALVES – ROC



I. INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente, S.A., adiante RECOLTE, no cumprimento das disposições legais, apresenta o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Na oportunidade, aproveita-se para mencionar as matérias objeto do presente Relatório, em que se analisa e descreve sucintamente o enquadramento económico e social em que se insere a atividade da Empresa, fazendo-se, também, uma apreciação global do desempenho da RECOLTE, destacando-se os aspetos do sector operacional mais determinantes de atuação durante o período em análise.



II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2014 foi marcado pela continuação da delicada situação macro económica do país, tendo-se verificado o ato simbólico de saída do país da situação de dependência das rigorosas medidas impostas pelos financiadores internacionais, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

Com efeito, o recurso à ajuda económica externa tem vindo a impor, já desde 2011, severas restrições ao nível do consumo, do investimento e do custo de financiamento junto do mercado bancário, entre outras, tendo por objetivo último o equilíbrio das finanças públicas e a reestruturação da economia portuguesa.

O comportamento global da economia portuguesa viu-se, assim, altamente comprometido na sua capacidade de criação de riqueza e valor, trazendo ao de cima as profundas fragilidades da economia e do tecido empresarial e industrial do país, com reflexos diretos nas elevadas taxas de desemprego, estagnação do produto interno bruto e elevadas taxas de financiamento de pessoas, empresas e estado.

No final do ano de 2014, apareceram, contudo, os primeiros sinais que permitem alimentar as expectativas para o futuro, ao nível de diversos indicadores macroeconómicos. O ano de 2015 irá, seguramente, clarificar se esta melhoria de indicadores se reveste de algum cariz estrutural que permita acalentar esperanças a médio prazo. São de destacar a descida, lenta mas continuada, das taxas de desemprego, o abaixamento do custo da dívida pública para valores historicamente baixos, um aparente controlo do *deficit* do Orçamento de Estado e um crescimento positivo, ainda que marginal, do Produto Interno Bruto fortemente alavancado no setor exportador da economia.

No caso concreto da área de atividade *core* da RECOLTE, - a prestação de serviços na área do meio ambiente onde se incluem a recolha, o transporte, o tratamento, a eliminação de resíduos, a construção e a manutenção de jardins e espaços verdes, entre outras -, mantém-se a estagnação vinda já de anos anteriores, decorrente da grande dificuldade de os municípios e entidades públicas abrirem à iniciativa privada a gestão das atividades da área do ambiente.



Nalgumas áreas constatou-se até, por razões de meras opções políticas, um retrocesso desta realidade por parte de alguns Municípios, verificando-se que muitos serviços que vinham a ser prestados por privados passaram a ser realizados pelos serviços dos Municípios. Não foi demonstrado, todavia, que daí adviesse qualquer benefício económico para o Município ou para os munícipes, nem de qualquer redução das taxas locais de desemprego sendo certo que a qualidade dos serviços se degradou substantivamente.

Repetiu-se no ano de 2014, por parte dos Municípios e Empresas Municipais – que, sublinhe-se, constituem a esmagadora maioria dos clientes da RECOLTE - uma exigência de redução dos valores contratualmente estabelecidos sempre que existem renovações, sem que tal redução fosse acompanhada da equivalente redução de serviços prestados, conduzindo esta situação a um foco de profundo e injusto desequilíbrio económico-financeiro dos contratos existentes, com repercussões muito negativas nos resultados operacionais da maioria dos contratos da RECOLTE tal como aconteceu com a generalidade das empresas que prestam serviços a Autarquias e ao setor público do Estado.

Esta situação de continuado esmagamento dos preços repete-se, igualmente, no mercado dos clientes privados onde a RECOLTE igualmente atua, não se verificando, neste caso, a imposição unilateral de reduções de valores contratuais, mas sim fortes objetivos de redução de custos.

Num contexto de escassez de oportunidades de negócio, agravado pela generalizada dificuldade de acesso ao financiamento bancário e aos seus elevados custos, continuam a verificar-se níveis de concorrência muito elevados, num absoluto aviltamento de preços e na verificação de valores de adjudicação de propostas francamente abaixo dos valores base lançados a concurso, em inúmeros casos até com valores legalmente classificados de “anormalmente baixos” que, ainda assim, merecem acolhimento por parte dos organismos públicos. Resulta daqui uma total degradação de margens operativas, podendo afirmar-se, como se tem confirmado em diversos casos recentes, que são opções de gestão empresarial de mera sobrevivência temporária.



Como temos vindo a defender, para o relançamento do sector do Meio Ambiente em Portugal será fundamental que se implementem novas políticas públicas conducentes a uma maior descentralização e a uma abertura à iniciativa privada da generalidade das atividades deste sector.

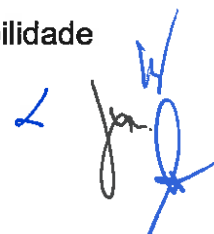
Por último, ainda em resultado da situação económica e financeira nacional, da inerente escassez de liquidez nos mercados e, sobretudo, do seu elevado custo, é insustentável para as empresas o recorrente atraso dos pagamentos dos Municípios e do setor empresarial público, pelo que urge a implementação de medidas corretivas centralizadas imperativas que disciplinem, e propiciem, a regularização imediata dos passivos destas entidades, que possibilitem o pagamento nos prazos contratualmente estabelecidos e, consequentemente, a sobrevivência do tecido empresarial e dos postos de trabalho envolvidos.

III. APRECIÇÃO GLOBAL

Para a RECOLTE, 2014 foi um ano de continuado esforço e dedicação de todos os colaboradores e equipas dirigentes no sentido de se promover o aumento da qualidade das atividades desenvolvidas, o crescimento da Empresa e a criação de valor.

Ao nível da gestão dos meios manteve-se a aposta na consolidação e reforço do quadro de pessoal técnico e especializado com vista a corresponder de forma mais eficaz às necessidades dos nossos clientes e às exigências dos contratos celebrados, promovendo-se uma política de maior proximidade junto daqueles o que, associado a um elevado grau de satisfação com o desempenho dos serviços prestados, permite que a RECOLTE seja reconhecida de forma diferenciada na sua forma de agir no mercado do Ambiente.

Com um posicionamento ativo no desenvolvimento e pesquisa de novas oportunidades de negócio, a RECOLTE atua sempre com seriedade, profissionalismo e transparência, reforçando a sua imagem de notoriedade, de credibilidade técnica e de sustentabilidade



financeira, através das suas inúmeras intervenções nos mais variados contratos e atividades.

Mantendo esta linha central de atuação, a satisfação das expectativas dos nossos clientes e das populações servidas promove, naturalmente, a sua fidelidade, situação que insistimos em perseguir, apesar das adversidades da delicada conjuntura económica que se vive, agravada pelo aparecimento de novas empresas que, a literalmente a qualquer preço, pretendem conquistar cotas de mercado

Com a atividade da sua participada RECOLTE – Servicios y Medioambiente S.A.U. que opera no mercado Espanhol, a RECOLTE sai fortemente reforçada na sua capacidade de resposta técnica, financeira e operativa ao nível Ibérico proporcionando múltiplas sinergias, a diversos níveis, além de proporcionar um suporte acrescido para fazer face aos desafios que se colocam com a internacionalização.

Continuamos a aposta na exploração comercial de novas oportunidades de negócio, no país e além-fronteiras, na área das centrais de reciclagem e tratamento e valorização de resíduos, construção e gestão de aterros sanitários, gestão de resíduos hospitalares, entre outras, onde o grau de exigência e de aceitação que temos tido para os nossos projetos e propostas são sinais positivos quanto ao rumo da estratégia delineada.

A trajetória de crescimento do volume de negócios da Empresa tem sido lenta, a que não são alheios os diversos impactos negativos e os custos de contexto referidos, destacando-se, entre eles, o decréscimo sistemático nos valores base de lançamento de novos concursos públicos.

Além destas razões, continua a verificar-se uma redução das quantidades de resíduos recolhidos em diversos contratos com Municípios, em que os proveitos da Empresa são diretamente proporcionais às quantidades recolhidas, sendo os correspondentes custos relativamente constantes. Esta redução de quantidades de resíduos, atinge valores acumulados nos últimos anos da ordem dos 15% o que, manifestamente, coloca em crise a rentabilidade e sustentabilidade de alguns contratos.



Merece também particular atenção dos órgãos de gestão da Empresa o controlo do endividamento e das cobranças juntos de todos os seus clientes, por forma a minimizar os encargos financeiros.

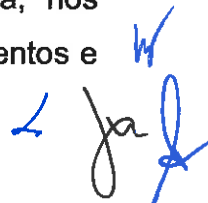
No quadro seguinte apresenta-se o nível de desempenho dos principais indicadores da Empresa e a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos:

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2013/2014
Trabalhadores	340	293	266	249	341	36,9%
Vendas / Prestações de Serviços	10.865,5	10.374,6	9.956,6	10.521,0	10.379,6	-1,3%
Rendimentos Operacionais	11.408,5	10.492,2	10.390,2	10.797,0	10.699,1	-0,9%
EBITDA	1.837,8	971,1	865,3	740,0	283,2	-61,7%
Margem EBITDA / Vol. Negócios	16,9%	9,4%	8,7%	7,0%	2,7%	-61,2%
EBIT	573,0	-2.264,9	146,0	766,0	191,0	-75,1%
Ativo Total Líquido	8.246,6	91.782,5	48.536,2	52.570,0	50.117,6	-4,7%
Capitais Próprios	2.604,1	53.061,0	40.293,2	45.136,0	43.589,9	-3,4%
Resultados Líquidos	317,1	-2.001,7	125,4	519,0	428,0	-17,5%

Nota: Os valores contabilísticos estão expressos em milhares de euros.

Fruto das referidas dificuldades e contingências, registámos, em 2014, um valor dos Rendimentos Operacionais de **10.699** milhares de euros, em linha com o registado nos períodos transatos, e Resultados Líquidos positivos de **428** milhares de euros.

Além da vertente económico-financeira da Empresa a que se fez referência, nos capítulos seguintes apresenta-se e aborda-se a atividade dos diversos departamentos e



setores da Empresa e a sua contribuição para forte imagem que a RECOLTE tem no mercado.

IV. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano constitui-se como um dos principais ativos da RECOLTE e é um dos seus fatores diferenciadores e de sucesso. A evolução pessoal e profissional constitui uma das prioridades da Empresa.

Um dos objetivos estratégicos é, cada vez mais, alinhar os processos de Recursos Humanos (recrutamento e seleção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos) com o *core business* da Empresa, de forma a maximizar a criação de valor, promovendo a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da Empresa, assegurando a sua valorização, desenvolvimento pessoal e profissional, e reforçando as suas competência técnicas e de gestão.

Num sector em que os colaboradores são fundamentais e têm um peso relevante na estrutura de custos, os Recursos Humanos são a alavanca e a ferramenta para o sucesso da Empresa.

Tal como em anos anteriores, a RECOLTE mantém uma política rigorosa na seleção e adequação dos recursos humanos às várias atividades desenvolvidas pela Empresa.

Em 2014 assistimos a um crescimento significativo dos efetivos da RECOLTE. Tal deve-se, sobretudo, ao crescimento da Empresa nalgumas áreas de prestação de serviços, com a obtenção de novos contratos com maiores componentes do fator humano.

Neste sentido e em continuidade com a renovação de novos efetivos e da formação técnica ministrada com vista ao aumento das suas qualificações, continuou-se a requalificação das categorias profissionais da Empresa sendo a evolução do número de trabalhadores por categoria a indicada no quadro seguinte.

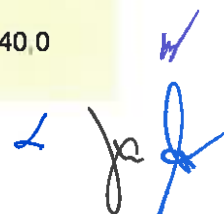


Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Quadros Superiores	17	18	16	16	19
Enquadramento / Staff	12	10	12	16	16
Pessoal Especializado	91	85	144	126	157
Pessoal Indiferenciado	220	180	94	90	149
TOTAL	340	293	266	248	341

Mais uma vez e tal como em anos anteriores, realizou-se o Encontro de Quadros do Meio Ambiente, com o principal objetivo de realizar um balanço do ano, promovendo a partilha de conhecimentos, a troca de experiências e fomentando a criatividade e a inovação no âmbito de temas críticos do negócio da Empresa.

Seguindo uma política de continuidade e de estabilidade no emprego, que insistimos em incentivar, promoveram-se diversas iniciativas ao longo do ano com o objetivo de manter as taxas absentismo, formação e sinistralidade em valores controlados e que qualificamos de excelentes para a tipologia de atividade exercida.

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Horas de Formação	3.847	6.103	4.326	3.987	6 808
Índice de Formação	10,26	19,01	16,26	16,34	22,69
Taxa de Absentismo	5,2%	5,3%	5,0%	4,4%	4,9%
Idade Média	34,4	35,8	38,8	40,7	40,0



No âmbito da formação profissional, foi possível em 2014 aumentar, de forma substancial, o quantitativo de horas de formação ministrada, fruto de um esforço da Empresa para consolidar a valorização dos seus colaboradores.

A formação profissional assenta no domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores, como condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissionais, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial eficiente, próspera e socialmente responsável.

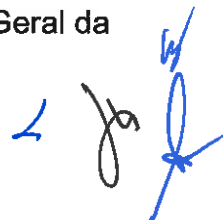
A formação técnica tem, naturalmente, um papel essencial no Plano de Formação anual estabelecido, tal como a área da segurança e da melhoria contínua dos sistemas de gestão.

Apesar do crescimento do número de trabalhadores, a RECOLTE manteve uma média de idades na casa dos 40 anos, apresentando-se como uma Empresa jovem e dinâmica, que tenta fazer dos seus colaboradores pessoas motivadas e empenhadas na prossecução do sucesso da Empresa.

Mantêm-se a aposta na contratação de jovens estagiários, através de diversos programas de apoio ao emprego do IEFP, proporcionando estágios adequados às formações de base, atribuindo progressivas responsabilidades e competências.

A RECOLTE apresenta-se, também, como um parceiro do IEFP na integração de desempregados de longa duração, contribuindo para a criação de emprego nas zonas onde atua, sendo inquestionavelmente uma mais-valia na área social.

Finalmente, de referir a importância que atribuímos ao Manual de Acolhimento da Empresa que é uma ferramenta de apoio à integração de novos colaboradores, estabelecendo um primeiro contacto com a organização. Para além do acolhimento prestado a cada colaborador admitido, consideramos fundamental documentá-lo com a informação que lhe facilite a adaptação à cultura e procedimentos da organização. Este manual integra, essencialmente, os Valores, a Visão, a Missão, o Organograma Geral da



Empresa, bem como inúmeros outros aspetos práticos da vida interna da Empresa e do Grupo Teixeira Duarte.

V. SEGURANÇA, QUALIDADE, AMBIENTE e RESPONSABILIDADE SOCIAL

Desde 2006 que a RECOLTE tem o seu Sistema de Gestão de Qualidade certificado, tendo alargado, posteriormente, a sua certificação para os referenciais normativos de Ambiente e Segurança, de acordo com os requisitos das Normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004, OHSAS 18001: 2007, respetivamente.

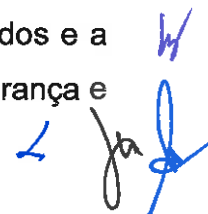
Para melhoria contínua do sistema de gestão, a RECOLTE conta com a participação ativa de todos os seus colaboradores garantindo os mais elevados padrões de qualidade e eficiência das atividades da Empresa, procurando a máxima satisfação e expectativas dos seus clientes, assegurando as condições da saúde e segurança laboral a todos os seus colaboradores, preservando o ambiente e promovendo a responsabilidade social.

QUALIDADE

A RECOLTE encara a Qualidade como um dos fatores estratégicos do desenvolvimento da sua organização dispondo, entre outras, de metodologias de acompanhamento e de avaliação de satisfação de cliente e procedimentos de trabalho em permanente atualização técnica, garantindo a eficácia dos resultados numa perspetiva de melhoria contínua.

SEGURANÇA

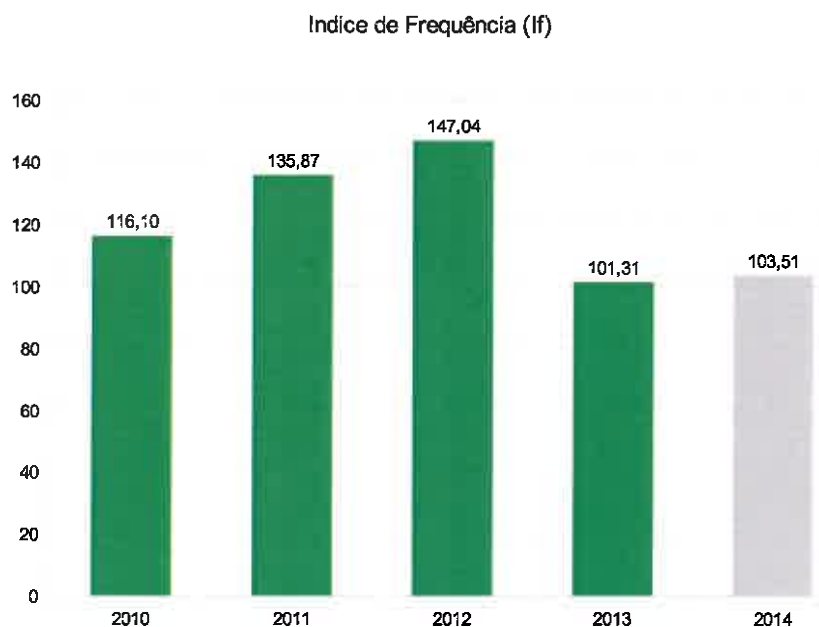
Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados a todas as nossas atividades, aliada a implementação das melhores praticas e apoio de todos e a todos os níveis de gestão, contribui para a promoção de boas condições de Segurança e



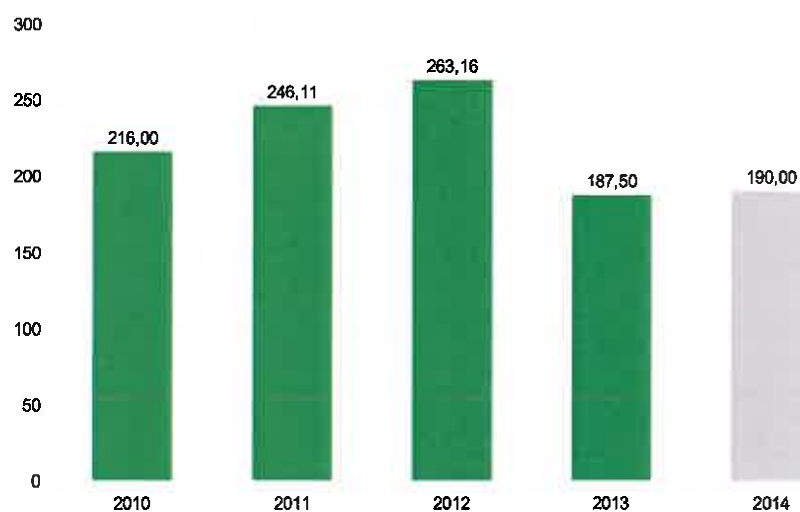
Saúde. São realizados vários programas de prevenção, designadamente procedimentos de trabalho, formação, informação, consulta aos trabalhadores, vistorias e verificações periódicas às múltiplas atividades da empresa.

Quanto aos índices de sinistralidade, os mesmos apresentam valores em linha com os verificados no ano anterior, o que representa uma perspetiva de consolidação dos mesmos em valores bastante positivos, embora sempre passíveis de serem melhorados, conforme se pode verificar nos gráficos seguintes.

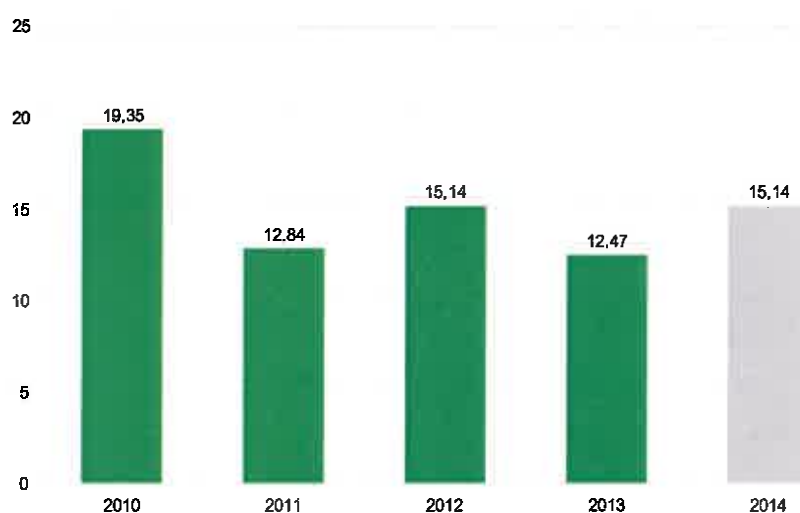
Índices de Sinistralidade

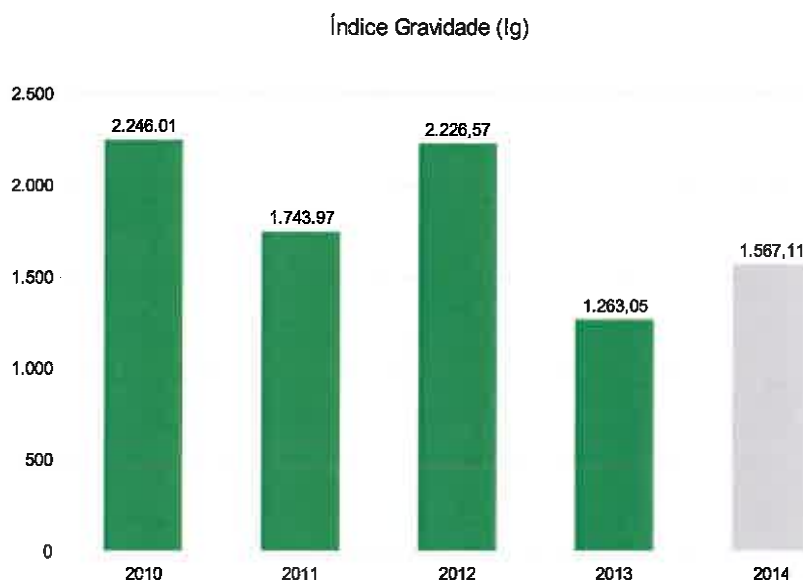


Índice Incidência (Ii)



Índice Duração (Id)



Na prevenção da segurança e da saúde, a RECOLTE realiza, ao longo do ano diversas campanhas de alcoolemia promovendo comportamentos mais seguros no sentido da diminuição do uso e do abuso de bebidas alcoólicas, sendo a evolução dos resultados obtidos ao longo dos anos muito positiva e francamente encorajadora.

AMBIENTE

A preservação do Ambiente é, igualmente, um fator essencial na gestão da atividade da RECOLTE. A implementação de procedimentos de trabalho contemplando boas práticas ambientais permite um desempenho ambiental favorável contribuindo para a conservação, defesa, proteção e melhoria do ambiente.

Nesta medida tem sido monitorizada a evolução dos consumos dos principais recursos utilizados pela Empresa, nomeadamente a energia elétrica, combustíveis fósseis, água e papel, sendo de registar notórias melhorias no desempenho da empresa ao longo dos últimos anos, contribuindo para a melhoria do Ambiente.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

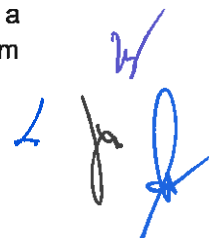
No decorrer do ano de 2014 e fruto do empenho de todos os colaboradores da Empresa podemos constatar que foram cumpridos os principais requisitos do referencial normativo, nomeadamente:

- Não utilização e repúdio à utilização de trabalho infantil e adoção do princípio de, não se recorrer à utilização de mão-de-obra de menores (pessoas com menos de 18 anos), nas diversas atividades da empresa;
- Condições de saúde avaliadas periodicamente e promoção da segurança no trabalho;
- Garantia do direito de liberdade de associação e de negociação coletiva;
- Não permissão do exercício de qualquer tipo de ação discriminatória;
- Não exercício de práticas disciplinares atentatórias à dignidade e ao respeito;
- Cumprimento da lei aplicável no que respeita ao horário de trabalho;
- Remuneração dos seus colaboradores feita de acordo com a legislação aplicável;

Importa referir que não foram identificadas quaisquer condutas contrárias aos princípios expostos, nem comunicadas quaisquer preocupações nestes domínios.

Ao longo do ano, foram realizadas atividades e ações no âmbito da Responsabilidade Social, no sentido promover e valorizar todos os que trabalham na empresa e com a empresa.

- Ações dirigidas aos colaboradores por forma a promover a valorização pessoal e profissional, como de Línguas, Certificação de Aptidão de Motoristas, de Primeiros Socorros e de Condução de Matérias Perigosas;
- Encontro Anual de Quadros da RECOLTE que conta com a presença de colaboradores de Portugal e Espanha;
- Realização do almoço de Natal extensivo a todos os colaboradores em conjunto com outras empresas do Grupo Teixeira Duarte;
- Estabelecimento de parcerias com Instituições de Integração Social, como a Comunidade Vida e Paz, com o objetivo de reinserção profissional de pessoas com dificuldades de integração;



- Integração profissional, através do programa de Vida Emprego do IEFP, com a reinserção de trabalhadores na empresa;
- Adesão ao programa Estimulo 2014, para potenciar o retorno ao mercado de trabalho de desempregados de longa duração;
- Campanhas de doação de sangue, com o apoio do Grupo Teixeira Duarte e em colaboração com o Instituto Português do Sangue (IPS).

VI. MEIOS DE EQUIPAMENTO



Atenta a natureza da atividade da RECOLTE e ao peso nos custos operacionais dos combustíveis e com a manutenção e reparações dos diversos equipamentos, a Direção de Equipamento é uma das áreas de maior importância operativa e estratégica, merecendo atenção permanente dos órgãos de gestão da Empresa.

Tal como tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos e alicerçado numa estratégia de investimento seletivo, no ano de 2014 o volume de investimento em equipamentos novos continuou a crescer.

Ao longo deste ano, as áreas operacionais com maior crescimento de investimento foram a Construção e Manutenção de Jardins e a Limpeza Urbana. Este crescimento

deveu-se essencialmente ao aumento substancial de novos contratos nestas áreas e teve também como objetivo a renovação de alguns equipamentos com assinaláveis melhorias das condições de trabalho e de segurança dos trabalhadores.

Investiu-se essencialmente em equipamentos mais modernos, ambientalmente mais eficientes e com maior rentabilidade.

No ano de 2014 o parque de equipamentos teve um aumento quantitativo superior a 11%, sendo, agora, a idade média dos equipamentos do parque inferior a 6 anos.

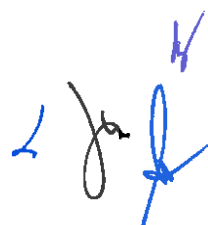
O parque de equipamentos conta com o apoio de quatro oficinas centrais ao longo do país, sendo três localizadas no continente e uma nos Açores.

Para as operações diárias de inspeção, limpeza, lubrificação e manutenção ligeira, a RECOLTE, conta também com meios locais, afetos a cada contrato, de apoio técnico e mecânico.

Com a finalidade verificação de adequabilidade ao serviço de cada equipamento, todos os custos de manutenção e exploração são analisados periodicamente. Esta avaliação de desempenho permite também verificar se cada equipamento se encontra dentro do seu período de vida útil, numa perspetiva de obtenção dos melhores rácios de rentabilidade para a Empresa

Todos os registos de manutenção de todos os equipamentos são efetuados online na plataforma de gestão SAP, sendo possível, em qualquer parte do mundo consultar todo o histórico de manutenção preventiva e corretiva de qualquer equipamento, confirmando a sua disponibilidade/ocupação e local em que se encontra a trabalhar.

Com a adoção de uma política de renovação constante da frota e um aperfeiçoamento contínuo das técnicas da sua gestão, a RECOLTE tem conseguido, ao longo dos últimos anos, otimizar os custos de manutenção com reflexos diretos nos resultados operacionais dos diversos contratos, aumentando igualmente a competitividade na conquista de novos serviços.



VII. ATIVIDADE TÉCNICO - COMERCIAL.

Conforme já exposto, a difícil conjuntura macroeconómica instalada no país, nos últimos anos, tem conduzido a uma mudança significativa na metodologia de promoção pelas entidades públicas de novos procedimentos concursais na área do Meio Ambiente.

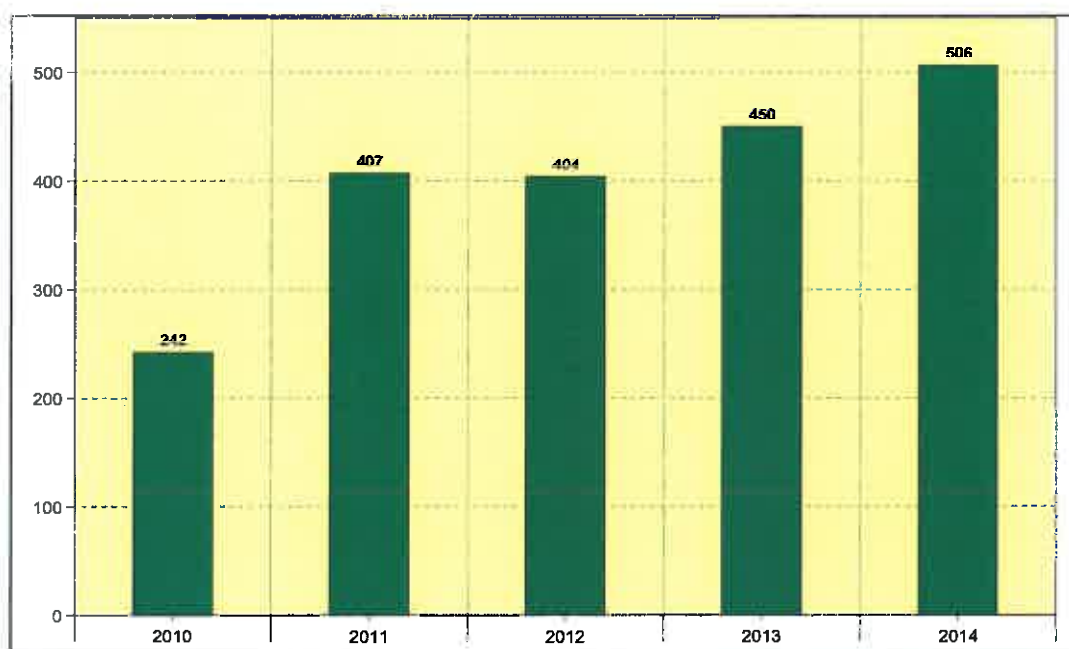
Com efeito, tem-se assistido a uma diminuição drástica nos valores base com que são lançados os diferentes concursos, aspeto este comprometedor da possibilidade da Empresa em poder apresentar propostas em diversas ocasiões, dado os custos apurados para o cumprimento das obrigações constantes dos Cadernos de Encargos ser superior aos valores base dos próprios concursos. São, também, relativamente correntes situações em que os novos concursos são lançados com valores base 30% a 40% inferiores aos valores dos anteriores contratos a que se pretende dar continuidade.

Por outro lado, anteriores contratos de Prestação de Serviços, na área da recolha e transporte de resíduos, com prazos da ordem dos 8 a 10 anos - bem adequados à vida útil de muitos dos equipamentos específicos utilizados – são agora substituídos por procedimentos concursais com prazos de 2 a 4 anos de duração.

Verifica-se, assim, alguma pulverização do número de concursos promovidos, embora de valor bastante mais reduzido, a que acresce o fato de a consolidação da boa imagem da RECOLTE no mercado contribuir também para receber convites das mais diversas entidades, públicas e privadas, na área do ambiente.

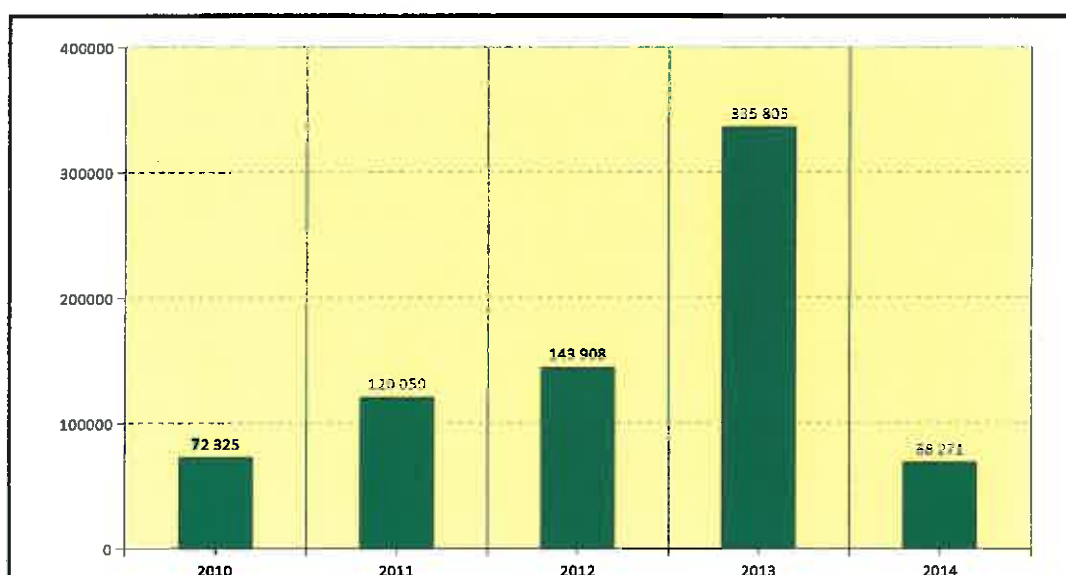
No corrente ano de 2014, foram apresentadas um total de 506 propostas nas áreas de recolha e transporte de resíduos, limpeza urbana e de praias, construção/gestão de centrais de tratamento/valorização/eliminação de resíduos, manutenção de espaços verdes e tratamento de resíduos hospitalares.





A estratégia de diversificação no tipo de concursos a que a Empresa tem concorrido, foi mantida, no sentido de diversificar e reorientar também a atividade produtiva para áreas do sector do ambiente em que a Empresa tem estado menos representada e onde se podem encontrar oportunidades de negócio interessantes.

O valor global das propostas apresentadas ascendeu a 68.271 milhares de euros o que representa, uma diminuição significativa face ao volume registado no ano anterior, embora, como referido, o número de propostas apresentadas tenha sido superior ao ano transato.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A área da Valorização Energética e a do Tratamento de Resíduos com recurso a tecnologias de reciclagem e de valorização têm merecido também uma especial atenção na prospeção comercial que a Empresa tem vindo a realizar.

A RECOLTE posiciona-se nestes mercados não só como Empresa prestadora de serviços mas também promovendo projetos “chave na mão” de conceção, construção, instalação de equipamentos e gestão global dos projetos e ainda como parceiro nas próprias sociedades promotoras dos negócios.

Na área da Valorização de Espaços Verdes tem sido dada uma particular atenção à participação da Empresa em projetos de conceção /construção, recorrendo a técnicas de Engenharia Natural crescentemente exigida pelo mercado e onde a RECOLTE detém já uma significativa experiência.

A RECOLTE marcou presença em todos os principais concursos públicos de 2014 em Portugal e Angola na área da Recolha de Resíduos, e na Limpeza Urbana e de Praias de que se podem destacar os seguintes:

- Para o **Município de Coimbra**, Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana.
- Para o **Município de Montalegre**, Aquisição de Serviços para Recolha, Transporte e Deposição de Resíduos Sólidos Urbanos, incluindo o Fornecimento de Contentores de Superfície, a Lavagem e Higienização desses Contentores e dos Enterrados e a Recolha de Monos.
- Para o **Município de Paredes**, Prestação de Serviços de Limpeza Urbana nas Cidades de Paredes, Lordelo, Gandra e Rebordosa, Vilas de Baltar, Vilela, Cête, Recarei e Sobreira e Freguesia de Parada de Todeia.
- Para a **Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.**, Gestão de Resíduos Hospitalares Perigosos da Região Autónoma da Madeira – 2014.
- Para a **SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais**, Aquisição de Serviços de Transporte, Aluguer de Equipamento, Tratamento, e/ou Deposição em Aterro, dos Resíduos Resultantes dos Processos de Tratamento de Unidades de Tratamento de Resíduos Hospitalares.



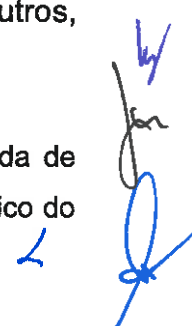
- Para o **Município de Albufeira**, Concurso Público para Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos urbanos, Limpeza Urbana e Serviços Auxiliares, no Município de Albufeira.
- Para os **Resíduos do Nordeste**, **EIM**, Serviços de Gestão de Ecocentros e Recolha de Ecopontos da Terra Quente transmontana e Douro Superior.
- Para a **GALPESTE, S.A.**, Prestação de Serviços de Recolha, Transporte e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos na Área de Serviço do Seixal e Alcácer do Sal.
- Para a **Associação de Municípios do Douro Superior**, Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de RSU para a Estação de Transferência, Lavagem e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana, para os Concelhos do Douro Superior.
- Para a **ANA AEROPORTOS**, Prestação de Serviços de Manutenção, Corte Prado e Desmatção das Áreas Operacionais dos Aeroportos de Lisboa e Faro e Limpeza das Áreas Operacionais do Aeroporto de Lisboa -- Lote 1.
- Para o **Município de Vila Nova de Famalicão**, Prestação de Serviços para Recolha de Resíduos Sólidos no Concelho de Vila Nova de Famalicão.

Na área da Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes, foram apresentadas propostas, entre outros, para os seguintes concursos:

- Para a **EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.**, Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes, para a União das Freguesias de Cascais e Estoril, União das Freguesias de Parede e Carcavelos e Freguesia de São Domingos de Rana.
- Para a **Águas e Parque Biológico de Gaia, EM, S.A.**, Prestação de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes do Concelho de Vila Nova de Gaia, com Divisão em Lotes.
- Para a **Junta de Freguesia de Benfica**, Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes da Junta de freguesia de Benfica.
- Para o **Município de Esposende**, Prestação de Serviço de Manutenção dos Espaços Verdes do Concelho de Esposende.

Na área de Ambiente e Construção, foram apresentadas propostas, entre outros, para os seguintes concursos:

- Para a **AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel**, Empreitada de Conceção, Construção e Fornecimento de um Sistema de Aproveitamento Energético do



Biogás, um Sistema de Tratamento de Lixiviados e Requalificação de Rede de Captação e Drenagem de Biogás na Ilha de São Miguel.

- Para a **ALGAR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, Construção de Armazém para Armazenamento de Resíduos.
- Para a **TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M.**, Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque Abrunheira.
- Para a **ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.**, Remodelação do Reservatório do Sistema Lagoa / Ílhavo (PAA 010).

Em Angola a RECOLTE tem dado prioridade à exploração do mercado da Construção e manutenção de Jardins e espaços Verdes, sendo de destacar o envolvimento nas seguintes propostas e projetos:

- Para a **Teixeira Duarte E-C S.A.**, Construção e Manutenção do Empreendimento "IMBONDEIRO WASTE MANAGEMENT FACILITY" - Luanda;
- Para a **Insulana** – Prestação de Serviços de manutenção dos Espaços Verdes dos Condomínios Mixcenter e Espaços Avenida;
- Para a **Teixeira Duarte E-C S.A.**, Empreitada de Construção da "Sociedade Baía de Luanda – Infraestruturas da Parcela 3 (Paisagismo e Equipamentos);
- Para a **Teixeira Duarte E-C S.A.**, Proposta para paisagismo do AQUAPARK - KUTONOCA
- Para o **Hotel Trópico**, Reabilitação de Jardins e Espaços Verdes
- Para a **HAUTEVILE IMOBILIÁRIA, LDA**, Manutenção dos Espaços Verdes dos Ativos geridos pela Gestvile em Talatona
- Para a **TDGI Angola**, Proposta para a Manutenção de Espaços Verdes



VIII. ATIVIDADE OPERATIVA – RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA

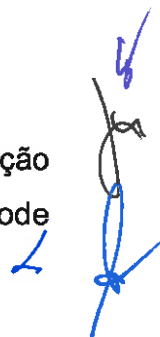
Os serviços de recolha de resíduos e de limpeza especialmente em meio urbano subdividem-se em diversas vertentes diferentes entre si na especificidade dos trabalhos e equipamentos utilizados, sendo que, porém, algumas das tarefas se complementam.

Estas operações são desenvolvidas no sentido da garantia do conforto e da satisfação de necessidades prioritárias da população em geral, em termos de salubridade, assim como de proteção do próprio ambiente, enquadrando-se tradicionalmente em contratos/concessões de prestações de serviços para entidades integradas na administração pública, sobretudo autarquias e empresas municipais.

É neste contexto que a RECOLTE tem acumulado um considerável capital de experiência, associando-se-lhe os devidos meios técnicos, materiais e humanos, o que permite responder com eficiência e elevados padrões de qualidade na prestação de serviços, entre os quais se destacam os seguintes:

- Recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados;
- Recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos (orgânicos, vidro, papel e embalagens);
- Recolha de monos e de resíduos provenientes da manutenção de espaços verdes;
- Manutenção, lavagem, desinfeção e desodorização de contentores de resíduos sólidos urbanos;
- Varredura urbana mecanizada e manual;
- Lavagem de pavimentos e de vias de circulação;
- Eliminação de infestantes vegetais;
- Desobstrução de órgãos coletores de águas pluviais;
- Limpeza de terrenos, edifícios devolutos e baldios;
- Limpeza de cursos de água;
- Limpeza de praias e zonas costeiras;
- Recolha de resíduos industriais e de construção e demolição.

Embora seja particularmente comum a realização de prestações de serviços cuja ação se limita a uma ou poucas das vertentes de trabalhos supracitadas, também se pode

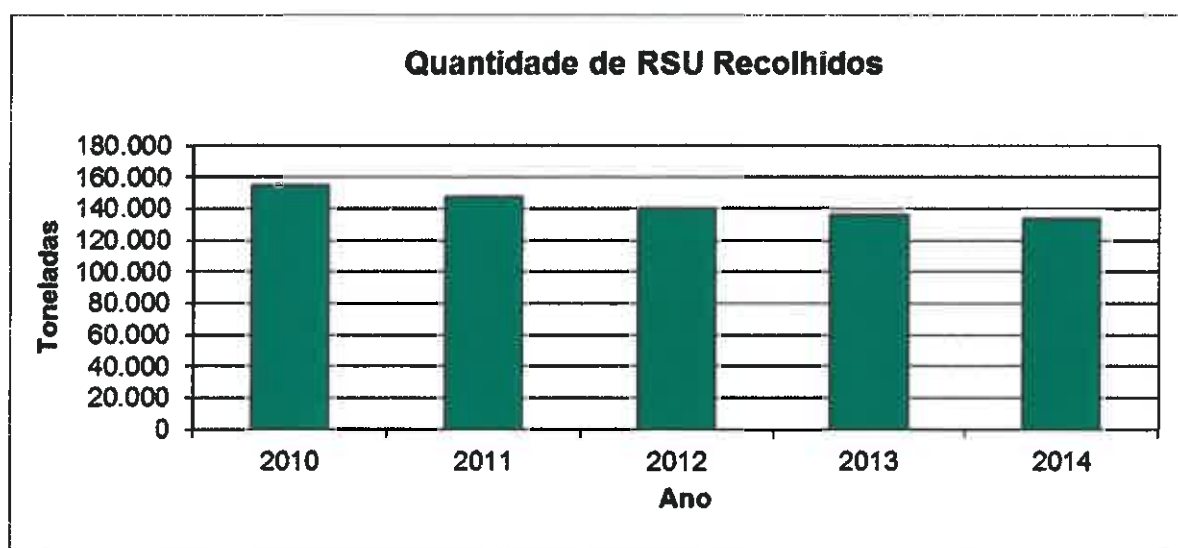


verificar, porém mais pontualmente, o estabelecimento de contratos que abrangem simultaneamente várias ou até mesmo a maioria das operações em apreço.

A prestação deste tipo de serviços continua a ser, em termos de volume e relativamente ao território de Portugal, a fração mais significativa da atividade da RECOLTE, bem como dos seus proveitos os quais, não tendo sofrido -- no ano de 2014 - decréscimo significativo, se mantêm, todavia, pressionados em virtude do continuado contexto de dificuldade que afeta este sector de atividade em particular.

A evolução da quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos produzida - cada vez menor nos anos mais recentes - é fruto não só de modificações ao nível comportamental e de cidadania, nomeadamente ao nível da diminuição, separação e aproveitamento de resíduos, como, também e em larga medida, pela redução dos níveis de consumo pelas populações.

Apresenta-se em seguida a evolução nos últimos 5 anos das quantidades de RSU recolhidas pela RECOLTE em municípios de Portugal.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Concorre ainda para o agravamento da situação do sector, inexoravelmente, o fato de as renovações dos contratos e especialmente a abertura de novos concursos para continuidade dos serviços inerentes a contratos extintos pressuporem limitações significativas ao nível dos valores contratuais.

Este fenómeno de desarmonização das exigências patentes nos Cadernos de Encargos perante os preços impostos nos concursos é tanto mais potenciado por *players* do mercado com práticas comerciais crescentemente agressivas, pouco compatíveis com a própria sustentabilidade do setor.

Apresentam-se em seguida algumas operações desenvolvidas em 2014, acompanhadas de fotografias exemplificativas dos trabalhos realizados.



Numa extensão significativa do Concelho do Porto, mantém-se a decorrer a Prestação de Serviços para a InvictaAmbiente, SA, que abrange uma multidisciplinaridade de atividades representativa da verdadeira capacidade técnica e de realização da RECOLTE incluindo a Recolha de RSU e de Monos, Recolha Seletiva, Higienização e Manutenção de Contentores, bem como todas as vertentes de trabalhos inerentes a operações de Limpeza Urbana.




No Concelho de S. João da Madeira, continua a atividade relativa ao Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de RSU e de Monos, Recolha Seletiva em Estabelecimentos, Higienização e Manutenção de Contentores, Limpeza Urbana e Gestão do Ecocentro Municipal.



Na maior parte da área do Concelho de Cascais, mais especificamente na Freguesia de Alcabideche e na União das freguesias de Cascais e Estoril, mantém-se a decorrer o Contrato para a EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A., concentrando-se na Prestação de Serviços de Recolha de RSU e Higienização de Contentores.



Em S. Miguel (Açores), nos Concelhos de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, mantém-se em curso o contrato para a EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de RSU, EIM, vocacionado para a realização de trabalhos no âmbito da Recolha de RSU, Ramagens, RCD e Monos e Recolha Seletiva.



Ainda em S. Miguel, contudo já para o Município de Ponta Delgada, efetuaram-se operações essencialmente de Limpeza Urbana especificamente no decurso das Festas do Espírito Santo e de outros eventos incluídos na iniciativa Noites de Verão.



No Município de Coimbra, continua a decorrer a Prestação de Serviços de Limpeza Urbana nas suas mais variadas vertentes, a qual abrange toda a área mais nobre e central da cidade. Contudo, já em 2014, iniciou-se também para a mesma Edilidade a Prestação do Serviço de Recolha de RSU nas freguesias rurais do Concelho.



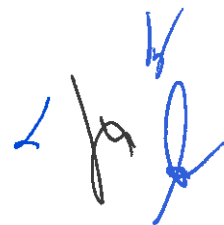
No Concelho da Figueira da Foz, procedeu-se ao reforço das operações de Limpeza Urbana em faixa litoral, assim como se executou a extirpação de infestantes vegetais (deservagem) em áreas diversas do Município.



No Município de Alenquer, mantém-se em curso o Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de RSU, Ramagens e Monos que inclui também a Higienização e Manutenção de Contentores.



Em toda a faixa costeira do Concelho de Peniche, decorreu mais uma vez entre Junho e Outubro a Prestação de Serviços de Limpeza de Praias, bem como o reforço da Limpeza Urbana na zona em apreço.

Ocorreu durante o ano de 2014 ainda a prestação do Serviço de Higienização de Contentorização para diversos Municípios que entenderam privilegiar a contratação especificamente deste tipo de operação em contentores de resíduos urbanos de diversas capacidades e tipologias, designadamente contentores individuais ou coletivos, contentores enterrados e de recolha seletiva.

Presume-se que a procura deste serviço ocorra porventura em resultado de maior exigência neste capítulo pela entidade reguladora, tendo a RECOLTE realizado trabalhos neste âmbito para muitos Municípios de que destacamos Borba, Estremoz, Gouveia, Miranda do Corvo, Moura, Mourão, Oeiras, Paredes de Coura e Peniche.



Para o Município de Santa Cruz (Ilha da Madeira), em 2014, decorreu o Aluguer Operacional de Equipamentos de Recolha de RSU (viaturas).



Para a BRISA O&M SA iniciou-se em 2014 a Prestação de Serviços de Limpeza da Autoestrada A2 no troço entre Almada e Coina, incidindo os trabalhos de limpeza profunda ao nível das faixas de rodagem, portagens, taludes, separador central, diversas estruturas nas vias e órgãos coletores e de drenagem de águas pluviais.



ATIVIDADE OPERATIVA – RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Em 2014 a RECOLTE prosseguiu com prestação de serviços direcionados para a satisfação de necessidades na área empresarial / industrial, designadamente com a recolha, transporte, gestão e devido encaminhamento de resíduos de variada tipologia, assim como desenvolveu trabalhos de limpeza de instalações e eventos também ao serviço do sector privado.

A estratégia neste contexto concentra-se não só na angariação de novos clientes como também, e em grande medida, na manutenção / fidelização dos clientes já em carteira, constituindo estes os melhores testemunhos da qualidade do serviço prestado.

Destacam-se em seguida alguns dos clientes nesta vertente da atividade da RECOLTE SA:

- Ambimed, Lda
- Ambisousa, EIM
- Bonaparte, SA (Shopping Cidade do Porto)
- Cateringpor - Catering de Portugal, SA
- Fromageries BEL, SA
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundação Serralves
- Geriurb, ACE
- Havi Logistics, Lda
- Instituto Português de Oncologia do Porto, EPE
- Lagoas Park Hotel
- Lusagua Ambiente, SA
- Mercado Abastecedor do Porto, SA
- McDonald's Portugal, Lda
- Netjets - Transportes aéreos, SA
- Pic-Nic Produções (Optimus Primavera Sound)
- Porto Lazer, EEM



- Recer, SA
- Rede Ambiente, Engenharia e serviços, SA
- Semural, SA
- TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA
- Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, SA
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos (Hospital Pedro Hispano)



W
L
fa

ATIVIDADE OPERATIVA – JARDINS E ESPAÇOS VERDES

O ano de 2014 caracterizou-se como mais um período pleno de desafios face aos novos paradigmas do mercado da Conceção, Construção, Manutenção e Gestão de Jardins e Espaços Verdes, decorrentes das dificuldades por que tem passado o país nos últimos anos.

Deste modo, de forma a aumentar a competitividade da RECOLTE, intensificaram-se os contatos comerciais com entidades públicas e privadas, o estudo de novos mercados (particularmente no continente africano) a otimização dos meios afetos aos atuais contratos através da maior mecanização (aquisição de Biotriturador e Tratores de “Mulching”) para a execução dos trabalhos com consequente redução da carga de mão-de-obra.

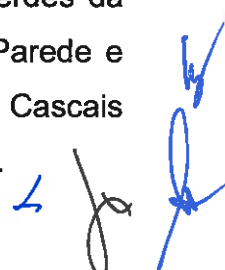
Apesar da crescente exigência do mercado, 2014 foi um ano em que a RECOLTE continuou a consolidar a sua posição no mercado da Conceção, Construção, Manutenção e Gestão de Jardins e Espaços Verdes materializada em adjudicações de relevo nos concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras.

O esforço, dedicação, rigor e qualidade do trabalho desenvolvido pela equipa RECOLTE, continua a ser recompensado pelo reconhecimento por parte dos atuais clientes, que se traduziu na renovação de inúmeros contratos.

A intensificação de atividade técnico-comercial junto de potenciais clientes, tem vindo a ser recompensada pela adjudicação de novos contratos e obras sendo que, em 2014, podem ser, pela sua importância, destacados os seguintes:

Manutenção

- Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes da União das Freguesias de Cascais e Estoril, União das Freguesias de Parede e Carcavelos, e Freguesia de São Domingos de Rana, no Concelho de Cascais para a **EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.**



- Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes na Zona Oriental (Freguesias de Algés, Carnaxide, Cruz Quebrada e Linda a Velha), para o **Município de Oeiras**;
- Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins e Espaços Ajardinados na Freguesia de Algueirão – Mem Martins para a **Junta de Freguesia de Algueirão/Mem – Martins**;
- Limpeza e Desmatção de Terrenos e Vias Férreas, Manutenção de Espaços Verdes Exteriores para a **EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**.

Limpeza e Controle de Vegetação

- Execução de trabalhos de desmatção nas instalações em Alpriate para o **INAC - INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, I.P.**;
- Serviços de Limpeza e Desmatção do Vale De Alcântara / Encosta dos Sete Moinhos na Freguesia de Campolide, para a **Câmara de Lisboa**;
- Serviços de Desmatção da Quinta de Santo António – Porto, para o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ, I.P.);
- Desmatção de Área Exterior Ao Edifício Vila Formosa, para a ANA -- Aeroportos de Portugal, S.A..

Construção de Espaços Verdes

- Execução dos trabalhos de arranjos exteriores na Igreja de S. Joaquim e Santa Ana – Porto Salvo, para a ZUCOTEC, Unipessoal, LDA;
- Execução dos trabalhos de arranjos exteriores no Edifício Travessa das Dores (Paisagismo) para a ZUCOTEC, UNIPESSOAL LDA.

W
f
f

Relativamente aos resultados obtidos no ano de 2014 nesta área de negócio os Proveitos Operacionais atingiram os **2.278** milhares de euros, registando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior. Ainda assim, a RECOLTE tem gerido de forma positiva a adaptação aos novos paradigmas do mercado que lhe permite olhar de forma otimista para o futuro na área dos Espaços Verdes.

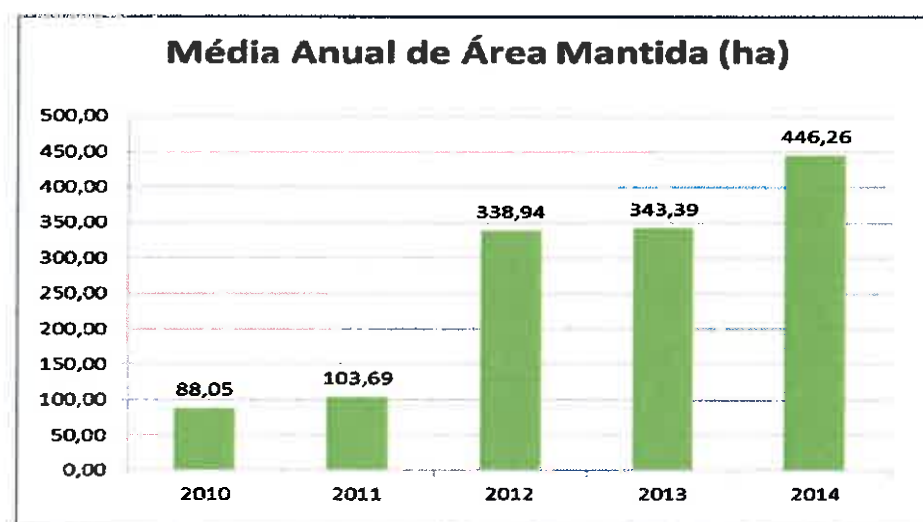


Apesar da constante otimização de meios ao nível da estratégia operacional, a adjudicação de novos contratos em 2014 esteve na origem do aumento do número de colaboradores afetos às operações de Jardins e Espaços Verdes, muitos deles admitidos, todavia, ao abrigo de parcerias e protocolos com o IEFP e IPSS.

Quanto aos equipamentos, as novas adjudicações em 2014 conduziram a um significativo investimento em equipamentos que se traduziu num aumento muito expressivo do parque de equipamentos da área dos Espaços Verdes e, consequentemente, numa maior capacidade de resposta da RECOLTE face às solicitações do mercado/clientes nesta área.



Os contratos celebrados em 2014 conduziram a um aumento de cerca de 30% verificado na área intervencionada, face aos valores do ano anterior.



De seguida, apresentam-se algumas fotos relativas aos contratos mais relevantes vigentes durante o ano de 2014:

Manutenção dos Espaços Verdes dos SIMAS de Oeiras e Amadora, para os SIMAS – Oeiras e Amadora



Prestação de Serviços de controlo de vegetação e limpeza de órgãos hidráulicos na via férrea, Linhas do Norte, Beira Alta e Oeste (aproximadamente 500 km de linha férrea) para a Somafel/Refer



Manutenção de Arranjos Exteriores do Empreendimento Lagoas Park, em Oeiras, para a TDGI – Tecnologias de Gestão de Imóveis, S.A.



Manutenção e Conservação dos Arranjos Exteriores do Taguspark, em Oeiras, para a TAGUSPARK, S.A.



Manutenção das Zonas Verdes das Freguesias de Algés, Carnaxide, Cruz Quebrada e Linda-a-Velha para a Câmara Municipal de Oeiras



Manutenção das Zonas Verdes da União das Freguesias de Parede e Carcavelos, e Freguesia de São Domingos de Rana, no Concelho de Cascais – Lotes 1 , 2 e 4 para a EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.



Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes da Creche dos Arcos em Paço de Arcos, para Associação de Solidariedade Social Ajuda de Mãe




Manutenção dos Arranjos Exteriores do Novo Hospital de Cascais, para a TDGI – Tecnologias de Gestão de Imóveis, S.A.



Manutenção de Áreas Verdes (Lado Terra), Prestação de Serviços Lote 1, Aeroporto Lisboa, para a ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.



Manutenção dos Espaços Verdes da Faculdade de Motricidade Humana, para a Faculdade de Motricidade Humana





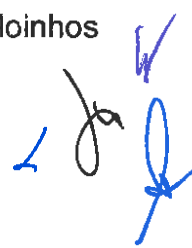
**Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Jardins no Concelho de Matosinhos
– Lotes 6, 11 e 15, para a Câmara Municipal de Matosinhos**



Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção de Zonas Verdes no Concelho de Vila Franca de Xira – Lote 8, para a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;



Serviços de Limpeza e Desmatção do Vale De Alcântara / Encosta dos Sete Moinhos na Freguesia de Campolide, para a Câmara de Lisboa





Limpeza e Desmatção de Terrenos e Vias Férreas, Manutenção de Espaços Verdes Exteriores – POC, para a EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.




Manutenção e Conservação de Jardins e Espaços Ajardinados na Freguesia de Algueirão - Mem-Martins (lado Algueirão), para a Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins



Handwritten signature in blue ink.

Manutenção de espaços verdes da TV Record (Prior Velho), para a TDGI – Tecnologias de Gestão de Imóveis, S.A.

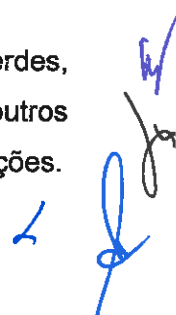


ANGOLA

Relativamente à internacionalização na área de negócio Conceção, Construção e Manutenção de Espaços Verdes, a RECOLTE continua a destacar-se como *player* no mercado angolano, através das sinergias e colaboração estreita com a sociedade ANGOIMO do Grupo Teixeira Duarte, sendo o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados já uma realidade na Província de Luanda, procurando-se agora a expansão para outras regiões de Angola

Têm vindo, também, a ser intensificados os estudos e projetos no plano internacional que contribuirão para alicerçar, a curto e médio prazo, a presença noutros mercados africanos.

Para o Grupo Teixeira Duarte foram realizadas diversas obras de Jardins e Espaços Verdes, sendo de destacar o “Empreendimento Villa Sul”, em Talatona, bem como diversos outros trabalhos de relevo na reabilitação/construção de espaços verdes e subsequentes manutenções.



Para apoio a toda a atividade produtiva, que atinge já valores superiores a um milhão de dólares e de forma a proporcionar maior competitividade a esta área de negócio, prevê-se iniciar curto prazo a exploração de viveiro próprio com produção de plantas.

De seguida, apresentam-se fotografias de alguns dos contratos de Manutenção e de Construção mais relevantes efetuadas em Angola, durante o ano de 2014:

Empreitada de Construção e de Manutenção do “Empreendimento Villa Sul”, em Talatona para a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.



Manutenção de Espaços Verdes da Assembleia Nacional de Angola (Arranjos Exteriores e Espaços Verdes), para a TDGI – Tecnologias de Gestão de Imóveis, S.A.



ATIVIDADE OPERATIVA – CONSTRUÇÃO E AMBIENTE

No ano de 2014 foi concluída a empreitada de “Trabalhos da 1.ª Fase de reabilitação e Requalificação da Central de Valorização Orgânica de São Brás de Alportel” para o cliente ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., e efetuados todos os ensaios técnicos indispensáveis ao arranque da instalação



Foi concluída também durante o exercício de 2014 a empreitada “Parque de Picoutos – Requalificação Ambiental e Paisagística” para o Município de Matosinhos.



Ainda em 2014 foi executada a empreitada de “Fornecimento montagem e arranque de central de remoção de gorduras de águas residuais provenientes de uma Unidade de Preparação de Refeições” para a CATERINGPOR S.A. em Lisboa.

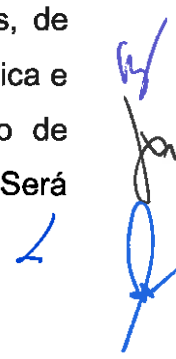
A empreitada, com um apertado prazo de execução, consistiu na conceção e construção de um sistema para o tratamento das águas residuais industriais antes da sua descarga na rede, através de criação de novas infraestruturas, instalação de equipamento de flotação respetivas instalações elétricas.

IX. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Fazendo o balanço de todos os sectores e áreas de atividade da RECOLTE pode-se concluir que o ano de 2014 foi um ano de consolidação da posição que a Empresa ocupa no mercado do Meio Ambiente para o qual se perspectivam mudanças no país durante os próximos anos.

É objetivo da RECOLTE para o ano de 2015 e seguintes, manter a sua atitude de ponderação e pragmatismo na participação nos diversos concursos, operações e oportunidades de negócio que permitam continuar, sustentadamente, a crescer e gerar valor, dando particular atenção ao controlo das cobranças junto dos seus clientes, à gestão criteriosa dos custos e à valorização continuada dos recursos humanos da Empresa.

Estando a Empresa amplamente reforçada em capacidade técnica, dimensão, recursos e valências com a sociedade sua participada de direito espanhol RECOLTE – Servicios y Medioambiente S.A.U., será dinamizada a aposta nos mercados internacionais, prioritariamente os de língua oficial portuguesa e castelhana, onde procuraremos, de forma prudente, concretizar alguns dos diversos projetos em que temos estado técnica e comercialmente envolvidos, não descurando as oportunidades de diversificação de atividades na área do Meio Ambiente que se possam colocar também em Portugal. Será



dada continuidade, igualmente, à aposta no mercado da recolha e tratamento dos resíduos hospitalares em Portugal e no estrangeiro.

Atentas as dificuldades que se esperam para o futuro próximo, quer para este sector de atividade, quer para o país, será mantido, de forma ponderada, o esforço de renovação e modernização dos equipamentos e a implementação de metodologias de gestão mais flexíveis e economicamente mais rentáveis e que possam proporcionar maior proximidade entre clientes, operações e populações servidas, sem esquecer os colaboradores da Empresa que são, a final, o seu principal ativo.

Neste contexto de alguma incerteza e dificuldade que se antevê para os próximos anos, apontamos, no entanto, como objetivos para 2015, atingir Rendimentos Operacionais superiores aos obtidos no período em análise.

X. INFORMAÇÕES LEGAIS

A Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2014.

Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores.



XI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2014, no montante de € **427.963,39** (quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta e três euros e trinta e nove cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal € 21.400,00

Resultados Transitados € 406.563,39

Lagoas Park, 23 de março de 2015

O Conselho de Administração



Joel Vaz Viana de Lemos



José Magalhães Gonçalves



José Martins Rovisco



Luís Manuel de Sousa Carreira

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 448.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), apresentam-se os Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social:

Acionistas	Nº Ações	% Capital	% Voto
TEDAL- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40.000.000	100%	100%

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da sociedade, não são titulares de quaisquer ações da RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente, S.A., nem realizaram quaisquer operações com ações da sociedade durante o exercício de 2014.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em euros)

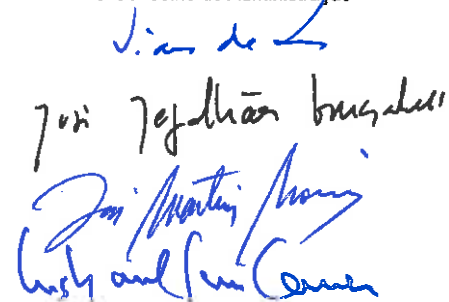
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.543.138,50	2.123.205,61
Ativos intangíveis	7	2.991,26	4.906,96
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	35.953.268,38	37.322.699,35
Outros ativos financeiros	15.3.	100.000,00	100.000,00
Ativos por impostos diferidos	11.3.	-	696,36
		37.599.398,14	39.551.508,28
Ativo corrente			
Clientes	14.1.1.	3.817.099,20	3.586.646,93
Adiantamentos a fornecedores		17.025,94	17.025,94
Estado e outros entes públicos	14.1.3.	65.701,44	88.683,57
Acionistas/sócios	14.1.3. e 5.3	6.350.000,00	7.932.713,90
Outras contas a receber	14.1.2.	2.200.006,72	1.247.036,42
Diferimentos	14.1.3.	29.915,41	14.345,19
Caixa e depósitos bancários	4	38.467,36	37.942,06
		12.518.216,07	12.924.394,01
Total do ativo		50.117.614,21	52.475.902,29
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15.1.	40.000.000,00	40.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	15.2.	161.903,16	161.903,16
Reservas legais	23	76.300,00	50.300,00
Outras reservas		301.128,22	301.128,22
Resultados transitados	23	(1.383.623,98)	(1.876.152,23)
Ajustamentos em ativos financeiros	12	4.006.236,41	5.979.850,42
		43.161.943,81	44.617.029,57
Resultado líquido do período		427.963,39	518.528,25
Total do capital próprio		43.589.907,20	45.135.557,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14.2.3.	311.414,73	1.681.316,08
		311.414,73	1.681.316,08
Passivo corrente			
Fornecedores	14.2.1.	1.967.920,69	2.608.205,08
Estado e outros entes públicos	14.2.4.	135.620,62	78.529,40
Acionistas/sócios	14.2.4. e 5.3	3.549,87	-
Financiamentos obtidos	14.2.3.	2.901.209,50	1.994.663,54
Outras contas a pagar	14.2.2.	1.207.991,60	919.382,94
Diferimentos	14.2.4.	-	58.247,43
		6.216.292,28	5.659.028,39
Total do passivo		6.527.707,01	7.340.344,47
Total do capital próprio e do passivo		50.117.614,21	52.475.902,29

O anexo faz parte integrante do balanço para o período findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	17	10.379.604,64	10.521.182,67
Subsídios à exploração	10	64.686,52	77.163,08
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12	604.183,04	715.403,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(686,23)	(34.554,60)
Fornecimentos e serviços externos	19	(5.976.991,55)	(6.434.717,28)
Gastos com o pessoal	20	(4.389.957,10)	(3.476.858,84)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-	54.549,23
Outros rendimentos e ganhos	18	254.815,54	198.343,93
Outros gastos e perdas	21	(48.232,14)	(110.544,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		887.422,72	1.509.967,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(696.446,06)	(744.107,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		190.976,66	765.859,93
Juros e rendimentos similares obtidos	22	547.857,88	246.194,45
Juros e gastos similares suportados	22	(162.068,32)	(424.256,70)
Resultado antes de impostos		576.766,22	587.797,68
Imposto sobre o rendimento do período	11.1. e 11.2.	(148.802,83)	(69.269,43)
Resultado líquido do período		427.963,39	518.528,25

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



João Pedro Borges
João Martinho
Luís António

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		11.653.559,63	12.614.297,22
Pagamentos a fornecedores		(7.773.154,72)	(6.003.130,84)
Pagamentos ao pessoal		(2.729.208,36)	(2.275.872,79)
Caixa gerada pelas operações		1.151.196,55	4.335.293,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(60.562,10)	-
Outros recebimentos/pagamentos		(1.101.566,61)	(1.046.464,33)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(10.932,16)	3.288.829,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(89.828,69)	(135.587,40)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(800.000,00)	(8.595.000,00)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Investimentos financeiros		1.500.000,00	-
Juros e rendimentos similares		1.918,95	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		612.090,26	(8.765.101,42)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		583.436,93	16.278.006,34
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Investimentos financeiros		-	10.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.072.353,70)	(17.750.241,73)
Juros e gastos similares		(111.716,03)	(81.925,15)
Outras operações de financiamento		-	(3.000.000,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(600.632,80)	5.445.839,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		525,30	4.081,32
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		37.942,06	33.860,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	38.467,36	37.942,06

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



João José Pereira Borges
Luís António Pereira

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido período	Total capital próprio
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	900.000,00	39.281.903,16	44.000,00	301.128,22	(1.395.242,13)	1.656.208,88	125.389,90	40.293.388,03
2	ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
3	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	39.100.000,00	(39.100.000,00)	6.300,00	-	119.089,90	4.323.641,54	(125.389,90)	4.323.641,54
4=2+3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	39.100.000,00	(39.100.000,00)	6.300,00	-	119.089,90	4.323.641,54	(125.389,90)	4.323.641,54
	RESULTADO INTEGRAL							518.528,25	518.528,25
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							518.528,25	518.528,25
	Outras operações								
6=1+2+3+5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2013	40.000.000,00	161.903,16	50.300,00	301.128,22	(1.876.152,23)	5.979.850,42	518.528,25	45.135.557,82
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	40.000.000,00	161.903,16	50.300,00	301.128,22	(1.876.152,23)	5.979.850,42	518.528,25	45.135.557,82
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio			26.000,00		492.528,25	(1.973.614,01)	(518.528,25)	(2.120.807,77)
7	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			26.000,00		492.528,25	(1.973.614,01)	(518.528,25)	(2.120.807,77)
8	RESULTADO INTEGRAL							427.963,39	427.963,39
9=7+8	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							427.963,39	427.963,39
	Outras Operações								
10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	40.000.000,00	161.903,16	76.300,00	301.128,22	(1.383.623,98)	4.006.236,41	427.963,39	43.589.907,20

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

[Assinatura]

O Conselho de Administração

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

ANEXO

Em 31 de dezembro de 2014

1. Nota Introdutória:

Recolte Serviços e Meio Ambiente S.A.

Lagoas Park, Edifício I

2740-265 Porto Salvo

Data de Constituição: 21 de junho de 1995

A Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A. (Empresa), tem como atividade principal a prestação de serviços relacionados com o mercado de resíduos nomeadamente:

- a) Conceção, construção, exploração, gestão e financiamento de sistema de recolha, de tratamento e deposição de resíduos de qualquer natureza, com exceção de resíduos radioativos;
- b) Conceção, construção, gestão e manutenção de todo o tipo de parques urbanos e naturais, zonas verdes e jardins;
- c) Serviço de limpeza e higienização de qualquer tipo, nomeadamente, redes viárias, áreas industriais, praias e zonas costeiras;
- d) Desmantelamento e demolições de infraestruturas e edificações;
- e) Valorização e venda de todos os tipos de materiais reciclados e/ou recuperados e de outros subprodutos residuais e de saneamento urbano e/ou industrial.

NIPC: 503505390

Empresa mãe: TEDAL - SGPS, S.A.

Designação Social: TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 Porto Salvo

Todos os valores deste anexo estão expressos em Euros.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), pela 1ª vez no ano de 2010, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adotadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Empresa, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração

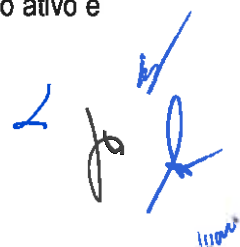
a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Diferimentos” (correntes e não correntes) no ativo e “Outras contas a pagar” e “Diferimentos” (correntes e não correntes) no passivo.



c) Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

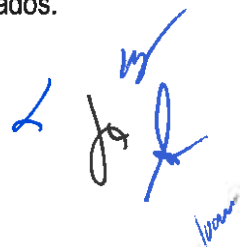
De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de Rendimentos e Ganhos ou Gastos e Perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos em ativos financeiros - relacionados com o método da equivalência patrimonial", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em subsidiárias e associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com essas entidades.

d) Rédito

Os réditos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- A Empresa não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.



As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

f) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em ganhos e perdas de financiamento do período em que são geradas.

g) Classificação dos ativos e passivos não correntes

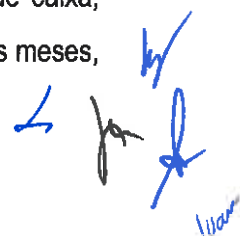
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, são classificados respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses,



e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

ii) Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores, não têm implícitos juros e são registradas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “perdas de imparidade”, para que os mesmos reflitam o seu valor realizável líquido.

iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio, emitidos pela Empresa, são registrados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

iv) Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.



i) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	1 - 12
Equipamento transporte	3 - 8
Ferramentas e utensílios	1 - 8
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 12

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" (NCRF 7).



j) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, programas de computador, que são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela Empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computadores	3

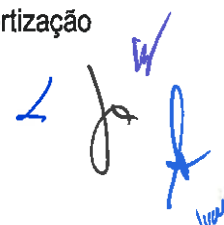
k) Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas, consoante a sua natureza.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.



l) Inventário

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

m) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

o) Imposto sobre o rendimento

O "Imposto sobre o rendimento do período" registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

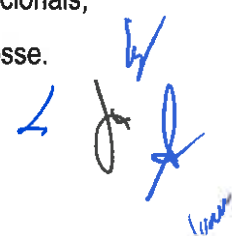
Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

p) Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.



A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2. Juízos de valor do Órgão de Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; e iii) especializações.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.



4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Rubrica	2014	2013
Numerário	9.146,85	9.323,15
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	29.320,51	28.618,91
	38.467,36	37.942,06

5. Partes Relacionadas

5.1) Relacionamento com Empresa que consolida:

TEIXEIRA DUARTE, S.A.
Lagoas Park – Edifício 2
2740-265 Porto Salvo – Oeiras

5.2) As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram as seguintes:

Órgãos de gestão	2014	2013
Fiscal único		
Mariquito, Correia & Associados - SROC	4.000,00	4.000,00



5.3) Saldos e transações entre partes relacionadas:

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser detalhados como segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar	
	2014	2013	2014	2013
RECOLTE, S.A.U.	5.291,46	18.413,61	38.073,12	229.077,79
TD-EC, S.A.	8.274,44	798.097,77	119.626,21	86.160,88
TD, S.A.	-	-	41.063,44	-
TD VIA, S.A.	10.667,30	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	127.483,15	184.333,95	-	-
TDGI, S.A.	65.132,73	53.409,56	433,10	378,60
RECOLTE S.A.U. – SUC. PORTUGAL	23.320,00	257.262,05	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A. (SUC. ANGOLA)	-	61.405,82	-	-
ANGOIMO, LDA	86.326,89	119.440,04	-	-
HOTEL ALVALADE, LDA	-	-	8.113,82	3.338,37
TDGP II, S.A.	2.295,92	-	20.941,90	67.108,78
DIGAL, S.A.	184,50	-	-	-
BONAPARTE, S.A.	4.176,61	3.292,43	1.221,25	858,38
TRANSBRITAL, S.A.	-	430,50	60.037,14	60.037,14
PETRIN, S.A.	-	-	7.803,81	9.531,35
EVA, S.A.	-	-	117,32	61,21
O.F.M., S.A.	-	-	-	14.005,87
LAGOAS HOTEL, S.A.	110,70	-	2.139,90	71,00
INVICTAAMBIENTE, S.A.	418.700,00	236.803,16	-	-
	751.963,70	1.732.888,89	299.571,01	470.629,37

	Acionistas / Sócios				Prestações acessórias	
	Ativos		Passivos		Ativos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
TEDAL, S.A.	6.350.000,00	7.850.000,00	-	-	-	-
TD-EC, S.A. – (RETGS)	-	(20.755,20)	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A. – (RETGS)	-	103.469,10	3.549,87	-	-	-
RECOLTE S.A.U.	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00
	6.350.000,00	7.932.713,90	3.549,87	-	100.000,00	100.000,00



	Outras contas a receber	
	2014	2013
RECOLTE, S.A.U.	1.175.000,00	-
RECOLTE, S.A.U. – SUC. Portugal	395.000,00	770.000,00
	1.570.000,00	770.000,00

	Financiamentos obtidos	
	2014	2013
TDGPII, S.A.	850.000,00	-
RECOLTE, S.A.U.	-	1.222.930,35
	850.000,00	1.222.930,35

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Rendimentos e ganhos financeiros		Gastos e perdas financeiros	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
TD-EC, S.A.	375.191,97	1.331.185,52	269.933,42	443.631,43	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A.	733,53	-	143.449,71	-	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	620.975,28	567.460,00	-	4.599,12	-	-	-	-
ANGOMO, LDA.	86.273,58	119.440,04	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A. (SUC. ANG.)	-	61.405,82	-	-	-	-	-	-
OFM, S.A.	-	-	39.308,73	11.386,89	-	-	-	-
TDE, S.A.	1.980,00	1.493,60	-	-	-	-	-	-
TDGPII, S.A.	3.206,16	705,50	102.155,63	99.333,84	-	-	5.291,46	-
TDVIA, S.A.	8.672,60	-	-	-	-	-	-	-
ROCHORIENTAL, S.A.	-	-	-	67,20	-	-	-	-
FUNDO INVEST. (MOB.	312,43	1.649,82	-	-	-	-	-	-
BONAPARTE, S.A.	23.841,77	23.496,39	5.130,47	1.690,26	-	-	-	-
TRANSBRITAL, S.A.	5.700,00	3.965,00	-	-	-	-	-	-
PETRIN, S.A.	610,00	-	58.340,30	91.985,41	-	-	-	-
DIGAL, S.A.	1.162,50	3.250,64	-	-	-	-	-	-
TDHC, S.A.	125,00	-	-	-	-	-	-	-
EVA, S.A.	-	-	117,32	118,49	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	90,00	535,00	12.144,66	2.685,90	-	-	-	-
TDGI, S.A.	275.310,59	228.731,57	2.327,36	31.278,18	-	-	-	-
RECOLTE, S.A.U. – SUC. PORTUGAL	1.397.101,64	1.968.180,31	-	-	59.911,61	11.975,15	-	-
INVICTAAMBIENTE, S.A.	2.066.100,79	2.013.399,21	-	-	-	-	-	-
TEDAL SGPS, S.A.	-	-	-	-	445.505,50	8.283,90	7.116,27	58.165,33
RECOLTE, S.A.U.	5.745,32	48.359,06	7.601,77	2.901,06	5.291,46	-	30.471,35	265.604,80
HOTEL ALVALADE, LDA	-	-	4.290,64	-	(298,34)	137,55	484,81	-
	4.873.133,16	6.373.257,48	644.800,01	689.677,78	510.410,23	20.396,60	43.363,89	323.770,13

Handwritten signatures and initials in blue ink.

6. Ativos tangíveis

Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis no período de 2013, bem como nas depreciações e perdas por imparidade acumuladas:

	Saldo 01-01-2013	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2013
Ativo fixo tangível				
Edifícios e outras construções	58.234,97	-	-	58.234,97
Equipamento básico	7.843.194,74	59.903,06	(39.259,31)	7.863.838,49
Equipamento de transporte	728.051,85	446.400,00	-	1.174.451,85
Equipamento administrativo	210.159,67	8.064,35	-	218.224,02
Outros ativos fixos tangíveis	281.816,28	-	-	281.816,28
	9.121.457,51	514.367,41	(39.259,31)	9.596.565,61
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	32.738,77	9.113,03	-	41.851,80
Equipamento básico	5.691.042,46	674.922,24	(39.259,31)	6.326.705,39
Equipamento de transporte	648.011,96	30.380,15	-	678.392,11
Equipamento administrativo	189.480,66	7.080,57	-	196.561,23
Outros ativos fixos tangíveis	209.416,08	20.433,39	-	229.849,47
	6.770.689,93	741.929,38	(39.259,31)	7.473.360,00

Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis no período de 2014, bem como nas depreciações e perdas por imparidade acumuladas:

	Saldo 01-01-2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Transferências	Saldo 31-12-2014
Ativo fixo tangível				
Edifícios e outras construções	58.234,97	2.250,00	-	60.484,97
Equipamento básico	7.863.838,49	78.691,39	(261.337,85)	7.681.192,03
Equipamento de transporte	1.174.451,85	25.000,00	(2.750,00)	1.196.701,85
Ferramentas e utensílios	-	272,00	261.337,85	261.609,85
Equipamento administrativo	218.224,02	7.023,85	-	225.247,87
Outros ativos fixos tangíveis	281.816,28	601,01	-	282.417,29
	9.596.565,61	113.838,25	(2.750,00)	9.707.653,86
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	41.851,80	7.766,21	-	49.618,01
Equipamento básico	6.326.705,39	572.753,12	(254.391,16)	6.645.067,35
Equipamento de transporte	678.392,11	85.946,76	(2.750,00)	761.588,87
Ferramentas e utensílios	-	3.094,62	254.391,16	257.485,78
Equipamento administrativo	196.561,23	7.348,59	-	203.909,82
Outros ativos fixos tangíveis	229.849,47	16.996,06	-	246.845,53
	7.473.360,00	693.905,36	(2.750,00)	8.164.515,36



7. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Período 2013

	Saldo 01-01-2013	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2013
Ativo bruto				
Software	44.035,17	5.126,77	(4.493,50)	44.668,44
	<u>44.035,17</u>	<u>5.126,77</u>	<u>(4.493,50)</u>	<u>44.668,44</u>
Amortizações acumuladas				
Software	42.076,94	2.178,04	(4.493,50)	39.761,48
	<u>42.076,94</u>	<u>2.178,04</u>	<u>(4.493,50)</u>	<u>39.761,48</u>

Período 2014

	Saldo 01-01-2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2014
Ativo bruto				
Software	44.668,44	625,00	-	45.293,44
	<u>44.668,44</u>	<u>625,00</u>	<u>-</u>	<u>45.293,44</u>
Amortizações acumuladas				
Software	39.761,48	2.540,70	-	42.302,18
	<u>39.761,48</u>	<u>2.540,70</u>	<u>-</u>	<u>42.302,18</u>

8. Locações

No período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa utilizava os seguintes bens em regime de locação financeira:

Período 2013

Ativo	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Capital em dívida
Equipamento básico	2.135.272,77	(1.109.108,86)	1.026.163,91	1.106.705,80
Equipamento de transporte	527.184,99	(40.193,78)	486.991,21	50.562,09
	<u>2.662.457,76</u>	<u>(1.149.302,64)</u>	<u>1.513.155,12</u>	<u>1.157.267,89</u>



Período 2014

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Capital em dívida
Ativo				
Equipamento básico	411.061,32	(210.065,64)	200.995,68	403.045,40
Equipamento de transporte	552.994,63	(119.859,68)	433.134,95	79.799,02
	964.055,95	329.925,32	634.130,63	482.844,42

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

Datas	Rendas	
	2014	2013
2014	-	698.882,16
2015	171.429,69	165.599,22
2016	101.300,75	95.411,23
2017	95.131,68	89.170,42
2018	114.982,30	108.204,86
2019 e seguintes	-	-
	482.844,40	1.157.267,89

9. Imparidade de ativos

As perdas por imparidade e as reversões nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão incluídas nas seguintes linhas da demonstração dos resultados:

Período 2013

	Perdas por imparidade	Reversões
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7.637,49	62.186,72

Período 2014

	Perdas por imparidade	Reversões
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	52.541,15	107.000,38
Aumento		7.637,49
Reversão		(62.186,72)
Saldo em 31 de dezembro	52.451,15	52.451,15

10. Rédito

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o rédito reconhecido pela Empresa tinha a seguinte decomposição:

	2014	2013
Vendas de bens	3.038,80	77.921,72
Prest��o de serviços	10.376.565,84	10.443.260,95
Subsídios � exploração	64.686,52	77.163,08
Outros rendimentos e ganhos	254.815,54	198.343,93
Juros e rendimentos similares obtidos	547.857,88	246.194,45
	11.246.964,58	11.042.884,13

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa. Nas rubricas “Outros Ativos Correntes”, “Outros Ativos não Correntes”, “Outros Passivos Correntes” e “Outros Passivos não Correntes” são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorreram em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde. Os juros foram reconhecidos, utilizando o método do juro efetivo.



11. Impostos sobre o rendimento

Imposto corrente

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurada, a Empresa poderá ainda estar sujeita a Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável, e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, caso o lucro tributável seja superior a 1.500.000 euros, a parte que excede o montante de 1.500.000, 7.500.000 e 35.000.000 euros é sujeita a derrama estadual às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente. A Empresa está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos e despesas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, os exercícios de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitos a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àqueles exercícios não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2014.

Impostos diferidos

No processo de apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes que não concorrem fiscalmente. Esta diferença entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência para os exercícios até 2009, de quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e de doze anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os apurados antes desse exercício, está limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A Empresa encontra-se integrada no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a empresa Teixeira Duarte, S.A..



11.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos, são como se segue:

Gasto/Rendimento	2014	2013
Imposto corrente	(9.521,87)	(69.965,79)
Imposto diferido	(138.584,60)	-
Ativo por imposto diferido – imparidades de clientes	(696,36)	696,36
	(148.802,83)	(69.269,43)

11.2. A relação entre Gasto (Rendimento) de impostos e o resultado contabilístico, é conforme se apresenta:

Rubrica		2014	2013
Resultado líquido do período	1	427.963,39	518.528,25
Ajustamentos para o lucro tributável			
Diferenças definitivas			
A acrescer	2	16.185,56	438.906,82
A deduzir	3	(607.016,57)	(720.249,33)
Diferenças temporárias			
A acrescer	4	144.705,89	-
A deduzir	5	(5.424,93)	(696,36)
Lucro / (prejuízo fiscal)	6=1+2-3+4-5	(23.586,66)	236.489,38
Dedução de perdas fiscais	7	-	-
Matéria coletável	8=6-7	-	-
Coleta	9=8x1	-	(59.122,35)
Benefícios fiscais por dedução à coleta	10	-	-
Outras componentes do imposto			
Tributação autónoma	11	(9.521,87)	(7.296,10)
Derrama	12	-	(3.547,34)
Imposto corrente	13=9-10+11-12	(9.521,87)	(69.965,79)
Imposto diferido	14	(139.280,96)	696,36
Gastos/ (rendimentos) de impostos	15=13+14	(148.802,83)	(69.269,43)

t= IRC à taxa de 23%

		2014	2013
Imposto corrente	1	148.802,83	69.269,43
Resultado antes de impostos	2	1.041.399,23	587.797,68
Taxa de imposto efetiva	3= 1/2	14,29%	11,78%

11.3. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Período 2013

	Constituição		Reversão		Transferência	Saldo Final
	Saldo Inicial	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	
Ativos por impostos diferidos:						
Ajustes de clientes cobrança duvidosa	-	696,36	-	-	-	696,36

Período 2014

	Constituição		Reversão		Transferência	Saldo Final
	Saldo Inicial	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	
Ativos por impostos diferidos:						
Ajustes de clientes cobrança duvidosa	696,36	-	-	(696,36)	-	-

12. Investimentos em subsidiárias

A empresa subsidiária que, em 31 de dezembro de 2014, foi registrada pelo método da equivalência patrimonial, é a seguinte:

Denominação Social	Sede	Porcentagem de participação
Recolte, Servicios y Medioambiente, S.A.U.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º C - Madrid	100%

As partes de capital detidas na empresa subsidiária, tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014:

	2013
Saldo em 1 de janeiro	41.060.723,83
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do período	715.403,63
- Efeito em capitais próprios	4.323.641,54
Reduções	(8.777.069,65)
Saldo em 31 de dezembro	37.322.699,35

A redução ocorrida no período findo em 31 de dezembro de 2013, é referente à alienação de 326.753 ações da empresa Recolte, Servicios y Medioambiente, S.A.U., à própria.



	2014
Saldo em 1 de janeiro	37.322.699,35
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do período	604.183,04
- Efeito em capitais próprios	(1.973.614,01)
Reduções	-
Saldo em 31 de dezembro	35.953.268,38

A referida participação está relevada pelo método da equivalência patrimonial, que, no período findo em 31 de dezembro de 2014, teve os seguintes impactos:

Subsidiárias	Ganhos e perdas em empresas subsidiárias	Ajustamentos de partes capital	Total
Recolte, S.A.U.	604.183,04	(1.973.614,01)	(1.369.430,97)

A principal informação financeira relativa à Empresa subsidiária é a seguinte:

	Ativos totais 2014	Passivos totais 2014	Rendimentos 2014	Resultado líquido 2014
Recolte, S.A.U.	82.706.208,41	46.652.940,03	36.522.367,74	604.183,04
	82.706.208,41	46.652.940,03	36.522.367,74	604.183,04

13. Inventários

As mercadorias e a matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. (NCRF 18)

	31-12-2014	31-12-2013
Saldo em 1 de janeiro	-	33.712,00
Compras	686,23	842,60
Custo do exercício	(686,23)	34.554,60
Saldo em 31 de dezembro	-	-

14. Instrumentos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a seguinte composição:



14.1. Ativos financeiros

14.1.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Clientes" (Corrente) tinha a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Clientes		
Clientes conta corrente	3.869.550,35	3.639.098,08
Perdas imparidade acumuladas (Nota 9)	(52.451,15)	(52.451,15)
	3.817.099,20	3.586.646,93

	31-12-2014		31-12-2013	
	Clientes gerais	Grupo / Relacionados	Clientes gerais	Grupo / Relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	3.117.586,65	751.963,70	1.906.209,19	1.732.888,89
Clientes de cobrança duvidosa	(52.451,15)	-	(52.451,15)	-
	3.065.135,50	751.963,70	1.853.758,04	1.732.888,89

14.1.2. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos da rubrica "Outras contas a receber" (corrente) apresentava-se como se segue:

Rubricas	31-12-2013	31-12-2013
Devedores por acréscimo de rendimentos	562.132,58	408.147,18
Outros devedores	38.976,35	50.057,60
Apoios de tesouraria	1.570.000,00	770.000,00
Fornecedores saldo devedor	28.897,79	18.831,64
	2.200.006,72	1.247.036,42



14.1.3. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os Outros Ativos tinham a seguinte composição:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	<u>65.701,44</u>	-	<u>88.683,57</u>	-
Acionistas / Sócios (Nota 5.3.)				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC:				
Imposto estimado - R.E.T.G.S.			78.240,34	-
Retenção na fonte - R.E.T.G.S.			4.473,56	-
Empréstimos concedidos	6.350.000,00	-	7.850.000,00	-
	<u>6.350.000,00</u>	-	<u>7.932.713,90</u>	-
Diferimentos				
Prémios de seguros	557,27	-	6.351,77	-
Rendas	9.800,42	-	7.993,42	-
Outros	19.557,72	-	-	-
	<u>29.915,41</u>	-	<u>14.345,19</u>	-
Outros ativos financeiros				
Prestações acessórias (Nota 5.3.)	-	100.000,00	-	100.000,00
Adiantamentos a fornecedores	<u>17.025,94</u>	-	<u>17.025,94</u>	-

A Empresa encontra-se integrada, no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Teixeira Duarte, S.A..

14.2. Passivos financeiros

14.2.1. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Fornecedores" (Corrente), tinha a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores		
Conta corrente	1.889.662,12	2.546.058,07
Conta retenções	78.258,57	62.147,01
	<u>1.967.920,69</u>	<u>2.608.205,08</u>



	31-12-2014		31-12-2013	
	Fornecedores gerais	Grupo / Relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / Relacionados
Fornecedores				
Conta corrente	1.590.091,11	299.571,01	2.075.428,80	470.629,27
Conta retenções	78.258,57	-	62.147,01	-
	1.668.349,68	299.571,01	2.137.575,81	470.629,27

14.2.2. Outras contas a pagar

No Passivo Corrente existe a rubrica "Outras contas a pagar" que passamos a explicar no quadro em baixo:

Rubricas	31-12-2014	31-12-2013
Outros acréscimos de gastos	551.936,56	479.019,06
Subsídio de férias	213.660,00	157.363,46
Férias	213.660,00	157.363,46
Segurança social	101.488,50	74.747,64
Prémios	98.000,00	35.000,00
Remuneração a pagar ao pessoal	14.502,07	460,62
Acréscimo de gastos – Juros	14.103,80	7.116,27
Retenções judiciais	418,40	327,63
Clientes saldo credor	192,95	721,2
Sindicatos	29,32	14,2
Outros	-	6.416,49
Subsídio natal	-	832,91
	1.207.991,60	919.382,94

14.2.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os saldos da rubrica "Financiamentos obtidos" apresentavam-se como se segue:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Descoberto bancário	-	1.879.779,81	-	1.295.781,38
Locações financeiras	311.414,73	171.429,69	458.385,73	698.882,16
Financ. obtidos – Subsidiária (Nota 5.3.)	-	-	1.222.930,35	-
Financ. obtidos (Nota 5.3.)	-	850.000,00	-	-
	311.414,73	2.901.209,50	1.681.316,08	1.994.663,54

Em 31 de dezembro de 2014, o descoberto bancário contratado com o Novo Banco S.A. e com o Banco Comercial Português S.A., era de €924.485,27 e €955.294,54 respetivamente. Ambos vencem juros às taxas normais de mercado.



14.2.4. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os saldos de Outros passivos correntes apresentavam-se como se segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento - Retenções na fonte	22.227,35	17.311,95
Contribuições para a segurança social	80.655,59	61.217,45
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	32.737,68	-
	135.620,62	78.529,40
Acionistas / Sócios		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas – IRC:		
Imposto estimado -- R.E.T.G.S.	7.350,88	-
Retenção na fonte – R.E.T.G.S.	(3.801,01)	-
	3.549,87	-
Diferimentos		58.247,43

15. Capital

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é composto por 40.000.000 ações nominativas com o valor nominal de 1,00 euro cada.

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2014, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
TEDAL SGPS, S.A.	100%	40.000.000,00



15.2. Outros instrumentos de capital próprio

A Empresa possui prestações acessórias de capital no valor acumulado de €161.903,16. Estas prestações estão sujeitas ao regime de prestações suplementares, sem qualquer vencimento de juros ou outras remunerações, restituíveis desde que verificadas as condições previstas no artigo 213.º do Código das Sociedade Comerciais.

16. Gestão de riscos financeiros

Princípios gerais:

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente é responsável pela identificação quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o passivo financeiro era composto por 100 % de taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os resultados financeiros daqueles períodos teriam (diminuído) aumentado em (49.859,42) / 49.859,42 Euros e (38.663,10) / 38.663,10 Euros, respetivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos nas contas a receber são calculados considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2014, é convicção do Conselho de Administração que os ajustamentos de contas a receber estimados se encontram adequadamente relevados nas demonstrações financeiras.



Handwritten signature in blue ink.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as contas a receber de clientes para as quais não foram registrados ajustes, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2014	2013
Saldos		
Não vencido	1.602.414,44	1.621.715,49
Até 180 dias	1.849.802,49	1.647.031,74
De 180 a 360 dias	287.324,21	220.875,80
Mais de 360 dias	77.558,06	97.023,90
	3.817.099,20	3.586.646,93

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

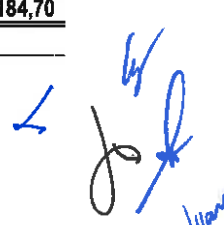
Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

	2013				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Descoberto bancário	1.295.781,38	-	-	-	1.295.781,38
Fornecedores	2.608.205,08	-	-	-	2.608.205,08
Locações financeiras	698.882,16	165.599,22	95.411,23	197.375,28	1.157.267,89
Financ. obtidos – Subsidiária	-	1.222.930,35	-	-	1.222.930,35
	4.602.868,62	1.388.529,57	95.411,23	197.375,28	6.284.184,70



	2014				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Descoberto bancário	1.879.779,81	-	-	-	1.879.779,81
Fornecedores	1.967.920,69	-	-	-	1.967.920,69
Locações financeiras	171.429,69	101.300,75	95.131,68	114.982,30	482.844,42
Financ. obtidos – Empresa mãe	850.000,00	-	-	-	850.000,00
	4.869.130,19	101.300,75	95.131,68	114.982,30	5.180.544,92

17. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como se segue:

	2014	2013
	Mercado Interno	Mercado Interno
Vendas de mercadorias	3.038,80	77.921,72
Prestações de serviços:		
Serviços ambientais	5.498.427,47	6.230.064,23
Transporte de resíduos	3.673.853,45	3.449.418,60
Varredura	1.013.348,33	460.446,09
Lavagem de contentores	194.480,38	178.989,63
Limpeza de praias	48.314,00	-
Depósitos em aterros	26.415,43	18.342,93
Serviços secundários	6.875,32	19.099,62
Recolha de monstros	1.751,31	-
Outros	(5.164,80)	5.164,80
Grau de acabamento	(81.735,05)	81.735,05
	10.379.604,64	10.521.182,67

18. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como se segue:

	2014	2013
Rendimentos suplementares	192.715,05	137.175,85
Sinistros e Indemnizações	51.839,22	49.840,10
Descontos de pronto pagamento obtidos	9.239,59	7.589,03
Excesso de estimativa de imposto	733,53	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	200,00	1.105,00
Outros	88,15	2.633,95
	254.815,54	198.343,93



19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	2014	2013
Serviços especializados	1.856.788,44	1.592.262,54
Energia e fluidos	1.411.983,06	1.302.205,09
Subcontratos	1.026.859,48	1.298.408,88
Serviços diversos	782.505,02	583.823,29
Materiais	720.318,15	1.530.624,73
Deslocações estadas e transportes	178.537,40	127.392,75
	5.976.991,55	6.434.717,28

20. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como se segue:

	2014	2013
Remunerações do pessoal	3.466.502,79	2.710.299,31
Encargos sobre remunerações	701.996,44	551.056,95
Outros gastos com pessoal	89.128,80	52.090,05
Indemnizações	76.420,78	60.551,61
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	55.908,29	102.860,92
	4.389.957,10	3.476.858,84

O número médio de trabalhadores durante o período de 2014 foi de 302. A Empresa tinha, em 31 de dezembro de 2014, 341 trabalhadores, dos quais 19 são quadros superiores, 16 são enquadramento, 157 são trabalhadores especializados e 149 são trabalhadores indiferenciados.

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como se segue:

	2014	2013
Impostos e taxas	36.440,09	39.810,96
Dívidas incobráveis	-	58.948,06
Outros	11.792,05	11.785,45
	48.232,14	110.544,47



22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como se segue:

	2014	2013
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	548.156,22	246.056,90
Diferenças de câmbio favoráveis	(298,34)	137,55
	547.857,88	246.194,45
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	149.910,62	413.664,66
Outros	11.672,89	10.592,04
Diferenças de câmbio desfavoráveis	484,81	-
	162.068,32	424.256,70
Resultados financeiros	385.789,56	(178.062,25)

23. Garantias bancárias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a clientes para efeito de concursos, adiantamentos já recebidos e garantias de boa execução de obras no montante de €1.412.871,12 e €1.114.572,26 respetivamente.

24. Outras informações

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Aplicação de resultados de 2013

Em reunião de Assembleia-geral de Acionistas realizada em 24 de abril de 2014 foram aprovadas as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2013, tendo sido deliberado que o resultado líquido apurado no exercício de 2013, positivo no montante de €518.528,25 fosse repartido por reservas legais e resultados transitados, sendo a aplicação de 26.000,00€ e 492.528,25€ respectivamente.



25. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26. Eventos subsequentes à data do balanço

Não são conhecidas à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais.



Lagoas Park, 24 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

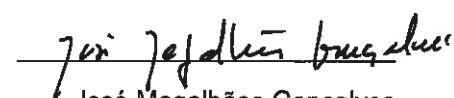


Juan Miguel Yáñez Gouveia

O Conselho de Administração



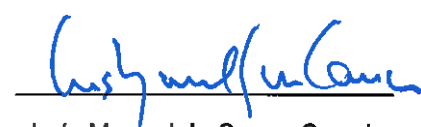
Joel Vaz Viana de Lemos



José Magalhães Gonçalves



José Martins Rovisco



Luís Manuel de Sousa Carreira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da RECOLTE - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 50.117.614 euros e um total de capital próprio de 43.589.907 euros, incluindo um resultado líquido de 427.963 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da RECOLTE - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

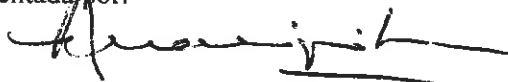
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014.

Linda-a-Pastora, 6 de abril de 2015

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC

Representada por:



António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração das alterações no Capital Próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo apresentados pela Administração da RECOLTE - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A., relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2014.
2. Acompanhámos com regularidade a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções
3. No cumprimento da nossa ação fiscalizadora procedemos às verificações que julgámos necessárias, dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.
4. As contas foram examinadas por nós na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a Certificação Legal das Contas.
5. Considerando que o relatório de Gestão descreve com clareza a evolução dos negócios sociais e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:
 - a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações no Capital Próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014;
 - b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Linda-a-Pastora, 6 de abril de 2015

O Fiscal Único

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC

Representada por:



António Francisco Escameia Mariquito - ROC

RELATÓRIO E CONTAS 2015

[Handwritten signature]

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

JOSÉ PEDRO POIARES COBRA FERREIRA

Secretária

MARIA FILIPA RIBEIRO PEREIRA DE MATOS ALVES TORGO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

JOEL VAZ VIANA DE LEMOS

Administradores

JOSÉ MAGALHÃES GONÇALVES

LUÍS MANUEL DE SOUSA CARREIRA

JOSÉ MARTINS ROVISCO

FISCAL ÚNICO

Efetivo

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.,
representada por:
DR. ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO – ROC

Suplente

JOSÉ MARTINS CORREIA – ROC

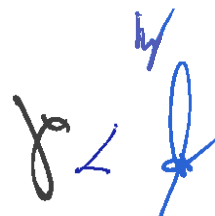


I. INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente, S.A., adiante RECOLTE S.A., no cumprimento das disposições legais, apresenta o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Na oportunidade, aproveita-se para mencionar as matérias objeto do presente Relatório, em que se analisa e descreve sucintamente o enquadramento económico e social em que se insere a atividade da Empresa, fazendo-se, também, uma apreciação global do desempenho da RECOLTE S.A., destacando-se os aspetos do sector operacional mais determinantes durante o período em análise.



II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2015 foi marcado pela continuação da difícil situação macroeconómica do país, tendo-se verificado a alteração da composição política da Assembleia da República em resultado das eleições legislativas havidas. Desta nova composição, emergiu um novo governo liderado pelo Partido Socialista, com um programa em que se propõe redirecionar e alterar algumas das decisões estruturantes que tinham vindo a ser tomadas pelo anterior governo.

Até resolução do impasse criado pela situação política, a economia do país viveu momentos de alguma estagnação na expectativa das novas orientações programáticas do novo governo, situação que influenciou substantivamente a evolução dos principais indicadores da economia, mantendo em suspenso os novos investimentos dos agentes económicos. Esta situação teve reflexos diretos na manutenção de elevadas taxas de desemprego, débil crescimento do produto interno bruto e aumento das elevadas taxas de financiamento de pessoas, empresas e estado.

No caso concreto da área de atividade core da RECOLTE S.A., - a prestação de serviços na área do meio ambiente onde se incluem a recolha, o transporte, o tratamento, a eliminação de resíduos, a construção e a manutenção de jardins e espaços verdes, entre outras -, manteve-se a estagnação vinda já de anos anteriores, decorrente da grande dificuldade dos municípios e entidades públicas abrirem à iniciativa privada a gestão destas atividades.

Nalgumas áreas constatou-se até, por razões de meras opções políticas, um retrocesso desta realidade por parte de alguns Municípios, verificando-se que muitos serviços que vinham a ser prestados por privados passaram a ser realizados pelos serviços dos Municípios. Não foi demonstrado, todavia, que daí advenha qualquer benefício económico para o Município ou para os munícipes nem de qualquer redução das taxas locais de desemprego, sendo certo que, nos exemplos conhecidos, a qualidade dos serviços não manteve os níveis anteriormente existentes.

A viragem à "esquerda" do governo do país, entretanto ocorrida no final de 2015, vem acentuar a preocupação com esta temática, na medida em que são bem conhecidas as posições dos diversos partidos que apoiam o atual governo sobre estas atividades e sobre a realização de prestações de serviços que constituem a atividade principal da RECOLTE S.A..



Num contexto de **escassez** de oportunidades de negócio e de redução dessas expectativas para o futuro, a que se junta uma generalizada dificuldade de acesso ao financiamento bancário e os seus elevados custos, continuam a verificar-se níveis de concorrência muito elevados, num absoluto aviltamento de preços baseados em soluções técnicas obsoletas que, ainda assim, merecem acolhimento por parte dos organismos públicos.

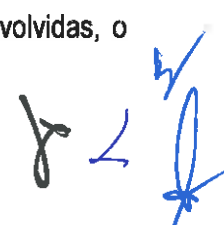
Como temos vindo a defender, para o relançamento do sector do Meio Ambiente em Portugal, para o aumento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e para cumprimento das metas ambientais europeias, será fundamental que se implementem políticas públicas conducentes a uma maior descentralização e a uma abertura à iniciativa privada da generalidade das atividades deste sector.

Neste capítulo, merece particular preocupação o novo cenário existente no país, na área do Meio Ambiente, decorrente da privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A., em que a empresa ganhadora passa a ser, simultaneamente, líder do mercado na área da Recolha de RSU em baixa (que já era antes da privatização) e também a detentora da maioria das infraestruturas de tratamento de resíduos sólidos urbanos existentes no país, o que criará situações de manifesto monopólio no futuro próximo. Esta situação tem merecido particular protesto das principais empresas do setor, incluindo a RECOLTE S.A., junto das entidades governamentais que tutelam esta privatização, Reguladores (ERSAR e APA), Autoridade da Concorrência, Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, e instancias competentes da União Europeia.

Por último, ainda em resultado da situação económica e financeira nacional e da inerente **escassez** de liquidez nos mercados financeiros, é insustentável para as empresas o atraso recorrente dos pagamentos dos Municípios e do setor empresarial público, pelo que a implementação de medidas legais imperativas que disciplinem, e propiciem, a regularização imediata dos passivos destas entidades é uma questão que se deveria revestir da máxima prioridade.

III. APRECIAÇÃO GLOBAL

Para a RECOLTE S.A., 2015 foi um ano de continuado esforço e dedicação de todos os colaboradores e equipas dirigentes no sentido de se promover o aumento da qualidade das atividades desenvolvidas, o crescimento da Empresa e a criação de valor.



Ao nível da gestão dos meios manteve-se a aposta na consolidação do quadro de pessoal técnico e especializado com vista a corresponder de forma mais eficaz às necessidades dos nossos clientes e às exigências dos contratos celebrados, promovendo-se uma política de maior proximidade junto dos clientes o que, associado a um elevado grau de satisfação com o desempenho dos serviços prestados, permite que a RECOLTE S.A. seja distintamente reconhecida pela forma profissional na sua forma de agir no mercado do Ambiente.

Com um posicionamento ativo no desenvolvimento e pesquisa de novas oportunidades de negócio, a RECOLTE S.A. atua sempre com seriedade, profissionalismo e transparência, reforçando a sua imagem de notoriedade, de credibilidade técnica e de sustentabilidade financeira, através das suas inúmeras intervenções nos mais variados contratos e atividades.

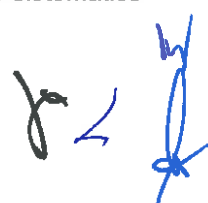
Nesta linha de atuação é de sublinhar a apresentação no ano de 2015 do Código de Ética e de Conduta da Empresa, alicerçado nos valores do Grupo Teixeira Duarte em que se insere e que corporiza o modo de atuação da Empresa para com os seus *stakeholders*.

Com a atividade da sua participada RECOLTE – Servicios y Medioambiente S.A.U. que opera no mercado Espanhol, a RECOLTE S.A. sai fortemente reforçada na sua capacidade de resposta técnica, financeira e operativa ao nível Ibérico, proporcionando múltiplas sinergias além de proporcionar um suporte técnico acrescido para fazer face aos desafios que se colocam com a internacionalização.

Continuamos a apostar nas atividades operativas e na exploração comercial de novas oportunidades de negócio, no país e além-fronteiras - designadamente em Angola, Argélia, Marrocos e Colômbia - na área das centrais de reciclagem e tratamento e valorização de resíduos, construção e gestão de aterros sanitários, gestão de resíduos hospitalares, entre outras, onde o grau de exigência e de aceitação que temos tido para os nossos projetos e propostas são sinais positivos quanto ao rumo da estratégia delineada.

No âmbito da Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares Perigosos é de relevar a obtenção de licença para esta atividade na Região Autónoma dos Açores e a celebração dos primeiros contratos de gestão de resíduos hospitalares na Região Autónoma da Madeira.

A trajetória de crescimento do volume de negócios da Empresa tem sido sustentada, apesar dos diversos impactos negativos e dos custos de contexto referidos, destacando-se, entre eles, o decréscimo sistemático nos valores base de lançamento de novos concursos públicos.



Merece também particular atenção dos órgãos de gestão da Empresa o controlo do endividamento e das cobranças juntos de todos os seus clientes, por forma a minimizar os encargos financeiros permitindo assim libertar disponibilidades para investimento.

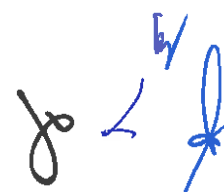
No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da Empresa e a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos:

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
Trabalhadores	293	266	249	341	377	10,6%
Vendas / Prestações de Serviços	10.374,6	9.956,6	10.521,0	10.379,6	13.045,8	25,7%
Rendimentos Operacionais	10.492,2	10.390,2	10.797,0	10.699,1	13.339,7	24,7%
EBITDA	971,1	865,3	740,0	283,2	665,9	135,1%
Margem EBITDA / Vol. Negócios	9,4%	8,7%	7,0%	2,7%	5,1%	87,1%
EBIT	-2.264,9	146,0	766,0	191,0	3.231,2	1591,9%
Activo Total Líquido	91.782,5	48.536,2	52.570,0	50.117,6	52.663,8	5,1%
Capitais Próprios	53.061,0	40.293,2	45.136,0	43.589,9	32.732,0	-24,9%
Resultados Líquidos	-2.001,7	125,4	519,0	428,0	3.559,8	731,8%

Nota: os valores contabilísticos estão expressos em milhares de euros.

Apesar das referidas dificuldades e contingências, registámos, em 2015, um valor dos Rendimentos Operacionais de **13.340** milhares de euros, o que representa um crescimento de **24,7%** face ao registado no período transato e Resultados Líquidos positivos de **3.560** milhares de euros cuja composição se encontra melhor descrita mais adiante nas Contas e restantes documentos contabilísticos.

Além desta vertente económico-financeira da Empresa, apresenta-se nos capítulos seguintes a atividade dos diversos departamentos e setores da Empresa e a sua contribuição para a imagem de destaque que a RECOLTE S.A. possui nos mercados em que atua.



IV. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano constitui-se como um dos principais ativos da RECOLTE S.A. e é um dos seus fatores diferenciadores e de sucesso. A evolução pessoal e profissional constitui uma das prioridades da Empresa.

Um dos objetivos estratégicos é, cada vez mais, alinhar os processos de Recursos Humanos (recrutamento e seleção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos) com o *core business* da Empresa, de forma a maximizar a criação de valor, promovendo a adequação permanente das valências dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da Empresa, assegurando a sua valorização, desenvolvimento pessoal e profissional e reforçando as suas competência técnicas e de gestão.

Num sector de mão-de-obra intensiva e com um peso relevante na estrutura de custos, os Recursos Humanos são inquestionavelmente a alavanca e a ferramenta para o sucesso da Empresa.

Em 2015 assistimos a um crescimento significativo dos efetivos da RECOLTE. Tal deve-se, essencialmente, ao aumento do volume de negócios da Empresa, com a obtenção de novos contratos com uma componente significativa de mão-de-obra.

Neste sentido e em continuidade com a renovação de novos efetivos e da formação técnica ministrada com vista ao aumento das suas competências, continuou-se a requalificação das categorias profissionais da Empresa sendo a evolução do número de trabalhadores por categoria nos últimos anos a indicada no quadro seguinte:

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Quadros Superiores	18	16	16	19	20
Enquadramento / Staff	10	12	16	16	17
Pessoal Especializado	85	144	126	157	149
Pessoal Indiferenciado	180	94	90	149	191
TOTAL	293	266	248	341	377



Tal como em anos anteriores, realizou-se o Encontro de Quadros do Meio Ambiente, com o principal objetivo de realizar um balanço do ano, promovendo a partilha de conhecimentos, a troca de experiências e fomentando a criatividade e a inovação no âmbito de temas críticos do negócio da Empresa.

Promoveram-se diversas iniciativas ao longo do ano com o objetivo de manter as taxas absentismo, formação e sinistralidade em valores controlados e que qualificamos de muito bons para a especificidade das atividades desenvolvidas.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Horas de Formação	6.103	4.326	3.987	6.808	6 900
Índice de Formação	19,01	16,26	16,34	22,69	19,27
Taxa de Absentismo	5,3%	5,0%	4,4%	4,9%	5,3%
Idade Média	35,8	38,8	40,7	40,0	40,2

No âmbito da formação profissional, foi possível em 2015 aumentar ligeiramente o quantitativo de horas de formação ministrada, fruto de um esforço da Empresa para consolidar a valorização dos seus colaboradores.

A formação profissional assenta no domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores, como condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissionais, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial eficiente, próspera e socialmente responsável.

Apesar do crescimento do número de trabalhadores, a RECOLTE S.A. manteve uma média de idades na ordem dos 40 anos, apresentando-se como uma Empresa relativamente jovem e dinâmica, que procura fazer dos seus colaboradores pessoas motivadas e empenhadas na prossecução do sucesso da Empresa.

Mantém-se a aposta na contratação de jovens estagiários, através de diversos programas de apoio ao emprego do IEFP, proporcionando estágios adequados às formações de base, atribuindo progressivas responsabilidades e competências.

A RECOLTE S.A. apresenta-se, também, como um parceiro do IEFP na integração de desempregados de longa duração, contribuindo para a criação de emprego nas zonas onde atua, sendo inquestionavelmente uma mais-valia na área social.

De referir a importância que atribuímos ao Manual de Acolhimento da Empresa que é uma ferramenta de apoio à integração de novos colaboradores, estabelecendo um primeiro contacto com a organização. Para além do acolhimento prestado a cada colaborador admitido, consideramos fundamental documentá-lo com a informação que lhe facilite a adaptação à cultura e procedimentos da organização.

Este manual integra, essencialmente, os Valores, a Visão, a Missão, o Organograma Geral da Empresa, bem como inúmeros outros aspetos práticos da vida interna da Empresa e do Grupo Teixeira Duarte.

Finalmente é de relevar a implementação no exercício de 2015 do Código de Ética e de Conduta da RECOLTE S.A., que estabelece e define as principais regras e obrigações dos colaboradores enquanto “representantes” diários da Empresa, na esteira do que foi definido pelo Grupo Teixeira Duarte para o universo das empresas que o constituem.

V. SEGURANÇA, QUALIDADE, AMBIENTE e RESPONSABILIDADE SOCIAL

A RECOLTE S.A. tem o seu Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social certificado, de acordo com os requisitos das Normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004, OHSAS 18001: 2007 e SA 8000:2008, respetivamente.

Para melhoria contínua do seu Sistema Integrado de Gestão, a RECOLTE S.A. conta com a participação ativa de todos os seus colaboradores garantindo os mais elevados padrões de qualidade e eficiência das atividades da Empresa, procurando a máxima satisfação e expectativas dos seus clientes, assegurando adequadas condições da saúde e segurança laboral a todos os seus colaboradores, preservando o ambiente e promovendo a responsabilidade social, sempre no respeito da legislação aplicável.



QUALIDADE

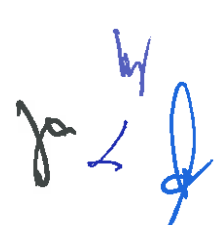
A RECOLTE S.A. encara a Qualidade como um dos fatores estratégicos do desenvolvimento da sua organização dispondo, entre outras, de metodologias de acompanhamento e de avaliação de satisfação de cliente e procedimentos de trabalho em permanente atualização técnica, garantindo a eficácia dos resultados numa perspetiva de melhoria contínua.

SEGURANÇA

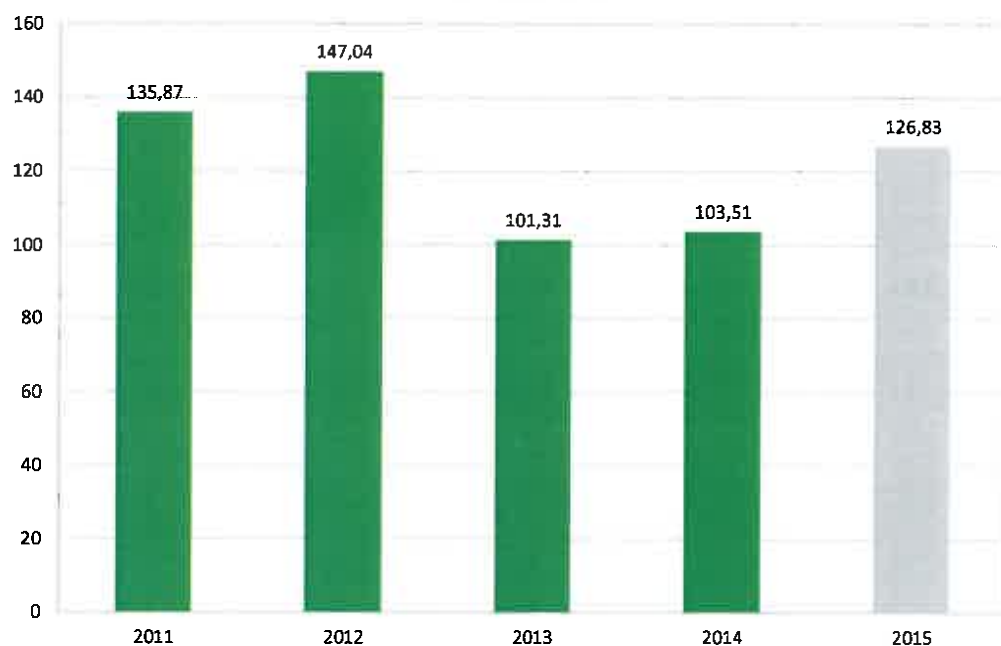
Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados a todas as atividades desenvolvidas pela Empresa, aliada à implementação das melhores praticas e apoio a todos os níveis de gestão, tem contribuído para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde para os seus colaboradores. São realizados vários programas de prevenção, designadamente procedimentos de trabalho, formação, informação, consulta aos trabalhadores, vistorias e verificações periódicas às múltiplas atividades da empresa.

Os índices de sinistralidade verificados ao longo de 2015 apresentam uma ligeira deterioração, ainda que ligeira, face aos verificados no ano anterior, o que resulta do aumento da rotatividade na contratação e da incorporação de novos colaboradores para fazer face ao forte aumento do volume de negócios verificado. Com efeito verificou-se que o aumento pontual da sinistralidade ocorreu, essencialmente, junto da população com contratos de trabalho com menos de 6 meses e, cumulativamente, em colaboradores com menos de 22 anos de idade, cenário que se verificou devido ao aumento da produção realizada pela Empresa em 2015 que teve um crescimento de 25%. Esta situação tem merecido o necessário acompanhamento para que a trajetória de evolução da sinistralidade antes existente possa retomar a tendência de redução existente em anos anteriores.

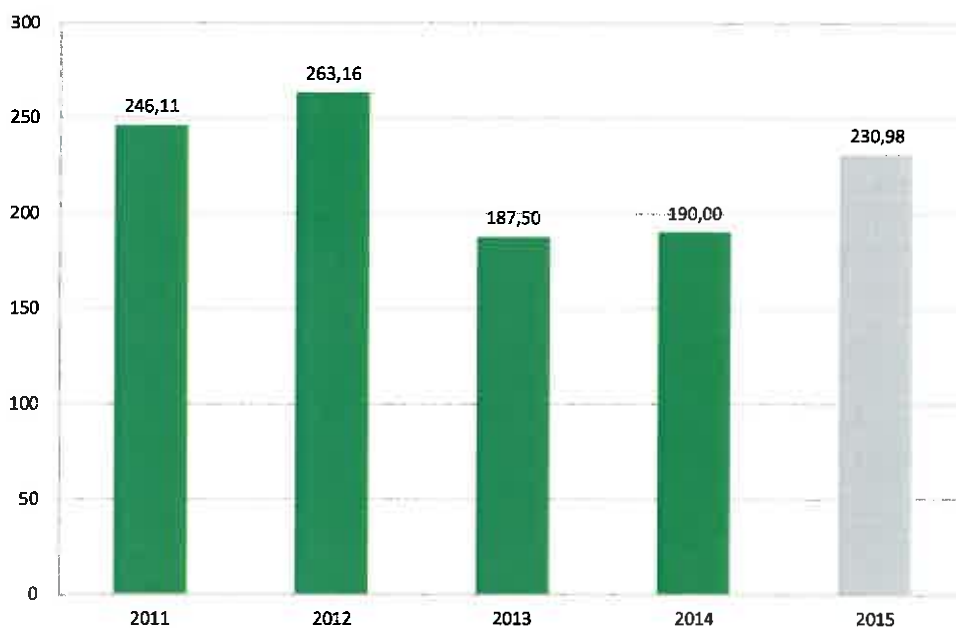
Foram os seguintes os índices de sinistralidade verificados em 2015:



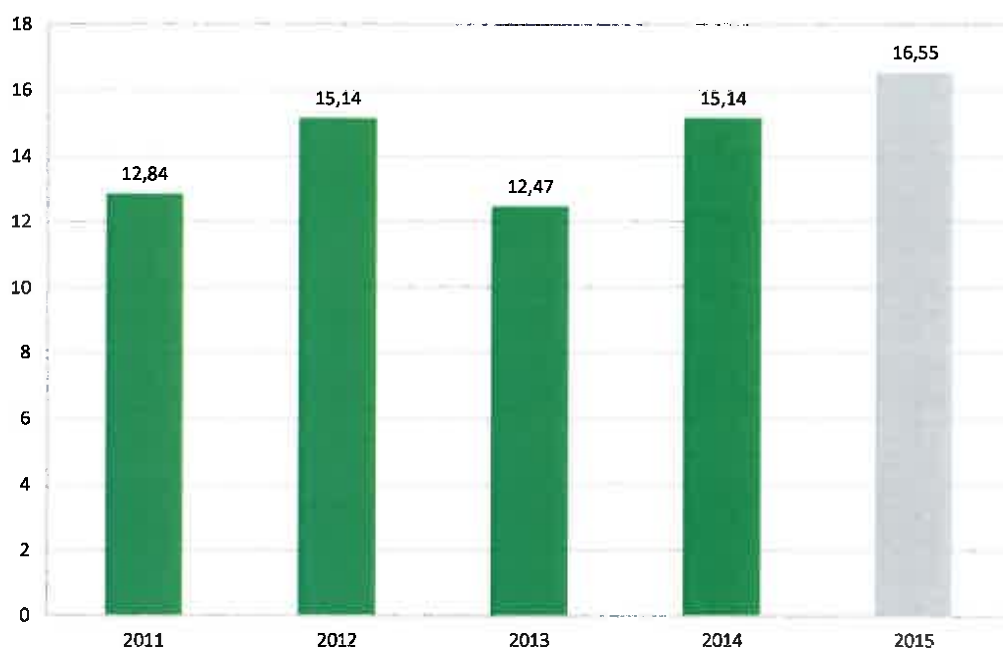
Índice Frequência (If)



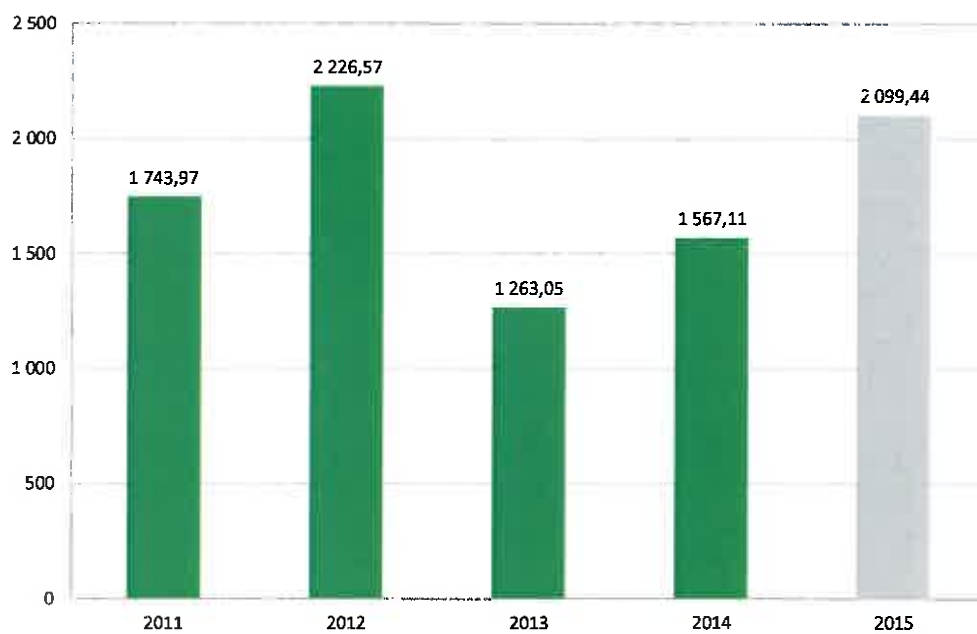
Índice Incidência (If)




Índice Duração (Id)



Índice Gravidade (Ig)




Na prevenção da segurança e da saúde, a RECOLTE realiza, ao longo do ano diversas campanhas de alcoolemia promovendo comportamentos mais seguros no sentido da diminuição do uso e do abuso de bebidas alcoólicas, sendo a evolução dos resultados obtidos ao longo dos anos muito positiva e francamente encorajadora.

Em 2015 foi registado um único caso positivo nos 520 testes realizados ao longo do ano, pelo que consideramos excelente o desempenho da Empresa nesta matéria.

AMBIENTE

Pela natureza da atividade da RECOLTE - Serviços e o Meio Ambiente, S.A., a preservação do Ambiente é, naturalmente, um fator essencial na gestão da atividade da Empresa. A implementação de procedimentos de trabalho contemplando boas práticas ambientais permite um desempenho ambiental favorável contribuindo para a conservação, defesa, proteção e melhoria do ambiente.

Entre outros indicadores de referencia, tem sido monitorizada a evolução dos consumos dos principais recursos naturais utilizados pela Empresa, nomeadamente a energia, os combustíveis fósseis, a água e o papel, sendo de registar melhorias no desempenho da Empresa ao longo dos últimos anos contribuindo para a melhoria do Ambiente – apesar, sublinhe-se, do aumento significativo do volume de trabalho realizado - o que pode ser dito da forma que melhor caracteriza a nossa atividade diária: *working on a better tomorrow*.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Energia elétrica (kWh)	164.187	155.169	190.065	188.971	153 939
Combustível (l)	1.178.452	999.780	1.026.889	1.001.049	1 155 945
Água (m3)	14.138	12.949	17.840	15.250	11 107
Produtos químicos (l)	6.057	5.207	4.058	3.852	5 611
Papel (resmas)	646	448	561	750	611



RESPONSABILIDADE SOCIAL

A aposta na Responsabilidade Social Corporativa tem sido um dos fatores que mais tem contribuído para a coesão social no interior da empresa.

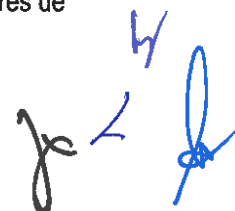
Com efeito, na implementação de metodologias que têm norteadado a postura da Empresa para com os seus colaboradores, podemos constatar que são cumpridos os principais requisitos do referencial normativo da Responsabilidade Social Corporativa, designadamente:

- Não utilização e repúdio à utilização de trabalho infantil e adoção do princípio de, não se recorrer à utilização de mão-de-obra de menores (pessoas com menos de 18 anos), nas diversas atividades da empresa;
- Condições de saúde avaliadas periodicamente e promoção da segurança no trabalho;
- Garantia do direito de liberdade de associação e de negociação coletiva;
- Não permissão do exercício de qualquer tipo de ação discriminatória;
- Não exercício de práticas disciplinares atentatórias à dignidade e ao respeito;
- Cumprimento da lei aplicável no que respeita ao horário de trabalho;
- Remuneração dos seus colaboradores feita de acordo com a legislação aplicável;

Importa sublinhar que **não** foram identificadas quaisquer condutas contrárias aos princípios expostos, nem comunicadas quaisquer preocupações nestes domínios.

Ao longo do ano, foram realizadas atividades e ações no âmbito da Responsabilidade Social, no sentido promover e valorizar todos os que trabalham na empresa e com a empresa.

- Ações dirigidas aos colaboradores por forma a promover a valorização pessoal e profissional, tais como formação de Línguas, Certificação de Aptidão Profissional, de Primeiros Socorros, de Condução de Matérias Perigosas, de Movimentação mecânica de cargas e Legislação Laboral, entre outras;
- Encontro Anual de Quadros da RECOLTE S.A. que conta com a presença de colaboradores de Portugal e Espanha;



- Realização do almoço de Natal extensivo a todos os colaboradores em conjunto com outras empresas do Grupo Teixeira Duarte;
- Estabelecimento de parcerias com Instituições de Integração Social, como a Comunidade Vida e Paz, e CECD de Mira-Sintra com o objetivo de reinserção profissional de pessoas com dificuldades de integração;
- Integração profissional, através do programa de Vida Emprego do IEFP, com a reinserção de trabalhadores na empresa;
- Adesão ao programa Estimulo do IEFP, para potenciar o retorno ao mercado de trabalho de desempregados de longa duração;
- Campanhas de doação de sangue, com o apoio do Grupo Teixeira Duarte e em colaboração com o Instituto Português do Sangue (IPS);
- Estabelecimento de parcerias com diversas entidades com o intuito de proporcionar regalias adicionais aos colaboradores, tais como serviços da banca de retalho, farmácias, telecomunicações, saúde, etc.

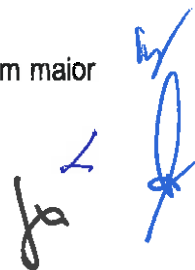
VI. MEIOS DE EQUIPAMENTO

A Gestão de Equipamento tem merecido uma atenção permanente por parte dos órgãos de Gestão da Empresa, tal como o controlo dos custos operacionais com a manutenção e reparação dos diversos equipamentos que têm sido, desde sempre, considerados fatores de extrema importância para a garantia da competitividade da Empresa

Para fazer face ao crescimento da empresa em algumas áreas, o volume de investimento em novos equipamentos no exercício de 2015, foi bastante superior relativamente a anos anteriores.

Ao longo deste ano, a área negócio com maior volume de investimento em novos equipamentos, foi a Construção e Manutenção de Jardins e a Limpeza Urbana. Em 2015, o crescimento do investimento, que atingiu o montante global de **593** milhares de euros teve também como propósito a renovação de frota e a melhoria das condições de operacionalidade e de segurança para operadores.

Investiu-se em equipamentos mais modernos e ergonómicos, ambientalmente mais eficientes e com maior rentabilidade.



No quadro seguinte pode observar-se a evolução quantitativa do parque de equipamentos da RECOLTE S.A. ao longo dos últimos 5 anos.

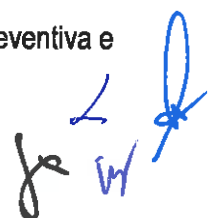
CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE EQUIPAMENTO						Variação (%)
ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2014/2015
Deposição de resíduos sólidos urbanos e industriais	35	35	36	36	37	3%
Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	49	48	58	58	58	0%
Lavagem de contentores e ecopontos	12	12	12	12	12	0%
Limpeza urbana (aspiração, varredura e limpeza)	21	17	18	28	30	7%
Construção e manutenção de jardins	41	50	73	92	155	68%
Limpeza e manutenção de praias e movimentação de terras	3	3	3	3	3	0%
Produção e distribuição de energia	8	8	11	11	13	18%
Veículos ligeiros de passageiros	11	9	9	9	9	0%
Veículos ligeiros de mercadorias	38	41	41	43	56	30%
Equipamentos de oficina metalo-mecânica e de estaleiro	44	58	58	62	70	13%
TOTAL	262	281	319	354	443	25%

Este ano o parque de equipamentos teve um aumento quantitativo superior a 25%, sendo a idade média dos equipamentos do parque de apenas 5 anos.

A manutenção do parque de equipamentos da RECOLTE S.A. é efetuada em 4 oficinas centrais, de várias especialidades, ao longo do país. Em todas as operações existem ainda outros meios locais de apoio técnico e mecânico dedicados a operações diárias de inspeção, limpeza, lubrificação e manutenção ligeira.

Com a finalidade verificação de adequabilidade, ao serviço, de cada equipamento, todos os custos de manutenção e exploração são analisados periodicamente. Esta análise permite também verificar se cada equipamento se encontra ainda dentro do período de vida útil.

Todos os registos de manutenção de todos os equipamentos são efetuados através de uma plataforma de gestão, sendo possível, em qualquer parte do mundo consultar todo o histórico de manutenção preventiva e corretiva de qualquer equipamento e verificar a sua disponibilidade e local onde se encontra.



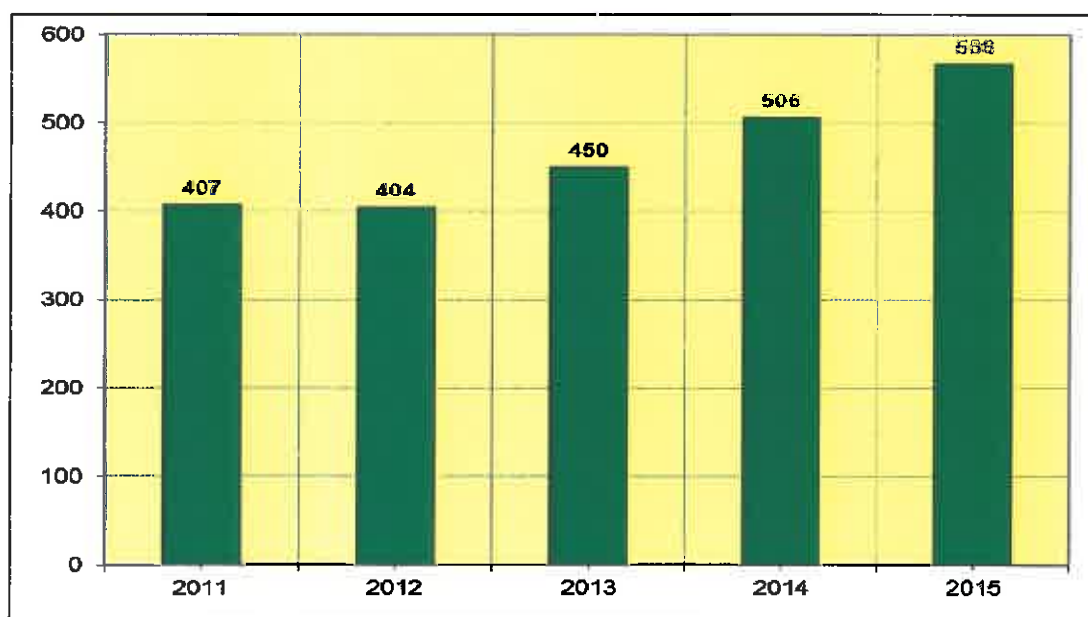
VII. ATIVIDADE TÉCNICO - COMERCIAL.

A RECOLTE S.A. tem prosseguido em Portugal a prospeção e estudo de diversas oportunidades de negócio na área do Meio Ambiente o que, aliado à notoriedade da Empresa no mercado, tem contribuído para um consequente aumento do número de convites para a apresentação de propostas, além dos diversos concursos públicos lançados.

Assim, foi apresentado um maior número de propostas pela Empresa, verificando-se, todavia, uma diminuição dos valores de adjudicação e posterior contratação, quando comparados com os anteriores.

O setor do ambiente reflete as dificuldades económicas do país, nomeadamente na diminuição do consumo por parte da população e na quebra da atividade industrial, o que se reflete nas quantidades de resíduos produzidas em Portugal.

A atividade da Direção Técnico-Comercial no estudo e acompanhamento posterior das propostas continuou a ser intensificada no corrente ano de 2015, tendo sido apresentadas um total de **566** propostas nas áreas de recolha de resíduos, da limpeza urbana e na manutenção de espaços verdes, tendo o valor total das propostas apresentadas acompanhado o crescimento do número de propostas.

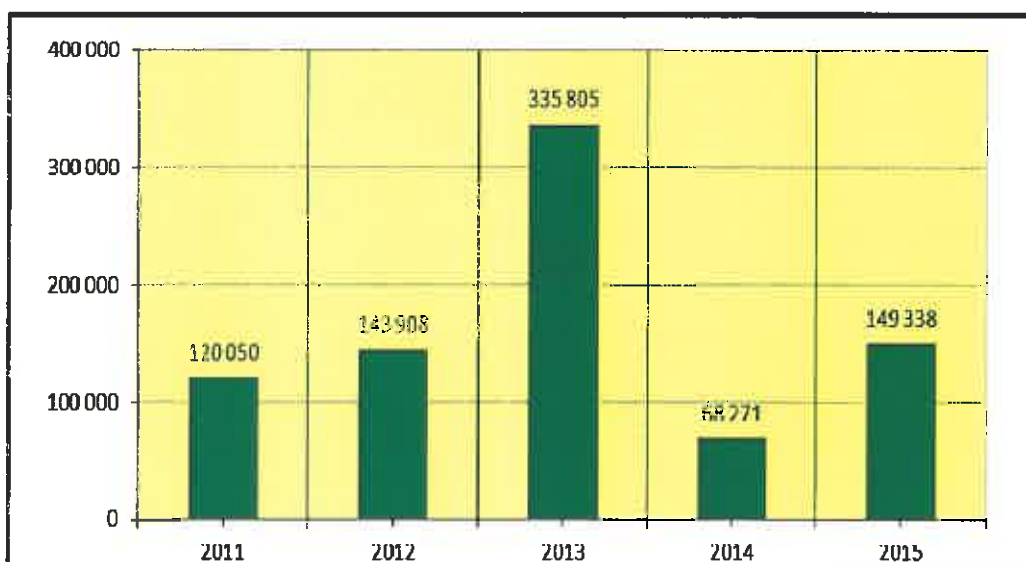


Evolução da quantidade de propostas apresentadas

Handwritten signature and initials in blue ink.

Manteve-se a estratégia de diversificação no tipo de concursos a que a Empresa concorre no sentido de diversificar e reorientar também a atividade produtiva para áreas do sector do ambiente em que a Empresa tem estado menos representada e onde se podem encontrar oportunidades de negócio interessantes e com maior criação de valor.

O valor global das propostas apresentadas ao longo de 2015 ascendeu a **149 338** milhares de euros o que representa, um aumento bastante significativo face ao ano anterior.



Evolução do valor total das propostas apresentadas (milhares de euros)

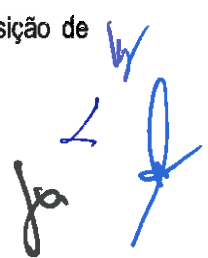
A RECOLTE S.A. marcou presença nos principais concursos públicos de 2015 na área da **Recolha de Resíduos, Limpeza Urbana e de Praias** de que se podem destacar os seguintes:

PORTUGAL

- Para o **Município de Santa Cruz**, Proposta para Aluguer Operacional de Cinco Viaturas de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos;



- Para a **Simdouro S.A.**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Gestão Global de Resíduos das Instalações da Simdouro;
- Para o **Município de Caminha**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores e Limpeza Urbana;
- Para o **Município de Odivelas**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Manutenção da Limpeza Urbana em Diversos Espaços no Concelho de Odivelas;
- Para a **Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de RSUs para Estação de Transferência, Lavagem e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana, para os Concelhos do Douro Superior;
- Para a **Valorsul S.A.**, Proposta para o Transporte de Escórias de Inceneração de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Para a **Maiambiente S.A.**, Propostas para a Prestação de Serviços de Limpeza Urbana e para a Recolha Seletiva em Ecopontos e Vidrões e Recolha Indiferenciada em Contentores Semienterrados em Diversas Zonas do Concelho
- Para o **Município de Vila do Bispo**, Proposta para a Prestação de Serviços de Limpeza Urbana no Concelho;
- Para o **Município de Santo Tirso**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho;
- Para o **Município de Lamego**, Proposta para a Prestação De Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza do Concelho – Triénio 2015/2017;
- Para o **Município do Cartaxo**, Proposta para Serviços de Lavagem a Quente, Desinfecção, Desengorduramento e Desodorização de Contentores e Baldes de RSU no Concelho;
- Para o **Município de Espinho**, Proposta para Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Para a **BRISA O&M, S.A.**, Proposta para a Limpeza e Varredura nos Sublanços de Sacavém a Aveiras de Cima, da A1 - Autoestrada do Norte e na A5 - Autoestrada do Estoril; Proposta para a Limpeza e Varredura dos Sublanços Feira a Carvalhos da A1 – Autoestrada do Norte, Porto à Maia da A3 – Autoestrada Porto/Valença, Águas Santas a Campo da A4 – Autoestrada Porto/Amarante e da A9 – CREL Circular Regional Exterior de Lisboa;
- Para o **Município de Coimbra**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana;
- Para o **Município de Loulé**, Proposta para a Contratação de Serviços de Limpeza Urbana numa Área da Cidade de Loulé; proposta para a Contratação de Serviços de Recolha de Contentores Semienterrados Tipo Molok e Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos no Concelho; proposta para a Contratação de Serviços de Lavagem Interior e Exterior de Equipamentos Semienterrados Tipo Molok de Deposição de Resíduos no Concelho.



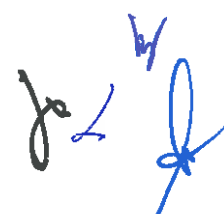
- Para o **Município de Oliveira do Bairro**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a Destino Final pelas Entidades que Integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Albergaria-a-Velha, Vagos e Oliveira do Bairro;
- Para o **Município de Oeiras**, Proposta para a Prestação de Serviços de Varredura Mecânica para Limpeza de Arruamentos no Concelho;
- Para a **Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha, Acondicionamento, Transporte, Tratamento e Destino Final dos Diversos Resíduos produzidos na ULSNA, EPE;
- Para o **Município de Matosinhos**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e de Limpeza Urbana no Concelho de Matosinhos – Zonas Nascente e Poente;
- Para o **Município da Póvoa de Varzim**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha Multimaterial no Concelho;
- Para o **Município de Setúbal**, Proposta para o Aluguer Operacional de uma Viatura Pesada de 20m³ para Recolha de Contentores de Resíduos Sólidos Urbanos, pelo Período de 36 Meses;
- Para o **Município de Vila Franca de Xira**, Proposta para a Contratação de Serviços de Lavagem e Higienização de Equipamentos para Deposição de Resíduos Urbanos no Concelho;
- Para o **Município de Ovar**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana, Higiene Pública e Limpeza Banhear no Concelho;
- Para o **Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL)**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Limpeza Interior, Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos;
- Para a **Junta de Freguesia do Parque das Nações**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Limpeza Urbana da Freguesia do Parque das Nações;
- Para o **Município de Lagoa**, Proposta para a Prestação de Serviços de Limpeza Urbana no Concelho de Lagoa, durante o período de 3 Anos; Proposta para a Prestação de Serviços de Lavagem de Contentores de RSU;
- Para o **Município de Vale de Cambra**, Proposta para a Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública no Município de Vale de Cambra;
- Para a **Junta de Freguesia de Ermesinde**, Proposta para a Limpeza Urbana nos Arruamentos da Freguesia;
- Para a **ARM – Águas e Resíduos da Madeira S.A.**, proposta para a Prestação de Serviços de Gestão de Resíduos Hospitalares perigosos provenientes da RAM
- Para o **Município de Torres Vedras**, Proposta para a Aquisição de Serviços para Lavagem de Contentores;
- Para o **Município de Reguengos de Monsaraz**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Lavagem de Contentores;



- Para o **Município de Santiago do Cacém**, Proposta para a Lavagem e Desinfecção de Contentores de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Para o **Município de Moura**, Proposta para a Prestação de Serviços de Lavagem de Contentores de RSU;
- Para o **Município de Estremoz**, Proposta para a Prestação de Serviços de Limpeza e Desinfecção de Contentores do Lixo;
- Para o **Município de Silves**, Proposta para a Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza de Zonas Balneares.

Na área da **Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes**, foram apresentadas propostas, entre outros, para os seguintes concursos:

- Para o **Estádio Universitário de Lisboa**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes no Estádio Universitário de Lisboa;
- Para a **Junta de Freguesia de Algueirão Mem-Martins**, Proposta para a Prestação de Serviços para a Manutenção e Conservação de 183.678,42 m2 de Jardins e Espaços Ajardinados na Freguesia de Algueirão-Mem Martins – Ano 2015 - Lote 1 E 2;
- Para a **Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.**, Proposta para a Empreitada de Construção de Novas Instalações para a Escola Básica e Secundária da Calheta - São Jorge - Açores - Arranjos Exteriores;
- Para o **Município de Matosinhos**, Proposta para a Prestação de Serviços de Manutenção de Parques e Jardins no Concelho – Lotes 1 a 6;
- Para o **Município da Maia**, Proposta para a Prestação de Serviços de Manutenção no Parque de Avioso, Freguesia de Castelo da Maia;
- Para a **União de Freguesias de Queluz e Belas**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Ajardinados da União das Freguesias de Queluz e Belas - Lote 1 e 2;
- Para a **Junta de Freguesia de Rio de Mouro**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Públicos Ajardinados;
- Para o **Município de Almada**, Proposta para a Prestação de Serviços de Eliminação de Infestantes nos Espaços Públicos no Concelho;
- Para a **EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.**, Proposta para a Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes e Parques Urbanos, no Território de Cascais, Integrado na União das Freguesias de Cascais e Estoril, e na Freguesia de Alcabideche, no Concelho de Cascais - Lote 1 e 2;



- Para a **Navegação Aérea de Portugal (NAV)**, Proposta para a Prestação de Serviços de Jardinagem e de Manutenção de Plantas de Interior para os Edifícios 121, 118, 36 e 7 e Desmatação da Área Adjacente às Estações da NAV Portugal;
- Para a **Ana Aeroportos de Portugal**, Proposta para a Prestação de Serviços de Manutenção de Áreas Verdes nos Aeroportos de Lisboa, Francisco Sá Carneiro e Beja;
- Para o **Município da Figueira da Foz**, Proposta para a Contratação de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos na Cidade da Figueira da Foz – Lote 1 e 2;
- Para a **Junta de Freguesia do Lumiar**, Proposta para a Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes da Freguesia do Lumiar – Lotes 1 a 3;
- Para o **Município de Fafe**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Conservação e Manutenção de Espaços Verdes do Concelho.
- Para o **Município da Maia**, Proposta para Requalificação Paisagística da Entrada no Concelho pela EN13 – Moreira (Rotunda Cin-Jardiland);
- Para a **Junta de Freguesia de Benfica**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes
- Para a **EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**, Proposta para a Limpeza e Desmatação de Terrenos, Vias Férreas e Manutenção de Espaços Verdes Exteriores.

Na área de **Ambiente e Construção**, foram apresentadas propostas, entre outros, para os seguintes concursos:

- Para a **Simdouro S.A.**, Proposta para a Empreitada de Demolição dos Órgãos da ETAR de Paço de Sousa e de Arranjos Exteriores;
- Para o **Município de Oeiras**, Proposta para a Empreitada de Parque de Hortas Moinho das Antas; Proposta para a empreitada do Estacionamento para a Frota Municipal em Vila Fria
- Para o **Município de Lisboa**, Proposta para a Empreitada de Qualificação do Jardim Avelar Brotero.
- Para a **Digal, S.A.**, Proposta para a Substituição de cobertura em fibrocimento no parque da Granja
- Para a **Sociedade De Prado, S.A.**, Proposta para a empreitada de Remoção de resíduos de lagoa
- Para o **Município da Maia**, Proposta para a empreitada do Parque Fluvial do Leça
- Para o **Metro do Porto S.A.**, Proposta para a empreitada de Estabilização de Taludes no Ramal de Acesso ao Parque de Material de Guifões
- Para a **POLIS Litoral Ria Formosa**, Proposta para a empreitada do Parque Ribeirinho do Ludo - 1ª Fase
- Para a **TERAMB, S.A.**, (Açores), Proposta para a empreitada de Construção do Centro de Processamento de Resíduos Animais.



- Para a **Zucotec, Lda**, proposta para a empreitada de Arranjos exteriores e pavimentação na Igreja de Porto Salvo
- Para a **CRISSIER, S.A.**, Proposta para Conjunto Turístico Falésia D'el Rey;

ANGOLA

- Para a **Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.**, Proposta para a Empreitada de Construção Civil da Fábrica de Cerveja da Única (Luanda); Proposta para Execução de Arranjos Exteriores em Empreitada de Benguela; Proposta para a Empreitada de Construção do Complexo Ucall – Talatona; Proposta para a Execução de Espaços Verdes no âmbito da Empreitada de Construção CEFO PESCAS;
- Para a **TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, (Angola), S.A.**, Proposta para a Manutenção de Espaços Verdes - Ativos BP em Luanda; Proposta para a Remodelação de Espaços Verdes do Condomínio Monte Belo; Proposta para a Manutenção da Vala da Base da Angola LNG; Proposta para Landscaping and Gardening Maintenance Services On “Caminho Das Águas” Housing Compound In Belas/Talatona – Luanda.
- Para a **LMAZ**, Proposta para a Manutenção de Espaços Verdes – Condomínio Kizomba – Zonas Comuns; Proposta para a Manutenção de Espaços Verdes – Condomínio Kizomba – Moradias;

MOÇAMBIQUE

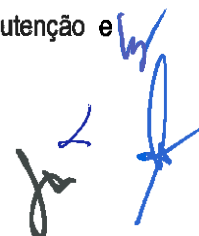
- Para a **Somafel, S.A.**, Proposta para a Manutenção da Linha Ferroviária de Ressano Garcia

De entre as **propostas adjudicadas** no exercício de 2015, podem destacar-se, pela sua especificidade e importância, as seguintes:

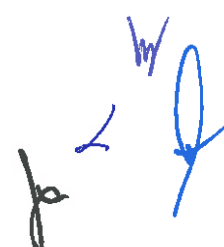
- Para o **Município de Santa Cruz**, Proposta para Aluguer Operacional de Cinco Viaturas de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Para a **Simdouro S.A.**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Gestão Global de Resíduos das Instalações da Simdouro;
- Para a **Valorsul S.A.**, Proposta para o Transporte de Escórias de Incineração de RSU
- Para o **Município de Lagoa**, Proposta para a Prestação de Serviços de Limpeza Urbana no Concelho de Lagoa, durante o período de 3 Anos;



- Para o **Município do Cartaxo**, Proposta para Serviços de Lavagem a Quente, Desinfecção, Desengorduramento e Desodorização de Contentores e Baldes de RSU no Concelho;
- Para o **Município de Espinho**, Proposta para Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Para a **BRISA O&M SA**, Proposta para a Limpeza e Varredura nos Sublanços de Sacavém a Aveiras de Cima, da A1 - Autoestrada do Norte e na A5 - Autoestrada do Estoril;
- Para o **Município de Setúbal**, Proposta para o Aluguer Operacional de uma Viatura Pesada de 20m3 para Recolha de Contentores de Resíduos Sólidos Urbanos, pelo Período de 36 Meses;
- Para o **Município de Vila Franca de Xira**, Proposta para a Contratação de Serviços de Lavagem e Higienização de Equipamentos para Deposição de Resíduos Urbanos no Concelho;
- Para a **Junta de Freguesia de Ermesinde**, Proposta para a Limpeza Urbana nos Arruamentos da Freguesia;
- Para o **Município de Loulé**, Proposta para a Contratação de Serviços de Limpeza Urbana numa Área da Cidade de Loulé; proposta para a Contratação de Serviços de Recolha de Contentores Semi-Enterrados Tipo Molok e Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos no Concelho; proposta para a Contratação de Serviços de Lavagem Interior e Exterior de Equipamentos Semi-Enterrados Tipo Molok de Deposição de Resíduos no Concelho.
- Para o **Município de Torres Vedras**, Proposta para a Aquisição de Serviços para Lavagem de Contentores;
- Para o **Município de Reguengos de Monsaraz**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Lavagem de Contentores;
- Para o **Município de Lagoa**, Proposta para a Prestação de Serviços de Lavagem de Contentores de RSU;
- Para o **Município de Santiago do Cacém**, Proposta para a Lavagem e Desinfecção de Contentores de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Para o **Município de Moura**, Proposta para a Prestação de Serviços de Lavagem de Contentores de RSU;
- Para o **Município de Estremoz**, Proposta para a Prestação de Serviços de Limpeza e Desinfecção de Contentores do Lixo;
- Para o **Município de Silves**, Proposta para a Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza de Zonas Balneares;
- Para a **Junta de Freguesia de Algueirão Mem-Martins**, Proposta de Prestação de Serviços para a Manutenção e Conservação de 183.678,42 m2 de Jardins e Espaços Ajardinados na Freguesia de Algueirão-Mem Martins – Ano 2015 - Lote 1;
- Para o **Município da Maia**, Proposta para Requalificação Paisagística da Entrada no Concelho pela EN13 – Moreira (Rotunda Cin-Jardiland);
- Para a **Junta de Freguesia de Benfica**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes



- Para a **EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**, Proposta para a Limpeza e Desmatção de Terrenos, Vias Férreas e Manutenção de Espaços Verdes Exteriores;
- Para a **ZUCOTEC, Lda**, proposta para a empreitada de Arranjos exteriores e pavimentação na Igreja de S. Joaquim e Sta. Ana em Porto Salvo; proposta para a Remodelação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Para a **TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.**; proposta para a Prestação de Serviços de Manutenção dos Espaços Verdes da UNILEVER em Santa Iria Da Azóia
- Para o **Instituto Nacional para a Reabilitação, IP**, Proposta para a Aquisição de Serviços de Desmatção da Parte Superior da Quinta da Malvasia
- Para a **Viveiros do Facão S.A.**, Proposta para a Desmatção da Autoestrada A8, do Km 0 a 76
- Para a **Junta de Freguesia do Parque das Nações**, proposta para a Requalificação de Jardins – Oceanário de Lisboa.
- Para a **Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.**, proposta para a execução dos Arranjos Exteriores do Edifício 9/Lote 13 do Lagoas Park em Porto Salvo,



VIII. ATIVIDADE OPERATIVA – RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA

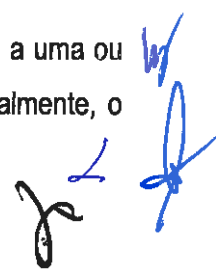
Os serviços de recolha de resíduos e de limpeza, sobretudo em meio urbano (zonas edificadas e pavimentadas), classificam-se em diversas vertentes que divergem entre si na especificidade dos trabalhos executados, havendo a considerar, todavia, a possibilidade sempre desejável de complementaridade e/ou sinergias entre várias tarefas que possam decorrer paralelamente e/ou num mesmo ambiente.

Estas operações são desenvolvidas tendo em vista proporcionar conforto e satisfação de necessidades prioritárias da população em geral, seja em termos de salubridade pública, seja em termos de proteção do meio ambiente, enquadrando-se tradicionalmente em contratos de prestações de serviços para entidades integradas na administração pública, designadamente autarquias e empresas municipais.

É assim neste contexto que a RECOLTE S.A. tem acumulado um valioso capital de experiência a que se associam os adequados meios técnicos, materiais e humanos, o que permite responder com eficiência e elevados padrões de qualidade nas diferentes prestações de serviços, entre as quais se integram as seguintes atividades:

- o Recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados;
- o Recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos (orgânicos, vidro, papel e embalagens);
- o Recolha de monos e de resíduos provenientes da manutenção de espaços verdes;
- o Manutenção, lavagem, desinfeção e desodorização de contentores de resíduos sólidos urbanos;
- o Varredura urbana mecanizada e manual;
- o Lavagem de pavimentos e de vias de circulação;
- o Eliminação de infestantes vegetais;
- o Desobstrução de órgãos coletores de águas pluviais;
- o Limpeza de terrenos, edifícios devolutos e baldios;
- o Limpeza de cursos de água;
- o Limpeza de praias e zonas costeiras;
- o Recolha de resíduos industriais e de construção e demolição.
- o Gestão e tratamento de resíduos hospitalares

Embora seja particularmente comum a realização de prestações de serviços cuja ação se limita a uma ou poucas das vertentes de trabalhos supracitadas, também se pode verificar, porém mais pontualmente, o



estabelecimento de contratos que abrangem simultaneamente várias ou até mesmo a maioria das operações em apreço.

Esta última situação permite potenciar especialmente o efeito de escala e a exploração de importantes sinergias. Este tipo de simbiose implica não só para o operador em si, como também e em particular para a generalidade das comunidades servidas, benefícios diversos a enumerar:

- Aumento do volume de negócios;
- Melhor aproveitamento dos efeitos de escala e das sinergias com a otimização dos meios humanos e materiais envolvidos;
- Redução de custos e consequentemente preços por via da partilha de meios humanos (ao nível da gestão e fiscalização), bem como materiais;
- Melhoria da qualidade no serviço prestado, dado o facto de os diversos trabalhos se influenciarem diretamente, sendo disto exemplo a desejável simbiose entre a recolha de RSU e a limpeza urbana que só harmoniosamente conjugadas permitem almejar mais ambiciosos níveis de excelência.

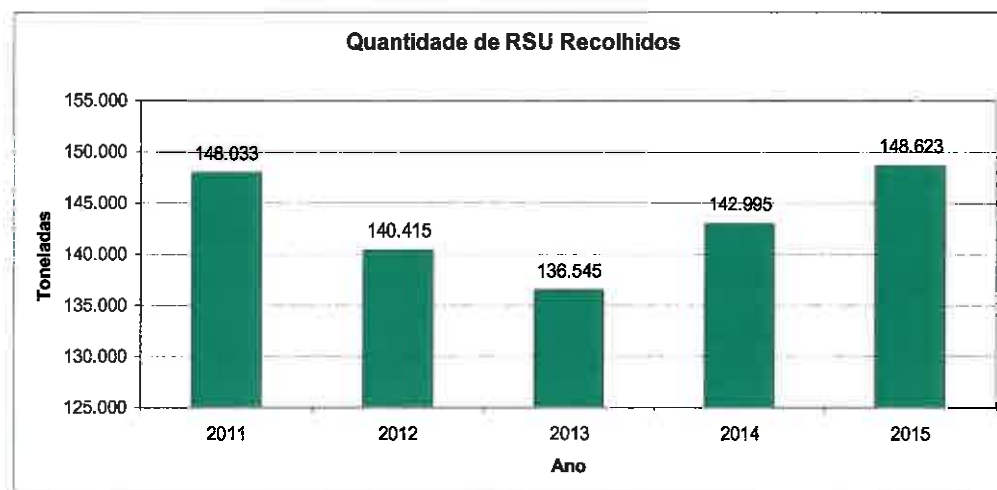
Em termos de volume e relativamente ao território de Portugal, os serviços no contexto das atividades referidas continuam a constituir a fração mais relevante da atividade da RECOLTE SA, bem como dos seus proveitos operacionais, tendo aumentado relativamente a anos anteriores, mantendo-se, contudo, pressionados em virtude do continuado contexto de dificuldade que afeta este setor de atividade.

A quantidade recolhida de resíduos sólidos urbanos (RSU) foi superior em 3,9% comparativamente ao ano anterior, o que se deve, sobretudo, a novas prestações de serviços contratadas no decorrer de 2015 e não a aumento de consumo das populações servidas.

Crê-se que a estabilização da quantidade de RSU recolhida se deve não só à habituação a nível comportamental e de cidadania, nomeadamente quanto à redução, separação e aproveitamento de resíduos, como também, em grande medida, à diminuição e estabilização de níveis de consumo mais moderados pelas populações, o que se presume possa perdurar.

Apresenta-se em seguida a evolução nos últimos 5 anos das quantidades de RSU recolhidas pela RECOLTE S.A. em municípios de Portugal.





Atualmente, contribui para o não desanuiamento da situação do sector o facto de as renovações dos contratos e especialmente a abertura de novos concursos para continuidade dos serviços inerentes a contratos extintos pressuporem limitações expressivas ao nível dos valores contratuais.

Este fenómeno traduz-se na desarmonização entre as exigências patentes nos Cadernos de Encargos e os preços impostos nos concursos, havendo a considerar como agravante o surgimento de *players* no mercado com práticas comerciais crescentemente agressivas, nomeadamente de *dumping* e/ou monopólio, que ameaçam a sustentabilidade do sector. A resiliência perante tais circunstâncias adversas depende necessariamente da gestão e otimização rigorosa de todos os recursos envolvidos.

Enunciam-se em seguida as operações desenvolvidas em 2015, com breves descrições dos trabalhos realizados.

- o Numa área significativa do **Município do Porto**, continua a decorrer para a RECOLTE (Porto), S.A. a Prestação de Serviços que abrange uma multidisciplinaridade de atividades exemplificativa da capacidade técnica e de realização da RECOLTE, SA, incluindo designadamente a Recolha de RSU e de Monos, Recolha Seletiva, Higienização e Manutenção de Contentores, bem como todas as vertentes de trabalhos inerentes a operações de Limpeza Urbana.



- No **Município de S. João da Madeira**, persiste a atividade relativa ao Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de RSU e de Monos, Recolha Seletiva em Estabelecimentos, Higienização e Manutenção de Contentores, Limpeza Urbana e Gestão do Ecocentro Municipal.
- Em grande parte da área do **Município de Cascais**, mais precisamente na Freguesia de Alcabideche e na União das freguesias de Cascais e Estoril, continua a decorrer o Contrato para a EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A., concentrando-se na Prestação de Serviços de Recolha de RSU e Higienização de Contentores.
- Em **S. Miguel (Açores)**, particularmente nos **Municípios de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo**, continua em vigor o contrato para a EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de RSU da Ilha de S. Miguel, EIM, vocacionado para a realização de trabalhos no âmbito da Recolha de RSU, Ramagens, RCDs e Monos, Recolha Seletiva, bem como Higienização e Manutenção de Contentores. Neste particular, incrementou-se na generalidade a recolha seletiva porta-a-porta e de verdes em Vila Franca do Campo.
- Ainda em S. Miguel, porém já para o **Município de Ponta Delgada**, efetuaram-se operações de higienização de contentores de RSU e de limpeza urbana especificamente no decurso do evento "Noites de Verão".
- No **Município de Coimbra**, manteve-se a decorrer a Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de RSU, bem como de Limpeza Urbana nas suas mais variadas vertentes, a qual abrange toda a área mais nobre e central do Concelho.
- Em 2015, no **Município de Espinho**, iniciou-se uma Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de RSU (em todo o Município), incluindo a Colocação, Manutenção e Higienização de Contentores de RSU, bem como a Limpeza Urbana com operações de varredura e lavagem de arruamentos.
- No **Município da Figueira da Foz**, efetuou-se o reforço das operações de Limpeza Urbana em faixa litoral, assim como se executou a extirpação de infestantes vegetais (deservagem) em áreas diversas do Município.



- No **Município de Alenquer**, mantém-se em vigor o Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de RSU, Ramagens e Monos que inclui também a Higienização e Manutenção de Contentores.
- Ocorreu também durante o ano de 2015 a prestação do serviço dedicado de Higienização de Contentorização em diversos Municípios, nomeadamente em **Borba, Cartaxo, Estremoz, Lagoa, Moura, Odemira, Reguengos de Monsaraz, Santiago do Cacém e Torres Vedras**.
- Para o **Município de Santa Cruz (Madeira)** continua em curso o Aluguer Operacional de Equipamentos de Recolha de RSU (viaturas).
- Em 2015, também se iniciou a execução do Contrato para a Prestação de Serviços de Limpeza de Áreas Operacionais do Aeroporto de Lisboa, para a **ANA Aeroportos S.A.**
- Para a **BRISA O&M SA** continuou a decorrer a Prestação de Serviços de Limpeza de Autoestradas, incidindo os trabalhos de limpeza profunda ao nível nomeadamente do próprio piso, como também nas portagens, taludes, separador central, diversas estruturas nas vias e órgãos coletores e de drenagem de águas pluviais. Para além do troço entre Almada e Coina (A2) já intervencionado anteriormente, estendeu-se este serviço à Autoestrada do Estoril (A5) e à Autoestrada do Norte (A1), especificamente nesta Autoestrada nos troços desde Lisboa até Aveiras.
- Em 2015, começou ainda o desenvolvimento de uma outra nova vertente de prestação de serviços, a Gestão de Resíduos Hospitalares Perigosos, neste caso iniciado para a **ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.**

ATIVIDADE OPERATIVA – RESÍDUOS INDUSTRIAIS

A RECOLTE S.A. prosseguiu com a prestação de serviços vocacionados para a satisfação de necessidades na área empresarial, seja no sector privado ou público, nomeadamente com a recolha, transporte, gestão e devido encaminhamento de resíduos de variada tipologia, assim como desenvolveu trabalhos de limpeza de instalações e eventos.



Mantém-se nesta matéria o esforço para a manutenção e fidelização dos clientes já em carteira, constituindo estes importantes testemunhos do serviço prestado, no sentido da angariação de novos clientes. Para tal, promovem-se elevados padrões de qualidade, com especial ênfase para a deteção e satisfação de necessidades do mercado, colocando todo o empenho ao serviço dos clientes e adequando as soluções técnicas às suas especificidades.

Destacam-se em seguida alguns dos clientes nesta vertente da atividade da RECOLTE S.A.:

- Águas do Norte, S.A. (ex-Simdouro)
- Ambimed, Lda
- Ambisousa, EIM
- Bonaparte, SA
- Cateringpor - Catering de Portugal, SA
- Fromageries BEL, SA
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundação Serralves
- Geriurb, ACE
- Havi Logistics, Lda
- Instituto Português de Oncologia do Porto, EPE
- Lagoas Park Hotel
- Luságua Ambiente, SA
- Mercado Abastecedor do Porto, SA
- McDonald's Portugal, Lda
- Netjets - Transportes aéreos, SA
- Pic-Nic Produções Lda.
- Porto Lazer, EEM
- Recer, SA
- TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA
- Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, SA
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos (Hospital Pedro Hispano)



ATIVIDADE OPERATIVA – JARDINS E ESPAÇOS VERDES

Em 2015 a RECOLTE S.A. continuou o seu caminho na consolidação da sua posição no mercado da Manutenção, Construção e Gestão de Jardins e Espaços Verdes materializada em adjudicações de relevo na zona da grande Lisboa.

Prosseguiu-se a procura do aumento de competitividade face ao mercado através da introdução de novas soluções técnicas na gestão dos atuais contratos. Neste âmbito, foram adquiridos equipamentos que permitem uma redução significativa de custos na gestão e tratamento dos resíduos resultantes das várias operações de manutenção de espaços verdes. Neste contexto foram também elaborados estudos de novas soluções para a otimização dos contratos, para aquisição de viaturas elétricas e de controlo de infestantes com recurso a equipamento a gás.

A presença em mercados internacionais foi uma constante também em 2015, mantendo-se o apoio às operações em curso em Angola, tendo sido também apresentadas propostas para trabalhos na Argélia e em Moçambique.

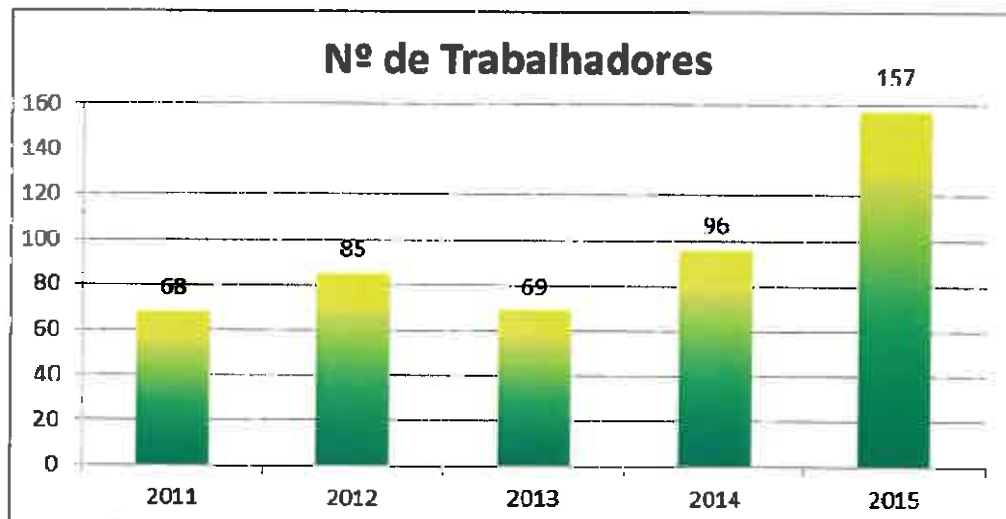
Na Argélia, colaborou-se ainda na elaboração de projetos de desenvolvimento para diversas instituições públicas sendo de destacar o Projeto Piloto para a criação de Polos de Atração Rural e o Estudo de Viabilidade de Reciclagem dos Resíduos Resultantes dos Lagares de Azeite da Região de Bejaia.

Com a renovação de muitos dos contratos em curso iniciados em anos anteriores e com a celebração das novas Prestações de Serviços indicadas atrás, noutra capítulo, o ano de 2015 permitiu à RECOLTE S.A. atingir na área da Construção e Manutenção de Jardins proveitos operacionais de **2.671** milhares de euros, registando um acréscimo de cerca de **17%** relativamente ao ano anterior. Este crescimento deve-se ao início de contratos de dimensão considerável na área da manutenção de espaços verdes, fruto de uma estratégia comercial melhor adaptada aos novos paradigmas do mercado e da reputação conquistada pela RECOLTE S.A. nesta área.



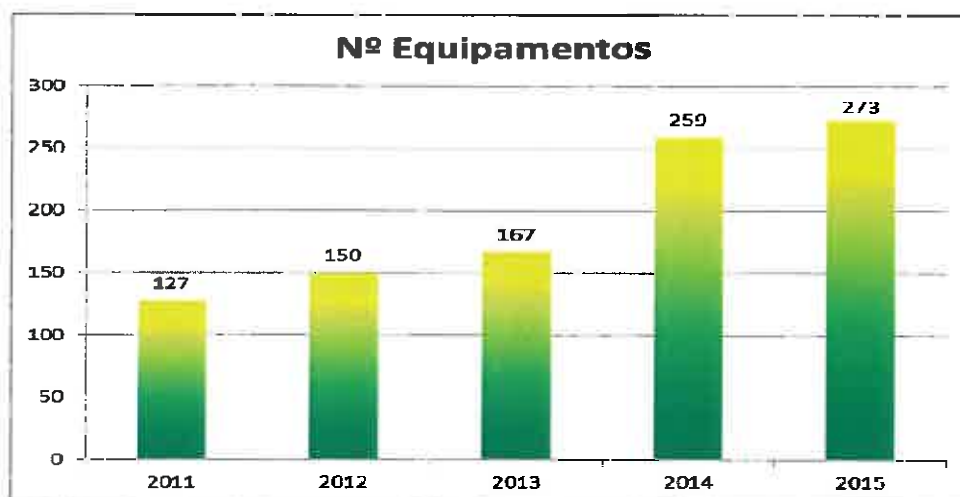


A adjudicação de novos contratos esteve na origem de um aumento de cerca de 64% do número de colaboradores afetos às operações de Jardins e Espaços Verdes.

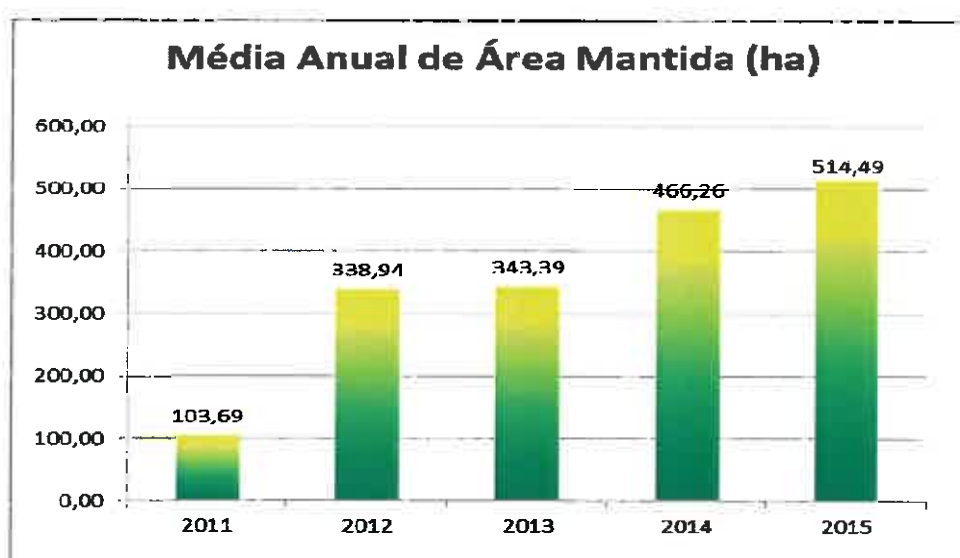


Relativamente ao imobilizado afeto às operações de Jardins e Espaços Verdes, os números evidenciados no gráfico abaixo mostram a estabilidade na quantidade de equipamentos nos anos de 2014 e 2015. Esta estabilidade provém do investimento já realizado em 2014 que permitiu, mesmo com a adjudicação de novos contratos, ter disponíveis os meios mecânicos para a realização das novas prestações de serviços.





No gráfico abaixo, é possível observar o aumento de cerca de **10%** na área objeto de manutenção. Este aumento está associado à dimensão dos novos contratos adjudicados em 2015, como por exemplo a Manutenção de Espaços Verdes para a Junta de Freguesia de Benfica, com cerca de 33 Hectares.



De seguida, apresentam-se os contratos de manutenção e as obras mais relevantes realizadas durante o exercício de 2015:



- Manutenção dos Espaços Verdes dos SIMAS de Oeiras e Amadora, para os **SIMAS – Oeiras e Amadora**
- Prestação de Serviços de controlo de vegetação e limpeza de órgãos hidráulicos na via férrea, Linhas do Norte, Beira Alta e Oeste (aproximadamente 500 km de linha férrea) para a **Somafel S.A**
- Manutenção de Arranjos Exteriores do Empreendimento Lagoas Park, em Oeiras, Manutenção dos Arranjos Exteriores do Novo Hospital de Cascais, Manutenção de espaços verdes da TV Record no Prior Velho, para a **TDGI – Tecnologias de Gestão de Imóveis, S.A.**
- Manutenção e Conservação dos Arranjos Exteriores do Taguspark, em Oeiras, para a **Taguspark, S.A.**
- Manutenção das Zonas Verdes das Freguesias de Algés, Camaxide, Cruz Quebrada e Linda-a-Velha para o **Município de Oeiras**
- Manutenção das Zonas Verdes da União das Freguesias de Parede e Carcavelos, e Freguesia de São Domingos de Rana, no Concelho de Cascais, para a **EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.**
- Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes da Creche dos Arcos em Paço de Arcos, para **Associação de Solidariedade Social Ajuda de Mãe**
- Manutenção de Áreas Verdes (Lado Terra), Prestação de Serviços no Aeroporto Lisboa, para a **ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.**
- Manutenção dos Espaços Verdes da Faculdade de Motricidade Humana, para a **Faculdade de Motricidade Humana**
- Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Jardins no **Município de Matosinhos – Lotes 1, 6, 11, 15 e 18**
- Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção de Zonas Verdes no Concelho de Vila Franca de Xira – Lote 8, para o **Município de Vila Franca de Xira;**
- Serviços de Desmatção da "Quinta de Santo António" – Porto, para o **Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.**
- Serviços de Limpeza e Desmatção do Vale De Alcântara / Encosta dos Sete Moinhos na Freguesia de Campolide, para o **Município de Lisboa**
- Execução de trabalhos de desmatção nas instalações em Alpriate - **INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.**



- Limpeza e Desmatção de Terrenos e Vias Férreas, Manutenção de Espaços Verdes Exteriores – POC, para a **EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**
- Manutenção e Conservação de Jardins e Espaços Ajardinados na Freguesia de Algueirão – Mem Martins, para a **Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins**
- Manutenção de espaços verdes do Edifício Contrapartidas – Multiusos Oriente – em Moscavide, para a **Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.**
- Manutenção de arranjos exteriores na Igreja de S. Joaquim e Santa Ana – Porto Salvo, para a **Zucotec, Lda.**

ATIVIDADE OPERATIVA – CONSTRUÇÃO E AMBIENTE

Em 2015 foi executada a empreitada de “Integração Paisagística das Vias Paralelas, na freguesia da Maia” para o **Município da Maia**.

Esta empreitada foi adjudicada na sequência de concurso público ganho pelo Consórcio, liderado pela RECOLTE S.A., com a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.. Com um prazo contratual de 12 meses a empreitada foi executada num prazo total inferior a 3 meses, situação enaltecida pelo cliente.

Ainda no ano de 2015 foi realizado, para o cliente **Valorsul, S.A.** o contrato de “Transporte de 30.000 toneladas de Escórias de Incineração” provenientes de Resíduos Sólidos Urbanos permitindo estreitar relações com um novo e importante cliente na área do Ambiente e permitindo diversificar as atividades da Empresa.

Esta área de atuação da Empresa desenvolveu e apresentou ao longo do ano de 2015 diversos estudos e propostas para trabalhos em Portugal e no estrangeiro, o que permite manter elevadas expectativas quando à dinamização desta área de atividade para 2016 e seguintes.



IX. CONCLUSÕES E PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Fazendo o balanço de todos os sectores e áreas de atividade da RECOLTE S.A. pode-se concluir que o ano de 2015 foi um ano de consolidação e reforço da posição de relevo que a Empresa ocupa no mercado do Meio Ambiente, sendo de realçar o aumento dos Rendimentos Operacionais em cerca de **25%** e o aumento muito significativo dos Resultados Líquidos.

É objetivo da RECOLTE S.A. para o ano de 2016 e seguintes, manter a sua atitude de ponderação e pragmatismo na participação nos diversos concursos, operações e oportunidades de negócio que permitam continuar, sustentadamente, a crescer e gerar valor, dando particular atenção ao controlo das cobranças junto dos seus clientes, à gestão criteriosa dos custos e à valorização continuada dos recursos humanos da Empresa.

Estando a Empresa amplamente reforçada em capacidade financeira e técnica, dimensão, recursos e valências com a sociedade sua participada de direito espanhol RECOLTE – Servicios y Medioambiente S.A.U., será dinamizada a aposta nos mercados internacionais, prioritariamente os de língua oficial portuguesa e castelhana, onde procuraremos, de forma prudente, concretizar os diversos projetos em que temos estado técnica e comercialmente envolvidos, não descurando as oportunidades de diversificação de atividades na área do Meio Ambiente que se possam colocar também em Portugal.

Será dada continuidade, igualmente, à aposta no mercado da recolha e tratamento dos resíduos hospitalares em Portugal onde a empresa está a ultimar o licenciamento e a instalação de uma unidade de tratamento dedicada.

Atentas as dificuldades que se esperam para o futuro próximo, quer para este sector de atividade, quer para o país, será mantido, de forma ponderada, o esforço de renovação e modernização dos equipamentos e a implementação de metodologias de gestão mais flexíveis e economicamente mais rentáveis e que possam proporcionar maior proximidade entre clientes, operações e populações servidas.

Neste contexto de alguma incerteza e dificuldade que se antevê para os próximos anos, apontamos, no entanto, como objetivos para 2016, atingir Rendimentos Operacionais idênticos aos obtidos no período em análise.



X. INFORMAÇÕES LEGAIS

A Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2015, não se tendo verificado negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

XI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo apurado no exercício de 2015, no montante de **3.559.778,95 euros** (três milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal € 178.000,00

Outras Reservas € 3.381.778,95

Lagoas Park, 8 de março de 2016

O Conselho de Administração



Joel Vaz Viana de Lemos



José Magalhães Gonçalves



Luís Manuel de Sousa Carreira



José Martins Rovisco

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 448.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), apresentam-se os Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social:

Acionistas	Nº Ações	% Capital	% Voto
TEDAL- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	26.000.000	100%	100%

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da sociedade, não são titulares de quaisquer ações da RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente, S.A., nem realizaram quaisquer operações com ações da sociedade durante o exercício de 2015.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.519.257,99	1.543.138,50
Ativos intangíveis	7	1.646,95	2.991,26
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	29.479.590,31	35.953.268,38
Outros ativos financeiros	5.3 e 14.1.3	100.000,00	100.000,00
		31.100.495,25	37.599.398,14
Ativo corrente			
Clientes	14.1.1 e 16	4.175.290,36	3.817.099,20
Adiantamentos a fornecedores	14.1.3	17.025,94	17.025,94
Estado e outros entes públicos		-	65.701,44
Acionistas/sócios	5.3 e 14.1.3	16.650.000,00	6.350.000,00
Outras contas a receber	14.1.2	591.222,95	2.200.006,72
Diferimentos	14.1.3	29.892,06	29.915,41
Caixa e depósitos bancários	4	99.859,88	38.467,36
		21.563.291,19	12.518.216,07
Total do ativo		52.663.786,44	50.117.614,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15.1	26.000.000,00	40.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	15.2	-	161.903,16
Reservas legais	15.3	97.700,00	76.300,00
Outras reservas	15.4	1.324.067,63	301.128,22
Resultados transitados	15.5	-	(1.383.623,98)
Ajustamentos em ativos financeiros			
Ajustamentos em ativos financeiros	12	1.750.494,09	4.006.236,41
		29.172.261,72	43.161.943,81
Resultado líquido do período	15 e 24	3.559.778,95	427.963,39
Total do capital próprio		32.732.040,67	43.589.907,20
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14.2.3	15.532.426,31	311.414,73
		15.532.426,31	311.414,73
Passivo corrente			
Fornecedores	14.2.1 e 16	2.819.110,99	1.967.920,69
Estado e outros entes públicos	14.2.4	130.757,85	135.620,62
Acionistas/sócios	5.3 e 14.2.4	149.700,04	3.549,87
Financiamentos obtidos	14.2.3 e 16	420.448,97	2.901.209,50
Outras contas a pagar	14.2.2	879.301,61	1.207.991,60
		4.399.319,46	6.216.292,28
Total do passivo		19.931.745,77	6.527.707,01
Total do capital próprio e do passivo		52.663.786,44	50.117.614,21

O anexo faz parte integrante do balanço para o período findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

Miguel Pereira

O Conselho de Administração

José de L.
João Pedro Mendes
Luiz Paulo Gomes
João António Moura

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em euros)

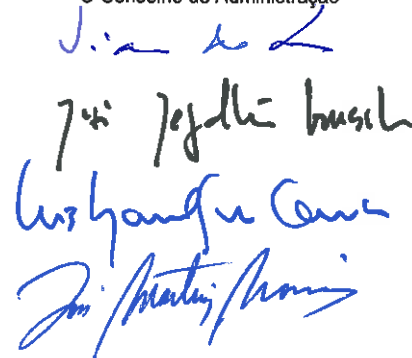
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	10 e 17	13.045.787,55	10.379.604,64
Subsídios à exploração	10	93.350,23	64.686,52
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10; 12 e 17	3.185.928,61	604.183,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(3.466,06)	(686,23)
Fornecimentos e serviços externos	19	(7.536.584,63)	(5.976.991,55)
Gastos com o pessoal	20	(5.016.695,87)	(4.389.957,10)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(55.337,68)	-
Outros rendimentos e ganhos	10 e 18	200.555,26	254.815,54
Outros gastos e perdas	21	(61.717,04)	(48.232,14)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.851.820,37	887.422,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(620.619,87)	(696.446,06)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.231.200,50	190.976,66
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 22	1.027.435,62	547.857,88
Juros e gastos similares suportados	22	(565.695,87)	(162.068,32)
Resultado antes de impostos		3.692.940,25	576.766,22
Imposto sobre o rendimento do período	11	(133.161,30)	(148.802,83)
Resultado líquido do período		3.559.778,95	427.963,39

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2015	2014
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		15.207.793,34	11.653.559,63
Pagamentos a fornecedores		(8.867.730,99)	(7.773.154,72)
Pagamentos ao pessoal		(3.333.273,44)	(2.729.208,36)
Caixa gerada pelas operações		3.006.788,91	1.151.196,55
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(1.139,46)	(60.562,10)
Outros recebimentos/Pagamentos		(1.568.418,21)	(1.101.566,61)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.437.231,24	(10.932,16)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(191,04)	(89.828,69)
Investimentos financeiros		-	(800.000,00)
Outros activos		(24.695.000,00)	-
		(24.695.191,04)	(889.828,69)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2.228.864,36	-
Outros activos		14.215.000,00	1.500.000,00
Juros e rendimentos similares		4.557,69	1.918,95
		16.448.422,05	1.501.918,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(8.246.768,99)	612.090,26
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		27.860.000,00	583.436,93
		27.860.000,00	583.436,93
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(8.718.735,00)	(1.072.353,70)
Juros e gastos similares		(108.431,58)	(111.716,03)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(12.161.903,15)	-
		(20.989.069,73)	(1.184.069,73)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		6.870.930,27	(600.632,80)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		61.392,52	525,30
Caixa e seus equivalentes no início do período		38.467,36	37.942,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	99.859,88	38.467,36

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado

Frederico Moreira

O Conselho de Administração

João de L.
João João Pereira
Luís António Gomes
João António Moreira



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em euros)

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							Total Capital Próprio
		Capital	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	40.000.000,00	161.903,16	50.300,00	301.128,22	(1.876.152,23)	5.979.850,42	518.528,25	45.135.557,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	26.000,00	-	492.528,25	(1.973.614,01)	(518.528,25)	(1.973.614,01)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	-	-	26.000,00	-	492.528,25	(1.973.614,01)	(518.528,25)	(1.973.614,01)
RESULTADO INTEGRAL	3	-	-	-	-	-	-	-	-
	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014	6=1+2+3+5	40.000.000,00	161.903,16	76.300,00	301.128,22	(1.383.623,98)	4.006.236,41	427.963,39	43.589.907,20
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	40.000.000,00	161.903,16	76.300,00	301.128,22	(1.383.623,98)	4.006.236,41	427.963,39	43.589.907,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	21.400,00	-	406.563,39	(2.255.742,32)	(427.963,39)	(2.255.742,32)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	21.400,00	-	406.563,39	(2.255.742,32)	(427.963,39)	(2.255.742,32)
RESULTADO INTEGRAL	8	-	-	-	-	-	-	-	-
	9=7+8	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital		(14.000.000,00)	(161.903,16)	-	1.022.939,41	977.060,59	-	-	(12.000.000,00)
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	10	26.000.000,00	-	97.700,00	1.324.067,63	-	1.750.494,09	3.559.778,95	32.732.040,67
	6+7+8+10	26.000.000,00	-	97.700,00	1.324.067,63	-	1.750.494,09	3.559.778,95	32.732.040,67

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado

Figural Gomes

O Conselho de Administração

J. de L.
João Pedro Borges
Luís Augusto Gomes
João António Pereira

ANEXO

Em 31 de dezembro de 2015

1. Nota Introdutória:

Recolte Serviços e Meio Ambiente S.A.
Lagoas Park, Edifício I
2740-265 Porto Salvo
Data de Constituição: 21 de junho de 1995

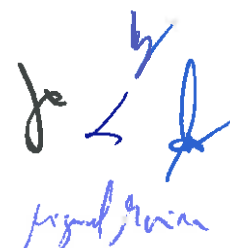
A Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A. (Empresa), tem como atividade principal a prestação de serviços relacionados com o mercado de resíduos nomeadamente:

- a) Conceção, construção, exploração, gestão e financiamento de sistema de recolha, de tratamento e deposição de resíduos de qualquer natureza, com exceção de resíduos radioativos;
- b) Conceção, construção, gestão e manutenção de todo o tipo de parques urbanos e naturais, zonas verdes e jardins;
- c) Serviço de limpeza e higienização de qualquer tipo, nomeadamente, redes viárias, áreas industriais, praias e zonas costeiras;
- d) Desmantelamento e demolições de infraestruturas e edificações;
- e) Valorização e venda de todos os tipos de materiais reciclados e/ou recuperados e de outros subprodutos residuais e de saneamento urbano e/ou industrial.

NIPC: 503505390

Empresa mãe: TEDAL - SGPS, S.A.
Designação Social: TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Sede: Lagoas Park, Edifício 2 Porto Salvo

Todos os valores deste anexo estão expressos em euros.



Handwritten signature in blue ink.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), pela 1ª vez no ano de 2010, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adotadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Empresa, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração

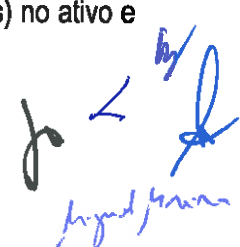
a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Diferimentos” (correntes e não correntes) no ativo e “Outras contas a pagar” e “Diferimentos” (correntes e não correntes) no passivo.



Handwritten signature in blue ink, likely of a company representative.

c) Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de Rendimentos e Ganhos ou Gastos e Perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos em ativos financeiros - relacionados com o método da equivalência patrimonial", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em subsidiárias e associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com essas entidades.

d) Rédito

Os réditos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- A Empresa não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.



Handwritten signature in blue ink, likely of a company representative, with the name "F. Gomes" visible at the bottom.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

e) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em ganhos e perdas de financiamento do período em que são geradas.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

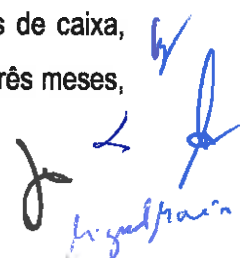
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, são classificados respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses,



Handwritten signature in blue ink.

e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

ii) Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores, não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "perdas de imparidade", para que os mesmos reflitam o seu valor realizável líquido.

iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio, emitidos pela Empresa, são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

iv) Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.



Handwritten signature in blue ink, likely of a company representative.

h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	1 - 12
Equipamento transporte	3 - 8
Ferramentas e utensílios	1 - 8
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 12

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" (NCRF 7).



i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, programas de computador, que são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela Empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computadores	3

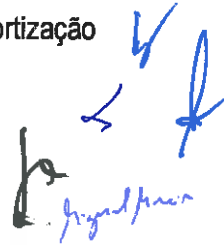
j) Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas, consoante a sua natureza.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.



k) Inventário

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

l) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

n) Imposto sobre o rendimento

O "Imposto sobre o rendimento do período" registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

o) Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2. Juízos de valor do Órgão de Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; e iii) especializações.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.



Handwritten signature in blue ink.

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é como segue:

Rubrica	2015	2014
Numerário	11.600,00	9.146,85
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	88.259,88	29.320,51
	99.859,88	38.467,36

5. Partes Relacionadas

5.1) Relacionamento com Empresa que consolida:

TEIXEIRA DUARTE, S.A.
Lagoas Park – Edifício 2
2740-265 Porto Salvo – Oeiras

5.2) As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram as seguintes:

Órgãos de gestão	2015	2014
Fiscal único		
Mariquito, Correia & Associados, SROC	4.300,00	4.000,00

5.3) Saldos e transações entre partes relacionadas:

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhados como segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar	
	2015	2014	2015	2014
RECOLTE, S.A.U.	65.830,12	5.291,46	492.263,21	38.073,12
TD-EC, S.A.	1.441.886,23	8.274,44	27.297,52	119.626,21
TD, S.A.	-	-	80.643,03	41.063,44
SOMAFEL, S.A.	121.746,61	127.483,15	-	-
TDGI, S.A.	74.355,93	65.132,73	542,69	433,10
RECOLTE S.A.U. – SUC. PORTUGAL	73.130,25	23.320,00	-	-
ANGOIMO, LDA	86.326,89	86.326,89	-	-
HOTEL ALVALADE, LDA	-	-	9.048,41	8.113,82
TDGPIL, S.A.	9.880,65	2.295,92	20.883,26	20.941,90
DIGAL, S.A.	184,50	184,50	-	-
BONAPARTE, S.A.	8.137,88	4.176,61	386,76	1.221,25
TRANSBRITAL, S.A.	-	-	60.037,14	60.037,14
FUNDO DE INVEST. IMOB.- TDF	2.644,50	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	110,70	2.048,00	2.139,90
TD VIA, S.A.	-	10.667,30	-	-
EVA, S.A.	-	-	-	117,32
PETRIN, S.A.	-	-	-	7.803,81
RECOLTE (PORTO), S.A.	597.840,00	418.700,00	-	-
	2.481.963,56	751.963,70	693.150,02	299.571,01

	Acionistas / Sócios				Prestações acessórias	
	Ativos		Passivos		Ativos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
TEDAL SGPS, S.A.	-	6.350.000,00	-	-	-	-
TD-EC, S.A.	16.650.000,00	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A. – (RETGS)	-	-	149.700,04	3.549,87	-	-
RECOLTE S.A.U.	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00
	16.650.000,00	6.350.000,00	149.700,04	3.549,87	100.000,00	100.000,00

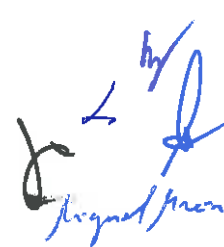
	Outras contas a receber		Outras contas a pagar		Adiantamentos a fornecedores	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
RECOLTE, S.A.U.	-	1.175.000,00	-	-	-	-
RECOLTE, S.A.U. – SUC. Portugal	45.000,00	395.000,00	-	-	-	-
TDGPIL, S.A.	-	-	-	-	17.025,94	17.025,94
TEIXEIRA DUARTE, S.A.	-	-	2.100,00	-	-	-
	45.000,00	1.570.000,00	2.100,00	-	17.025,94	17.025,94

	Financiamentos obtidos	
	2015	2014
TDGPIL, S.A.	-	950.000,00
RECOLTE, S.A.U.	15.000.000,00	-
	15.000.000,00	950.000,00

Handwritten signature and initials

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Rendimentos e ganhos financeiros		Gastos e perdas financeiros	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
TD-EC, S.A.	63.845,84	375.191,97	242.579,52	269.933,42	344.075,42	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A.	-	733,53	338.659,47	143.449,71	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	610.185,85	620.975,28	-	-	-	-	-	-
ANGOIMO, LDA	-	86.273,58	-	-	-	-	-	-
V-8 GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	2.500,00	-	-	-	-	-	-	-
OFM, S.A.	-	-	-	39.308,73	-	-	-	-
TDE, S.A.	3.900,00	1.980,00	-	-	-	-	-	-
TDGP II, S.A.	9.078,73	3.206,16	101.869,57	102.155,63	-	-	17.183,07	5.291,46
TDVIA, S.A.	-	8.672,60	-	-	-	-	-	-
QUINTA DE CRAVEL IMOB., S.A.	1.660,00	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO INVEST. IMOB. - TDF	2.425,00	312,43	-	-	-	-	-	-
BONAPARTE, S.A.	22.874,35	23.841,77	4.106,31	5.130,47	-	-	-	-
TRANSBRITAL, S.A.	700,00	5.700,00	-	-	-	-	-	-
PETRIN, S.A.	-	610,00	17.648,37	58.340,30	-	-	-	-
DIGAL, S.A.	900,00	1.162,50	-	-	-	-	-	-
TDHC, S.A.	-	125,00	-	-	-	-	-	-
EVA, S.A.	-	-	-	117,32	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	170,00	90,00	16.876,76	12.144,66	-	-	-	-
TDGI, S.A.	326.041,42	275.310,59	2.417,11	2.327,36	-	-	-	-
RECOLTE S.A.U.-SUC. PORTUGAL	92.451,24	1.397.101,64	-	-	18.926,39	59.911,61	-	-
RECOLTE (PORTO), S.A.	3.753.000,00	2.066.100,79	-	-	-	-	-	-
TEDAL SGPS, S.A.	-	-	-	-	406.821,43	445.505,50	-	7.116,27
RECOLTE, S.A.U.	42.496,18	5.745,32	454.190,09	7.601,77	23.333,94	5.291,46	-	30.471,35
HOTEL ALVALADE, LDA	-	-	-	4.290,64	-	(298,34)	-	484,81
	4.932.228,61	4.873.133,16	1.178.347,20	644.800,01	793.157,18	510.410,23	17.183,07	43.363,89



Handwritten signature in blue ink.

6. Ativos tangíveis

Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis no período de 2014, bem como nas depreciações e perdas por imparidade acumuladas:

	Saldo 01-01-2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Transferências	Saldo 31-12-2014
Ativo fixo tangível				
Edifícios e outras construções	58.234,97	2.250,00	-	60.484,97
Equipamento básico	7.863.838,49	78.691,39	(261.337,85)	7.681.192,03
Equipamento de transporte	1.174.451,85	25.000,00	(2.750,00)	1.196.701,85
Ferramentas e utensílios	-	272,00	261.337,85	261.609,85
Equipamento administrativo	218.224,02	7.023,85	-	225.247,87
Outros ativos fixos tangíveis	281.816,28	601,01	-	282.417,29
	9.596.565,61	113.838,25	(2.750,00)	9.707.653,86
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	41.851,80	7.766,21	-	49.618,01
Equipamento básico	6.326.705,39	572.753,12	(254.391,16)	6.645.067,35
Equipamento de transporte	678.392,11	85.946,76	(2.750,00)	761.588,87
Ferramentas e utensílios	-	3.094,62	254.391,16	257.485,78
Equipamento administrativo	196.561,23	7.348,59	-	203.909,82
Outros ativos fixos tangíveis	229.849,47	16.996,06	-	246.845,53
	7.473.360,00	693.905,36	(2.750,00)	8.164.515,36

Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis no período de 2015, bem como nas depreciações e perdas por imparidade acumuladas:

	Saldo 01-01-2015	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2015
Ativo fixo tangível				
Edifícios e outras construções	60.484,97	16.460,00	-	76.944,97
Equipamento básico	7.681.192,03	92.035,76	-	7.773.227,79
Equipamento administrativo	225.247,87	4.557,76	378,00	229.427,63
Equipamento de Transporte	1.196.701,85	472.500,78	-	1.669.202,63
Ferramentas e utensílios	261.609,85	-	-	261.609,85
Outros ativos fixos tangíveis	282.417,29	8.923,91	-	291.341,20
	9.707.653,86	594.478,21	378,00	10.301.754,07
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	49.618,01	7.353,21	-	56.971,22
Equipamento básico	6.645.067,35	460.784,97	-	7.105.852,32
Equipamento administrativo	203.909,82	8.051,26	94,50	211.866,58
Equipamento de Transporte	761.588,87	121.854,00	-	883.442,87
Ferramentas e utensílios	257.485,78	2.205,64	-	259.691,42
Outros ativos fixos tangíveis	246.845,53	17.826,14	-	264.671,67
	8.164.515,36	618.075,22	94,50	8.782.496,08

7. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Período 2014

	Saldo 01-01-2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2014
Ativo bruto				
Propriedade industrial e outros direitos	44.668,44	625,00	-	45.293,44
	44.668,44	625,00	-	45.293,44
Amortizações acumuladas				
Propriedade industrial e outros direitos	39.761,48	2.540,70	-	42.302,18
	39.761,48	2.540,70	-	42.302,18

Período 2015

	Saldo 01-01-2015	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2015
Ativo bruto				
Propriedade industrial e outros direitos	45.293,44	1.200,34	-	46.493,78
	45.293,44	1.200,34	-	46.493,78
Amortizações acumuladas				
Propriedade industrial e outros direitos	42.302,18	2.544,65	-	44.846,83
	42.302,18	2.544,65	-	44.846,83

8. Locações

No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa utilizava os seguintes bens em regime de locação financeira:

Período 2014

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Capital em dívida
Ativo				
Equipamento básico	411.061,32	210.065,64	200.995,68	403.045,40
Equipamento de transporte	552.994,63	119.859,68	433.134,95	79.799,02
	964.055,95	329.925,32	634.130,63	482.844,42

Período 2015

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Capital em dívida
Ativo				
Equipamento básico	89.312,44	41.381,50	47.930,94	26.459,32
Equipamento de transporte	961.404,46	199.223,03	762.181,43	723.157,56
	1.050.716,90	240.604,53	810.112,37	749.616,88

Handwritten signature and initials

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

Datas	Rendas	
	2015	2014
2015	-	171.429,69
2016	217.190,57	101.300,75
2017	204.196,91	95.131,68
2018	216.088,88	114.982,30
2019	68.681,66	-
Após 2019	43.458,86	-
	749.616,88	482.844,42

9. Imparidade de ativos

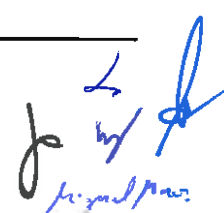
Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos na rubrica "Imparidade de dívidas a receber", foram os seguintes:

	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	52.541,15	52.541,15
Aumento	55.337,68	-
Saldo em 31 de dezembro	107.878,83	52.451,15

10. Rédito

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o rédito reconhecido pela Empresa tinha a seguinte decomposição:

	2015	2014
Vendas de bens	25.163,16	3.038,80
Prest��o de serviços	13.020.624,39	10.376.565,84
Subsídios � exploração	93.350,23	64.686,52
Outros rendimentos e ganhos	200.555,26	254.815,54
Juros e rendimentos similares obtidos	1.027.435,62	547.857,88
	14.367.128,66	11.246.964,58



Handwritten signature in blue ink.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa. Nas rubricas "Outros Ativos Correntes", "Outros Ativos não Correntes", "Outros Passivos Correntes" e "Outros Passivos não Correntes" são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorreram em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde. Os juros foram reconhecidos, utilizando o método do juro efetivo.

11. Impostos sobre o rendimento

Imposto corrente

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurada, a Empresa poderá ainda estar sujeita a Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável, e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%. Adicionalmente, caso o lucro tributável seja superior a 1.500.000 euros, a parte que excede o montante de 1.500.000, 7.500.000 e 35.000.000 euros é sujeita a derrama estadual às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente. A Empresa está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos e despesas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, os exercícios de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitos a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àqueles exercícios não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2015.

Impostos diferidos

No processo de apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes que não concorrem fiscalmente. Esta diferença entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência para os exercícios até 2009, de quatro anos para os

exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e de doze anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os apurados antes desse exercício, está limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A Empresa encontra-se integrada no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a empresa Teixeira Duarte, S.A..

11.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos, são como se segue:

Gasto/Rendimento	2015	2014
Imposto corrente	133.161,30	9.521,87
Imposto diferido	-	138.584,60
Ativo por imposto diferido – Imparidades de clientes	-	696,36
	133.161,30	148.802,83



Handwritten signature in blue ink.

11.2. A relação entre Gasto (Rendimento) de impostos e o resultado contabilístico, é conforme se apresenta:

Rubrica		2015	2014
Resultado líquido do período	1	3.559.778,95	427.963,39
Ajustamentos para o lucro tributável			
Diferenças definitivas			
A acrescentar	2	155.338,02	16.185,56
A deduzir	3	(3.190.428,61)	(607.016,57)
Diferenças temporárias			
A acrescentar	4	-	144.705,89
A deduzir	5	-	(5.424,93)
Lucro / (prejuízo fiscal)	6=1+2-3+4-5	524.688,36	(23.586,66)
Dedução de perdas fiscais	7	-	-
Matéria coletável	8=6-7	524.688,36	-
Coleta	9=8xt	110.184,56	-
Benefícios fiscais por dedução à coleta	10	-	-
Outras componentes do imposto			
Tributação autónoma	11	15.106,42	9.521,87
Derrama	12	7.870,33	-
Imposto corrente	13=9-10+11+12	133.161,30	9.521,87
Imposto diferido	14	-	139.280,96
Gastos/ (rendimentos) de impostos	15=13+14	133.161,30	148.802,83

≡ IRC à taxa de 21% em 2015 e 23% em 2014

		2015	2014
Imposto corrente	1	133.161,30	9.521,87
Resultado antes de impostos	2	3.692.940,25	576.766,22
Taxa de imposto efetiva	3= 1/2	3,61%	1,65%

11.3. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Período 2014

	Constituição		Reversão		Transferência	Saldo Final
	Saldo Inicial	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	
Ativos por impostos diferidos:						
Ajustes de clientes						
ccbrança duvidosa	696,36	-	-	(696,36)	-	-

12. Investimentos em subsidiárias

A empresa subsidiária que, em 31 de dezembro de 2015, foi registada pelo método da equivalência patrimonial, é a seguinte:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação
Recolte, Servicios y Medioambiente, S.A.U.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º C - Madrid	100%

As partes de capital detidas na empresa subsidiária, tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015:

	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	35.953.268,38	37.322.699,35
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
- Efeito no resultado do período	3.185.928,61	604.183,04
- Efeito em capitais próprios	(2.255.742,32)	(1.973.614,01)
Reduções	(7.403.864,36)	-
Saldo em 31 de dezembro	29.479.590,31	35.953.268,38

A redução ocorrida no período findo em 31 de dezembro de 2015, é referente à alienação de 261.402 acções da empresa Recolte, Servicios y Medioambiente, S.A.U., à própria.

A referida participação está relevada pelo método da equivalência patrimonial, que, no período findo em 31 de dezembro de 2015, teve os seguintes impactos:



Handwritten signature

Subsidiárias	Ganhos e perdas em empresas subsidiárias	Ajustamentos de partes capital	Total
Recolte, S.A.U.	3.185.928,61	(2.255.742,32)	930.186,29

A principal informação financeira relativa à Empresa subsidiária é a seguinte:

	2015			
	Ativos totais	Passivos totais	Rendimentos	Resultado líquido
Recolte, S.A.U.	79.537.027,86	49.957.437,55	40.591.156,81	3.185.928,61

13. Inventários

As mercadorias e a matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. (NCRF 18)

	31-12-2015	31-12-2014
Saldo em 1 de janeiro	-	-
Compras	3.466,06	686,23
Custo do exercício	(3.466,06)	(686,23)
Saldo em 31 de dezembro	-	-

14. Instrumentos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a seguinte composição:

João W. Silva
Assessor Financeiro

14.1. Ativos financeiros

14.1.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes" (Corrente) tinha a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Clientes		
Clientes conta corrente	4.283.079,19	3.869.550,35
Perdas imparidade acumuladas (Nota 9)	(107.788,83)	(52.451,15)
	4.175.290,36	3.817.099,20

	31-12-2015		31-12-2014	
	Clientes gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)	Clientes gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)
Clientes				
Clientes conta corrente	1.801.115,63	2.481.963,56	3.117.586,65	751.963,70
Perdas imparidade acumuladas (Nota 9)	(107.788,83)	-	(52.451,15)	-
	1.693.326,80	2.481.963,56	3.065.135,50	751.963,70

14.1.2. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos da rubrica "Outras contas a receber" (corrente) apresentava-se como se segue:

Rubricas	2015	2014
Devedores por acréscimo de rendimentos	462.373,22	562.132,58
Outros devedores	55.492,19	38.976,35
Consultores - Seguros	36.800,32	-
Apoios de tesouraria	-	1.570.000,00
Fornecedores saldo devedor	36.557,22	28.897,79
	591.222,95	2.200.006,72

14.1.3. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os Outros Ativos tinham a seguinte composição:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	-	65.701,44	-
Acionistas / Sócios (Nota 5.3.)				
Empréstimos concedidos	16.650.000,00	-	6.350.000,00	-
Diferimentos				
Prémios de seguros	4800,52	-	557,27	-
Rendas	14.921,54	-	9.800,42	-
Outros	10.170,00	-	19.557,72	-
	29.892,06	-	29.915,41	-
Outros ativos financeiros				
Prestações acessórias (Nota 5.3.)	-	100.000,00	-	100.000,00
Adiantamentos a fornecedores (Nota 5.3.)	17.025,94	-	17.025,94	-

A Empresa encontra-se integrada, no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Teixeira Duarte, S.A..

14.2. Passivos financeiros

14.2.1. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Fornecedores" (Corrente), tinha a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores		
Conta corrente	2.758.465,50	1.889.662,12
Conta retenções	60.645,49	78.258,57
	2.819.110,99	1.967.920,69

	31-12-2015		31-12-2014	
	Fornecedores gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)	Fornecedores gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)
Fornecedores				
Conta corrente	2.065.315,48	693.150,02	1.590.091,11	299.571,01
Conta retenções	60.645,49	-	78.258,57	-
	2.125.960,97	693.150,02	1.668.349,68	299.571,01

14.2.2. Outras contas a pagar

No Passivo Corrente existe a rubrica "Outras contas a pagar" que passamos a explicar no quadro em baixo:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Outros acréscimos de gastos	210.626,38	551.936,56
Subsídio de férias	224.759,95	213.660,00
Férias	224.759,95	213.660,00
Segurança social	106.760,98	101.488,50
Prémios	98.000,00	98.000,00
Remuneração a pagar ao pessoal	10.879,50	14.502,07
Acréscimo de gastos – Juros	-	14.103,80
Retenções judiciais	-	418,4
Outros	3.514,85	-
Clientes saldo credor	-	192,95
Sindicatos	-	29,32
	879.301,61	1.207.991,60

14.2.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos da rubrica "Financiamentos obtidos" apresentavam-se como se segue:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Descoberto bancário	-	203.258,40	-	1.879.779,81
Locações financeiras (Nota 8)	532.426,31	217.190,57	311.414,73	171.429,69
Financ. obtidos (Nota 5.3.)	15.000.000,00	-	-	850.000,00
	15.532.426,31	420.448,97	311.414,73	2.901.209,50

Em 31 de dezembro de 2015, o descoberto bancário contratado com o Banco Comercial Português S.A., vence juros às taxas normais de mercado.

14.2.4. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os saldos de Outros passivos correntes apresentavam-se como se segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento - Retenções na fonte	22.774,79	22.227,35
Contribuições para a segurança social	99.411,10	80.655,59
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	6.920,40	32.737,68
Outros	1.651,56	
	130.757,85	135.620,62
Acionistas / Sócios (Nota 5)		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC:		
Imposto estimado - R.E.T.G.S.	154.640,51	7.350,88
Retenção na fonte - R.E.T.G.S.	(4.940,47)	(3.801,01)
	149.700,04	3.549,87

15. Capital

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é composto por 26.000.000 ações nominativas com o valor nominal de 1,00 euro cada.

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2014, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
TEDAL SGPS, S.A.	100%	26.000.000,00

De referir que durante o exercício de 2015 foi efectuada uma redução do capital social de 40.000.000,00 euros para 26.000.000,00 euros, através da extinção de 14.000.000 ações, tendo como finalidade a cobertura de prejuízos acumulados, como finalidade especial o reforço das reservas livres e a libertação de excesso de capital.

15.2. Outros instrumentos de capital próprio

A Empresa efectuou no presente exercício a devolução das prestações acessórias de capital no valor acumulado de 161.903,16 euros.

15.3. Reservas legais

As reservas legais sofreram no exercício um incremento de 21.400,00 euros em resultado da aplicação do resultado líquido apurado no período de 2014, conforme deliberação da assembleia-geral de Acionistas de vinte e um de abril de dois mil e quinze.

15.4. Outros reservas

A Empresa efectuou no período um reforço das reservas livres no montante de 1.022.939,41 euros conforme deliberação unânime tomada por escrito em vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze.

15.5. Resultados transitados

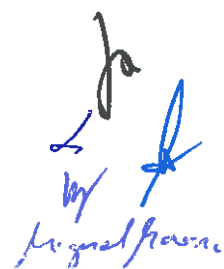
Os resultados transitados sofreram no exercício um incremento de 406.563,39 euros em resultado da aplicação do resultado líquido apurado no período de 2014, conforme deliberação da assembleia-geral de Acionistas de vinte e um de abril de dois mil e quinze.

A Empresa efectuou ainda neste período a cobertura dos prejuízos acumulados no montante 977.060,59 euros, conforme deliberação unânime tomada por escrito em vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze.

16. Gestão de riscos financeiros

Princípios gerais:

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:



Handwritten signature in blue ink, likely of a representative of the company.

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente é responsável pela identificação quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco cambial

As atividades operacionais da Empresa estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pela Empresa tem como objetivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos resultados da Empresa a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	31-12-2015	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2014
Dólar Americano	-	-	7.629,01	7.629,01

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilísticas relevantes.

João
by
Financial Team

Os eventuais impactos gerados nas demonstrações financeiras da empresa, caso ocorresse uma valorização de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	31-12-2015		31-12-2014	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Dólar Americano	381,45	-	381,45	-

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o passivo financeiro era composto por 100 % de taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros daqueles períodos teriam (diminuído) aumentado em (12.338,48) / 12.338,48 euros e (49.859,42) / 49.859,42 euros, respetivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.



Handwritten signature

Os ajustamentos nas contas a receber são calculados considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2015, é convicção do Conselho de Administração que os ajustamentos de contas a receber estimados se encontram adequadamente relevados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contas a receber de clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2015	2014
Saldos		
Não vencido	2.039.884,97	1.602.414,44
Até 180 dias	1.705.297,37	1.849.802,49
De 180 a 360 dias	291.226,55	287.324,21
Mais de 360 dias	138.881,47	77.558,06
	4.175.290,36	3.817.099,20

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

	2014				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Descoberto bancário	1.879.779,81	-	-	-	1.879.779,81
Fornecedores	1.967.920,69	-	-	-	1.967.920,69
Locações financeiras (Nota 8)	171.429,69	101.300,75	95.131,68	114.982,30	482.844,42
Financ. obtidos – Empresa mãe (Nota 5)	850.000,00	-	-	-	850.000,00
	4.869.130,19	101.300,75	95.131,68	114.982,30	5.180.544,92

	2015				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Descoberto bancário	203.258,40	-	-	-	203.258,40
Fornecedores	2.819.110,99	-	-	-	2.819.110,99
Locações financeiras (Nota 8)	217.190,57	204.196,91	216.088,88	112.140,52	749.616,88
Financ. obtidos – Empresa mãe (Nota 5)	-	-	-	15.000.000,00	15.000.000,00
	3.239.559,96	204.196,91	216.088,88	15.112.140,52	18.771.986,27

Handwritten signature and initials in blue ink.

17. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como se segue:

	2015		2014	
	Mercado Interno	Mercado IntraComunitário	Mercado Interno	Mercado IntraComunitário
Vendas de mercadorias	25.163,16	-	3.038,80	-
Prestações de serviços:				
Serviços ambientais	7.402.208,13	-	5.498.427,47	-
Transporte de resíduos	4.109.659,24	-	3.673.853,45	-
Varredura	1.003.723,92	-	1.013.348,33	-
Lavagem de contentores	240.880,27	-	194.480,38	-
Limpeza de praias	196.303,98	-	48.314,00	-
Depósitos em aterros	24.238,71	-	26.415,43	-
Serviços secundários	250,06	42.496,18	1.130,00	5.745,32
Recolha de monstros	863,90	-	1.751,31	-
Outros	-	-	(5.164,80)	-
Grau de acabamento	-	-	(81.735,05)	-
	13.003.291,37	42.496,18	10.373.859,32	5.745,32

18. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como se segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares	211.788,68	192.715,05
Sinistros e Indemnizações	(12.714,10)	51.839,22
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.298,10	9.239,59
Excesso de estimativa de imposto	-	733,53
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	200,00
Outros	182,58	88,15
	200.555,26	254.815,54



Handwritten signature

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	2015	2014
Serviços especializados	3.160.317,10	1.856.788,44
Energia e fluidos	1.285.769,72	1.411.983,06
Subcontratos	746.832,72	1.026.859,48
Serviços diversos	698.720,04	782.505,02
Materiais	1.359.262,80	720.318,15
Deslocações estadas e transportes	285.682,25	178.537,40
	7.536.584,63	5.976.991,55

20. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como se segue:

	2015	2014
Remunerações do pessoal	3.962.393,74	3.466.502,79
Encargos sobre remunerações	809.859,07	701.996,44
Outros gastos com pessoal	84.876,80	89.128,80
Indemnizações	57.338,64	76.420,78
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	102.227,62	55.908,29
	5.016.695,87	4.389.957,10

O número médio de trabalhadores durante o período de 2015 foi de 358. A Empresa tinha em 31 de dezembro de 2015, 377 trabalhadores, dos quais 20 são quadros superiores, 17 são enquadramento, 149 são trabalhadores especializados e 191 são trabalhadores indiferenciados.

Handwritten signature: Agostinho

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como se segue:

	2015	2014
Impostos e taxas	35.848,93	36.440,09
Insuf estimativa impostos	14.128,33	-
Multas	8.048,39	-
Outros	3.691,39	11.792,05
	61.717,04	48.232,14

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como se segue:

	2015	2014
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos DO	4.557,69	548.156,22
Outros Juros obtidos	1.022.877,93	(298,34)
	1.027.435,62	547.857,88
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	538.950,28	149.910,62
Comissões	18.456,33	2.288,46
Outros	8.289,26	9.869,24
	565.695,87	162.068,32
Resultados financeiros	461.739,75	385.789,56

23. Garantias bancárias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a clientes para efeito de concursos, adiantamentos já recebidos e garantias de boa execução de obras no montante de 1.374.619,25 euros e 1.412.871,12 euros respetivamente.



Handwritten signature in blue ink.

24. Outras informações

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Aplicação de resultados de 2014

Em reunião de Assembleia-geral de Acionistas realizada em 21 de abril de 2015 foram aprovadas as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014, tendo sido deliberado que o resultado líquido apurado no exercício de 2014, positivo no montante de 427.963,39 euros fosse repartido por reservas legais e resultados transitados, sendo a aplicação de 21.400,00 euros e 406.563,39 euros respectivamente.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Miguel Soares

26. Eventos subsequentes à data do balanço

Não são conhecidas à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lagoas Park, 8 de março de 2016

O Contabilista Certificado

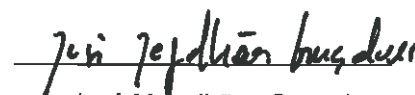


Miguel Branco Moreira

O Conselho de Administração



Joel Vaz Viana de Lemos



José Magalhães Gonçalves



Luís Manuel de Sousa Carreira



José Martins Rovisco

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração das alterações no Capital Próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo apresentados pela Administração da RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A., relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Acompanhámos com regularidade a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções
3. No cumprimento da nossa ação fiscalizadora procedemos às verificações que julgámos necessárias, dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.
4. As contas foram examinadas por nós na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a Certificação Legal das Contas.
5. Considerando que o relatório de Gestão descreve com clareza a evolução dos negócios sociais e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:
 - a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações no Capital Próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015;
 - b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Linda-a-Pastora, 5 de abril de 2016

O Fiscal Único

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:


António Francisco Escameia Mariquito - ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 52.663.786 euros e um total de capital próprio de 32.732.041 euros, incluindo um resultado líquido de 3.559.779 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE S.A., em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Linda-a-Pastora, 5 de abril de 2016

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

RELATÓRIO E CONTAS

2016

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

JOSÉ PEDRO POIARES COBRA FERREIRA

Secretária

MARIA FILIPA RIBEIRO PEREIRA DE MATOS ALVES TORGO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

JOEL VAZ VIANA DE LEMOS

Administradores

JOSÉ MAGALHÃES GONÇALVES

LUÍS MANUEL DE SOUSA CARREIRA

JOSÉ MARTINS ROVISCO

FISCAL ÚNICO

Efetivo

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.,
representada por:
ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO – ROC

Suplente

JOSÉ MARTINS CORREIA – ROC



I. INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente, S.A., adiante RECOLTE S.A., no cumprimento das disposições legais, apresenta o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Na oportunidade, aproveita-se para mencionar as matérias objeto do presente Relatório, em que se analisa e descreve sucintamente o enquadramento económico e social em que se insere a atividade da Empresa, fazendo-se, também, uma apreciação global do desempenho da RECOLTE S.A., destacando-se os aspetos do sector operacional mais determinantes durante o período em análise.



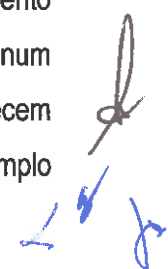
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2016 foi marcado por sinais positivos quanto à evolução macroeconómica do país e por uma estabilidade governativa não previsível atenta a composição dos partidos que apoiam o governo, mas que tem conseguido manter uma imagem positiva quanto à evolução dos principais índices económicos e quanto ao equilíbrio e paz social do país. Tal facto tem sido conseguido, genericamente, à custa da diminuição do investimento público, cativação de despesas e por aumento da carga fiscal.

Para esta paz social e governativa muito contribuiu a moderação e equilíbrio evidenciados pelo novo Presidente da República, o aumento do Salário Mínimo Nacional, a reposição de direitos laborais antes suspensos por imposição dos credores internacionais e a reversão de diversos contratos de concessão a privados no setor dos transportes públicos, entre outros. Resta esperar para se poder verificar a sustentabilidade a medio e longo prazo destas medidas ao nível dos principais indicadores económicos e sociais, designadamente o equilíbrio das contas públicas, a diminuição da dívida pública, o crescimento do Produto Interno Bruto e a atenuação dos desequilíbrios sociais e diminuição da taxa de desemprego.

No caso concreto da área de atividade *core* da RECOLTE S.A., - a prestação de serviços na área do Meio Ambiente onde se incluem a recolha, o transporte, o tratamento, a eliminação de resíduos, a construção e a manutenção de jardins e espaços verdes, entre outras -, manteve-se alguma estagnação vinda já de anos anteriores, decorrente da grande dificuldade dos municípios e entidades públicas abrirem à iniciativa privada a gestão e a exploração destas atividades.

Nalgumas áreas constatou-se até, por razões políticas decorrentes de imposições dos partidos que apoiam o governo, um retrocesso desta realidade por parte de alguns municípios, empresas públicas e do próprio Estado, verificando-se que - além das referidas reversões das privatizações no setor dos transportes públicos - muitos serviços ambientais que vinham a ser prestados por privados passaram a ser realizados pelos serviços públicos ou municipais. Não foi demonstrado, todavia, que daí advenha qualquer benefício económico para os municípios ou para os munícipes, nem qualquer redução setorial da taxa de desemprego sendo certo que, nos diversos exemplos conhecidos, se verificou uma degradação da qualidade dos serviços anteriormente existente. Num contexto de escassez de oportunidades de negócio e de redução dessas expectativas para o futuro, a que se junta uma generalizada dificuldade de acesso ao financiamento bancário e os seus elevados custos, continuam a verificar-se níveis de concorrência muito elevados, num absoluto aviltamento de preços baseados em soluções técnicas obsoletas que, ainda assim, merecem acolhimento por parte dos organismos públicos numa ótica meramente economicista. É um bom exemplo



desta situação, a exigência por parte do Estado de não aumento dos encargos com algumas prestações de serviços, impondo, em simultâneo, aumentos significativos dos custos com pessoal decorrentes do aumento do Salário Mínimo Nacional e dos combustíveis com a introdução de novos impostos sobre os mesmos.

No caso concreto do setor do Meio Ambiente em Portugal, para que se verifique um aumento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e para cumprimento das metas ambientais europeias, será fundamental que se implementem políticas públicas conducentes a uma maior descentralização e a uma abertura à iniciativa privada da generalidade das atividades deste setor, sobretudo ao nível municipal.

Mantem-se em avaliação pelos Reguladores (ERSAR e APA), Autoridade da Concorrência, Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, e instancias competentes da União Europeia que tutelam a área do Meio Ambiente a reclamação conjunta das principais empresas do setor, incluindo a RECOLTE S.A, relativa ao processo de privatização da EGF, Empresa Geral do Fomento, gerador de um novo monopólio, agora de natureza privada onde antes existia um monopólio público, sendo qualquer das situações lesivas de uma sã concorrência no setor do Meio Ambiente.

Por último, ainda em resultado da situação económica e financeira nacional e da inerente escassez de liquidez nos mercados financeiros, é insustentável para as empresas o atraso recorrente dos pagamentos dos Municípios e do setor empresarial público, pelo que a implementação de medidas legais imperativas que disciplinem, e propiciem, a regularização imediata dos passivos destas entidades é uma questão que se deveria revestir da máxima prioridade.



III. APRECIÇÃO GLOBAL

Para a RECOLTE S.A., 2016 foi um ano de continuado esforço e dedicação de todos os colaboradores e equipas dirigentes no sentido de se promover o aumento da qualidade das atividades desenvolvidas, o crescimento da Empresa e a criação de valor.

Ao nível da gestão dos meios manteve-se a aposta na consolidação do quadro de pessoal técnico e especializado com vista a corresponder de forma mais eficaz às necessidades dos nossos clientes e às exigências dos contratos celebrados, promovendo-se uma política de maior proximidade junto dos clientes o que, associado a um elevado grau de satisfação com o desempenho dos serviços prestados, permite que a RECOLTE S.A. seja distintamente reconhecida pela forma profissional na sua forma de agir no mercado do Meio Ambiente.

Com um posicionamento ativo no desenvolvimento e pesquisa de novas oportunidades de negócio, a RECOLTE S.A. atua sempre com seriedade, profissionalismo e transparência, reforçando a sua imagem de notoriedade, de credibilidade técnica e de sustentabilidade financeira, através das suas inúmeras intervenções nos mais variados contratos e atividades.

Com a atividade da sua participada RECOLTE – Servicios y Medioambiente S.A.U. que opera no mercado Espanhol, a RECOLTE S.A. sai fortemente reforçada na sua capacidade de resposta técnica, financeira e operativa ao nível Ibérico, proporcionando múltiplas sinergias além de proporcionar um suporte técnico acrescido para fazer face aos desafios que se colocam com a internacionalização.

Continuamos atentos às oportunidades de negócio e à exploração comercial de novos projetos no país e além-fronteiras - designadamente em Angola, Argélia, Colômbia e Moçambique - na área das centrais de reciclagem e tratamento e valorização de resíduos, construção e gestão de aterros sanitários, gestão de resíduos hospitalares, entre outras, onde o grau de exigência e de aceitação que temos tido para os nossos projetos e propostas são sinais auspiciosos quanto ao rumo da estratégia delineada.

No âmbito da Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares Perigosos é de relevar a obtenção de licença para esta atividade na Região Autónoma dos Açores e a celebração dos primeiros contratos de gestão de resíduos hospitalares nessa Região Autónoma.



A trajetória de crescimento do volume de negócios da Empresa tem sido sustentada, apesar dos diversos impactos negativos e dos elevados custos de contexto referidos, destacando-se, entre eles, o decréscimo sistemático nos valores base de lançamento de novos concursos públicos.

Merece também particular atenção dos órgãos de gestão da Empresa o controlo do endividamento e das cobranças juntos de todos os seus clientes, por forma a minimizar os encargos financeiros permitindo assim libertar disponibilidades para investimento.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da Empresa e a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015
Trabalhadores	266	249	341	377	494	31,0%
Vendas / Prestações de Serviços	9 956,6	10 521,0	10 379,6	13 045,8	13 998,1	7,3%
Rendimentos Operacionais	10 390,2	10 797,0	10 699,1	13 339,7	14 252,5	6,8%
EBITDA	865,3	740,0	283,2	721,2	539,5	-25,2%
Margem EBITDA / Vol. Negócios	8,7%	7,0%	2,7%	5,1%	3,9%	-24,5%
EBIT	146,0	766,0	191,0	3 231,2	378,7	-88,3%
Activo Total Líquido	48 536,2	52 570,0	50 117,6	52 663,8	50 364,1	-4,4%
Capitais Próprios	40 293,2	45 136,0	43 589,9	32 732,0	33 299,7	1,7%
Resultados Líquidos	125,4	519,0	428,0	3 559,8	569,9	-84,0%

Nota: os valores contabilísticos estão expressos em milhares de euros.

Apesar das referidas dificuldades e contingências, registámos, em 2016, um valor dos Rendimentos Operacionais de **14.252,5** milhares de euros, o que representa um crescimento de **6,8%** face ao registado no período transato e Resultados Líquidos positivos de **569,9** milhares de euros cuja composição se encontra melhor descrita mais adiante nas Contas e restantes documentos contabilísticos.



Além desta vertente económico-financeira da Empresa, apresenta-se nos capítulos seguintes a atividade dos diversos departamentos e setores da Empresa e a sua contribuição para a imagem de destaque que a RECOLTE S.A. possui nos mercados em que atua.



IV. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano constitui-se como um dos principais ativos da RECOLTE S.A. e é um dos seus fatores diferenciadores e de sucesso. A evolução pessoal e profissional constitui uma das prioridades da Empresa.

Um dos objetivos estratégicos é, cada vez mais, alinhar os processos de Recursos Humanos (recrutamento e seleção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos) com o *core business* da Empresa, de forma a maximizar a criação de valor, promovendo a adequação permanente das valências dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da Empresa, assegurando a sua valorização, desenvolvimento pessoal e profissional e reforçando as suas competência técnicas e de gestão.

Num sector de mão-de-obra intensiva e com um peso relevante na estrutura de custos, os Recursos Humanos são, inquestionavelmente, a alavanca e a ferramenta para o sucesso da Empresa.

Em 2016 assistimos a um crescimento significativo dos efetivos da RECOLTE S.A.. Tal deveu-se, essencialmente, ao aumento do volume de negócios da Empresa e à celebração de diversos novos contratos em que o fator mão-de-obra tem, pela natureza dos serviços prestados, um peso determinante, como é o caso da atividade de manutenção de jardins e espaços verdes. No âmbito dos compromissos da Empresa com responsabilidade social e no sentido de limitar os índices de precaridade no acesso ao emprego, privilegiou-se, também, a contratação própria em detrimento do recurso ao trabalho temporário, sempre que a duração dos novos contratos assim o permitiu.

Neste sentido e em continuidade com a renovação de novos efetivos e da formação técnica ministrada com vista ao aumento das suas competências, continuou-se a requalificação das categorias profissionais da Empresa sendo a evolução do número de trabalhadores por categoria nos últimos anos a indicada no quadro seguinte:



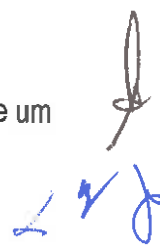
Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Quadros Superiores	16	16	19	20	20
Enquadramento / Staff	12	16	16	17	17
Pessoal Especializado	144	126	157	149	152
Pessoal Indiferenciado	94	90	149	191	305
TOTAL	266	248	341	377	494

Tal como em anos anteriores, realizou-se o Encontro de Quadros do Meio Ambiente, com o principal objetivo de realizar um balanço do ano, promovendo a partilha de conhecimentos, a troca de experiências e fomentando a criatividade e a inovação no âmbito de temas críticos do negócio e da estratégia da Empresa.

Promoveram-se diversas iniciativas ao longo do ano com o objetivo de manter as taxas absentismo, formação e sinistralidade em valores controlados e que qualificamos de muito positivos atenta a especificidade das atividades desenvolvidas e do setor em que a RECOLTE S.A. se insere.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Horas de Formação	4.326	3.987	6.808	6.900	7.883
Índice de Formação	16,26	16,34	22,69	19,27	12,10
Taxa de Absentismo	5,0%	4,4%	4,9%	5,3%	5,8%
Idade Média	38,8	40,7	40,0	40,2	41,6

No âmbito da formação profissional, aumentou o quantitativo de horas de formação ministrada, fruto de um esforço da Empresa para consolidar a valorização dos seus colaboradores.



A formação profissional assenta no domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores, como condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissionais, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial eficiente, próspera e socialmente responsável.

Com o crescimento do número de trabalhadores, a RECOLTE S.A. manteve uma média de idades na ordem dos 42 anos, apresentando-se como uma Empresa relativamente jovem e dinâmica, que pretende conciliar a juventude de novos colaboradores com o saber de outros mais experientes, e que procura fazer de todos eles pessoas motivadas e empenhadas na prossecução quer do seu sucesso pessoal e profissional, quer no da Empresa.

Mantêm-se a aposta na contratação de jovens estagiários, através de diversos programas de apoio ao emprego do IEFP, proporcionando estágios adequados às formações de base, atribuindo progressivas responsabilidades e competências.

A RECOLTE S.A. apresenta-se, também, como um parceiro do IEFP na integração de desempregados de longa duração, contribuindo para a criação de emprego nas zonas onde atua, sendo inquestionavelmente uma mais-valia na área social.

De referir a importância que atribuímos ao Manual de Acolhimento da Empresa que é uma ferramenta de apoio à integração de novos colaboradores, estabelecendo um primeiro contacto com a organização. Para além do acolhimento prestado a cada colaborador admitido, consideramos fundamental documentá-lo com a informação que lhe facilite a adaptação à cultura e procedimentos da organização.

Este manual integra, essencialmente, os Valores, a Visão, a Missão, o Organograma Geral da Empresa, bem como inúmeros outros aspetos práticos da vida interna da Empresa e do Grupo Teixeira Duarte em que se encontra inserida.



V. SEGURANÇA, QUALIDADE, AMBIENTE e RESPONSABILIDADE SOCIAL

A RECOLTE S.A. tem o seu Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social certificado, de acordo com os requisitos das Normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004, OHSAS 18001: 2007 e SA 8000:2008, respetivamente.

Para melhoria contínua do seu Sistema Integrado de Gestão, a RECOLTE S.A. conta com a participação ativa de todos os seus colaboradores garantindo os mais elevados padrões de qualidade e eficiência das atividades da Empresa, procurando a máxima satisfação e expectativas dos seus clientes, assegurando adequadas condições de saúde e segurança laboral a todos os seus colaboradores, preservando o ambiente e promovendo a responsabilidade social, sempre no respeito da legislação aplicável.

QUALIDADE

A RECOLTE S.A. encara a Qualidade como um dos fatores estratégicos do desenvolvimento da sua organização dispondo, entre outras, de metodologias de acompanhamento e de avaliação de satisfação de cliente e procedimentos de trabalho em permanente atualização técnica, garantindo a eficácia dos resultados numa perspetiva de melhoria contínua.

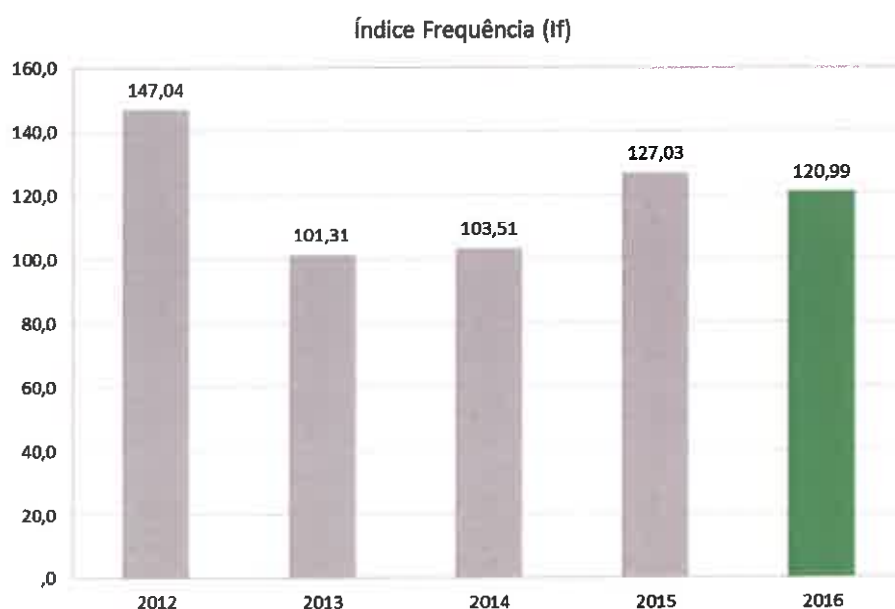
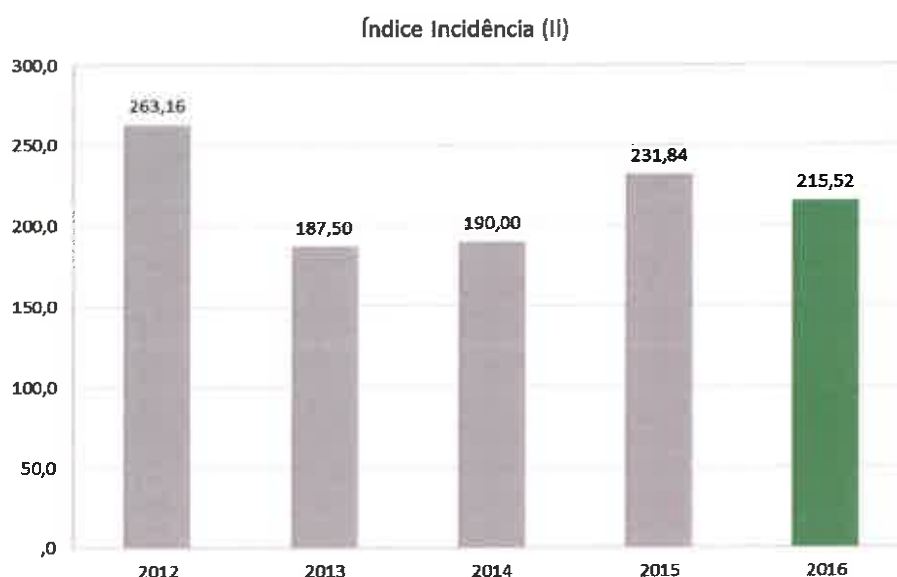
SEGURANÇA

Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados a todas as atividades desenvolvidas pela Empresa, aliada à implementação das melhores praticas e apoio a todos os níveis de gestão, tem contribuído para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde para os seus colaboradores. São realizados vários programas de prevenção, designadamente procedimentos de trabalho, formação, informação, consulta aos trabalhadores, vistorias e verificações periódicas às múltiplas atividades da empresa.

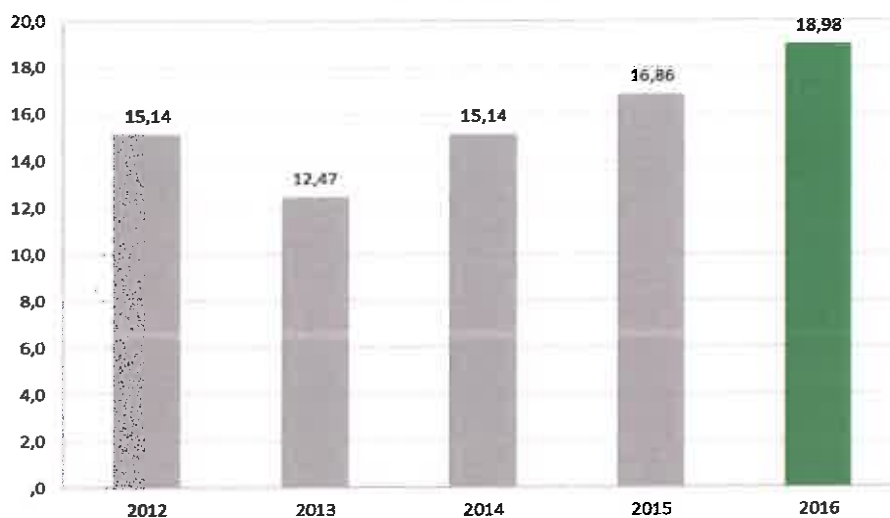
Os índices de sinistralidade verificados ao longo de 2016 apresentam um comportamento misto face aos verificados no ano anterior refletindo o aumento da rotatividade na contratação e da incorporação de muitos novos colaboradores para fazer face ao aumento do volume de negócios verificado. Com efeito verificou-se

que o aumento da sinistralidade ocorreu, essencialmente, junto da população com menos de 6 meses de antiguidade e, cumulativamente, em colaboradores com menos de 25 anos de idade. Esta situação tem merecido o necessário acompanhamento para que a trajetória de evolução positiva dos índices de sinistralidade antes existente possa ser retomada.

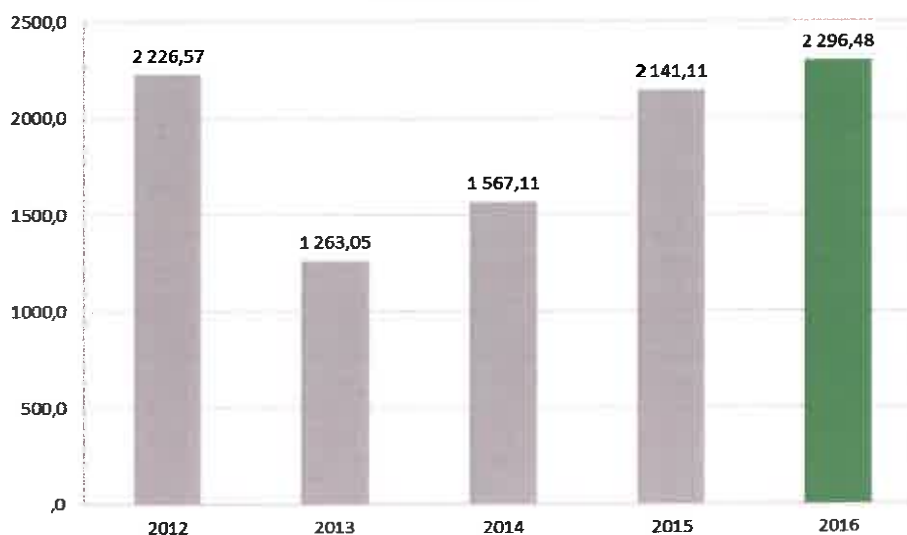
Foram os seguintes os índices de sinistralidade verificados em 2016:




Índice Duração (Id)



Índice Gravidade (Ig)



Na prevenção da segurança e da saúde, a RECOLTE, S.A. realiza, ao longo do ano diversas campanhas de alcoolemia promovendo comportamentos mais seguros no sentido da diminuição do uso e do abuso de bebidas alcoólicas, sendo a evolução dos resultados obtidos ao longo dos anos muito positiva. Em 2016 não foi registado qualquer teste positivo entre os 345 testes realizados ao longo do ano, pelo que consideramos excelente o desempenho da Empresa nesta matéria.



AMBIENTE

Pela natureza da atividade da RECOLTE, S.A., a preservação do Ambiente é, naturalmente, um fator essencial na gestão da atividade da Empresa. A implementação de procedimentos de trabalho contemplando boas práticas ambientais permite um desempenho ambiental favorável contribuindo para a conservação, defesa, proteção e melhoria do ambiente.

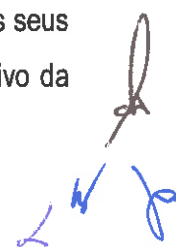
Entre outros indicadores de referência, tem sido monitorizada a evolução dos consumos dos principais recursos naturais utilizados pela Empresa, nomeadamente a energia, os combustíveis fósseis, a água e o papel, sendo de registar melhorias significativas nos valores destes consumos quando comparados com o aumento de cerca de +40% registado no volume de negócios da Empresa ao longo dos últimos 5 anos, o que pode ser dito da forma que melhor caracteriza a nossa atividade diária: **working on a better tomorrow.**

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Energia elétrica (kWh)	155.169	190.065	188.971	153.939	203.249
Combustível (l)	999.780	1.026.889	1.001.049	1.155.945	1.322.676
Água (m3)	12.949	17.840	15.250	11.107	11.804
Produtos químicos (l)	5.207	4.058	3.852	5.611	6.582
Papel (resmas)	448	561	750	611	537

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A aposta na Responsabilidade Social Corporativa tem sido um dos fatores que mais tem contribuído para a coesão social no interior da Empresa.

Com efeito, na implementação de metodologias que têm norteado a postura da Empresa para com os seus colaboradores, podemos constatar que são cumpridos os principais requisitos do referencial normativo da Responsabilidade Social Corporativa, designadamente:



- Não utilização e repúdio à utilização de trabalho infantil e adoção do princípio de não se recorrer à utilização de mão-de-obra de menores (pessoas com menos de 18 anos), nas diversas atividades da empresa;
- Condições de saúde avaliadas periodicamente e promoção da segurança no trabalho;
- Garantia do direito de liberdade de associação e de negociação coletiva;
- Não permissão do exercício de qualquer tipo de ação discriminatória;
- Não exercício de práticas disciplinares atentatórias à dignidade e ao respeito;
- Cumprimento da lei aplicável no que respeita ao horário de trabalho;
- Remuneração dos colaboradores feita de acordo com a legislação aplicável;

Ao longo do ano, foram realizadas atividades e ações no âmbito da Responsabilidade Social, no sentido promover e valorizar todos os que trabalham na Empresa e com a Empresa, de que salientamos as seguintes:

- Ações dirigidas aos colaboradores por forma a promover a valorização pessoal e profissional, tais como formação de Línguas, Certificação de Aptidão Profissional, de Primeiros Socorros, de Condução de Matérias Perigosas, de Movimentação mecânica de cargas e Legislação Laboral, entre outras;
- Estabelecimento de parcerias com Instituições de Integração Social, como a Comunidade Vida e Paz, e CECD de Mira-Sintra com o objetivo de reinserção profissional de pessoas com dificuldades de integração;
- Integração profissional, através do programa de Vida Emprego do IEFP, com a reinserção de trabalhadores na empresa;
- Adesão ao programa Estímulo do IEFP, para potenciar o retorno ao mercado de trabalho de desempregados de longa duração;



VI. MEIOS DE EQUIPAMENTO

A Gestão de Equipamento tem merecido uma atenção permanente por parte dos órgãos de Gestão da Empresa, tal como o controlo dos custos operacionais com a manutenção e reparação dos diversos equipamentos que têm sido, desde sempre, considerados fatores de extrema importância para a garantia da competitividade da Empresa

Para fazer face ao crescimento da empresa, o volume de investimento em novos equipamentos no exercício de 2016 foi o maior dos últimos 5 anos. Neste ano, o crescimento do investimento atingiu o montante global de **687** milhares de euros e teve como propósito a renovação de frota, a melhoria das condições de operacionalidade, de rentabilidade e de segurança para operadores e a melhoria do seu desempenho Ambiental.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução quantitativa do parque de equipamentos da RECOLTE S.A. ao longo dos últimos 5 anos.

CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE EQUIPAMENTO

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2015/16
Deposição de resíduos sólidos urbanos e industriais	35	36	36	37	41	11%
Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	48	58	58	58	60	3%
Lavagem de contentores e ecopontos	12	12	12	12	12	0%
Limpeza urbana (aspiração, varredura e limpeza)	17	18	28	30	32	7%
Construção e manutenção de jardins	50	73	92	155	183	18%
Limpeza e man. de praias e taludes e mov. de terras	3	3	3	3	7	133%
Produção e distribuição de energia	8	11	11	13	15	15%
Veículos ligeiros de passageiros	9	9	9	9	9	0%
Veículos ligeiros de mercadorias	41	41	43	56	58	4%
Equipamentos de oficina mecânica e de estaleiro	58	58	62	70	81	16%
TOTAL	281	319	354	443	498	12%

Este ano o parque de equipamentos teve um aumento quantitativo superior a 12%, sendo a idade média dos equipamentos do parque de apenas 5,5 anos.

A manutenção do parque de equipamentos da RECOLTE S.A. é efetuada em 4 oficinas centrais, de várias especialidades, ao longo do país. Em todas as operações existem ainda outros meios locais de apoio técnico e mecânico dedicados a operações diárias de inspeção, limpeza, lubrificação e manutenção ligeira.

Para verificação da adequabilidade ao serviço e avaliação da rentabilidade e vida útil de cada equipamento, todos os custos de manutenção e exploração são analisados periodicamente através de uma plataforma de gestão, sendo possível, em qualquer lugar consultar todo o histórico de manutenção preventiva e corretiva de qualquer equipamento e verificar a sua disponibilidade e local onde se encontra em operação.

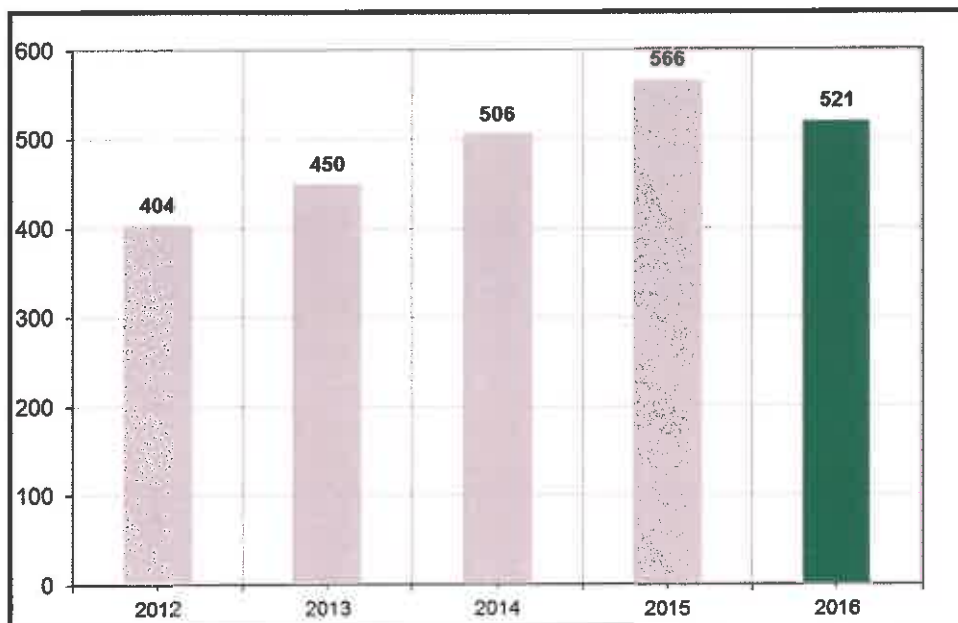


VII. ATIVIDADE TÉCNICO - COMERCIAL.

A RECOLTE S.A. tem prosseguido em Portugal a prospeção e estudo de diversas oportunidades de negócio na área do Meio Ambiente o que, aliado à notoriedade da Empresa no mercado, tem contribuído para um consequente aumento do número de convites para a apresentação de propostas, além dos diversos concursos públicos lançados.

A atividade da Direção Técnico-Comercial no estudo e acompanhamento posterior das propostas continuou a ser intensificada no corrente ano de 2016, tendo sido apresentadas um total de **521** propostas, essencialmente nas áreas de recolha de resíduos, da limpeza urbana, na construção e manutenção de espaços verdes. O número de propostas apresentadas sofreu uma ligeira redução face ao ano anterior, isto é -8%, conforme se indica no quadro seguinte:

Evolução da quantidade de propostas apresentadas

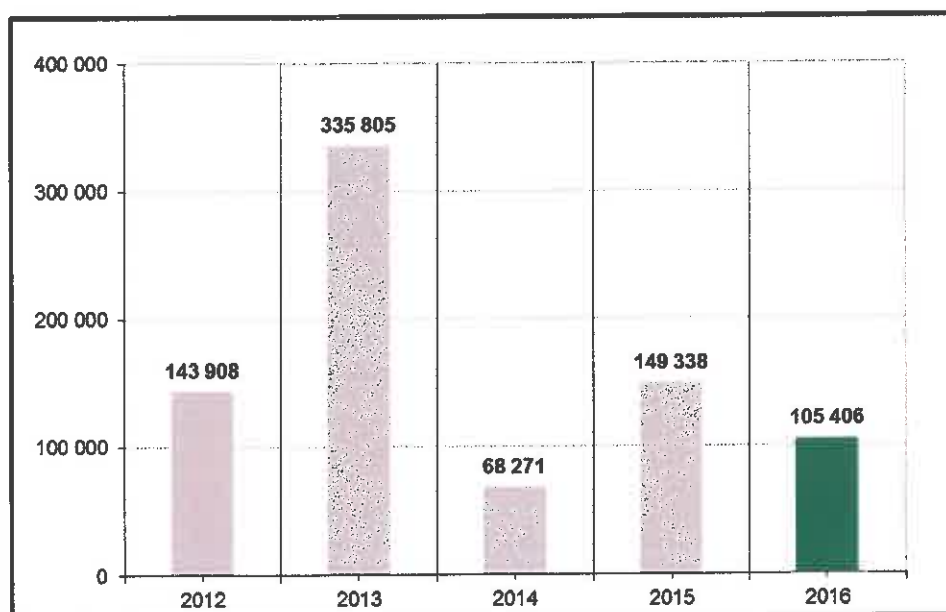


Manteve-se a estratégia de diversificação no tipo de concursos a que a Empresa concorre no sentido de diversificar e reorientar também a atividade produtiva para áreas do sector do ambiente em que a Empresa

tem estado menos representada e onde se podem encontrar oportunidades de negócio interessantes e com maior criação de valor.

O valor global das propostas apresentadas ao longo de 2016 ascendeu a **105.406** milhares de euros o que representa, um decréscimo significativo face ao valor total registado no ano anterior e resulta, entre outras razões, da forte redução que se verifica nos valores base com que são lançados os concursos públicos, como já atrás referido.

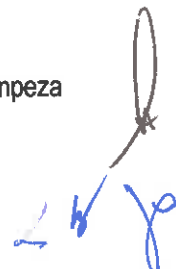
Evolução do valor total das propostas apresentadas (milhares de euros)



A RECOLTE S.A. marcou presença nos principais concursos públicos de 2016 na área da **Recolha de Resíduos, Limpeza Urbana e de Praias** de que se podem destacar os seguintes:

PORTUGAL

- Para o **Município de Montemor-o-Velho**, Proposta para Prestação de Serviços para o Sistema de Gestão de RSU no Município de Montemor-o-Velho 2016
- Para o **Município de Torres Novas**, Proposta para Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Limpeza Urbana no Concelho de Torres Novas



- Para a **ANA Aeroportos de Portugal S.A.**, Proposta para Prestação de Serviços de Gestão Global de Resíduos no Aeroporto de Lisboa, Porto e Faro
- Para a **DOCAPESCA S.A.**, Proposta para Serviço de Limpeza, Higienização e Gestão de Resíduos do Barlavento e Sotavento Algarvio
- Para a **VALORSULS.A.**, Proposta para Prestação de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Contentores, pertencentes ao sistema de recolha seletiva do Oeste
- Para o **Município do Porto**, Proposta para Prestação dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos In diferenciados e de Limpeza do Espaço Público no Município do Porto – Lote 2
- Para o **Município do Lagos**, Proposta para Aquisição de Serviços de Limpeza e Manutenção de Zonas Balneares na área do Município de Lagos
- Para o **Município de Vila Real de Santo António**, Proposta para Prestação de Serviços de Objetos Volumosos e Verdes, Lavagem de Contentores, Limpeza Urbana, de Praias e Ribeiras no Concelho de Vila Real de Santo António
- Para o **Município de Valongo**, Proposta para Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Valongo
- Para a **LIPOR S.A.**, Proposta para a Contratação de Serviços de Exploração do Aterro Sanitário anexo à Central de Valorização Energética da LIPOR

Na área da **Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes**, foram apresentadas propostas, entre outros, para os seguintes concursos:

- Para o **Município de Oeiras**, Proposta para Aquisição de Serviços de Manutenção dos Espaços Verdes do Parque dos Poetas e Jardim do Palácio do Marquês de Pombal, na Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra, concelho de Oeiras
- Para a **EMAC, EM, S.A.**, Proposta para Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes e parques Urbanos, no Território de Cascais, integrado na União das Freguesias de Cascais e Estoril, e na freguesia de Alcabideche no Concelho de Cascais;
- Para a **ASCENDI S.A.**, Proposta de Prestação de Serviços para Manutenção do Revestimento Vegetal, Limpeza de Via e Drenagem
- Para o **Município de Lisboa**, Proposta para Fornecimento de Serviços de Plantação e Fornecimento de Plantação e Rega de 1070 árvores em Caldeira nas 24 Freguesias de Lisboa
- Para o **Município de Lisboa**, Proposta para Aquisição de Plantação de 31249 Arbustos no Corredor Verde – Zona Central da Cidade de Lisboa

- Para o **Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPE**, Proposta para Aquisição da Prestação de Serviço de Conservação, Manutenção, Higiene e Limpeza dos Jardins e Arruamento para o Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER
- Para o **Município de Palmela**, Proposta para a Manutenção de Espaços Verdes em Pinhal Novo

Na área de **Ambiente e Construção**, foram apresentadas propostas, entre outros, para os seguintes concursos:

- Para as **Águas do Norte**, Trabalhos de Demolições dos Órgãos da ETAR de Paço de Sousa (PNF) e de Arranjos Exteriores;
- Para o **Município de Mangualde**, ETAR Poente de Mangualde e Emissário;
- Para a **TRANSBRITAL – Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.**, Modelação Final do Terreno na Pedreira das Perdigueiras - Laveiras;
- Para o **Município de Odivelas**, Parque Urbano da Urbanização Colinas do Cruzeiro;
- Para o **Município de Lagoa**, proposta para Execução e Requalificação de Espaços Exteriores do Jardim de Estômbar.

ANGOLA

- Para **HAUTIVILE Imobiliária, Lda**, propostas para Execução de Arranjos Exteriores do Olympus Business, e para os Arranjos Exteriores em 22 Moradias do Condomínio Diamante;
- Para **LMAZ**, Manutenção dos Espaços Verdes Condomínio Kizomba;
- Para **TEIXEIRA DUARTE, Engenharia e Construções, S.A.**, Execução da II FASE do CLOD – Paisagismo e PUMANGOL – Fishing Port;
- Para **ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda**, LOTE 4 – VILLA Sul;
- Para **COCA-COLA Bottling Luanda, S.A.**, Manutenção de Espaços Verdes – Condomínio da COCA-COLA Bottling Luanda;
- Para **NECS, Lda**, Execução de Arranjos Exteriores em Moradia no Camama;



De entre as **propostas adjudicadas** no exercício de 2016, podem destacar-se, pela sua especificidade e importância, as seguintes:

- Para a **DOCAPESCA S.A.**, Proposta para Serviço de Limpeza, Higienização e Gestão de Resíduos do Barlavento Algarvio
- Para a **VALORSUL S.A.**, Proposta para Prestação de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Contentores, pertencentes ao sistema de recolha seletiva do Oeste
- Para o **Município de Lagoa**, Execução e Requalificação de Espaços Exteriores do Jardim de Estômbar.
- Para o **Município de Lisboa**, Proposta para Fornecimento de Serviços de Plantação e Fornecimento de Plantação e Rega de 1070 árvores em Caldeira nas 24 Freguesias de Lisboa
- Para o **Município de Lisboa**, Proposta para Aquisição de Plantação de 31249 Arbustos no Corredor Verde – Zona Central da Cidade de Lisboa
- Para o **Município de Palmela**, Proposta para a Manutenção de Espaços Verdes em Pinhal Novo
- Para o **Município de Lagoa**, Proposta para Prestação de Serviços de Limpeza Urbana no Concelho de Lagoa, durante o período de 3 Anos
- Para os **Municípios de São Brás de Alportel, Bombarral, Miranda do Corvo, Ponte de Sor, Paredes de Coura**, Proposta para Prestação de Serviços de Lavagem de Contentores



VIII. ATIVIDADE OPERATIVA – RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA

Os serviços de recolha de resíduos e de limpeza, sobretudo em meio urbano (zonas edificadas e pavimentadas), classificam-se em diversas vertentes que divergem entre si na especificidade dos trabalhos executados, havendo a considerar, todavia, a possibilidade sempre desejável de complementaridade e/ou sinergias entre várias tarefas que possam decorrer paralelamente e/ou num mesmo ambiente.

Estas operações são desenvolvidas tendo em vista proporcionar conforto e satisfação de necessidades prioritárias da população em geral, seja em termos de salubridade pública, seja em termos de proteção do meio ambiente, enquadrando-se tradicionalmente em contratos de prestações de serviços para entidades integradas na administração pública, designadamente autarquias e empresas municipais.

É assim neste contexto que a RECOLTE S.A. tem acumulado um valioso capital de experiência a que se associam os adequados meios técnicos, materiais e humanos, o que permite responder com eficiência e elevados padrões de qualidade nas diferentes prestações de serviços, entre as quais se integram as seguintes atividades:

- Recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados;
- Recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos (orgânicos, vidro, papel e embalagens);
- Recolha de monos e de resíduos provenientes da manutenção de espaços verdes;
- Manutenção, lavagem, desinfeção e desodorização de contentores de resíduos sólidos urbanos;
- Varredura urbana mecanizada e manual;
- Lavagem de pavimentos e de vias de circulação;
- Limpeza de terrenos, edifícios devolutos, baldios e de cursos de água;
- Limpeza de praias e zonas costeiras;
- Recolha de resíduos industriais e de construção e demolição.
- Gestão e tratamento de resíduos hospitalares

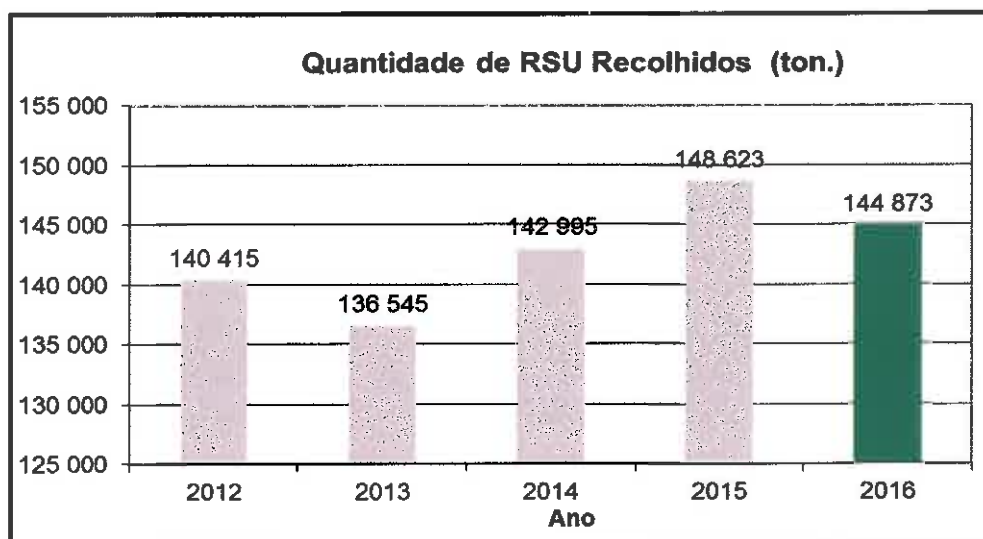
Embora seja particularmente comum a realização de prestações de serviços cuja ação se limita a uma ou poucas das vertentes dos trabalhos supracitadas, também existem contratos que abrangem, simultaneamente, várias ou até mesmo a maioria das operações em apreço. Esta situação permite potenciar especialmente o efeito de escala e a exploração de importantes sinergias de que resultam economias notórias para o cliente e benefícios qualitativos para as populações servidas.



Em termos de volume, os serviços prestados englobando as atividades acima referidas continuam a constituir a fração mais relevante da atividade da RECOLTE S.A., bem como dos seus proveitos operacionais, tendo sofrido um ligeiro decréscimo relativamente a anos anteriores, mantendo-se, contudo, pressionados em virtude do continuado contexto de dificuldade que afeta este setor de atividade.

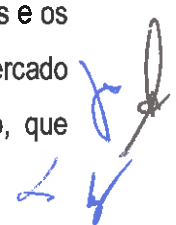
A quantidade recolhida de resíduos sólidos urbanos (RSU) em 2016 foi inferior em 2,5% comparativamente ao ano anterior e deve-se, sobretudo, ao fim de algumas prestações de serviços de menor dimensão contratadas no decorrer de 2014 e 2015.

Apresenta-se em seguida a evolução nos últimos 5 anos das quantidades de RSU recolhidas pela RECOLTE S.A. em diversos municípios em Portugal.



Atualmente, contribui para o não desanuviamento da situação do setor o facto de as renovações dos contratos e especialmente a abertura de novos concursos contemplarem limitações expressivas ao nível dos valores base com que esses concursos são lançados.

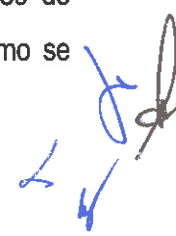
Este fenómeno traduz-se na desarmonização entre as exigências patentes nos Cadernos de Encargos e os preços impostos nos concursos, havendo a considerar como agravante o surgimento de *players* no mercado com práticas comerciais crescentemente agressivas, nomeadamente de *dumping* e/ou monopólio, que



ameaçam a sustentabilidade do sector. A resiliência perante tais circunstâncias adversas depende necessariamente de uma gestão muito atenta e de otimização rigorosa de todos os recursos envolvidos.

Enunciam-se em seguida as operações desenvolvidas em 2016, com breves descrições dos trabalhos realizados.

- Numa área alargada do **Município do Porto**, continua em curso a Prestação de Serviços para a RECOLTE (Porto), S.A. que integra uma variedade de atividades elucidativa da capacidade técnica e de concretização da RECOLTE, S.A., incluindo nomeadamente a Recolha de RSU e de Monos, Recolha Seletiva, Higienização e Manutenção de Contentores, assim como todas as vertentes de trabalhos inerentes a operações de Limpeza Urbana.
- Na maior parte da área do **Município de Cascais**, mais exatamente na Freguesia de Alcabideche e na União das freguesias de Cascais e Estoril, continuou a realizar-se o Contrato para a **EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.**, consistindo essencialmente na Prestação de Serviços de Recolha de RSU e Higienização de Contentores.
- Na Ilha de S. Miguel da Região Autónoma dos Açores, designadamente nos **Municípios de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo**, continua a vigorar o contrato para a **EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de RSU da Ilha de S. Miguel, EIM**, dedicado à execução de operações no âmbito da Recolha de RSU, Ramagens, RCDs e Monos, Recolha Seletiva, bem como Higienização e Manutenção de Contentores.
- No **Município de S. João da Madeira**, continua a realizar-se o Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de RSU e de Monos, Recolha Seletiva em Estabelecimentos, Higienização e Manutenção de Contentores, Limpeza Urbana e Gestão do Ecocentro Municipal.
- No **Município de Alenquer**, mantém-se em curso a Prestação de Serviços de Recolha de RSU e de Monos, Higienização e Manutenção de Contentores na totalidade do Concelho.
- Em 2016, no **Município de Lagoa (Algarve)**, iniciou-se uma nova Prestação de Serviços de Limpeza Urbana incluindo todas as operações inerentes a este tipo de serviço, assim como se

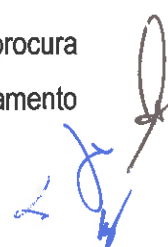


realiza no âmbito do mesmo Contrato a limpeza de todas as praias (e respetivas envolventes) do Concelho.

- Em 2016, no **Município de Lagoa (Algarve)**, iniciou-se uma nova Prestação de Serviços de Limpeza Urbana incluindo todas as operações inerentes a este tipo de serviço, assim como se realiza no âmbito do mesmo contrato a higienização de contentores de diversas tipologias e a limpeza de todas as praias (e respetivas envolventes) do Concelho
- Para a **BRISA O&M SA** mantém-se a Prestação de Serviços de Limpeza de autoestradas, incidindo os trabalhos de limpeza profunda ao nível nomeadamente do próprio piso, como também nas portagens, taludes, separador central, diversas estruturas nas vias e órgãos coletores e de drenagem de águas pluviais. São intervencionados designadamente o troço entre Almada e Coina da autoestrada A2, a Autoestrada do Estoril A5 e a Autoestrada do Norte A1, neste último caso especialmente no troço desde Lisboa até Aveiras.
- Para a **ANA Aeroportos de Portugal, S.A.**, demos continuidade à execução do Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza de Áreas Operacionais do Aeroporto de Lisboa.
- Para os **Municípios de Santa Cruz (Madeira) e de Setúbal** continuou a decorrer o Aluguer Operacional de Equipamentos de Recolha de RSU.
- Ocorreu também durante o ano de 2016 a prestação do serviço dedicado de Higienização de Contentorização em diversos municípios e outras entidades, nomeadamente nos **Municípios de Bombarral, Borba, Cartaxo, Estremoz, Lagoa, Loulé, Miranda do Corvo, Moura, Nazaré, Odemira, Paredes de Coura, Ponte de Sor, Reguengos de Monsaraz, Santiago do Cacém, São Brás de Alportel e Torres Vedras** e também para a **VALORSUL S.A.**

ATIVIDADE OPERATIVA – RESÍDUOS INDUSTRIAIS

A RECOLTE S.A. prosseguiu com a prestação de serviços vocacionados para a satisfação da procura existente na área empresarial, nomeadamente com a recolha, transporte, gestão e devido encaminhamento



a destino final / valorização de resíduos de vários tipos, assim como no desenvolvimento de trabalhos de limpeza de instalações e eventos.

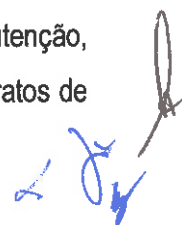
Mantém-se nesta matéria o esforço para a manutenção e fidelização dos clientes já em carteira, constituindo estes importantes testemunhos do serviço prestado, no sentido da angariação de novos clientes. Para tal, procuram-se garantir elevados padrões de qualidade, com especial ênfase para a deteção e satisfação de necessidades do mercado, colocando todo o empenho ao serviço dos clientes e adequando as soluções técnicas às suas especificidades.

Destacam-se em seguida alguns dos clientes nesta vertente da atividade da RECOLTE S.A.:

- Águas do Norte, S.A.
- Bonaparte, SA (Shopping Cidade do Porto)
- Cateringpor - Catering de Portugal, SA
- Docapesca S.A.
- Fromageries BEL, SA
- Fundação Serralves
- Havi Logistics, Lda
- Instituto Português de Oncologia do Porto, EPE
- Lagoas Park Hotel
- Mercado Abastecedor do Porto, SA
- McDonald's Portugal, Lda
- Netjets - Transportes aéreos, SA
- TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA
- Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, SA
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos (Hospital Pedro Hispano)

ATIVIDADE OPERATIVA – JARDINS E ESPAÇOS VERDES

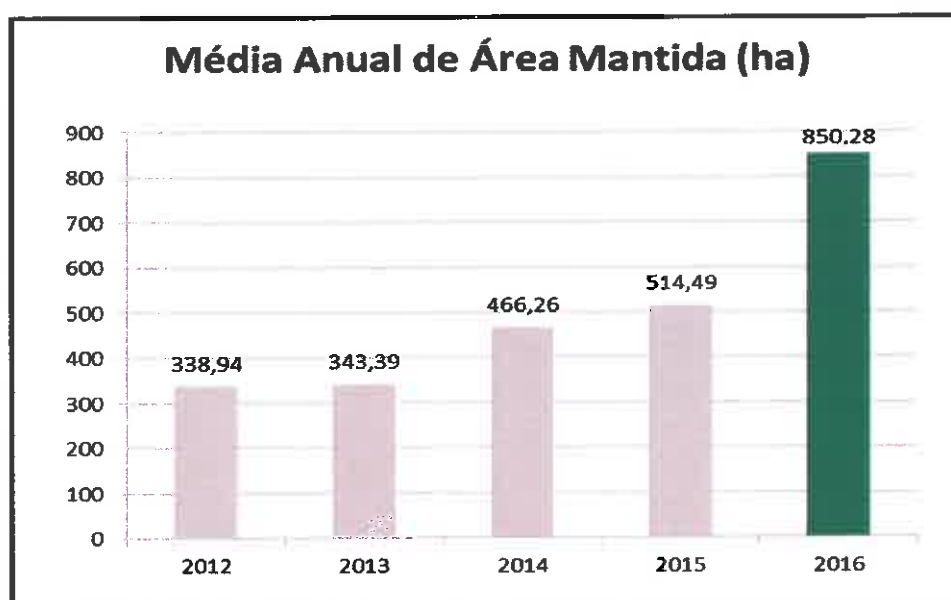
Em 2016 a RECOLTE S.A. continuou a consolidação da sua posição no mercado da Manutenção, Construção e Gestão de Jardins e Espaços Verdes materializada na continuidade de diversos contratos de relevo na zona da grande Lisboa.



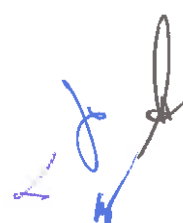
Prosseguiu-se a procura do aumento de competitividade face ao mercado através da introdução de novas soluções técnicas na gestão dos atuais contratos. Neste contexto foram também elaborados estudos de novas soluções para a otimização dos contratos, para aquisição de viaturas elétricas e de controlo de infestantes com recurso a equipamento a gás.

Continuou-se a prospeção de mercado noutros países com a apresentação de propostas e a participação em diversos projetos, mantendo-se o apoio técnico e operacional às prestações de serviços em curso em Angola há vários anos.

Com a continuidade de muitos dos contratos iniciados em anos anteriores e com a celebração das novas Prestações de Serviços indicadas atrás, noutro capítulo, o ano de 2016 permitiu à RECOLTE S.A. atingir na área da Construção e Manutenção de Jardins o aumento muito significativo de cerca de **65%** na área objeto de manutenção.



De seguida, apresentam-se as Prestações de Serviços mais relevantes realizadas durante o exercício de 2016:



- Prestação de Serviços de controlo de vegetação e limpeza de órgãos hidráulicos na via férrea, Linhas do Norte, Beira Alta e Oeste (aproximadamente 500 km de linha férrea) para a **Somafel S.A**
- Manutenção e Conservação dos Arranjos Exteriores do Taguspark, em Oeiras, para a **Taguspark, S.A.**
- Manutenção das Zonas Verdes das Freguesias de Algés, Carnaxide, Cruz Quebrada e Linda-a-Velha para o **Município de Oeiras**
- Manutenção das Zonas Verdes da União das Freguesias de Parede e Carcavelos, e Freguesia de São Domingos de Rana, no Concelho de Cascais, para a **EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.**
- Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Jardins no **Município de Matosinhos**
- Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção de Zonas Verdes Lote 8, para o **Município de Vila Franca de Xira;**
- Manutenção e Conservação de Jardins e Espaços Ajardinados na Freguesia de Algueirão – Mem Martins, para a **Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins**
- Aquisição de serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes, para a **Junta Freguesia de Benfica**
- Manutenção de Espaços Verdes no Polo Operacional do Montijo e a Manutenção de Espaços Verdes no empreendimento Lagoas Park ambos para a **TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.**
- Conservação corrente por contrato 2013-2016 Centro Operacional da Grande Lisboa – Distrito de Lisboa (Ceifas em Estradas Nacionais), para a **RRC - Ramalho Rosa Cobetar, Sociedade de Construções, S.A.**



ATIVIDADE OPERATIVA – CONSTRUÇÃO E AMBIENTE

Em 2016 foi executada a empreitada de “Conceção e execução de trabalhos de estabilização de taludes no ramal de acesso ao Parque de Material de Guifões, no concelho de Matosinhos”, sendo o Dono de Obra o **Metro do Porto S.A.**. Os trabalhos foram executados e geridos pela RECOLTE S.A., em regime de subempreitada para a **Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.**, tinham uma duração contratual de 5 meses, tendo sido concluídos em apenas 3,5 meses.

Ainda no ano de 2016 foi terminado o contrato com a **VALORSUL, S.A.** para o “Transporte de 30.000 toneladas de Escórias de Incineração” provenientes de Resíduos Sólidos Urbanos dando continuidade às relações com um novo e importante cliente na área do Meio Ambiente e permitindo diversificar as atividades da Empresa.

Esta área de atuação da Empresa desenvolveu e apresentou ao longo do ano de 2016 diversos estudos e propostas para trabalhos em Portugal e no estrangeiro, o que permite manter elevadas expectativas quando à continuidade da dinamização desta área de atividade para 2017 e seguintes.

ATIVIDADE OPERATIVA – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS HOSPITALARES

A existência de resíduos provenientes da prestação de cuidados de saúde a seres humanos ou animais, incluindo as atividades médicas de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, pode constituir um importante problema de saúde pública e ambiental e determina crescente atenção na salvaguarda dos efeitos negativos que podem afetar as populações.

Os resíduos produzidos pelas atividades referidas estão classificados, em conformidade com o quadro legal em vigor, em quatro grupos:

- Grupo I – Resíduos Equiparados a Urbanos
- Grupo II – Resíduos Hospitalares Não Perigosos
- Grupo III – Resíduos Hospitalares de Risco Biológico
- Grupo IV – Resíduos Hospitalares Específicos



Este é, portanto, um setor de negócio com grande visibilidade e responsabilidade, garantindo simultaneamente um mercado restrito, mas com elevada margem de progressão, atendendo às características nocivas dos resíduos produzidos e consequente necessidade premente de um tratamento que elimine a sua perigosidade.

A RECOLTE S.A. oferece um serviço integral de Gestão dos Resíduos Hospitalares perigosos e não perigosos, desde o local da sua produção em ambiente hospitalar, passando pelo seu acondicionamento em contentorização especial, recolha, transporte e tratamento/ valorização final.

Nesse âmbito, a RECOLTE S.A. atualmente explora uma unidade de tratamento de Resíduos Hospitalares própria, na Ilha de São Miguel (Açores), devidamente licenciada para o tratamento de Resíduos Hospitalares Perigosos do Grupo III. Esta instalação é a única deste género em toda a ilha, proporcionando à Empresa uma vantagem competitiva perante a concorrência.

Embora esta área de negócio não esteja sujeita a uma tão vasta concorrência como a existente na gestão de resíduos urbanos ou industriais, as empresas cujo *core business* é a gestão de resíduos hospitalares, são muito especializadas e possuem grande penetração de mercado, fruto da sua antiguidade e, em alguns casos, do suporte de multinacionais do setor. Para fazer face à concorrência, a RECOLTE S.A. continua a munir-se de equipamentos e tecnologias de ponta, visando um correto tratamento deste tipo de resíduos. Indicam-se em seguida os contratos de tratamento de resíduos hospitalares desenvolvidos em 2016, com breves descrições dos trabalhos realizados.

- Na ilha de S. Miguel (Açores), para o **Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPE**, iniciou-se o contrato de “Prestação de Serviço de Recolha, Transporte e Tratamento de Resíduos Sólidos e Líquidos com Perigosidade Biológica e Química” para esta entidade, que é o maior hospital público da Região Autónoma dos Açores.
- Em 2016, celebrou-se contrato com a **Ambipombal S.A.** para o “Fornecimento de Contentores de Uso Único para Resíduos do Grupos III e Recolha de Contentores de Uso Único com Resíduos Hospitalares dos Grupos III e IV e Encaminhamento para Destino Final Autorizado”, relativo aos resíduos hospitalares produzidos na **Clínica Quadrantes – Unidade de Radioterapia do Funchal (Madeira)**.



IX. CONCLUSÕES E PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Fazendo o balanço de todos os sectores e áreas de atividade da RECOLTE S.A. pode-se concluir que o ano de 2016 foi um ano de consolidação e reforço da posição que a Empresa ocupa no mercado do Meio Ambiente em Portugal, sendo de realçar o aumento dos Rendimentos Operacionais em cerca de **7%**

É objetivo da RECOLTE S.A. para o ano de 2017 e seguintes, manter a sua atitude de ponderação e pragmatismo na participação nos diversos concursos, operações e oportunidades de negócio que permitam continuar, sustentadamente, a crescer e gerar valor, dando particular atenção ao controlo das cobranças junto dos seus clientes, à gestão criteriosa dos custos e à valorização contínua dos recursos humanos da Empresa, que são o seu principal ativo.

Estando a Empresa amplamente reforçada em capacidade financeira e técnica, dimensão, recursos e valências com a sociedade sua participada de direito espanhol RECOLTE – Servicios y Medioambiente S.A.U., será dinamizada a aposta nos mercados internacionais, prioritariamente os de língua oficial portuguesa e espanhola, onde procuraremos, de forma prudente, concretizar os diversos projetos em que temos estado técnica e comercialmente envolvidos, não descurando as oportunidades de diversificação de atividades na área do Meio Ambiente que se possam colocar também em Portugal.

Será dada continuidade, igualmente, à aposta no mercado da recolha e tratamento dos resíduos hospitalares em Portugal onde a empresa pretende proceder à instalação de uma unidade de tratamento dedicada.

Atentas as dificuldades que se esperam para o futuro próximo, quer para este sector de atividade, quer para o país, será mantido, de forma ponderada, o esforço de renovação e modernização dos equipamentos e a implementação de metodologias de gestão mais flexíveis e economicamente mais rentáveis e que possam proporcionar maior proximidade entre clientes, operações e populações servidas.

Neste contexto de alguma incerteza e dificuldade que se antevê para os próximos anos, apontamos, no entanto, como objetivos para 2017, atingir Rendimentos Operacionais idênticos aos obtidos no período em análise.



X. INFORMAÇÕES LEGAIS

A Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2016, não se tendo verificado negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

XI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo apurado no exercício de 2016, no montante de **569.894,69 euros** (quinhentos e sessenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	€ 29.000,00
Outras Reservas	€ 540.894,69

Lagoas Park, 20 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração



Joel Vaz Viana de Lemos



José Magalhães Gonçalves



Luís Manuel de Sousa Carreira



José Martins Rovisco

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 448.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), apresentam-se os Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social:

Acionistas	Nº Ações	% Capital	% Voto
TEDAL- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	26.000.000	100%	100%

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da sociedade, não são titulares de quaisquer ações da RECOLTE – Serviços e Meio Ambiente, S.A., nem realizaram quaisquer operações com ações da sociedade durante o exercício de 2016.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.548.303,21	1.519.257,99
Ativos intangíveis	7	756,88	1.646,95
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	30.023.491,19	29.479.590,31
Outros investimentos financeiros	5.3 e 13.1.3	100.000,00	100.000,00
		31.672.551,28	31.100.495,25
Ativo corrente			
Clientes	13.1.1 e 15	4.927.551,06	4.175.290,36
Outros créditos a receber	13.1.2	13.641.993,46	17.258.248,89
Diferimentos	13.1.3	20.070,75	29.892,06
Caixa e depósitos bancários	4	101.931,87	99.859,88
		18.691.547,14	21.563.291,19
Total do ativo		50.364.098,42	52.663.786,44
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14.1	26.000.000,00	26.000.000,00
Reservas legais	14.2	275.700,00	97.700,00
Outras reservas	14.3	4.705.846,58	1.324.067,63
Ajustamento/ Outras variações em capital próprio	12	1.748.265,21	1.750.494,09
		32.729.811,79	29.172.261,72
Resultado líquido do período	14 e 23	569.894,69	3.559.778,95
Total do capital próprio		33.299.706,48	32.732.040,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13.2.3 e 15	11.443.820,79	15.532.426,31
		11.443.820,79	15.532.426,31
Passivo corrente			
Fornecedores	13.2.1 e 15	2.566.728,67	2.819.110,99
Estado e outros entes públicos	13.2.4	179.053,59	130.757,85
Financiamentos obtidos	13.2.3 e 15	1.528.651,37	420.448,97
Outras dívidas a pagar	13.2.2	1.346.137,52	1.029.001,65
		5.620.571,15	4.399.319,46
Total do passivo		17.064.391,94	19.931.745,77
Total do capital próprio e do passivo		50.364.098,42	52.663.786,44

O anexo faz parte integrante do balanço para o período findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Luís António Branco

O Conselho de Administração

Luís António Branco
Luís António Branco
Luís António Branco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10 e 16	13.998.094,11	13.045.787,55
Subsídios à exploração	10	30.518,91	93.350,23
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12	496.129,76	3.185.928,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	(3.466,06)
Fornecimentos e serviços externos	18	(7.142.807,02)	(7.536.584,63)
Gastos com o pessoal	19	(6.509.911,06)	(5.016.695,87)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-	(55.337,68)
Outros rendimentos	10 e 17	223.846,01	200.555,26
Outros gastos	20	(60.221,73)	(61.717,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.035.648,98	3.851.820,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(656.947,29)	(620.619,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		378.701,69	3.231.200,50
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 21	935.109,35	1.027.435,62
Juros e gastos similares suportados	21	(688.738,65)	(565.695,87)
Resultado antes de impostos		625.072,39	3.692.940,25
Imposto sobre o rendimento do período	11	(55.177,70)	(133.161,30)
Resultado líquido do período		569.894,69	3.559.778,95

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Miguel Branco Moreira

O Conselho de Administração

João de L.

*João João Pereira
Luís Paulo Pereira
João António Pereira*

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		15.380.366,93	15.207.793,34
Pagamentos a fornecedores		(9.470.824,97)	(8.867.730,99)
Pagamentos ao pessoal		(4.235.007)	(3.333.273,44)
Caixa gerada pelas operações		1.674.535,13	3.006.788,91
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(952,36)	(1.139,46)
Outros recebimentos/Pagamentos		(2.138.567,90)	(1.568.418,21)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(464.985,13)	1.437.231,24
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(320.403,03)	(191,04)
Ativos fixos intangíveis		(880,00)	-
Investimentos financeiros		(50.000,00)	-
Outros ativos		(19.375.000,00)	(24.695.000,00)
		(19.746.283,03)	(24.695.191,04)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.650,00	-
Investimentos financeiros		-	2.228.864,36
Outros ativos		23.450.000,00	14.215.000,00
Juros e rendimentos similares		3.809,30	4.557,69
		23.456.459,30	16.448.422,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		3.710.176,27	(8.246.768,99)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.060.205,34	27.860.000,00
		1.060.205,34	27.860.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4.229.783,14)	(8.718.735,00)
Juros e gastos similares		(73.541,35)	(108.431,58)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(12.161.903,15)
		(4.303.324,49)	(20.989.069,73)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3.243.119,15)	6.870.930,27
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		2.071,99	61.392,52
Caixa e seus equivalentes no início do período		99.859,88	38.467,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	101.931,87	99.859,88

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

Agueda Branco Martins

O Conselho de Administração

Luís de Lencastre
João Pedro de Sousa
Luís Paulo de Sousa
João António Pereira

(Valores expressos em euros)

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							Total Capital Próprio
		Capital	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido período	
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12, 14 e 23	40.000.000,00	161.903,16	76.300,00	301.128,22	(1.383.623,98)	4.006.236,41	427.963,39	43.589.907,20
		-	-	21.400,00	-	406.563,39	(2.255.742,32)	(427.963,39)	(2.255.742,32)
		-	-	21.400,00	-	406.563,39	(2.255.742,32)	(427.963,39)	(2.255.742,32)
								3.559.778,95	3.559.778,95
2 3 4=2+3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO INTEGRAL		(14.000.000,00)	-	-	1.022.939,41	977.060,59	-	-	(12.000.000,00)
		(14.000.000,00)	(161.903,16)	-	1.022.939,41	977.060,59	-	-	(161.903,16)
		26.000.000,00	-	97.700,00	1.324.067,63	-	1.750.494,09	3.559.778,95	32.732.040,67
		26.000.000,00	-	97.700,00	1.324.067,63	-	1.750.494,09	3.559.778,95	32.732.040,67
5 6=1+2+3+5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	178.000,00	3.381.778,95	-	(2.228,88)	(3.559.778,95)	(2.228,88)
		-	-	178.000,00	3.381.778,95	-	(2.228,88)	(3.559.778,95)	(2.228,88)
							569.894,69	569.894,69	
							(2.989.884,26)	567.665,81	
7 8 9=7+8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-	-	-	-	
	26.000.000,00	-	275.700,00	4.705.846,58	-	1.748.265,21	569.894,69	33.299.706,48	
10 6+7+8+10									

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Pyralis brassicae

Dear Sir,
7th Feb 1988
Cuscuta
Zoo, Maritima

ANEXO

Em 31 de dezembro de 2016

1. Nota Introdutória:

Recolte Serviços e Meio Ambiente S.A.

Lagoas Park, Edifício I

2740-265 Porto Salvo

Data de Constituição: 21 de junho de 1995

A Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A. (Empresa), tem como atividade principal a prestação de serviços relacionados com o mercado de resíduos nomeadamente:

- a) Conceção, construção, exploração, gestão e financiamento de sistema de recolha, de tratamento e deposição de resíduos de qualquer natureza, com exceção de resíduos radioativos;
- b) Conceção, construção, gestão e manutenção de todo o tipo de parques urbanos e naturais, zonas verdes e jardins;
- c) Serviço de limpeza e higienização de qualquer tipo, nomeadamente, redes viárias, áreas industriais, praias e zonas costeiras;
- d) Desmantelamento e demolições de infraestruturas e edificações;
- e) Valorização e venda de todos os tipos de materiais reciclados e/ou recuperados e de outros subprodutos residuais e de saneamento urbano e/ou industrial.

NIPC: 503505390

Empresa mãe: TEDAL - SGPS, S.A.

Designação Social: TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 Porto Salvo

Todos os valores deste anexo estão expressos em euros.



Handwritten signature in blue ink, likely of a company representative.

2. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo consequentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Empresa, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

b) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de "Outros créditos a receber" e "Diferimentos" (correntes e não correntes) no ativo e "Outras dívidas a pagar" e "Diferimentos" (correntes e não correntes) no passivo.

c) Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

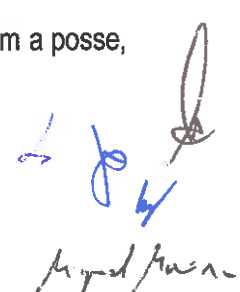
De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de Rendimentos e Ganhos ou Gastos e Perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos em ativos financeiros - relacionados com o método da equivalência patrimonial", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em subsidiárias e associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com essas entidades.

d) Rédito

Os réditos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- A Empresa não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;



- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

e) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em ganhos e perdas de financiamento do período em que são geradas.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, são classificados respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

ii) Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “imparidade de dívidas a receber”, para que os mesmos reflitam o seu valor realizável líquido.

iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio, emitidos pela Empresa, são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

iv) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar”, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.



h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	1 - 12
Equipamento transporte	3 - 8
Ferramentas e utensílios	1 - 8
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 12

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos" ou "Outros gastos" (NCRF 7).

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, programas de computador, que são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela Empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computadores	3

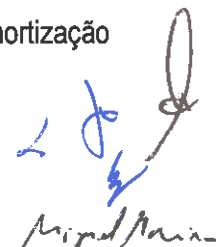
j) Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas, consoante a sua natureza.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.



k) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

m) Imposto sobre o rendimento

O “Imposto sobre o rendimento do período” registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

n) Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.



Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2. Juízos de valor do Órgão de Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; e iii) especializações.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.



Handwritten signature in blue ink, likely of a representative of the company.

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Rubrica	2016	2015
Numerário	17.586,22	11.600,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	84.345,65	88.259,88
	101.931,87	99.859,88

5. Partes Relacionadas

5.1) Relacionamento com Empresa que consolida:

TEIXEIRA DUARTE, S.A.
Lagoas Park – Edifício 2
2740-265 Porto Salvo – Oeiras

5.2) As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

Órgãos de gestão	2016	2015
Fiscal único		
Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda	4.300,00	4.300,00

5.3) Saldos e transações entre partes relacionadas:

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser detalhados como segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar	
	2016	2015	2016	2015
RECOLTE, S.A.U.	12.025,06	65.830,12	314.126,21	492.263,21
TD-EC, S.A.	1.655.697,78	1.441.886,23	901,58	27.297,52
TD, S.A.	-	-	74.739,67	80.643,03
SOMAFEL, S.A.	119.877,76	121.746,61	-	-
TDGI, S.A.	64.493,65	74.355,93	162,30	542,69
RECOLTE S.A.U. – SUC. PORTUGAL	-	73.130,25	-	-
ANGOIMO, LDA	86.326,89	86.326,89	-	-
HOTEL ALVALADE, LDA	-	-	7.629,01	9.048,41
TDGP II, S.A.	18.514,42	9.880,65	20.985,60	20.883,26
DIGAL, S.A.	184,50	184,50	-	-
BONAPARTE, S.A.	1.615,86	8.137,88	924,59	386,76
TRANSBRITAL, S.A.	-	-	60.037,14	60.037,14
FUNDO DE INVEST. IMOB.- TDF	-	2.644,50	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	-	2.170,00	2.048,00
RECOLTE (PORTO), S.A.	137.080,00	597.840,00	9.840,00	-
	2.095.815,92	2.481.963,56	491.516,10	693.150,02

	Acionistas / Sócios				Prestações acessórias	
	Ativos		Passivos		Ativos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
TD-EC, S.A.	12.620.000,00	16.650.000,00	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A. – (RETGS)	-	-	208.943,28	149.700,04	-	-
RECOLTE S.A.U.	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00
	12.620.000,00	16.650.000,00	208.943,28	149.700,04	100.000,00	100.000,00

	Acréscimo de gastos – juros a liquidar		Acréscimo de rendimentos - Faturação trabalhos /Serviços		Acréscimo de rendimentos – juros a receber	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
RECOLTE, S.A.U.	357,28	-	51.438,58	-	-	-
BONAPARTE, S.A.	-	-	1.463,35	-	-	-
RECOLTE (PORTO), S.A.	-	-	428.950,24	75.350,00	-	-
TD-EC, S.A.	-	-	1.539,08	-	432.619,49	274.125,08
TDGI, S.A.	-	-	474,10	-	-	-
TDGPIL, S.A.	-	-	-	15.864,75	-	-
RECOLTE S.A.U. – SUC. PORTUGAL	-	-	-	-	-	678,09
TEDAL – SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	72.892,11
	357,28	-	483.865,35	91.214,75	432.619,49	347.695,28

	Fornecedores faturas intragrupo em trânsito		Outros acréscimos de gastos	
	2016	2015	2016	2015
TEIXEIRA DUARTE, S.A.	6.308,31	-	110.958,69	22.878,00
RECOLTE (AÇORES), LDA.	-	-	13.950,00	-
RECOLTE, S.A.U.	-	-	9.646,20	7.120,67
RECOLTE, S.A.U. – SUC. Portugal	-	-	1.495,68	54.500,00
TD-EC, S.A.	-	171,69	-	53.776,40
BONAPARTE, S.A.	-	545,58	-	-
TDGI, S.A.	-	179,08	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	81,00	-	-
	6.308,31	977,35	136.050,57	138.275,07

Handwritten signature: Miguel Pereira

	Financiamentos obtidos	
	2016	2015
RECOLTE, S.A.U. – SUC. Portugal	85.000,00	-
RECOLTE, S.A.U.	11.000.000,00	15.000.000,00
	11.085.000,00	15.000.000,00

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Rendimentos e ganhos financeiros		Gastos e perdas financeiros	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
TD-EC, S.A.	240.347,84	63.845,84	20.585,65	288.367,61	935.841,37	618.200,50	-	-
TEIXEIRA DUARTE, S.A.	-	-	471.445,41	279.122,59	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	592.130,38	610.185,85	-	-	-	-	-	-
V-8 GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	180,00	2.500,00	-	-	-	-	-	-
TDE, S.A.	3.020,00	3.900,00	-	-	-	-	-	-
TDGPIL, S.A.	23.247,73	24.943,48	102.327,16	101.869,57	-	-	-	3.079,27
TDVIA, S.A.	1.085,63	-	-	-	-	-	-	-
QUINTA DE CRAVEL IMOB., S.A.	-	1.660,00	-	-	-	-	-	-
FUNDO INVEST. IMOB. - TDF	-	2.425,00	-	-	-	-	-	-
BONAPARTE, S.A.	21.150,50	22.874,35	4.940,94	4.224,54	-	-	-	-
TRANSBRITAL, S.A.	-	700,00	-	-	-	-	-	-
RECOLTE (AÇORES), LDA.	-	-	13.950,00	-	-	-	-	-
DIGAL, S.A.	900,00	900,00	-	-	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	20,00	170,00	15.836,78	16.183,06	-	-	-	-
TDGI, S.A.	378.486,01	326.041,42	1.134,44	2.400,09	-	-	-	-
RECOLTE S.A.U.-SUC. PORTUGAL	-	142.451,24	1.495,68	54.500,00	402,19	10.125,54	357,28	-
RECOLTE (PORTO), S.A.	3.792.950,24	3.418.350,00	-	-	-	-	-	-
TEDAL SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	356.137,21	-	-
RECOLTE, S.A.U.	109.202,66	42.496,18	9.646,20	8.069,75	-	4.256,63	586.483,34	453.241,01
	5.162.720,99	4.663.443,36	641.362,26	754.737,21	936.243,56	988.719,88	586.840,62	456.320,28



6. Ativos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos no valor dos ativos tangíveis, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Período 2016

	Saldo 01-01-2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2016
Ativo fixo tangível				
Edifícios e outras construções	76.944,97	-	-	76.944,97
Equipamento básico	7.773.227,79	128.684,65	(4.142,29)	7.897.770,15
Equipamento administrativo	229.427,63	3.868,38	-	233.296,01
Equipamento de Transporte	1.669.202,63	551.017,82	(33.713,20)	2.186.507,25
Ferramentas e utensílios	261.609,85	3.380,00	-	264.989,85
Outros ativos fixos tangíveis	291.341,20	-	-	291.341,20
	10.301.754,07	686.950,85	(37.885,49)	10.950.849,43
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	56.971,22	7.713,59	-	64.684,81
Equipamento básico	7.105.852,32	427.179,29	(1.413,88)	7.531.617,73
Equipamento administrativo	211.866,58	7.924,53	-	219.791,11
Equipamento de Transporte	883.442,87	191.354,43	(33.713,20)	1.041.084,10
Ferramentas e utensílios	259.691,42	1.738,01	-	261.429,43
Outros ativos fixos tangíveis	264.671,67	19.267,37	-	283.939,04
	8.782.496,08	655.177,22	(35.127,08)	9.402.546,22



Handwritten signature in blue ink.

Período 2015

	Saldo 01-01-2015	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2015
Ativo fixo tangível				
Edifícios e outras construções	60.484,97	16.460,00	-	76.944,97
Equipamento básico	7.681.192,03	92.035,76	-	7.773.227,79
Equipamento administrativo	225.247,87	4.557,76	378,00	229.427,63
Equipamento de Transporte	1.196.701,85	472.500,78	-	1.669.202,63
Ferramentas e utensílios	261.609,85	-	-	261.609,85
Outros ativos fixos tangíveis	282.417,29	8.923,91	-	291.341,20
	9.707.653,86	594.478,21	378,00	10.301.754,07
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	49.618,01	7.353,21	-	56.971,22
Equipamento básico	6.645.067,35	460.784,97	-	7.105.852,32
Equipamento administrativo	203.909,82	8.051,26	94,50	211.866,58
Equipamento de Transporte	761.588,87	121.854,00	-	883.442,87
Ferramentas e utensílios	257.485,78	2.205,64	-	259.691,42
Outros ativos fixos tangíveis	246.845,53	17.826,14	-	264.671,67
	8.164.515,36	618.075,22	94,50	8.782.496,08

Miguel Amorim

7. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Período 2016

	Saldo 01-01-2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2016
Ativo bruto				
Propriedade industrial e outros direitos	46.493,78	880,00	-	47.373,78
	46.493,78	880,00	-	47.373,78
Amortizações acumuladas				
Propriedade industrial e outros direitos	44.846,83	1.770,07	-	46.616,90
	44.846,83	1.770,07	-	46.616,90

Período 2015

	Saldo 01-01-2015	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Saldo 31-12-2015
Ativo bruto				
Propriedade industrial e outros direitos	45.293,44	1.200,34	-	46.493,78
	45.293,44	1.200,34	-	46.493,78
Amortizações acumuladas				
Propriedade industrial e outros direitos	42.302,18	2.544,65	-	44.846,83
	42.302,18	2.544,65	-	44.846,83

8. Locações

No período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa utilizava os seguintes bens em regime de locação financeira:

Período 2016

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Capital em dívida
Ativo				
Equipamento básico	18.071,17	4.818,97	13.252,20	13.608,55
Equipamento de transporte	1.098.235,41	327.525,37	770.710,04	710.399,87
	1.116.306,58	332.344,34	783.962,24	724.008,42

Período 2015

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Capital em dívida
Ativo				
Equipamento básico	89.312,44	41.381,50	47.930,94	26.459,32
Equipamento de transporte	961.404,46	199.223,03	762.181,43	723.157,56
	1.050.716,90	240.604,53	810.112,37	749.616,88

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

Datas	Rendas	
	2016	2015
2016	-	217.190,57
2017	280.187,63	204.196,91
2018	252.530,83	216.088,88
2019	99.887,93	68.681,66
2020	77.052,36	43.458,86
Após 2020	14.349,67	-
	724.008,42	749.616,88

9. Imparidade de ativos

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”, foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	107.878,83	52.541,15
Aumento	-	55.337,68
Saldo em 31 de dezembro	107.878,83	107.878,83

10. Rédito

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o rédito reconhecido pela Empresa tinha a seguinte decomposição:

	2016	2015
Vendas de bens	14.606,60	25.163,16
Prestação de serviços	13.983.487,51	13.020.624,39
Subsídios à exploração	30.518,91	93.350,23
Outros rendimentos e ganhos	223.846,01	200.555,26
Juros e rendimentos similares obtidos	935.109,35	1.027.435,62
	15.187.568,38	14.367.128,66

Os rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. Os rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa. Na rubrica “Outros créditos a receber”, são registados os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, e na rubrica “Diferimentos” são registadas as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde. Os juros foram reconhecidos, utilizando o método do juro efetivo.

11. Impostos sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Sobre o lucro tributável de IRC, a Empresa está ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros encontra-se sujeita a Derrama Estadual, às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente.

A Empresa está igualmente sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos e despesas previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento do resultado tributável da Empresa, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 (doze) anos para os gerados no período de tributação de 2016 e de 5 (cinco) anos para os gerados de 2017 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados *a posteriori*, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que,

dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções fiscais a períodos de tributação passíveis de revisão não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016.

A Empresa encontra-se integrada no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a empresa Teixeira Duarte, S.A..

11.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos, são como se segue:

Gasto/Rendimento	2016	2015
Imposto corrente	55.177,70	133.161,30

11.2. A relação entre Gasto (Rendimento) de impostos e o resultado contabilístico, é conforme se apresenta:

Rubrica		2016	2015
Resultado líquido do período	1	569.894,69	3.559.778,95
Ajustamentos para o lucro tributável			
Diferenças definitivas			
A acrescentar	2	56.504,70	155.338,02
A deduzir	3	498.904,76	3.190.428,61
Diferenças temporárias			
A acrescentar	4	-	-
A deduzir	5	-	-
Lucro / (prejuízo fiscal)	6=1+2-3+4-5	127.494,63	524.688,36
Dedução de perdas fiscais	7	-	-
Matéria coletável	8=6-7	127.494,63	524.688,36
Coleta	9=8xt	(26.773,87)	(110.184,56)
Benefícios fiscais por dedução à coleta	10	-	-
Outras componentes do imposto			
Outros	11	(5.807,54)	-
Tributação autónoma	12	(20.683,87)	(15.106,42)
Derrama	13	(1.912,42)	(7.870,33)
Imposto corrente	14=9-10+11+12+13	(55.177,70)	(133.161,30)
Imposto diferido	15	-	-
Gastos/ (rendimentos) de impostos	16=14+15	(55.177,70)	(133.161,30)

t= IRC à taxa de 21%

		2016	2015
Imposto corrente	1	55.177,70	133.161,30
Resultado antes de impostos	2	625.072,39	3.692.940,25
Taxa de imposto efetiva	3= 1/2	8,83%	3,61%

12. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras que em 31 de dezembro de 2016, foram registadas pelo método da equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação
Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unip. Lda	Zona Ind. Chã do Rego d'Água, Açores	100%
Recolte, Servicios y Medioambiente, S.A.U.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º C - Madrid	100%

As partes de capital detidas nas empresas subsidiárias, tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	29.479.590,31	35.953.268,385
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
- Efeito no resultado do período	496.129,76	3.185.928,61
- Efeito em capitais próprios	(2.228,88)	(2.255.742,32)
Aumentos	50.000,00	-
Reduções	-	(7.403.864,36)
Saldo em 31 de dezembro	30.023.491,19	29.479.590,31

O aumento ocorrido no período findo em 31 de dezembro de 2016, é referente à subscrição da totalidade do capital da Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Açores) – Unip. Lda em fevereiro de 2016.

O efeito global nas rubricas “Ganhos/Perda imputadas de subsidiárias” e “Ajustamentos/ outras variações no capital próprio” por via da aplicação do método da equivalência patrimonial no período findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

Subsidiárias	Ganhos e perdas em empresas subsidiárias	Ajustamentos de partes capital	Total
Recolte (Açores), LDA.	1.410,57	-	1.410,57
Recolte, S.A.U.	494.719,19	(2.228,88)	492.490,31
	496.129,76	(2.228,88)	493.900,88

A principal informação financeira relativa às Empresas subsidiárias é a seguinte:

	2016			
	Ativos totais	Passivos totais	Rendimentos	Resultado líquido
Recolte (Açores), LDA.	94.124,13	42.713,56	13.950,00	1.410,57
Recolte, S.A.U.	68.380.561,25	38.408.480,63	32.050.327,64	494.719,19
	68.474.685,38	38.451.194,19	32.064.277,64	496.129,76

13. Instrumentos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a seguinte composição:

13.1. Ativos financeiros

13.1.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Clientes" (Corrente) tinha a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Clientes		
Clientes conta corrente	5.035.339,89	4.283.079,19
Perdas imparidade acumuladas (Nota 9)	(107.788,83)	(107.788,83)
	4.927.551,06	4.175.290,36

	31-12-2016		31-12-2015	
	Clientes gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)	Clientes gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)
Clientes				
Clientes conta corrente	2.939.523,97	2.095.815,92	1.801.115,63	2.481.963,56
Perdas imparidade acumuladas (Nota 9)	(107.788,83)	-	(107.788,83)	-
	2.831.735,14	2.095.815,92	1.693.326,80	2.481.963,56

13.1.2. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos da rubrica "Outros créditos a receber" (corrente) apresentava-se como se segue:

Rubricas	2016	2015
Devedores por acréscimo de rendimentos	892.907,48	462.373,22
Outros devedores	94.633,59	55.492,19
Consultores - Seguros	-	36.800,32
Fornecedores saldo devedor	17.426,45	36.557,22
Adiantamentos a fornecedores	17.025,94	17.025,94
Acionistas / Sócios (Nota 5.3.)	12.620.000,00	16.650.000,00
	13.641.993,46	17.258.248,89

13.1.3. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os Outros Ativos tinham a seguinte composição:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Diferimentos				
Prémios de seguros	4.366,93	-	4.800,52	-
Rendas	14.921,54	-	14.921,54	-
Outros	782,28	-	10.170,00	-
	20.070,75	-	29.892,06	-
Outros investimentos financeiros				
Prestações acessórias (Nota 5.3.)	-	100.000,00	-	100.000,00

13.2. Passivos financeiros

13.2.1. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Fornecedores" (Corrente), tinha a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores		
Conta corrente	2.521.389,85	2.758.465,50
Conta retenções	45.338,82	60.645,49
	2.566.728,67	2.819.110,99

	31-12-2016		31-12-2015	
	Fornecedores gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)	Fornecedores gerais	Grupo / Relacionados (Nota 5)
Fornecedores				
Conta corrente	2.029.873,75	491.516,10	2.065.315,48	693.150,02
Conta retenções	45.338,82	-	60.645,49	-
	2.075.212,57	491.516,10	2.125.960,97	693.150,02

13.2.2. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

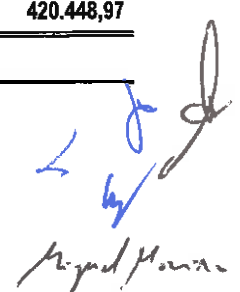
Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Outros acréscimos de gastos	206.251,89	210.626,38
Subsídio de férias	322.844,00	224.759,95
Férias	322.844,00	224.759,95
Segurança social	153.350,90	106.760,98
Prémios	80.000,00	98.000,00
Remuneração a pagar ao pessoal	20.050,78	10.879,50
Acréscimo de gastos -- Juros	4.909,99	-
Retenções judiciais	9.366,19	-
Outros	17.576,49	3.514,85
	1.137.194,24	879.301,61
Acionistas / Sócios (Nota 5)		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas – IRC:		
Imposto estimado – R.E.T.G.S	214.836,11	154.640,51
Retenção na fonte – R.E.T.G.S.	(5.892,83)	(4.940,47)
	208.943,28	149.700,04
	1.346.137,52	1.029.001,65

R.E.T.G.S – Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades.

13.2.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos da rubrica "Financiamentos obtidos" apresentavam-se como se segue:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Descoberto bancário	-	1.163.463,74	-	203.258,40
Locações financeiras (Nota 8)	443.820,79	280.187,63	532.426,31	217.190,57
Financ. obtidos (Nota 5.3.)	11.000.000,00	85.000,00	15.000.000,00	-
	11.443.820,79	1.528.651,37	15.532.426,31	420.448,97



Em 31 de dezembro de 2015, o descoberto bancário contratado com o Banco Comercial Português S.A., vence juros às taxas normais de mercado.

13.2.4. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentavam-se como se segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento - Retenções na fonte	25.722,81	22.774,79
Contribuições para a segurança social	139.848,58	99.411,10
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	13.482,20	6.920,40
Outros		1.651,56
	179.053,59	130.757,85

14. Capital

14.1. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é composto por 26.000.000 ações nominativas com o valor nominal de 1,00 euro cada.

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2016, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
TEDAL SGPS, S.A.	100%	26.000.000,00

14.2. Reservas legais

As reservas legais sofreram no exercício um incremento de 178.000,00 euros em resultado da aplicação do resultado líquido apurado no período de 2015, conforme deliberação da assembleia-geral de Acionistas de oito de abril de dois mil e dezasseis.

14.3. Outras reservas

A Empresa efetuou no período um reforço das reservas livres no montante de 3.381.778,95 euros resultado da aplicação do resultado líquido apurado no período de 2015, conforme deliberação da assembleia-geral de Acionistas de oito de abril de dois mil e dezasseis.

15. Gestão de riscos financeiros

Princípios gerais:

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente é responsável pela identificação quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco cambial

As atividades operacionais da Empresa estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pela Empresa tem como objetivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos resultados da Empresa a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Dólar Americano	-	-	9.345,42	9.048,41

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilísticas relevantes.

Os eventuais impactos gerados nas demonstrações financeiras da Empresa, caso ocorresse uma valorização de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	31-12-2016		31-12-2015	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Dólar Americano	491,86	-	381,45	-

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o passivo financeiro era composto por 100 % de taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros daqueles períodos teriam (diminuído) aumentado em (144.544,82) / 144.544,82 euros e (112.087,44) / 112.087,44 euros, respetivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos nas contas a receber são calculados considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2016, é convicção do Conselho de Administração que os ajustamentos de contas a receber estimados se encontram adequadamente relevados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as contas a receber de clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2016	2015
Saldos		
Não vencido	1.521.956,47	2.039.884,97
Até 180 dias	1.632.943,15	1.705.297,37
De 180 a 360 dias	53.730,19	291.226,55
Mais de 360 dias	1.718.921,25	138.881,47
	4.927.551,06	4.175.290,36

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	2016				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Descoberto bancário	1.163.463,74	-	-	-	1.163.463,74
Fornecedores	2.566.728,67	-	-	-	2.566.728,67
Locações financeiras (Nota 8)	280.187,63	252.530,83	99.887,93	91.402,03	724.008,42
Financ. obtidos – (Nota 5)	85.000,00	-	-	11.000.000,00	11.085.000,00
	4.095.380,04	252.530,83	99.887,93	11.091.402,03	15.539.200,83

	2015				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Descoberto bancário	203.258,40	-	-	-	203.258,40
Fornecedores	2.819.110,99	-	-	-	2.819.110,99
Locações financeiras (Nota 8)	217.190,57	204.196,91	216.088,88	112.140,52	749.616,88
Financ. obtidos – (Nota 5)	-	-	-	15.000.000,00	15.000.000,00
	3.239.559,96	204.196,91	216.088,88	15.112.140,52	18.771.986,27

16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram como se segue:

	2016		2015	
	Mercado Interno	Mercado IntraComunitario	Mercado Interno	Mercado IntraComunitario
Vendas de mercadorias	14.606,60	-	25.163,16	-
Prestações de serviços:				
Serviços ambientais	7.909.966,14	-	7.402.208,13	-
Transporte de resíduos	4.262.788,18	-	4.109.659,24	-
Varredura	982.421,56	-	1.003.723,92	-
Lavagem de contentores	192.299,30	-	240.880,27	-
Limpeza de praias	362.061,60	-	196.303,98	-
Depósitos em aterros	65.080,98	-	24.238,71	-
Serviços secundários	73.771,12	109.202,66	250,06	42.496,18
Recolha de monstros	-	-	863,90	-
Outros	25.895,97	-	-	-
	13.888.891,45	109.202,66	13.003.291,37	42.496,18

17. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como se segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	188.017,51	211.788,68
Sinistros e Indemnizações	33.178,28	(12.714,10)
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	1.298,10
Alienação de activos fixos	2.650,00	-
Outros	0,22	182,58
	223.846,01	200.555,26

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	2016	2015
Serviços especializados	3.112.547,87	3.160.317,10
Energia e fluidos	1.403.022,98	1.285.769,72
Subcontratos	486.467,70	746.832,72
Serviços diversos	474.523,39	698.720,04
Materiais	1.343.720,58	1.359.262,80
Deslocações estadas e transportes	322.524,50	285.682,25
	7.142.807,02	7.536.584,63

19. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como se segue:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	5.150.438,18	3.962.393,74
Encargos sobre remunerações	1.081.719,20	809.859,07
Outros gastos com pessoal	96.068,28	84.876,80
Indemnizações	36.648,77	57.338,64
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	145.036,63	102.227,62
	6.509.911,06	5.016.695,87

O número médio de trabalhadores durante o período de 2016 foi de 464. A Empresa tinha em 31 de dezembro de 2016, 494 trabalhadores, dos quais 20 são quadros superiores, 17 são enquadramento, 152 são trabalhadores especializados e 305 são trabalhadores indiferenciados.

20. Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como se segue:

	2016	2015
Impostos e taxas	41.440,32	35.848,93
Insuf. estimativa impostos	5.017,90	14.128,33
Multas	1.327,00	8.048,39
Outros	12.436,51	3.691,39
	60.221,73	61.717,04

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como se segue:

	2016	2015
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos DO	4.149,33	4.557,69
Outros Juros obtidos	930.737,89	1.022.877,93
Outros	222,13	
	935.109,35	1.027.435,62
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	664.952,87	538.950,28
Comissões	16.944,61	18.456,33
Outros	6.841,17	8.289,26
	688.738,65	565.695,87
Resultados financeiros	246.370,70	461.739,75

22. Garantias bancárias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a clientes para efeito de concursos, adiantamentos já recebidos e garantias de boa execução de obras no montante de 1.324.937,60 euros e 1.374.619,25 euros respetivamente.

23. Outras informações

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Aplicação de resultados de 2015

Em reunião de Assembleia-geral de Acionistas realizada em 8 de abril de 2016 foram aprovadas as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015, tendo sido deliberado que o resultado líquido apurado no exercício de 2015, positivo no montante de 3.559.778,95 euros fosse repartido por reservas legais e outras reservas, sendo a aplicação de 178.000,00 euros e 3.381.778,95 euros respetivamente.

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Handwritten signature in blue ink, likely of a company representative.

25. Eventos subsequentes à data do balanço

Não são conhecidas à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Aos 20 de fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado



Miguel Branco Moreira

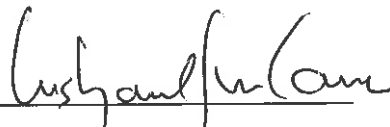
O Conselho de Administração



Joel Vaz Viana de Lemos



José Magalhães Gonçalves



Luís Manuel de Sousa Carreira



José Martins Rovisco

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 50.364.098 euros e um total de capital próprio de 33.299.706 euros, incluindo um resultado líquido de 569.895 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística ;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda.
www.sroc.pt



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 29 de março de 2017

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração das alterações no Capital Próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo apresentados pela Administração da RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A., relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Acompanhámos com regularidade a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções
3. No cumprimento da nossa ação fiscalizadora procedemos às verificações que julgámos necessárias, dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.
4. As contas foram examinadas por nós na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a Certificação Legal das Contas.
5. Considerando que o relatório de Gestão descreve com clareza a evolução dos negócios sociais e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:
 - a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações no Capital Próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016;
 - b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Linda-a-Pastora, 29 de março de 2017

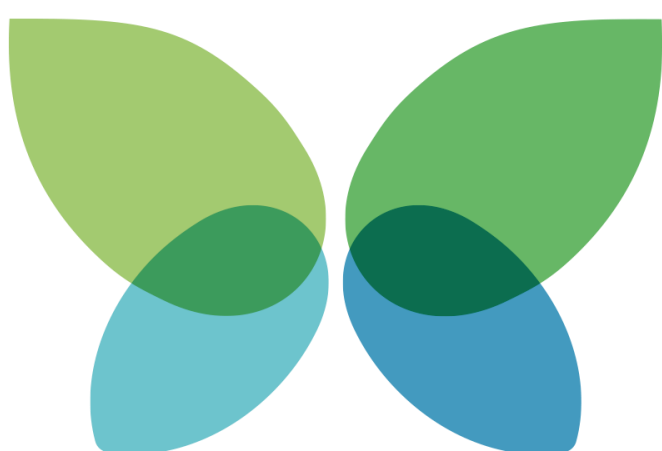
O Fiscal Único

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



António Francisco Escameia Mariquito - ROC



EcoAmbiente
Recolte